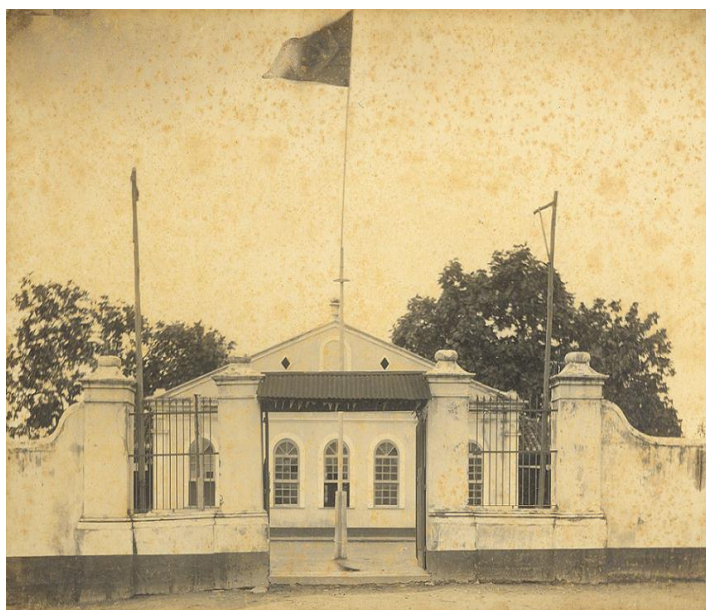


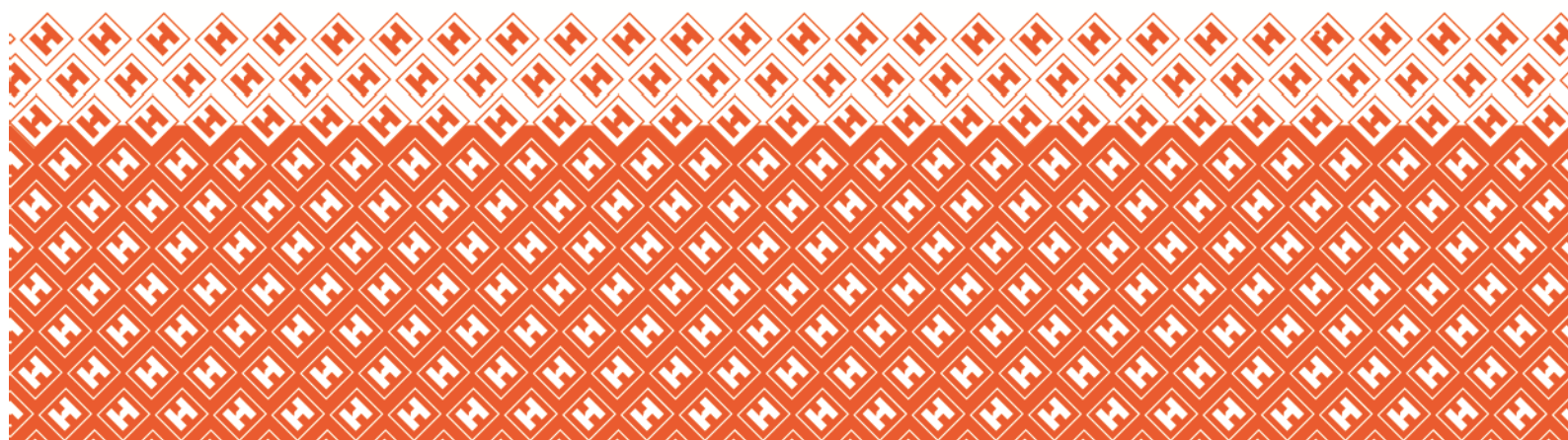
RENILSON MIRANDA PACIÊNCIA

**O ABRIGO DOS FILHOS DO POVO: ENTRE OS
LABIRINTOS DO ARQUIVO E DA SALA DE AULA**



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

03 / 2019



RENILSON MIRANDA PACIÊNCIA

**O ABRIGO DOS FILHOS DO POVO: ENTRE
OS LABIRINTOS DO ARQUIVO E DA SALA
DE AULA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTORIA) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ensino de História

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Maria das Graças de Andrade Leal

Salvador 2019

A Renilda Miranda Paciência, minha mãe, pelos sacrifícios feitos em benefício dessa caminhada.

Ao professor Osvaldo de Barros Miranda e à professora Luciney Batista dos Santos, que me criaram durante parte da infância em Guarulhos (SP) e abriram meu caminho das letras.

A todos e todas que ousam contar histórias

AGRADECIMENTOS

Nesses tempos desvairados, de absurdidades e sombrios prognósticos, louvo o Tempo, senhor de todas as existências, pelas possibilidades que se abriram para mim, pelos sonhos realizados. Agradeço pelos 13 anos em que escolhas, ainda de complicado engenho para a brava gente brasileira, puderam ser desejadas e perpetradas.

Esse trabalho não seria possível sem a participação e a mobilização de pessoas e instituições, às quais devo prestar as necessárias homenagens:

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pelo pioneirismo na acolhida de políticas públicas de valorização dos profissionais da educação básica e pela implantação das cotas nos cursos de pós-graduação, das quais fui beneficiário.

À Prof.^a. Dr.^a. Cristiana Ferreira Lyrio Ximenes e à Mestra Denise de Carvalho Zottolo, com as quais tive o primeiro contato no ato de matrícula e recebi as palavras iniciais de inspiração para pesquisar a história do Abrigo dos Filhos do Povo.

Aos/às docentes do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTORIA), pelas contribuições e críticas à pesquisa, especialmente à Dr.^a. Cláudia Pons Cardoso, presença inspiradora na caminhada labiríntica e na difícil etapa de escrita solitária.

À Prof.^a. Dr.^a. Maria das Graças de Andrade Leal, minha orientadora, pelos ensinamentos e pela paciência na lenta costura que deu forma a essa dissertação.

Aos Profs. Drs. Luciano Costa Santos e Natanael Reis Bonfim, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC), pelos conselhos durante as aulas.

Aos/às companheiros/companheiras da heroica e inesquecível turma: Rita Soraya Almeida Gusmão, Aécio Lessa Macedo, Isabelle Cristine Góes Costa, Vanessa Araújo, Lucyana Farani de Campos Fraga, Sara Menezes Felizardo, Dagson José Borges Santos, Girleide Barbosa Fontes, Rosemary de Jesus Santos, João Mateus Nunes Costa, Eline de Oliveira Santos, Ana Paula da Silva Santos, Atila Silva Sena Guimarães e Helyom Rogério Reis Viana da Silva Teles.

Aos/às estudantes participantes no ano letivo de 2016 das atividades de história do projeto Era Uma Vez Brasil, idealizado pela Origem Produções. Em especial, reverencio Érica Silva, que realizou o sonho do intercâmbio em Lisboa e me inspirou na redação da aula para ingresso no mestrado.

Às diretoras e vice-diretoras, aos/às docentes, coordenadoras pedagógicas, estudantes, funcionários/funcionárias das Escolas Municipais Teodoro Sampaio e Abrigo dos Filhos do Povo, apresentando as sinceras desculpas pelos atrasos, pelas ausências em eventos, pelas falhas nessa complicada jornada entre o arquivo e a sala de aula.

À Prof.^a Mestra Andreia de Santana Santos, pelo convite sedutor para pesquisar a história de Raimundo Luiz dos Santos Frexeiras.

À Prof.^a Livia Milena Soares Valverde e ao Prof. Francisco Meira, pela ajuda nos ajustes técnicos do texto.

Ao jornalista Valber Carvalho, pelas conversas animadas nas tardes de tédio na biblioteca, pelos documentos compartilhados e pelo incentivo à investigação.

Aos porteiros, vigilantes, arquivistas, historiadores, técnicos e bibliotecárias que permitiram o acesso aos conjuntos documentais custodiados nas seguintes instituições: Arquivo Público da Bahia, Arquivo Histórico Municipal de Salvador, Instituto Feminino da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Fundação Casa Rui Barbosa, Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, da Universidade Federal da Bahia, Biblioteca Central do Estado da Bahia e Centro de Memória da Bahia.

Ao amigo Epaminondas de Oliveira Bispo, pela cumplicidade e pela assistência na mudança residencial durante a fase crítica de escrita.

Ao “Mago Inesquecível”, pelo rompimento unilateral semanas antes do início dessa peripécia, permitindo atravessar as longas madrugadas na companhia apenas do Sr. Frexeiras.

RESUMO

Este trabalho busca conhecer a história do Abrigo dos Filhos do Povo, estabelecido na encruzilhada da Estrada da Liberdade com a Rua São Cristóvão, na Liberdade, em Salvador, Bahia. Desde 1918, constitui o ponto de encontro de meninos e meninas, durante o dia, nos primeiros passos do percurso escolar e, à noite, a estação de transbordo de jovens e adultos, trabalhadores e trabalhadoras, cruzando a cidade no sentido do caminho das letras, interrompido tantas vezes e permanentemente precarizado. Um passado ainda presente dormita naquele lugar, tornado invisível, negligenciado na história contada. Há experiências, biografias, vozes de uma gente clamorosa por escolas, versões desconhecidas da história da escolarização, dialogantes com as inquietações, as necessidades do tempo presente e das populações negras. A investigação privilegia o período entre 1918 e 1936, da fundação até o malogrado plano de estadualização da instituição de ensino. A documentação produzida e analisada abarca os jornais circulantes no Brasil, que abrem possibilidades de exploração e entrecruzamento com outros documentos como livros, fotografias, processo cível e relatórios governamentais. Dessa matéria prima, exigência primeira para contar histórias através do texto historiográfico ou da aula na educação básica, propõe-se o ensaio do acontecimento protagonizado entre professor/professora e estudantes do curso noturno da Educação de Jovens e Adultos da referida instituição, na forma de sequência didática que historiciza a escola, as lutas longevas e repetidas a cada anoitecer pelo direito à educação, à cidadania e à história.

Palavras-chave: Ensino de História; Saberes e práticas no espaço escolar, Cidadania e identidade social; Abrigo dos Filhos do Povo; História das instituições escolares; Educação de Jovens e Adultos

ABSTRACT

This work seeks to know the history of Abrigo dos Filhos do Povo, established at the crossroads of Liberdade road with São Cristóvão street, in Liberdade, Salvador, Bahia. Since 1918, it constitutes the meeting point for boys and girls, during the day, in their way to the school, and at night, the transshipment station of young people, adults and workers, crossing the city following the path to the letters, often interrupted and permanently precarized. A past still present sleeps in that place, become invisible, neglected by the history. There are experiments, biographies, voices of a people asking for schools, unknown versions of the history of schooling, dialoging with the concerns, the needs of the present time and the black population. The investigation favors the period between 1918 and 1936, from the foundation to the failure of the Statualization plan of the educational institution. The documentation produced and analyzed covers the newspapers circulating in Bahia and Brazil, which open possibilities of exploration and interbreeding with other documents such as books, photographs, civil process and governmental reports. From this raw material, the first requirement to tell stories through the historiographical text or the class in basic education, is proposed the essay of the event starring teacher/teacher and students of the night course of youth and adults education of the mentioned institution, in the form of a didactic sequence that historicizes the school, the long and repeated struggles in each evening for the right to education, citizenship and history.

Keywords: history teaching; Knowledge and practices in the school space, citizenship and social identity; Abrigo dos Filhos do Povo; History of school institutions; Youth and Adult Education

LISTA DE IMAGENS E TABELA

Imagem 1 Escola Municipal Abrigo dos Filhos do Povo.....	13
Imagem 2 Residência da Família Frexeiras e sede do Abrigo dos Filhos do Povo.....	34
Imagem 3 Tanque da Conceição	35
Imagem 4 Tanque da Conceição	35
Imagem 5 Estrada da Liberdade	36
Imagem 6 Fundadores e primeiros diretores do Abrigo dos Filhos do Povo	53
Imagem 7 Alunos e Alunas do Abrigo dos Filhos do Povo	63
Imagem 8 Escolas do Sexo Masculino	66
Imagem 9 Escolas do Sexo Feminino.....	68
Imagem 10 Escolas do Sexo Masculino (externa).....	70
Imagem 11 Escolas do Sexo Feminino (externa)	70
Imagem 12 Escolas Masculinas e Femininas	71
Imagem 13 Escolas Masculinas e Femininas	71
Imagem 14 Corpo docente e diretoria técnica	73
Imagem 15 Materiais de ensino.....	73
Imagem 16 Oficina de Costura	81
Imagem 17 Trabalhos escolares	82
Imagem 18 Galpão das escolas nº 7, 8, 9 e 10	90
Imagem 19 Galpão das escolas nº 7, 8, 9 e 10.....	91
Imagem 20 Comemorações do Dia de Rui Barbosa.....	96
Imagem 21 Fachada do projeto do Eng. José Nivaldo Alioni	107
Imagem 22 Pavilhão das oficinas (1926)	111
Imagem 23 Pavilhão de Aulas (2018)	111
Imagem 24 Pavilhão de Aulas (2018)	112
Imagem 25 Pavilhão de Aulas (2018)	112
Imagem 26 Conjunto Construído do atual Abrigo dos Filhos do Povo	113
Imagem 27 Escola Duque de Caxias	128
Tabela 1 Matrícula do Abrigo dos Filhos do Povo (1934-1938)	119

LISTA DE SIGLAS

AHMS Arquivo Histórico Municipal de Salvador

APB Arquivo Público da Bahia

BCEB Biblioteca Central do Estado da Bahia

EJA Educação de Jovens e Adultos

FBN/HDB Fundação Biblioteca Nacional/ Hemeroteca Digital Brasileira

FCRB Fundação Casa Rui Barbosa

IGHB Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

SEFAZ Secretaria Municipal da Fazenda

SMED Secretaria Municipal da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: CAMINHANDO NOS LABIRINTOS E TECENDO O FIO DE ARIADNE	11
CAPÍTULO 1 - O MASCATE, SUAS IDEIAS E O ABRIGO DOS FILHOS DO POVO	32
1.1. Origens familiares e migração para Salvador	32
1.2. Greves, protestos e turbulências políticas	40
1.3. O processo de construção da escola a partir das ideias de Raimundo Frexeiras	45.
1.4. A fundação do Abrigo dos Filhos do Povo	51
CAPÍTULO 2 - A IMPRENSA E O BRADO DE BRIAREU: PELOS FILHOS DO POVO !	61
2.1. Um modelo de escola	61
2.2. Amparai a utilíssima instituição	74
2.3. Rui e as crianças	85
2.4. Sob o signo do improviso	89
2.5. O último sopro do gênio	103
2.6. Uma instituição resiliente	118
CAPÍTULO 3 - O ABRIGO DOS FILHOS DO POVO NO ENSINO DE HISTÓRIA	130
3.1. O ensaio da aula	130
3.2. Os documentos como ingredientes da produção do conhecimento histórico escolar	132
3.3. Contando a história do Abrigo dos Filhos do Povo	139
3.3.1. Aula 1	144
3.3.2. Aula 2	152
3.3.3. Aula 3	159
3.3.4. Aula 4	165
3.3.5. Aula 5	177
3.3.6. Aula 6	181
4. (IN) CONCLUSÕES	183
5. REFERÊNCIAS	185
ANEXO A – Escritura de doação (1934)	198
ANEXO B - Estatutos da Associação Abrigo dos Filhos do Povo (1918)	200
ANEXO C – Estatutos da Associação Abrigo dos Filhos do Povo (1919)	207

INTRODUÇÃO

CAMINHANDO NOS LABIRINTOS E TECENDO O FIO DE ARIADNE

[...] O verbete é de uma mulher de trinta e seis anos, nascida naquela mesma cidade, e dele constam dois averbamentos, um de casamento outro de divórcio. [...] O Sr. José olha e torna a olhar o que se encontra escrito no verbete, a caligrafia, escusado seria dizê-lo, não é sua, tem um desenho passado de moda, há trinta e seis anos um outro auxiliar de escrita escreveu as palavras que aqui se podem ler, o nome da menina, os nomes dos pais e dos padrinhos, a data e a hora do nascimento, a rua, o número e o andar onde ela viu a primeira luz e sentiu a primeira dor, um princípio como o de toda a gente, as grandes e pequenas vêm depois, alguns dos que nascem entram nas enciclopédias, nas histórias, nas biografias, nos catálogos, nos manuais, nas coleções de recortes, os outros, mal comparando são como a nuvem que passa sem deixar sinal de ter passado, se choveu não chegou para molhar a terra. [...] ¹

O desconhecimento, a ignorância quanto os passos daquela mulher desconhecida e a curiosidade sacudiram o auxiliar de escrita, acostumado à vida sem sobressaltos, previsível, cercada de medos e hesitações. Ele se lançou à busca palmilhando os caminhos labirínticos do arquivo, das ruas da cidade, da escola e do cemitério. Estava também na busca de si. A cada passo, a cada ousada investida ficava para trás um homem inseguro na tomada de decisões, atormentado pelos pesadelos da infância, fenecido, apreciador dos caminhos retilíneos.

No princípio de minha aventura, tinha o nome de um homem: Raimundo Frexeiras. Parecia procurar mais um anônimo ignorado, uma estranha figura na multidão. A investigação demonstrou a inadequação desse rótulo. Tratá-lo assim é um endosso às forças e aos paradigmas que produzem esquecimentos e invisibilidades. ² Não demorou tanto para descobrir o local de nascimento, o nome da mãe, da esposa e do melhor amigo. Conhecer o rosto de homem feito, a residência, a rede de aliados, o local de repouso definitivo. Até certo ponto da vida, comportou-se como desconhecido mascate, migrante pernambucano tentando a sobrevivência em Salvador nos primeiros anos do século XX. A passagem pela escola foi breve, o que não impediu o desempenho de intensa atividade nos jornais para propagandear as ideias e a obra educacional arquitetada para a instrução e a profissionalização de crianças pobres e adultos trabalhadores: o Abrigo dos Filhos do Povo. Escreveu dois livros, construiu a

¹ SARAMAGO, José. **Todos os Nomes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 37-8.

² CRUZ, Mariléia dos Santos. A Produção da Invisibilidade Intelectual do Professor Negro Nascimento Moares na História Literária Maranhense, no início do século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 209-230, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882016005012101&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 10/08/2018.

rede de contatos com importantes figuras de projeção social, política, econômica e intelectual. Chamou a atenção de Rui Barbosa e também cortejou seu principal oponente político: José Joaquim Seabra. Recorreu à fotografia e ao cinema para divulgar a casa escolar apelidada pela imprensa de “Colmeia da Estrada das Boiadas.” Foi o porta-voz, embaixador do Abrigo no Brasil. Sua voz ecoou na capital da República, nos gabinetes dos ministros e parlamentares da bancada baiana no Legislativo federal, nos eventos acadêmicos sobre a infância e o ensino primário. Rastros seus foram deixados nos relatórios ministeriais. Se não fosse a morte prematura, o presidente eleito Washington Luís Pereira de Souza visitaria o Posto Odontológico Bonifácio Costa, instalado no Abrigo.

Seus restos mortais foram transferidos para o mausoléu, construído no cemitério da Quinta dos Lázaros, graças à campanha pública lançada durante o IV Congresso Brasileiro de Higiene, realizado em Salvador em 1928. Uma escola pública municipal, instalada no distrito de Santo Antônio, recebeu seu nome. O major Cosme de Farias também reivindicou homenagem noutra instituição a ser criada em Ondina. Por certo tempo, a imprensa continuou a evocar seu nome como o “apóstolo” da educação popular. Uma praça no bairro do Sieiro, a alguns quilômetros do Abrigo, e uma rua de Casa Amarela, no Recife, também o homenageiam, embora a grafia do sobrenome esteja errada.³ Não imagino o que evoca entre os conterrâneos de Pesqueira, no Estado de Pernambuco.

O Abrigo dos Filhos do Povo continua imponente na encruzilhada de história plurissecular para a Bahia e o Brasil, entre a Estrada da Liberdade e a Rua São Cristóvão, no bairro da Liberdade.

³ Tanto no caso da praça no Sieiro, em Salvador, quanto na rua de Casa Amarela, no Recife, o sobrenome do homenageado encontra-se grafado erroneamente. O correto é Frexeiras, e não Freixeiras. Esse erro origina-se na própria imprensa da década de 1920.

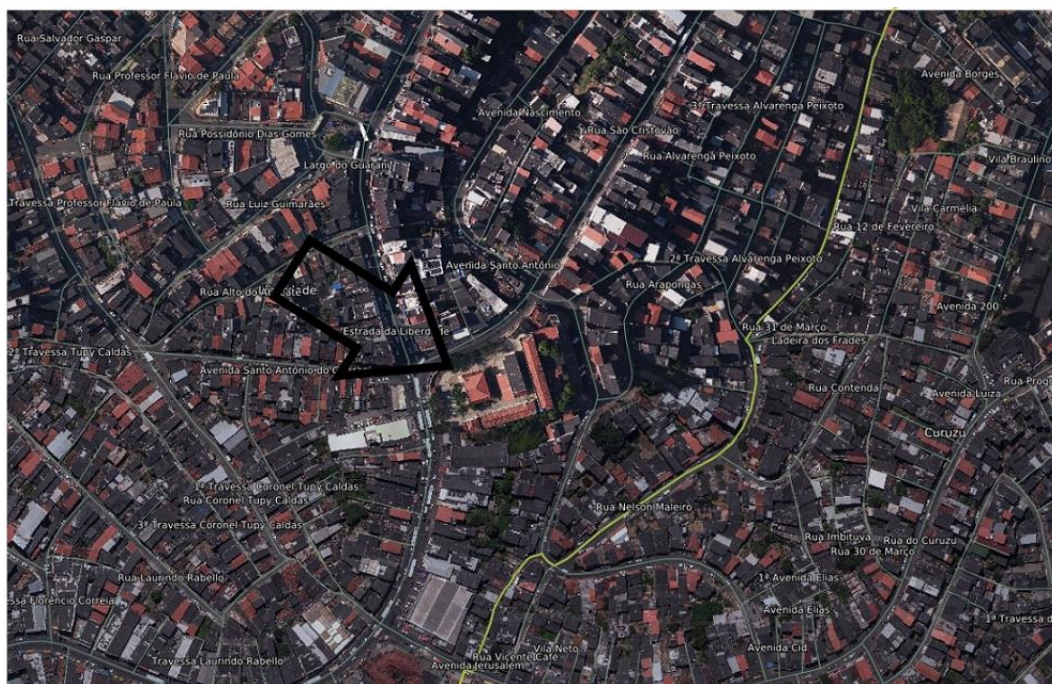


Imagem 1 - Escola Municipal Abrigo dos Filhos do Povo, Liberdade, Salvador- BA/Mapeamento Cartográfico de Salvador (SEFAZ)

Atualmente, como escola conveniada à Secretaria Municipal da Educação (SMED)⁴, continua a exercer seu papel educacional oferecendo o ensino fundamental e a Educação de Jovens e Adultos, tal qual o proposto desde a fundação. O nome do fundador foi totalmente esmaecido. Parece um estranho, forasteiro. Como professor de história da casa, habitada por ele e pela multidão de crianças e adultos que para ali se dirigiam no caminho das letras, nunca encontrei nas paredes um retrato sequer dele, de sua esposa e sucessora, dos meninos e das meninas, das professoras. O exemplar de seu primeiro livro – *As Provas de Minhas Ideias: O Abrigo dos Filhos do Povo pela causa da criança e o conflito social*⁵ – tardou a chegar às minhas mãos, porque estava perdido num armário. Lugar mais digno para essa obra rara seria a estante da Biblioteca Raimundo Frexeiras, inaugurada em 2008 na própria unidade escolar, segundo nota veiculada no site da SMED⁶. Nenhuma placa alusiva menciona essa homenagem, ultrajando a memória do fundador que, um século atrás, planejava a criação de biblioteca popular para servir aos moradores do lugar. Desapareceram as homenagens aos

⁴ Na condição de instituição conveniada, é oficialmente denominada como Escola Municipal Abrigo dos Filhos do Povo. Ao longo dessa dissertação, para escapar do anacronismo, farei menção ao nome definido na fundação ou simplesmente “O Abrigo”, conforme a imprensa dos anos 1920 se referia e a população da Liberdade reconhece cotidianamente.

⁵ FREXEIRAS, Raimundo Luis dos Santos. *As Provas de Minhas Ideias: o Abrigo dos Filhos do Povo pela causa da criança e o conflito social*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1920.

⁶ Escola Abrigo do Povo Inaugura Biblioteca. Disponível em: <http://educacao.salvador.ba.gov.br/escola-abrigo-do-povo-inaugura-biblioteca/>. Acesso: 18/11/2018. A notícia datada de 12 de agosto de 2008 informa que a inauguração ocorreu no dia 8 do mesmo mês.

protetores e às protetoras da casa. Depois de tanto perambular de norte a sul da cidade, fui descobrir que o patrono da escola municipal em que trabalho no bairro da Santa Cruz – Teodoro Sampaio – fora presidente da Associação Abrigo dos Filhos do Povo entre 1924 e 1937. Isso porque a documentação de natureza escolar existente na instituição e oficialmente conhecida remonta à década de 1980. Constitui tema em aberto o destino dado aos registros e objetos sabidamente produzidos e acumulados desde a fundação em 1918. Há, porém, formas muitas de fulgurar o passado escolar.

Nas caminhadas diárias do também morador da Liberdade, o Abrigo se tornou parte do mapa moldado nos passos. Para que eu pudesse chegar ao Largo do Tanque ou rumar para o Centro Antigo, a pé ou de ônibus, pelas enladeiradas Rua São Cristóvão e Estrada da Liberdade, que é a espinha dorsal do bairro, obrigatoriamente passava pela casa centenária. Um caminho denso de histórias. Essa importância era negligenciada. Observava o casarão distante da rua, do murmúrio dos pedestres, do vaivém de carros e ônibus, do comércio ambulante junto ao muro, à sombra dos flamboyants (*Delonix regia*). Via o letreiro com o nome, porém não atiçava a curiosidade. Tantas são as escolas públicas, cujos homenageados são vinculados ao poder político, à celebração da memória do Estado. Raridade uma instituição cujo nome evoca o ideal longo, o debate político, intelectual e pedagógico tecido desde a fundação da nação: educar os filhos do povo. Mergulhado na ignorância, na soberba dos saberes colonizados, desconhecia a trajetória da casa primeira de minha docência. Historicizando a obra de importância para a educação baiana, para a população negra me permiti rememorar meu itinerário de migrante negro e pobre começado na zona rural de Inhambupe, meu caminho das letras entre Guarulhos, no estado de São Paulo, e Salvador.

Quase sete anos atrás, na etapa de nomeação para o cargo de professor municipal, ocorreu a chegada ao Abrigo dos Filhos do Povo, motivada por obra de um arranjo de conveniência, e não por desejo. Optei pela carga horária de quarenta horas por razões econômicas. A escola disponibilizada distava muitos quilômetros da residência no bairro de Pero Vaz, nas proximidades daquela instituição de ensino. Acabei concordando com a alternativa formulada: no diurno, fui lotado na Escola Municipal Teodoro Sampaio, na orla da cidade; e à noite, no Abrigo. Travessia na direção sul para o encontro com crianças e adolescentes do ensino fundamental regular e; no cair da noite, já extenuado, hora do também complicado encontro com jovens e adultos.

A EJA não estava no meu horizonte. A visão limitada não permitia vislumbrar essa modalidade para além da suplência, para aqueles que não puderam frequentar a escola na

idade certa. A presença noturna no Abrigo era resumida à simples e breve passagem para complemento da carga horária. Maiores vínculos eram desnecessários. Bastava atravessar o caminho em direção à sala de aula, fazer o trabalho e me retirar. Um descanso depois da agitação das classes regulares, da viagem de retorno do sul da cidade. Os desafios logo surgiram, as inquietações foram demolindo as certezas. O curso noturno tinha outra matriz curricular. O Segmento da Educação de Jovens e Adultos (SEJA) estava organizado do seguinte modo: SEJA I, equivalente aos anos iniciais do ensino fundamental, era dividido em 4 estágios, integralizados em dois anos, em regime de semestralidade; SEJA II, equivalente aos anos finais de ensino fundamental, se distribuía em três áreas do conhecimento: Área I-A – Linguagens, seus Códigos e Expressões Culturais (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna e Artes); Área I-B - Linguagens, seus Códigos e Expressões Culturais (Língua Portuguesa, Educação Física e Informática); Área II - Ciências Humanas e Contemporaneidade (História, Geografia e Economia Solidária); e Área III - Ciências Naturais, Matemática e suas Tecnologias. A matrícula era semestral. Isso significava um desafio assombroso para ministrar história, além do encargo de lidar com um componente curricular estranho à formação - a Economia Solidária. Precisei solitariamente estudar para cumprir o encargo com algum prazer, descobrindo usos e possibilidades.

Desde 2015, o currículo vigora com novas mudanças. A semestralidade é substituída pela anualidade. Assim, a EJA I dispõe de três anos de formação (Tempo de Aprendizagem I, II e III), ao passo que a EJA II tem dois anos (TAP IV e V). Nessa última etapa os/as estudantes cursam Língua Portuguesa, Matemática, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física, Ciências, Geografia e História.

A perambulação entre as duas escolas dura até hoje, mas agora é percebida de outro modo. No entardecer, quando preciso me dirigir à Liberdade, sei que a viagem não é solitária. Viajam também outros/outras trabalhadores/trabalhadoras nos ônibus superlotados da orla até aquele bairro na zona norte, com o objetivo de assistir a aula. Exercício de paciência e resiliência para enfrentar a superlotação, a lentidão do trânsito, os eventos imprevisíveis da metrópole engarrafada, as ações policiais de repressão a furtos em coletivos que miram preferencialmente os itinerários suburbanos. Os percalços nessas travessias dos/das educandos/educandas não assumem a importância pedagógica merecida, restando apenas a observação quanto ao impacto na diminuta jornada escolar noturna.

Miguel Arroyo⁷ lembra que nas filas, nos ônibus e trens superlotados não há apenas trabalhadores e trabalhadores no retorno para casa, mas passando também pela escola. Uma luta inglória se desdobra a cada entardecer, protagonizada por grupos da sociedade brasileira que enfrentam as desigualdades, exclusões e negações de direitos. Lutam para tentar concluir a “última viagem escolar”.⁸

No Abrigo, começa a passagem do cortejo. As mulheres, que se desdobraram em vários trabalhos hercúleos ao longo da vida permitindo que seus/suas filhos/filhas concluíssem os estudos, reivindicam agora sua vez, seu momento de realizar o sonho representado pela escola. Querem ler e escrever para desempenhar os atos da vida cotidiana com autonomia. Jovens, dos quais vários provenientes do curso diurno regular, maiores de 15 anos, reputados como transgressores de toda ordem, detentores de repetências sucessivas, errantes de muitas escolas, chegam com o ultimato declarado: emende-se ou rua! A noite é a porta da rua da escola. Dentre os homens adultos não faltam relatos carregados de culpa infligida pelo desinteresse, pelos excessos juvenis apontados como causa do prejuízo aos estudos, do abandono. Retornam em busca do diploma como condição para ascensão profissional na empresa e sob a pressão da competição no mercado de trabalho. Passam também o grupo considerável de pessoas com deficiência física e intelectual. Em alguns casos, as mães vigilantes acompanham. A “última viagem escolar” dessa gente lembra ainda a primeira de muitos tempos atrás, com os mesmos obstáculos interpostos no usufruto dos direitos à educação, à integração social e ao atendimento educacional especializado. Por mais assíduas que sejam continuam invisíveis para as políticas públicas, presentes apenas em nome da socialização baseada no espontaneísmo. Num ritmo mais lento, os idosos que ali se encontram também para se distrair, depois das labutas diárias para o sustento da família. Pretendem completar o que não lhes foi permitido no primeiro alisar dos bancos escolares. Como estudantes zelosos, mirando as lições de disciplina e obediência guardadas nos fragmentos de memória, ocupam as primeiras cadeiras na espera para completar o jogo das letras. Exigem aprender história enquanto também buscam o domínio da leitura e da escrita. Diferentemente da meninada do ensino regular que pergunta o peso das atividades, implora pela aprovação a cada encerramento da unidade didática, muitos estudantes da EJA se impacientam cogitando serem aprovados, porque inseguros em relação àquelas habilidades.

⁷ ARROYO, Miguel. **Passageiros da Noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 27-30.

⁸ Ibid, p. 33.

Homens e mulheres percorrem a etapa final da pesada jornada diária, começada no alvorecer em pontos de ônibus, receosos pela insegurança pública nas periferias que vilipendia cotidianamente o ir e vir. Praticam variados misteres para garantir a sobrevivência de seus dependentes: empregadas domésticas, cozinheiras, atendentes, feirantes, vendedores/vendedoras ambulantes, pedreiros, porteiros, vigilantes, babás, cuidadores de idosos, mecânicos, cabeleireiras, manicures, microempreendedores, etc. Algumas trajetórias trazem lembranças de trabalho no campo. Misteres exigentes quanto à constituição de aprendizagens múltiplas.

O trabalho continua sendo influente, motivo de retorno e abandono. Quando a cruzada diária se mostra inconciliável com o tempo da aula, a viagem escolar se interrompe. Mais que exercício de compreensão quanto aos atrasos por parte do/da professor/professora, a política pública precisa dialogar com o mundo do trabalho. Explicando a lacuna desse diálogo, afirma Arroyo:

[...] No pensamento escolar é mais frequente vê-los como carentes e promete que se dominarem a leitura, sairão da pobreza. Alunos pobres na escola pública e na EJA como seu lugar. É menos exigente para um projeto radical de sua educação vê-los como carentes a suprir carências de habilidades escolares do que reconhecê-los trabalhadores e articular um projeto de educação com a radicalidade de suas experiências de trabalho. Quando o ponto de partida é reconhecê-los como trabalhadores a proposta de garantir seu direito à educação é obrigado a ter como referência os trabalhos de que sobrevivem, se trabalham em trabalhos precarizados, se tem dificuldades de articular tempos de trabalho-sobrevivência e tempos de escola. Se são injustiçados da ordem social, econômica e até escolar como trabalhadores. Questões que passam a ser obrigatórias nos currículos de formação dos seus educadores.⁹

Custou tempo até ver na caminhada noturna Ariadne oferecendo não um fio apenas, mas sim vários para incursionar entre os labirintos do arquivo e da sala de aula. Precisei me perder, mergulhar na consciência confusa permitindo o encontro do professor de história com a EJA, a forja da relação com o Abrigo dos Filhos do Povo.¹⁰ O que faz essa gente, senão, renovar a incessante procura pela escola iniciada pelas gerações que lhes antecederam na casa

⁹ ARROYO, 2017, p. 58-9.

¹⁰ Além da inspiração literária de José Saramago, há outras influências nessa caminhada labiríntica entre o arquivo e sala de aula: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1986; BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**: rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1987; ARAÚJO, Alberto Filipe & ARAÚJO, Joaquim Machado de. Dédalo e o Labirinto: a figura simbólica do labirinto como emblema da educação. In: ARAÚJO, Alberto Filipe; AZEVEDO, Fernando & ARAÚJO, Joaquim Machado. **Educação, Cultura e Imaginário**. Lulu Enterprises, 2013, p. 49-76. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/27933>. Acesso: 14/11/2018; INGOLD, Tim. O Dédalo e o Labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 44, p. 21-36, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v21n44/0104-7183-ha-21-44-0021.pdf>. Acesso: 09/01/2019.

escolar? A cada noite, na chamada pública, prestam inconscientemente homenagem às mães e pais operários/operárias, aos pobres, aos moradores da Estrada das Boiadas, que apinharam as varandas da casa de meninos e meninas para que pudessem aprender as letras, o cálculo e o ofício. À noite, retornavam do trabalho para alisar o banco, em que seus/suas filhos/filhas se sentaram mais cedo. Os rostos de hoje guardam certamente semelhança com os primeiros adultos matriculados no curso noturno do Abrigo, dos quais os registros não são tão copiosos. São negros e negras majoritariamente tal qual na época de fundação. O retrato da EJA é preponderantemente feminino. A história do Abrigo é marcada pela presença feminina desde o princípio. As meninas, alojadas na varanda esquerda da casa, eram tão numerosas quanto os meninos, à direita. Do lado de cá, a procura persiste num equilíbrio precário e sob ameaça. As lutas de trabalhadores e trabalhadoras pelo direito à escola, que remontam aos tempos do Império até o êxito perpetrado no texto constitucional fundador da República Nova, prosseguem. A história também está em aberto, suscetível à reescrita com outras vozes, interpretações, utopias e projetos.

Os/as estudantes da EJA têm o direito à história, à memória da escola pública brasileira. Têm o direito de compreenderem que seus percursos escolares não foram interrompidos, adiados tantas vezes por acidente ou motivos individuais. Têm o direito de livrarem dessa culpa infligida por não terem prosperado conforme lhes prometera a escola na primeira passagem.¹¹ Pelas várias instituições que passaram ao longo da vida em busca da escolarização, do conhecimento, enfrentando o histórico de reprovações sucessivas e incriminações sistemáticas quanto às dificuldades de aprendizagem, a promessa foi renovada. Se estudassem bastante, copiassem, memorizassem as lições e passassem de ano, a melhoria da qualidade de vida, o emprego digno, o futuro melhor eram as recompensas pela dedicação à escola. Os anos se passaram, os alunos atingiram a juventude e a vida adulta, voltaram para a escola, sem o amanhã encantador se materializar. É oportuno colocar essa promessa de futuro em suspeita, contrariar a flecha que rasga o cotidiano escolar e olhar para o passado, perguntando por que nessa longa história o “banquete do saber” tem sido servido a poucos, enquanto sobre tantos outros têm recaído a conta, por que jovens, adultos, mulheres, negros, trabalhadores rurais e urbanos, pobres, indígenas ainda são vistos e tratados como despossuídos do direito ao conhecimento, à cidadania plena. Em respeito ao périplo praticado

¹¹ ARROYO, 2017, p. 171-175; FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

diariamente, essas pessoas têm o direito de saber por que se encontram na “última viagem escolar.”¹²

Conforme argumenta Arroyo:

Sem entendermos essa tensa construção, a defesa do direito à educação fica em um vazio social e político. Nem todos os grupos sociais, raciais, de gênero foram reconhecidos sujeitos de direitos humanos. Alguns se autodefiniram sujeitos segregando trabalhadores, camponeses, mulheres, negros e indígenas como sem direito a ter direitos. Logo, sem direito ao conhecimento. O reconhecimento do direito desses grupos sociais à educação e ao conhecimento participa dessa segregação de seu direito a ter direitos. A instrução elementaríssima que lhes foi oferecido no Império e na República não foi pensado como direito ao conhecimento. As escolas das primeiras letras não garantiam o direito ao conhecimento. Até hoje, o domínio das habilidades de leitura, contas e noções elementaríssimas de ciências oferecido a milhões de brasileiros, não pode ser pensado como garantia do direito ao conhecimento socialmente produzido, acumulado.¹³

Nessa mirada para o passado escolar, há mais que a denúncia sobre o papel desempenhado pela escola na reprodução das desigualdades, hierarquias sociais, étnicas, raciais e de gênero presentes na sociedade brasileira, a exclusão e as estratégias para a disciplinarização e o controle sobre a população. Há outras histórias, versões não contadas, experiências, projetos, personagens tornadas invisibilizadas, apagadas, sem lugar na escrita oficial da história da educação e na aula da educação básica. Protagonistas desconhecidas recusaram a passividade diante da negação da cidadania e do conhecimento, mobilizaram-se, teceram alianças, negociaram a escolarização, aceitando as primeiras letras mesmo que oferecidas com precariedade, provisoriedade e limitação.¹⁴ Fizeram-se sujeitos de lutas que prosseguem nos dias de hoje, assumiram escolhas no leque de possibilidades limitadas, sem plena autonomia, trilhando por caminhos labirínticos. Há que ter cautela quanto à sedução das narrativas centradas na positivação, na construção de personalidades heroicas, na visibilidade do protagonismo dos excluídos, negligenciando as complexidades, tensões, ambiguidades, contradições dos processos históricos, e preservando as hierarquias, os modelos explicativos e paradigmas hegemônicos que produzem silenciamentos, invisibilidades e esquecimentos.¹⁵

¹² ARROYO, 2017, p. 31.

¹³ ARROYO, 2017., p. 168-9.

¹⁴ SILVA, Eliana Nunes da. Escola Mista na República: um lugar na sombra da história educacional. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 266-288, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40714>. Acesso: 15/06/2017.

¹⁵ SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. **Projeto História**, PUC, São Paulo, p. 297-325, 1998; PEREIRA, Júnia Sales & ROZA, Luciano Magela. O Ensino de História entre o Dever de Memória e o Direito à História. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 89-110. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/20/24>. Acesso: 25/10/2016; GOMES, Flávio dos Santos & DOMINGUES, Petrônio. **Da Nitidez e Invisibilidade**: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

A artesanía do historiador caminhante

Ter o fio de Ariadne não significa dispor do percurso traçado. Ignorante e curioso, fui caminhando, tateando, me fazendo autor da caminhada. A bem da verdade, reaproveitei as trilhas abertas pelos pesquisadores que me antecederam. Em sua dissertação intitulada *Educação e Disciplina: propostas para a infância Bahia (1924-1928)*,¹⁶ José Augusto Ramos Luz investiga os debates ocorridos na Bahia em torno do ensino primário, centrados nas estratégias para disciplinar e controlar a população a partir da infância, segundo as premissas do discurso republicano calcado nos ideais de ordem e progresso. Neste sentido, o Abrigo dos Filhos do Povo surge como exemplo das instituições criadas no período, com o objetivo de intervir, tutelar, remodelar a infância pobre. O autor cita passagens do livro *As Provas de Minhas Ideias*, para corroborar seu argumento, mas não tem como objetivo central o estudo da história da instituição. Na dissertação *Abrigo dos Filhos do Povo: a formação para os “filhos do povo segundo as ideias e propostas de Raymundo Frexeiras (1918 a 1920)*,¹⁷ Ladjane Alves Sousa, interessada em investigar o currículo proposto e as práticas escolares, recorre ao livro do fundador, acrescentando ainda ofícios da Diretoria de Ensino Municipal sobre a realização dos exames finais e jornais pinçando notícias sobre as doações, visitas de autoridades e morte do fundador. Desse modo, tenta driblar as dificuldades surgidas com a presumida ausência de documentos para enveredar na cultura escolar da instituição no recorte temporal restrito em função do livro. Na explicação aventada pela referida autora, *As Provas de Minhas Ideias* foi escrito para “preservar a memória do Abrigo. Segundo o autor, a população, sobretudo a empobrecida, vinha enfrentando um surto infectológico, e em consequência, muitos alunos estavam morrendo.”¹⁸ Essa motivação revela-se absolutamente infundada. Para o ano de 1920, com base na mesma fonte consultada, foram registrados apenas 3 óbitos de alunos matriculados.¹⁹

Sílvia Hunold Lara reaviva a salutar advertência de que “os documentos não existem para registrar a história”. Os/as historiadores/ historiadoras produzem os documentos necessários para responder às perguntas do problema formulado, promovendo a seleção dentre o conjunto de vestígios, fragmentos originalmente elaborados por motivos e fins

¹⁶ LUZ, José Augusto Ramos. **Educação e Disciplina: propostas para a infância Bahia (1924-1928)**. (Dissertação de mestrado) Salvador: UFBA, 2000.

¹⁷ SOUSA, Ladjane Alves. **Abrigo dos Filhos do Povo: a formação para os “filhos do povo” segundo as ideias e propostas de Raymundo Frexeiras (1918 a 1920)**. Salvador: UNEB, 2012.

¹⁸ SOUSA, 2012, p. 20.

¹⁹ FREXEIRAS, 1920, s.p (Anexo).

diversos. Transformam em documentos tudo que pode ser apropriado criativamente como ponte de diálogo com os homens e as mulheres do passado.

As escolas ainda operam sua organização documental na lógica totalmente arbitrária à pesquisa histórica e aos direitos constitucionais da memória, da informação pública, da cultura e do patrimônio cultural. A descrição de Diana Gonçalves Vidal e Iomar Barbosa Zaia sobre a situação encontrada nas escolas técnicas paulistas é bastante significativa a esse respeito:

[...] fomos levadas, em geral, à Secretaria, onde estavam os documentos de uso cotidiano (ou corrente), e o arquivo morto, depósito de papéis antigos, com pouco ou nenhum uso. Expressão comum, arquivo morto não apenas designava um lugar, indicava também uma função, ou melhor, uma não-função, para as folhas de documentos, empoeirados e, em grande parte, desorganizados: papéis sem interesse, acumulados pela inércia administrativa ou por um remoto valor legal.²⁰

Antes dessa etapa derradeira, perdem-se os objetos efêmeros que participam da produção diária do cotidiano em sala de aula. Nailda Marinho da Costa Bonato aponta que “num processo de descarte, os primeiros documentos que podem ser eliminados do *arquivo*, entendido como *morto*, são os ‘cadernos de alunos, planos de aula, diários de classe’ [...] Ao jogar-se fora a documentação de professoras e alunos personagens de nova história, junto jogam-se possibilidade de estudar-se o cotidiano, por exemplo, dessas escolas”(grifos da autora).²¹

A escola não é uma instituição fechada em si mesma, troca influências com a sociedade, a economia, a tecnologia, as culturas do mundo exterior. A escrita de sua história pode (e deve) se utilizar também de outros registros não propriamente vinculados às práticas escolares, como os debates parlamentares, a legislação, a imprensa, a literatura, os textos dos partidos políticos, etc. Por outra via, os vestígios ligados à jornada escolar diária podem ser transformados em documentos para análises diversas sobre o mundo extramuros. Dessa maneira, Dario Ragazzini defende que: “As fontes provenientes das práticas escolares não

²⁰ VIDAL, Diana Gonçalves & ZAIA, Iomar Barbosa. De Arquivo Morto a Permanente: o arquivo escolar e a construção da cidadania. In: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal & ALVES, Julia Falivene (orgs.). **Contribuição à Pesquisa do Ensino Técnico no Estado de São Paulo**: inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula de Souza, p. 33-42, p. 33, 2002.

²¹ BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os Arquivos Escolares como Fontes para a História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v.5, n. 2, , p. 193-220, p. 202-3, 2005.

representam as únicas possibilidades para os estudos históricos-educativos, portanto não são autossuficientes, ainda que sejam importantes e significativas.”²²

Nessa perspectiva, Dominique Julia²³ adverte ao exagero sobre o silêncio dos arquivos escolares, destacando a criatividade do/da investigador/investigadora para obter algum conhecimento das práticas escolares pretéritas por vias indiretas. Forçoso lembrar que todo diálogo com o passado sempre é indireto, fragmentado.

A produção busca fazer fulgurar aquilo considerado preliminarmente perdido, ausente. Para tanto, demanda o esforço paciente análogo ao artesanato para reunir “peças soltas e desconectadas, aos moldes de um grande quebra-cabeça, cujas estampas podem ser pinçadas no interior dos mais diversos acervos: públicos (estadual/federal), privados institucionais e também nos pessoais e familiares,”²⁴ conclui Elizabeth Madureira Siqueira.

Investigar é, de acordo com Marcus Aurélio Taborda de Oliveira,²⁵ uma forma de exploração do mundo, promoção do pensamento, exercício de criatividade. Investigar é arte, prática artesanal que requer mais que o manejo do aparato técnico, metodológico e racional, precisa estar aberta à surpresa, ao encanto da descoberta, à aventura guiada pela imaginação. O referido autor afirma que:

[...] O conhecimento histórico não existe até que sejamos capazes de nos perdermos no caos, de capturar evidências, analisar e refletir de modo a dar sentido também à experiência. Na medida em que, trôpegos pelas ruas das cidades, tombamos com o diferente e aparentemente inexplicável, captamos sinais, observamos vestígios; depositados em arquivos, bibliotecas, fundos, ruas, monumentos, cruzamos evidências, descobrimos possibilidades e nos evadimos do conforto de repetir.²⁶

Durval Muniz de Albuquerque Júnior²⁷ participa dessa desmitificação da pesquisa histórica apontando para a mediação da subjetividade, da emoção, da sensibilidade na relação

²² RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação. **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 13-27, p. 20, 2001.

²³ JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

²⁴ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Reconstituindo Arquivos Escolares: a experiência do GEM/MT. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 123-152, p. 147, 2005. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38649/20180>. Acesso: 14/04/2017.

²⁵ OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. Entre a Pesquisa Administrada e a Prática do Artesão: uma aventura, uma vontade, um projeto. In: ALVES, Luís Alberto Marques & Pintassilgo, Joaquim (orgs.). **Investigar, Intervir e Preservar em História da Educação**. Porto: CITCEM, 2017, p. 65-78.

²⁶ OLIVEIRA, 2017, p. 69.

²⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Raros e rotos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/29126>. Acesso: 10/10/2018.

que os/as historiadores/historiadoras estabelecem com os documentos. As escolhas de trabalho por determinados conjuntos documentais não obedecem estritamente ao ditame da racionalidade. De acordo com o autor supracitado, “os documentos emocionam, nascem com a sensibilidade do pesquisador, os documentos se tornam mais ou menos relevantes, se tornam dignos de eleição, de escolha, de seleção, de recolha, de registro e de citação pela emoção que causam no pesquisador, pelo impacto sensível que exercem sobre quem os lê.”²⁸

Lembro-me dos sobressaltos experimentados numa manhã no Setor de Periódicos Raros da Biblioteca Central do Estado da Bahia (BCEB). Semanas antes, analisando as reportagens em meio digital do jornal A Tarde, chamou a atenção a repetição de anúncio entre 1919 e 1920, solicitando às famílias a doação de latas de leite condensado vazias para o Abrigo dos Filhos do Povo. Fiquei matutando que uso o material teria, talvez empregado na cozinha. Faltava a evidência para corroborar a imaginação. O assunto foi deixado de lado. Devassava O Imparcial no mês de março de 1919. Muitas notícias eram esperadas sobre o Abrigo, em razão das indicações extraídas das dissertações lidas e do livro As Provas de Minhas Ideias. Afortunadamente, encontrei uma nota explicativa sobre o pedido de latas, informando que seriam usadas para a fabricação de canecos. A iniciativa era referenciada numa escola de meninos pobres no Uruguai.

Outra surpresa me aguardava no quarto livro encadernado daquele mesmo periódico. Já tinha conhecimento sobre a correspondência enviada por Raimundo Frexeiras para Rui Barbosa, convidando-o para conhecer o Abrigo. Não esperava encontrar menção desse contato no noticiário. No dossiê, disponibilizado através do repositório digital da Fundação Casa Rui Barbosa, havia identificado uma carta escrita por adulto, com assinaturas de quatro garotos matriculados na instituição. Na biblioteca, lia as matérias do mês de novembro de 1919. Na virada de página na edição do dia 26, me deparei com o título no canto superior esquerdo: “Rui e as crianças”. Capturei a menção ao Abrigo, os nomes dos meninos. O coração descompassou, os olhos arregalaram. A excitação não passou despercebida pelo funcionário. Levantei-me vigorosamente para fazer a fotografia. O que foi noticiado? Pois bem, prossiga e descubra mais adiante!

Os jornais constituíram o principal e mais extenso conjunto documental desse trabalho. Abriram janelas para a exploração e o entrecruzamento com outros documentos. Foram arrolados os seguintes periódicos circulantes em Salvador entre 1918 e 1940: A Tarde, Diário da Bahia, Diário de Notícias, O Imparcial, A Manhã, A Noite, A Hora, Jornal de Notícias,

²⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 12.

Gazeta de Notícias e O Estado da Bahia. Os quatro primeiros cobriram todo o período investigado, enquanto os demais abrangeram parcialmente. A repercussão do Abrigo dos Filhos do Povo fora da Bahia e a origem pernambucana de seu fundador principal determinaram a busca na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional, permitindo a recolha de indícios nos seguintes títulos: no Rio de Janeiro – O Paiz, O Jornal, Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Imparcial, A Noite, Diário Carioca, Jornal do Commercio, O Brasil; em Pernambuco – Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e A Província; em São Paulo – Correio Paulistano; no Paraná – Correio do Paraná; e em Santa Catarina – O Estado. Foram também encontradas menções nos Relatórios dos Ministérios da Fazenda, da Justiça e da Agricultura e nas Mensagens do Governador da Bahia à Assembleia Geral Legislativa.

Os jornais participaram ativamente dos debates e das transformações da vida republicana ao longo do século XX. A urbanização, a riqueza derivada da agroexportação, a efervescência política e cultural, a expansão e a melhoria dos sistemas de comunicação e transporte, a imigração, a industrialização e os acontecimentos mundiais alimentaram a proliferação e a segmentação de jornais e revistas. A informação célere era demandada e a imprensa se configurava como meio de integração do país continental.²⁹

Através desses veículos de informação e comunicação, intelectuais traçaram os diagnósticos e as soluções para reforma do povo e da nação, sob o primado do progresso, do liberalismo e da modernidade. Procuraram ecoar seus projetos, polemizaram, mobilizaram em busca de adesão. A expansão da escolarização era uma das questões suscitadas nesse debate por meio da imprensa. A escola era pedra angular da sociedade que se almejava construir. As autoridades incumbidas da instrução pública, professores e professoras, acadêmicos, operários, associações civis e religiosas, famílias e indivíduos se revezaram na tribuna privilegiada em defesa da escolarização primária. As notícias, notas, querelas, denúncias e campanhas veiculadas permitem construir leituras plurais e enriquecidas sobre a construção da escola republicana, desvelando rostos, nomes e experiências que foram objeto de invisibilidade e esquecimento.

Raimundo Frexeiras foi um dos muitos indivíduos que, ao ocupar a tribuna privilegiada, distribuiu uma variedade de registros com a finalidade de fazer propaganda da instituição, interessado em mostrar aos ricos, à sociedade, os feitos alcançados com a escolarização da

²⁹ MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

infância desvalida, justificando a necessária ajuda para sua manutenção e consolidação. Sínteses de relatórios, dados de matrícula, descrições das condições de funcionamento, festividades escolares, resultados dos exames finais e outros temas relativos ao Abrigo dos Filhos do Povo foram publicados com frequência e minúcia. Como peça a serviço de propaganda, há que se atentar para o fato que levou ao conhecimento público o que era interessante mostrar, ocultando outros detalhes.

Os jornais são objetos efêmeros. Satisfeito o apetite do leitor pelas novidades do dia, estão condenados ao descarte. Não duram um dia. Não obstante, observa Raquel Discini de Campos:

[...] Inversamente à fugacidade concreta, no entanto, a força imaterial está justamente na reiteração, dia após dia, edição após edição, ano após ano de determinados padrões culturais compartilhados por aqueles que os escreveram e os consumiram. Um contrato de confiança subjaz entre aquele sujeito coletivo que envolve quem participa da edição e da leitura do jornal. Esse contrato de confiança envolve crenças, aspirações e memória.³⁰

A leitura por quem promove a investigação histórica é diversa. Os periódicos mais antigos são encadernados. Três ou quatro meses de publicação são reunidos em único volume, pesado, de difícil manuseio para o funcionário e o/a pesquisador/pesquisadora. A fragilidade do papel requer toda delicadeza para virar a página, sem produzir danos e prejuízos às futuras investigações. Às vezes, as páginas iniciais encontram-se reduzidas ao punhado de restos que precisa ser remontado para a leitura, quando possível. Se o dia é farto de novidades, olha-se com apetite para os próximos volumes. Nas situações em que meia dúzia de notas consome totalmente a jornada de trabalho de oito horas, o sono, o tédio, o cansaço e o desconforto climático na sala de leitura atraem a frustração. Não é exagero dizer que trabalhar com jornais é escavação hercúlea, buscando colher “fragmentos verossímeis da cultura de um tempo e de um espaço.”³¹ São restos, sobras não transformadas em forragem do chão ou embrulho de peixe na feira, perspectivadas de outra maneira como possibilidades indiretas, parciais de contato com as leituras que homens e mulheres fizeram de seu tempo, de sua cultura, da educação.

Apostando na propaganda para enfrentar as dificuldades de funcionamento do Abrigo, Raimundo Frexeiras contratou o fotógrafo Trajano Dias para registrar a casa escolar, as

³⁰ CAMPOS, Raquel Discini de. No Rastro de Velhos Jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 45-70, p. 61, 2012. Disponível em: <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/viewFile/38775/20305>. Acesso: 04/06/2017.

³¹ Ibid, p. 66.

escolas masculinas e femininas, alunos e alunas, professoras, trabalhos na oficina de costura, materiais de ensino e exercícios caligráficos. Essas fotografias ilustraram o livro *As Provas de Minhas Ideias*. Catorze originais remanescentes foram localizadas no acervo da Fundação Casa Rui Barbosa, que as cedeu por meio digital após a assinatura de contrato para uso nessa dissertação. Apenas duas fotografias apresentam a autoria atribuída a Trajano Dias: os retratos coletivos dos fundadores e primeiros diretores e das professoras acompanhadas da diretoria técnica. Graças ao cruzamento com as informações do livro e dos jornais, foi possível reconhecer o citado fotógrafo como autor dos outros registros fotográficos, a datação e o uso na produção de outro artefato de divulgação: o filme sobre o Abrigo que esteve em cartaz nos principais cinemas de Salvador entre 1921 e 1922.

Quanto ao fotógrafo Trajano Dias ou T. Dias, rastreou-se que sua atuação no ramo ocorreu entre 1916 e 1940. Trabalhou em Salvador nº 4 da rua São Pedro, depois se mudou para o São Bento. Esteve associado a F. Molinari. Retratou alguns professores da Faculdade de Medicina da Bahia. Além disso, existem fotografias suas depositadas no arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), cujos temas são instituições educacionais de Salvador, Centenário da Independência, inauguração da Avenida Sete de Setembro e outros monumentos. Morreu em 1960.³²

Segundo Rosa Fátima de Souza,³³ a fotografia escolar foi um gênero bastante difundido no começo do século XX para variados usos. Essa difusão estava vinculada ao valor social conferido à escola pela família, pela cidade e pelo Estado. Não só foram criadas publicações próprias para sua veiculação, como também as fotografias de escolas estampavam publicações oficiais como o Censo de 1920, ilustrado com vários registros das fachadas monumentais das escolas distribuídas pelo país afora. Os governos eram importantes contratantes para a exaltação das realizações em matéria da instrução pública.³⁴

O trabalho executado por Trajano Dias tinha como destinatários os/as leitores/leitoras do primeiro livro dedicado ao Abrigo, narrando visualmente as condições de funcionamento

³² FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. **O Acervo Cultural da Faculdade de Medicina da Bahia** – Primaz do Brasil. Salvador, 2017, p. 49.

³³ SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 18, p. 75-101, Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602001000200007&lng=en&nrm=isso> Acesso; 20/05/2017.

³⁴ VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, p. 177-194, set. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/3745/2149>>. Acesso em: 10/11/2018.

em 1920, quem eram os meninos e as meninas que ali eram instruídos e preparados para o trabalho, e a vida social com disciplina, seriedade e ordem, aspectos bastante afirmados na construção das cenas.

Desviada do uso propagandístico, a fotografia escolar assume novos sentidos na pesquisa e no ensino de história. As cenas que tematizam as atividades de ensino abrem janelas para as materialidades, as tecnologias postas em uso na produção do cotidiano escolar no passado. Trajano Dias não mirou sua câmera para uma fachada monumental construída para sediar as escolas, e sim para uma residência que abrigou a multidão nas varandas cobertas de palha. Os artefatos obsoletos, que materializam outra relação social e pedagógica, descartados como velharia ou talvez depositados em alguma coleção particular, fulguram outra vez permitindo o redesenhar da sala de aula pretérita com imprecisões e opacidades.³⁵

A fotografia traz à tona presenças antes tornadas ausentes. Negros e negras como alunos, alunas, professoras, beneméritos da educação popular. Instauram reflexões sobre as perspectivas nutridas pelas famílias que colocavam suas crianças no caminho das letras, mesmo sendo um teto precário e provisório tanto quanto a habitação.

O intenso palmilhar nos labirintos dos arquivos leva a tomar caminhos imprevistos. Os conflitos internos do Abrigo no ano de 1940 levados ao conhecimento público pelos jornais desembocaram na 1ª Vara do Cível da Capital. No dia 30 de julho de 1942, o advogado Raimundo de Souza Brito, representante constituído pela Associação Abrigo dos Filhos do Povo, presidida pelo professor e cirurgião-dentista Augusto Lopes Pontes, ingressou com uma ação indenizatória contra Joventina de Alves de Souza Valverde, viúva de Raimundo Frexeiras e casada em segunda núpcias com o ex-aluno Júlio Valverde, também arrolado pela acusação. A ação reivindicava o ressarcimento de prejuízos estimados em 20 contos de réis, motivados por superfaturamento, ausência de documentação comprobatória sobre gastos e

³⁵ LAWN, Martin & GROSVENOR, Ian. Em Caso de Dúvida Preservar: explorando os vestígios da cultura material e de ensino em escolas inglesas. In: MOGARRO, Maria João (org.). **Educação e Patrimônio Cultural: escolas, objetos e práticas**. Lisboa: Colibri/IEUL, 2013. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B4_wPhQ1vbVGMjBNd3hTRG4tWIU/edit. Acesso: 13/08/2017; VIDAL, Diana G. No Interior da Sala de Aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 25-41, 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>. Acesso: 13/12/2016.; VIDAL, Diana G. & SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Por Uma História Sensorial da Escola e da Escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 29-45, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2127/1629>. Acesso: 13/12/2016; BENITO, Agustín Escolano. Patrimonio Material de La Escuela e Historia Cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 13-28, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2125/1628>. Acesso: 13/12/2016.

despesas, desvios de recursos e outras irregularidades administrativas. O processo se arrastou por três anos até a celebração de um acordo extrajudicial entre as partes litigantes. Antes do início do litígio, Joventina Valverde e seu marido já haviam abandonado a residência no Abrigo, levando consigo as chaves da casa principal. A instituição requereu judicialmente a realização de perícia para apontar o que por direito pertencia à ré. Desse modo, se não foi possível colher mais detalhes da mulher que esteve presente nas duas primeiras décadas na liderança na casa escola, o processo cível e o auto de vistoria forneceram informações sobre o funcionamento interno, o mobiliário escolar, o maquinário para o ensino de ofício e outros vestígios, inclusive o filme do Abrigo encontrado no gavetão de um guarda-roupa.

A caminhada pelos arquivos foi frutífera, tão sedutora a ponto de desnortear e fazer perder de vista o retorno ao labirinto originário: a sala de aula. Depois de tatear, sentir o prazer das descobertas, mapear os pontos da cidade onde estão guardados vestígios da história do Abrigo dos Filhos do Povo, o retorno não poderia se fazer no traçado retilíneo, vinculado a uma meta pré-estabelecida. O percurso labiríntico é em si pleno de aprendizagens.

Consciente da responsabilidade contraída ao ingressar num programa de mestrado profissional vocacionado ao desenvolvimento de estudos, reflexões e práticas inovadoras para o ensino de história e impactantes sobre a formação docente e as aprendizagens de alunos e alunas, decidi-me por fazer a restituição necessária através da elaboração de uma sequência didática, dirigida às/aos estudantes dos Tempos de Aprendizagem (TAP) IV e V, da EJA II, tematizando a história do Abrigo. Essa escolha coloca em evidência a dimensão vital para o exercício da profissão docente, ou seja, o preparo da aula.

Preparar a aula e o alimento são fazeres repletos de semelhanças, consagram a entrega ao outro, largamente praticados por mulheres.³⁶ A face pública, efêmera e rotineira encenada na interação com estudantes e comensais assume maior relevância em relação ao exercício prévio escondido nos bastidores, na noturnidade, na domesticidade. Mestras e mestres que se dedicam a ensinar, repartir o saber coletivo podem se inspirar nos truques, gestos e engenhosidades empregadas para preencher de sabores as refeições. Saber pede sabor.

A aula em preparação requer bem mais que o domínio da racionalidade, do conhecimento técnico e especializado. Mobilizam-se no ato a sensibilidade, os afetos, a memória, a história individual, a pessoa da/do professora/professor por completo. Seu ensaio não deve procurar a garantia da eficiência e a produção da saciedade das pessoas convidadas

³⁶ Para uma saborosa e estimulante reflexão sobre as relações entre ensinar e cozinhar, recomendo as obras de Rubem Alves: *A Alegria de Ensinar* (1994) e *O desejo de Ensinar a Arte de Aprender* (2004).

ao banquete servido em sala de aula. De acordo com Rubem Alves, é preciso justamente produzir o contrário, a fome:

[...] o prazer do gosto do cheiro não convivem com a barriga cheia. O prazer cresce em meio as pequenas abstenções, às provas que só tiveram a língua... É aí que o corpo vai se descobrindo como entidades maravilhosamente polimórfica na sua infindável capacidade para sentir prazeres não pensados. Já os estômagos estufados põem fim ao prazer, pedem os digestivos, o sono e a obesidade. Cozinheiros de tropa nada sabem sobre o prazer. A comida se produz às dezenas de quilos. Pouco importa que os corpos sorriem. Comida combustível. Que os corpos continuem a marchar. Melhor se fossem pílulas. Abolição da cozinha, abolição do prazer; para utilidade, zero de fruição.³⁷

Em vez de empanturrar com o conhecimento pronto, acabado, previamente deglutido para ser facilmente absorvido, é preciso provocar o pensamento e a disposição para a ação, para aprender, tomar para si o que se deseja, o conhecimento. Desse modo, há que se imaginar a sala de aula a partir do conceito da cozinha aberta, dialógica, aconchegante e despojada da divisão de trabalho clássica, marcada pelo individualismo e pela hierarquia de papéis e responsabilidades. Os comensais, alunos e alunas, possam conhecer o lugar onde é preparado o repasto servido na aula de história; como trabalham aos que escrevem e contam histórias; a origem e a seleção das matérias-primas empregadas no ofício; os cuidados necessários na manipulação lidando com as potencialidades, fragilidades e complementariedades do conjunto de ingredientes, técnicas e métodos privilegiados na criação. Além disso, possam assumir o desafio de tomar os ingredientes, os documentos com os quais são produzidas as leituras sobre o tempo, e criar suas refeições, suas histórias.

Em termos pedagógicos, a sequência didática revela-se a escolha mais adequada para executar tal o propósito porque, contrariando o modelo de aula fragmentada, resumida a atuação concentrada na exposição oral do/da professor/professora, contribui para o fazer mais complexo e convidativo à participação, ao diálogo entre os sujeitos envolvidos na realização de atividades diversificadas e articuladas entre si. Essa possibilidade de organização do trabalho escolar favorece a construção do ambiente para ensinar e aprender, fundado na investigação, no aprendizado de procedimentos para saber trabalhar em grupo, debater, formular questões, hipóteses e soluções, analisar, comparar, extrair informações, comunicar. Por consequência, a sequência didática impele ao exercício prévio da escrita como condição essencial para a aula.

³⁷ ALVES, Rubem. *Mestres e Cozinheiros*. Folha de São Paulo, 24 de setembro de 1983, p. 22. Disponível: <https://institutorubemalves.org.br/wp-content/uploads/2018/08/1983.09.24.pdf>. Acesso: 20/03/2019.

Feita a preparação, o ensaio é lançado no terreno da imprevisibilidade, ao sabor das circunstâncias, singularidades de cada encontro em sala de aula e reações do público com os ingredientes, as misturas de temperos (bem-estar, calma e diminuição do estresse, cansaço, indigestão, fome, irritação, agitação, riso). Contudo, a proposição didática elaborada para o estudo em questão não atingiu a fase de execução, de reinvenção. Essa resolução deve-se, em primeiro lugar, porque a investigação exigiu mapear e explorar analiticamente os documentos que pudessem satisfazer a curiosidade, a fome do professor por conhecer a trajetória do Abrigo dos Filhos do Povo, exigindo elevado investimento de tempo, disciplina e trabalho levado a quase exaustão física e mental. A sistematização das descobertas, o aprendizado obtido e vertido nesse texto dissertativo em benefício da/da leitora/leitor também requereu demorado exercício artesanal de escrita, entrecortado de bloqueios de escrita e relampejos de ideias na madrugada vendo o raiar do dia. Foi assim que me fiz autor de descobertas, alguém consciente de sua ignorância e capaz de se mover guiado pela curiosidade para aprender e compartilhar a fome.

Produzida a matéria-prima, levá-la à sala de aula representaria operar outra produção, outro empreendimento investigativo cercado de peculiaridades e protocolos indispensáveis para a participação de educandos e educandas no fazer compartilhado da pesquisa, além do investimento necessário para análise dos resultados. Por isso, não se desdobrou esse passo.

Por fim, compartilho a receita inventada enquanto caminhava faminto, desejoso em conhecer a história da escola em que atuo e que se vincula às trajetórias de homens e mulheres, trabalhadores que ocupam as salas de aula, a cada noite, para saciar a fome de escola, das letras. Conhecidas essas necessidades, consultei as orientações daqueles que já haviam se debruçado sobre a história do Abrigo. Na produção historiográfica consultada, percebi descrições lacunares, imprecisões explicadas como fruto da suposta ausência de documentos para melhor contextualizar a fundação da instituição, mas também derivadas do tratamento tangencial dado ao tema. Embrenhado nos labirintos dos arquivos, prospectei ingredientes nada inéditos, porém subutilizados nas lavras anteriores, negligenciados e tidos como perdidos tal como condimentos dispersos no soprar do vento. Elegi o jornal como principal matéria-prima e, a partir dele, outros documentos foram assimilados à massa de evidências, dando forma aos dois primeiros capítulos dedicados aos dezoito anos iniciais de existência da instituição, marcados pela liderança de Raimundo Frexeiras e pela longa campanha através da imprensa em favor da sobrevivência econômica. A morte prematura do fundador tão atuante instaurou nova fase na vida institucional, justificando a extensão da

investigação até 1936, quando foi aventada a estadualização. O fracasso originou nova unidade escolar no bairro da Liberdade: a Escola Duque de Caxias. A casa-escola, estabelecida na encruzilhada da Liberdade desde 1918, continuou alquebrada, mas resiliente. Essa resiliência certamente auxilia a entender sua pujança no alvorecer do centenário.

Finalmente, no terceiro capítulo, volto-me para o desafio de mobilizar o aprendizado obtido, reunir os ingredientes prospectados nos labirintos dos arquivos e escrever a sequência didática destinada aos/às estudantes da EJA, tematizando a história do Abrigo dos Filhos do Povo, as lutas de um passado ainda presente encarnadas nas mulheres, nos homens, jovens e trabalhadores que chegam esperançosos em concluir o projeto repetidamente interrompido: o direito à escola, ao conhecimento, à história.

CAPÍTULO 1

O MASCATE, SUAS IDEIAS E O ABRIGO DOS FILHOS DO POVO

1.1. Origens familiares e migração para Salvador

Raimundo Luiz dos Santos Frexeiras, filho de Maria Leopoldina dos Santos Frexeiras e João Frexeiras, nasceu provavelmente em 19 de agosto de 1882,³⁸ na cidade de Pesqueira,³⁹ então Província de Pernambuco. Não se sabe se teve irmãos e/ou irmãs. Oriundo de uma família pobre, sua passagem pela escola foi breve, convocado precocemente aos labores necessários ao sustento. Aprendeu na infância o ofício de mascate. Em *As Provas de Minhas Ideias*, Raimundo Frexeiras relata:

Afastado, antes dos doze anos de idade, em 1894, pela escassez dos meus pais, das labutas escolares; impelido, do mesmo passo, em sentido contrário, no embrutecimento traquejo dos mui materiais ofícios que me têm garantido a sobrevivência de minha casa, num remorado tirocínio de 24 anos (tantos de meu interregno no manuseio das letras) não podia, de humana condição, dizer, com esmero de frases, o que minh'alma com apuro de sentimento concebeu, e minha consciência, com rigidez de princípios, peleja, sustenta.⁴⁰

³⁸ A data de nascimento é presumida com base nas notas de jornal alusivas à passagem de seu aniversário e também às indicações extraídas do livro *As Provas de Minhas Ideias*.

³⁹ Pesqueira. Originalmente ocupada pelos índios Xukuru e Paratió, estabelecidos ao longo da serra do Ororubá, somente no século XVIII a região começou a atrair colonos portugueses, acompanhados também pelos padres jesuítas, que fundaram uma capela e um convento para a catequese. Surgiu assim a Aldeia de Ororubá, mais tarde elevada à categoria de vila e rebatizada com o nome de Cimbres, de acordo com o Alvará de 3 de abril de 1786. Catorze anos depois, Manoel José de Siqueira, genro do pioneiro Antônio dos Santos Coelho da Silva, instalou sua fazenda em local que possuía uma cascata e um poço abundante de peixes, por isso a propriedade foi denominada Poço de Pesqueira, em torno da qual outro núcleo de povoamento se constituiu. A Lei Provincial Nº. 20, de 13 de maio de 1836, transferiu a sede da vila para a povoação de Santa Águeda de Pesqueira. A conversão em cidade veio em 1880, alterando-se também o nome para Santa Águeda, o que não agradou a população. Finalmente, 3 de agosto de 1893, foi oficializada a mudança de nome para Pesqueira. (BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros vol. 18** Pernambuco. Rio de Janeiro, IBGE, 1958, p. 210-2)

⁴⁰ FREXEIRAS, 1920, p. 3.

Nesse período, a família transitou entre Pesqueira e Palmares,⁴¹ também localizada em Pernambuco, vivendo de algum pequeno comércio e da agricultura.

Raimundo Frexeiras migrou para Salvador em 1908, estabelecendo-se no distrito de Santo Antônio Além do Carmo, no trecho da antiga Estrada das Boiadas, atual Estrada da Liberdade, região correspondente ao bairro da Liberdade. Foi uma migração solitária possivelmente.

Anúncios publicados nos jornais pernambucanos, como *Pequeno Jornal*⁴² e *Jornal do Recife*⁴³, entre maio e junho de 1912, indicam que o pernambucano se envolveu na comercialização de produto bem mais cobiçado e rentável que as quinquilharias que mascateava - a laranja-da-baía.⁴⁴ Ele estava vendendo enxertos e laranjas na casa Neves Pedrosa & Cia., situada na Rua da Penha, nº. 31-33, no Recife. Os anúncios descreviam ainda os procedimentos que os agricultores deveriam seguir no cultivo.

Em 1913, casou-se com a pernambucana Joventina Alves de Souza. O casal fixou residência na casa situada na Ladeira das Pedras,⁴⁵ atual Rua São Cristóvão. A casa pertencia à União Fabril da Bahia.⁴⁶ Na imagem abaixo,⁴⁷ vê-se o imóvel onde também foi instalado o

⁴¹ Uma nota publicada pelo jornal pernambucano *A Província*, de 24 de setembro de 1904, menciona a criação do Grupo Filodramático Arthur Azevedo, ocorrida em 7 de setembro daquele mês, em Palmares, tendo sido eleito como presidente um certo Raimundo Frexeiras. (FBN/HDG. *A Província*, 24/07/1904)

⁴² FBN/HDB. *Jornal Pequeno*, 27/05/1912, p. 3.

⁴³ FBN/HDB. *Jornal do Recife*, 02/06/1912, p. 3. O mesmo anúncio foi repetido em várias edições do mês de junho.

⁴⁴ A laranja-da-baía (*Citrus sinensis*), também conhecida como laranja-de-umbigo, surgiu de mutação natural nos laranjais cultivados nas Estradas do Cabula e do Saboeiro, em Salvador, no século XIX. A variedade não possuía sementes, dependendo de enxertos para se propagar. A fruta grande, atraente pela tonalidade da casca e pelo sabor, era apreciadíssima e desejada. Mudas foram enviadas para a Califórnia, nos Estados Unidos, e se espalharam pelo mundo com o nome de Washington Navel. (Laranja, laranjinha doce: uma breve história dos laranjais do Cabula. Disponível em: <http://www.tbccabula.com.br/cabula-acontece/historias-do-cabula/385-laranja-laranjinha-doce-uma-breve-historia-dos-laranjais-do-cabula>. Acesso: 14/11/2018.

⁴⁵ Corresponde à atual Rua São Cristóvão, que liga o Largo do Tanque à Estrada da Liberdade. O imóvel cedido somente foi incorporado ao patrimônio da Associação Abrigo dos Filhos do Povo em 1934 por doação (ver ANEXO A). Uma evidência extraída do jornal *A Tarde* sugere que, antes do domínio da União Fabril da Bahia, o imóvel fora sede da fazenda denominada Souza Marques. (*A Tarde*, 17/04/1933, p.2)

⁴⁶ A Companhia União Fabril da Bahia possuía fábricas de tecidos na Bahia: São Salvador (Nazaré), Nossa Senhora da Penha (Penha), Santo Antônio do Queimado (Santo Antônio), Nossa Senhora da Conceição (Tanque da Conceição), Modelo (Baixa dos Sapateiros) e São Carlos do Paraguaçu (Cidade de Cachoeira). Em 1932, foi celebrada a fusão com a Companhia Progresso Industrial da Bahia, recebendo então o nome Companhia Progresso União Fabril da Bahia.

⁴⁷ No arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, as fotografias recebem o título genérico de Abrigo dos Filhos do Povo. Optei por oferecer outros títulos mais específicos, em benefício da pesquisa e dos

Abrigo dos Filhos do Povo. A bandeira nacional hasteada assinala a mensagem patriótica que se pretendia difundir ali. Nota-se a cobertura das varandas, que abrigavam, à direita, as escolas masculinas, e à esquerda, as escolas femininas.

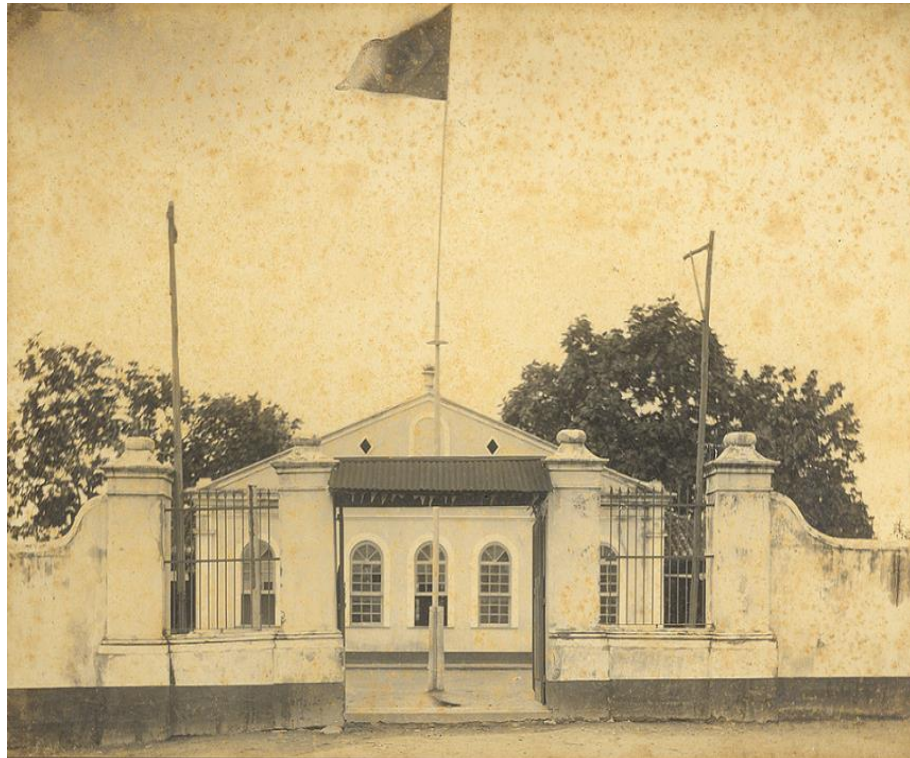


Imagem 2 – DIAS, Trajano. [Residência da Família Frexeiras e sede do Abrigo dos Filhos do Povo], 1920. Salvador - BA/FCRB

Dois anos depois, Raimundo Frexeiras iniciou as atividades como cobrador de terrenos daquela empresa, conforme a nota publicada pelo diretor João Pereira de Carvalho, no jornal *A Tarde*, de 27 de outubro de 1915: “Pelo presente se faz público, para conhecimento de todos os srs. Rendeiros, que tendo pedido exoneração de cobrador o sr. João de Mattos Teixeira, foi nomeado o sr. Raimundo Frexeiras, com plenos poderes para a cobrança das rendas de todos os terrenos quer do Norte quer do Sul do Tanque.”⁴⁸ Não há maiores detalhes sobre a extensão da jurisdição na direção norte.

leitores. Quanto a autoria, as evidências colhidas no livro *As Provas de Minhas Ideias* permitem atribuir a autoria a Trajano Dias e afirmar que o registro foi feito na primavera de 1920.

⁴⁸ *A Tarde*, 27/10/1915, p. 2. Em algumas passagens da obra *As Provas de Minhas Ideias*, Raimundo Frexeiras se contradiz quanto o ano de contratação pela União Fabril da Bahia, declarando inicialmente ter sido em 1917. Mais adiante, escreveu que o trabalho começou em 1915. Na condição de empregado daquela empresa, não pagava aluguel. Esse benefício foi estendido ao Abrigo dos Filhos do Povo. Ele permaneceu na função até 1920, quando se demitiu para se dedicar exclusivamente ao Abrigo. Isso fez dele o único diretor remunerado pela instituição.

Nos dois cartões-postais seguintes, vê-se o Tanque da Conceição, espelho d'água formado pelas águas que escoavam das encostas vizinhas. Depois do aterramento na segunda metade do século XX, sobrevive na toponímia da metrópole como Largo do Tanque.



Imagem 3 - Tanque da Conceição, 1917, Salvador -Ba/Coleção Ewald Hackler. Libro-Typ. Almeida. Fonte: VIANNA apud PAZ, 2018, p. 16.



Imagem 4 - Tanque da Conceição, 1917, Salvador -BA/Coleção Ewald Hackler. Libro-Typ. Almeida. Fonte: VIANNA apud PAZ, 2018, p. 16.

A imprensa daquela época ainda se referia ao lugar, onde o pernambucano morava, pelo velho topônimo colonial: Estrada das Boiadas. A ocupação da região data do século XVIII, influenciada pela via de transporte que interligava a cidade de Salvador ao restante da capitania da Bahia e da América Portuguesa. Por ali passavam as boiadas, vindas da Bahia, de

Pernambuco, Goiás e Sergipe, com destino ao matadouro da cidade. Em 2 de Julho de 1823, as tropas brasileiras vitoriosas na guerra de Independência atravessaram o caminho, suscitando a alteração do topônimo - Estrada da Liberdade, como ainda hoje é oficialmente reconhecida.⁴⁹

A trilha do gado foi alterada em 1873 com a transferência do abate para o Engenho do Retiro. Eventualmente, algumas reses ainda frequentavam o Tanque da Conceição e subiam as ladeiras íngremes, causando desassossego aos moradores.

Estrategicamente, na parte mais elevada do terreno, a via principal foi ocupada por pessoas com algum poder aquisitivo e pelo comércio, enquanto que a população mais pobre foi se estabelecendo nas encostas, nas áreas de fundo de vale e porções alagadiças. A partir das transversais da estrada, constituiu-se a rede de caminhos labirínticos que originou outras localidades com feições próprias como Corta Braço (Pero Vaz), Curuzu, Baixa do Mirante (Sieiro) e Guarani.⁵⁰

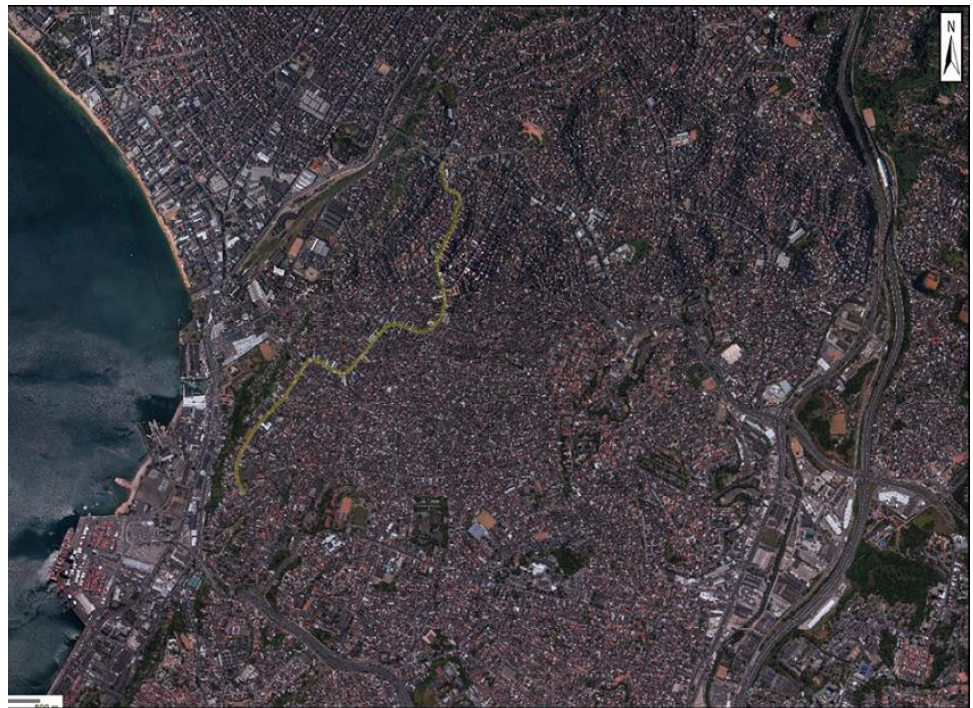


Imagem 5 - Estrada da Liberdade (linha amarela), Salvador - BA/Mapeamento Cartográfico de Salvador (SEFAZ)

⁴⁹ LOPES, Rodrigo Freitas. **Nos Currais do Matadouro Público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)**. Salvador: UFBA, 2009.

⁵⁰ RAMOS, Maria Estela Rocha. **Território Afrodescendente: leituras da cidade através do bairro da Liberdade (Salvador, Bahia)**. Salvador: UFBA, 2007.

Em fins da década de 1910, o caminho continuava sendo a principal rota de conexão entre a capital e Feira de Santana. Importante, porém descuidado. Na época das chuvas, transformava-se num lamaçal. No período seco, os transeuntes reclamavam da poeira, do desnivelamento da via.⁵¹ Os moradores viviam isolados do núcleo urbano mais próximo, pois os trilhos dos bondes terminavam na Lapinha, na direção sul. Para chegar ao Tanque da Conceição e acessar o ramal de bondes ali existente, percorriam os caminhos íngremes e penosos, sem nenhuma pavimentação, como a Ladeira das Pedras e a que recebia o sugestivo nome de Ladeira do Inferno.

O Diário de Notícias, de 18 de julho de 1918, clamava por uma solução em favor da população pobre e operária ali residente:

Estrada das Boiadas

Esta longa via pública que é um centro populoso, de onde partem outras ruas, todas habitadas por gente modesta, operários, etc. bem está merecendo que uma das companhias de bondes, que nos servem, estenda para ali os seus trilhos, beneficiando assim os seus moradores, que são obrigados, pela falta de transporte, a um longo percurso a pé, muito arriscado, naquela esboroada em sua maior parte e sem iluminação de espécie nenhuma.⁵²

O pedido pelo prolongamento da linha de bondes aguardou longos onze anos até a conclusão da obra. Durante essa longa espera, a imprensa apelou e reforçou a necessidade da expansão e melhoria do meio de transporte, argumentando o benefício para a numerosa população escolar do Abrigo dos Filhos do Povo. A operação, todavia, se deu “a passos de cágado,” tomou “um aspecto de obra de Santa Engrácia,”⁵³ ou seja, fadada a não alcançar termo, postergada indefinidamente em razão da lentidão da Intendência e da Linha Circular. Finalmente, em 28 de março de 1929, a Linha 8 foi inaugurada, interligando o Barbalho ao Tanque da Conceição, com um ponto na entrada do Guarani, próximo ao Abrigo.

As demandas da população da Estrada da Liberdade não se restringiam ao prolongamento do ramal de bondes. A região apresentava os mesmos aspectos insalubres da cidade do Salvador naquela época.⁵⁴ Não tinha água encanada, apesar da pouca distância em

⁵¹ Segundo Cristóvão Brito, o asfaltamento da Estrada da Liberdade ocorreu apenas em 1959. (BRITO, Cristóvão. **A Petrobras e a Gestão do Território no Recôncavo Baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 39.

⁵² Diário de Notícias, 18/07/1918, p. 2.

⁵³ Diário de Notícias, 29/12/1925, p. 1. Sobre a construção do prolongamento do bonde da Lapinha à Estrada das Boiadas, ver também O IMPARCIAL, 10/08/1928, p. 2; 31/08/1928, p. 2; 09/01/1929, p. 3; 24/02/1929, p. 1; 04/03/1929, p. 1; 24/03/1929, p.3; A TARDE, 23/01/1929, p. 1; 08/03/1929, p.1

⁵⁴ SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A Gripe Espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fv3c6/epub/souza-9788575415382.epub>; LEITE, Rinaldo César

relação à Companhia de Abastecimento do Queimado⁵⁵, recorrendo às fontes como a do Estica e aos diques desaparecidos por completo, se não fossem as marcas toponímicas inscritas na metrópole atual (Largo do Tanque e Avenida Peixe).⁵⁶ Não tinha acesso ao saneamento básico, à iluminação pública. Diante das dificuldades, a população majoritariamente negra⁵⁷ encontrou a solução na mobilização coletiva.

Para o jornal *A Manhã*, as moradias precárias presentes em diversas partes da cidade, como a Estrada das Boiadas, Tanque da Conceição, São Caetano, Alto do Peru e Massaranduba, evidenciavam a crise habitacional que afetava a totalidade da cidade. Na falta de moradia no centro, a população pobre e operária, era compelida a ocupar “velhos pardieiros à guisa de casa de cômodos, abrigando trinta e quarenta hóspedes, de várias classes sociais e nacionalidades diferentes. Estes casarões têm as suas salas transformadas em quartos com divisões de madeiras, sem higiene, sem ar, e não dão vazão aos que procuram acomodações. [...]”.⁵⁸ Para agravar a situação, na explicação do periódico, os preços dos aluguéis elevados forçavam o deslocamento em direção às regiões mais afastadas e acessíveis para os poucos rendimentos, que, em contrapartida, eram desprovidas de infraestrutura.⁵⁹

Numa visita à Chácara Conceição, situada a pouca distância da residência dos Frexeiras e da sede do Abrigo, em setembro de 1920, *A Manhã* apresentou o relato dos inquilinos do senador estadual Abrahão Cohim, criticado pelo jornal:

As ruas incertas, estreitas de barro puro, são todas esburacadas.
Há na ladeira, que por ironia tem o nome pomposo de Avenida São Lourenço, que de cima abaixo tem um enorme buraco de 2 metros de largura por 3 e quatro de

Nascimento. **E a Bahia Civiliza-se**: ideias de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador 1912-1916. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 1996.

⁵⁵ A Companhia de Abastecimento de Água do Queimado, pioneira no Brasil, foi constituída por iniciativa de João Maurício Wanderley, em 17 de junho de 1852, destinada a solucionar o problema de abastecimento hídrico da cidade, dependente de chafarizes, fontes e aguadeiros. O conjunto construído, instalado no sítio atualmente correspondente ao bairro da Caixa d'Água, é patrimônio cultural brasileiro, inscrito no Livro do Tombo Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

⁵⁶ No passado, segundo os relatos de moradores do Curuzu aos pesquisadores do Projeto de Pesquisa Qualidade Ambiental da Águas e Vida Urbana em Salvador, a população da região era abastecida por fontes que foram engolidas pela urbanização. Ver: SANTOS, Elisabete; PINHO, José A. G; MORAES, Luis R. S. & FISCHER, Tânia. **O Caminho das Águas em Salvador**: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010, p. 124.

⁵⁷ As fotografias do Abrigo dos Filhos do Povo em 1920 constituem uma evidência do perfil racial do território reconhecidamente negro, que é a Liberdade.

⁵⁸ FBN/HDB. *A Manhã*, 06/08/1920, p. 1.

⁵⁹ Para aprofundar sobre a questão das condições de moradia da população operária e a concentração da propriedade fundiária, consultar CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Salvador dos Operários**: uma história da greve geral de 1919 na Bahia. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2001.

profundidade e terna arapuca armada como viandante incauto e que tem como pontes simples folhas de zinco!
 Esta é a rua por onde passa todo dia a população proletária a caminho das fábricas.
 Há lugares na Ladeira que tem unicamente 50 centímetros de largura para se transitar.
 [...]

 Água se os moradores quiserem que lhe comprem a vintém a lata.
 Para isso ele mandou vir Água da Estica e tem o chafariz na Avenida São Lourenço.
 A água tem o gosto de sabão, proveniente dos restos d'água que as lavadeiras atiram no canal.
 É este o filtro original e salutaríssimo que têm os que precisam beber água na Chácara Conceição. [...] ⁶⁰

O brado por escolas há muito tomava as páginas dos jornais. Em 1912, segundo a Gazeta de Notícias, 221 moradores do Tanque da Conceição peticionaram ao Conselho Municipal a criação de escola noturna na localidade.⁶¹ Um ano depois, em 6 de fevereiro de 1913, a mesma Gazeta de Notícias noticiou que mais de quarenta moradores da Estrada das Boiadas e do Corta Braço dirigiram uma petição ao intendente municipal Júlio Brandão, solicitando a criação de uma escola mista que pudesse atender as “cerca de 300 crianças pobres, que estão crescendo à sombra da ignorância, por falta de um estabelecimento de ensino primário, onde a todos possa ser distribuído gratuitamente o pão do espírito.”⁶² O jornal manifestou apoio e esperança que brevemente fossem atendidos “os desejos daquele punhado de homens do trabalho, que para os seus pequeninos patrícios só esperam o banho lustral das 25 letras do alfabeto”. A notícia teve o arremate dos versos do poema O Livro e a América, de Castro Alves:

Como Goethe morimbundo
 Num brado de briareus
 Luz, pois, no vale, na serra
 Pois se a luz rola na terra
 Deus colhe gênios nos céus.

Em 1915, a professora Cantionilla de Oliveira Cruz Dultra, regente da escola do sexo masculino da Estrada das Boiadas, “teve que instalar a referida escola, na casa nº 37 ao Corredor da Lapinha, esquina à Rua Nova do Queimado, pagando o aluguel de cem mil reis, e em virtude de não ter encontrado casa na Estrada das Boiadas, que servisse para o funcionamento da mesma escola.”⁶³ Essa mudança de endereço foi autorizada pelo inspetor de ensino Antônio Bahia da Silva Araújo. A casa da escola já não comportava os mais de 80 alunos matriculados, distribuídos em duas salas. Ela pediu a contratação de uma casa na Estrada das Boiadas respeitando a lei de criação ou a mudança para outro prédio situado no

⁶⁰ FBN/HDB. A Manhã, 21/09/1920, p. 1.

⁶¹ FBN/HDB. Gazeta de Notícias, 03/12/1912, p. 2.

⁶² FBN/HDB. Gazeta de Notícias, 06/02/1913, p. 2.

⁶³ APMS. Intendência Municipal/Diretoria de Ensino Municipal/Cx. 1. Ofício nº 1765, 26/08/1915.

Largo da Lapinha, onde seria possível reunir mais cento e cinquenta meninos em única sala. Aarão Alves Carneiro, delegado escolar da 5ª Circunscrição, reforçou que não era possível manter a escola na casa em que se encontrava, “sendo também difícil casa na Estrada das Boiadas, em vista da elevada matrícula e frequência da mesma”⁶⁴. O caso foi levado ao Intendente Municipal para deliberar sobre a questão do aluguel no Largo da Lapinha.⁶⁵

As dificuldades para estabelecimento de escola na Estrada das Boiadas e a solução encontrada pela professora não constituíam fato isolado nas escolas públicas municipais de Salvador e da Bahia daquela época. A onda modernizadora, desencadeada durante o primeiro governo de J. J. Seabra (1912-1916) para descortinar a face moderna, republicana e progressista, passou longe também dos prédios escolares. As escolas isoladas, modelo predominante no estado, funcionavam na própria residência do/da professor/professora ou em qualquer outro imóvel cedido ou alugado à custa do poder público, o que despertava a cobiça dos proprietários. Eram frequentes e repetidas as queixas dos agentes públicos vinculados à instrução municipal e as denúncias na imprensa sobre as edificações arruinadas, ameaçadas de desabamento. Salas, quartos, sótãos, cômodos exíguos transformados em espaços de ensino, desprovidos de iluminação e arejamento, sem água, sem banheiro. Como escola e residência era uma coisa só, às vezes, as atividades de ensino disputavam o espaço apertado com outras atividades laborais.⁶⁶

O grande número de meninos e meninas, moradores da Estrada das Boiadas, fora da escola moveu a criação do Abrigo dos Filhos do Povo.

1.2. Greves, protestos e turbulências políticas

Agitados e revoltos foram os dias de 1918. As consequências da guerra mundial agravaram os problemas econômicos e sociais já conhecidos pela população. O estado era

⁶⁴ APMS/Intendência Municipal/Diretoria de Ensino Municipal/Cx. 1. Ofício nº 24, 14/09/1915.

⁶⁵ APMS/Intendência Municipal/Diretoria de Ensino Municipal/Cx. 1. Ofício nº 255, 16/09/1915.

⁶⁶ Sobre os aspectos relativos do ensino primário na Bahia republicana, especialmente a questão dos prédios escolares, ver SILVA, Maria da Conceição da Conceição Costa e. **O Ensino Primário na Bahia :1889-1930**. (Tese de Doutorado em Educação). Salvador/ UFBA, 1999. (Capítulo 3- A casa da Escola, p. 58-77); ROCHA, Lúcia Maria da Franca. A Educação Primária no Estado da Bahia (1889-1930). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de & PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012, p. 246-271. SANTANA, Elizabete Conceição; SOUSA, Ladjane Alves; COSTA, Natali Soeiro & BRANDÃO, Verônica de Jesus. **A Construção da Escola Primária na Bahia: o ensino primário no município de Salvador 1896-1929** (vol. 3). Salvador: EDUFBA, 2013.

grande exportador de açúcar, café, fumo e cacau, mas não tinha autossuficiência na produção dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Antes da eclosão da guerra, arroz, batata, feijão e bacalhau eram importados da Europa. Os produtores do Rio Grande do Sul e da região platina asseguravam o fornecimento de charque. Com a guerra iniciada, os países beligerantes recorreram à importação de suprimentos para sustentar os exércitos e as populações. A crise de abastecimento na Bahia se tornou mais aguda, porque a produção nacional foi dirigida para a exportação. Os alimentos alcançaram patamares proibitivos para trabalhadores e trabalhadoras, estavam escassos, em razão da especulação e da adoção de práticas monopolistas no setor. A população trabalhadora protestou, apresentou queixas e denúncias à imprensa e peticionou aos poderes públicos exigindo a adoção de providências.⁶⁷

Os salários dos empregados das fábricas e do serviço público não acompanhavam a disparada da inflação. As condições de trabalho eram aviltantes. Pairava ainda a ameaça de desemprego em muitos ramos da economia.

O governo estadual e a intendência municipal apresentavam dificuldades para o pagamento de seus funcionários e dos financiamentos que sustentavam outros setores da economia, como a construção civil.

Mal remuneradas, constrangidas à mendicância pelos atrasos de salários e aluguéis das casas escolares, as professoras encerraram o ano letivo de 1917 com o decreto de greve. Além da regularização da folha de pagamento, reivindicavam melhorias nas condições de trabalho (construção de prédios escolares, no provimento de condições higiênicas e aquisição de material escolar). Pediam respeito, o fim do tratamento desdenhoso que o governo dispensava à categoria dominada por mulheres. Elas insuflaram a mobilização através da imprensa com a publicação de manifestos e cartas, compartilhando as agruras para despertar a sensibilidade e o apoio da população. Participaram das reuniões e assembleias realizadas no Liceu de Artes e Ofícios, bem como das negociações com a intendência. Seu protesto ecoou no Rio de Janeiro. O presidente Wenceslau Brás autorizou o Banco do Brasil a emprestar mil e quinhentos contos de réis para a o pagamento da dívida acumulada com o professorado. O senador Joaquim José Seabra, padrinho político do governador Antônio Ferrão Moniz de Aragão, reclamou da intervenção da União nos assuntos do estado. Essa crítica fez apenas enfurecer o movimento grevista. Somente em agosto de 1918, a intendência organizou a estratégia de pagamento escalonado e revogou a portaria que puniu o professor Isauro Coelho. As outras exigências não foram atendidas. O retorno às aulas em fins de setembro não significou o

⁶⁷ CASTELLUCCI, 2001, p. 43-75.

desaparecimento do movimento reivindicatório, porque os atrasos se repetiram mesmo com a transferência da folha de pagamento para o governo estadual. Persistiram as condições bastante precárias de funcionamento das escolas municipais.⁶⁸

No ano seguinte, as tensões políticas e os movimentos reivindicatórios continuaram. A morte do presidente eleito Francisco de Paula Rodrigues Alves exigiu a convocação de nova eleição. Delfim Moreira assumiu o governo interinamente. Os líderes políticos de São Paulo e Minas Gerais lançaram o nome do paraibano Eptácio Pessoa, com o apoio do Rio de Grande do Sul, de Pernambuco e da Bahia. A outra chapa formou-se em torno de Rui Barbosa, candidato pela segunda vez ao cargo, apoiado pelo Rio de Janeiro, pelo Pará, por lideranças dissidentes de São Paulo, Minas e Bahia.⁶⁹ Neste estado, comerciantes, industriais, operários e outros grupos descontentes com os desacertos de Antonio Moniz também o apoiaram.⁷⁰

Na eleição de 13 de abril de 1919, Rui venceu na Bahia em clara demonstração de enfraquecimento do seabrismo. O resultado nacional consagrou Eptácio Pessoa.

Depois de várias paralisações de alguns setores profissionais no primeiro semestre daquele ano, em Salvador, foi deflagrada no primeiro dia de junho a greve liderada pelo Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes, recebendo a adesão de outras entidades sindicais ligadas aos setores estratégicos e vitais da cidade.⁷¹

O governador Antônio Moniz não reprimiu o movimento; pelo contrário, colocou-se como um mediador entre patrões e empregados. Essa ação fora uma retaliação à Associação Comercial da Bahia e ao Centro Industrial do Algodão,⁷² que apoiaram Rui na disputa presidencial.

Em 9 de junho, os magnatas do Centro apresentaram os termos do acordo para as fábricas têxteis: a jornada fixada em oito horas; a isonomia salarial entre homens e mulheres

⁶⁸ Ver COSTA, Ana Alice A. & CONCEIÇÃO, Hélida. A Greve dos Resignados: a participação feminina na greve dos professores. In: SARDENBERG, Cecília M.B.; VANIN, Iole Macedo & ARAS, Lina Brandão. **Fazendo Gênero na Historiografia Baiana**. Salvador: UFBA/NEIM, 2001, p. 119-131; LUZ, José Augusto Ramos da. **Um Olhar sobre a Educação na Bahia**: a salvação pelo ensino primário. (Tese de Doutorado) Salvador: UFBA, 2009; SILVA, Fabiano Moreira da. **Professorado Municipal de Salvador**: queixas, crises e greve (1912-1918) (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2017.

⁶⁹ SARMENTO, Silvia Noronha. **A Raposa e a Águia**: J.J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República. Salvador: UFBA, 2009.

⁷⁰ CUNHA, Joaci de S. O Roseiral e o Espinhos: J.J. Seabra e a crise de sua supremacia política na Bahia. In: BACELAR, Jefferson & PEREIRA, Cláudio. **Política, Instituições e Personagens da Bahia (1850-1930)**, p. 145-77, 2013.

⁷¹ CASTELLUCCI, 2001, p. 96.

⁷² Criado em setembro de 1916, o Centro Industrial do Algodão era constituído pelas Companhias União Fabril da Bahia, Progresso Industrial da Bahia, Empório Industrial do Norte, Fabril dos Fiais e Valença Industrial.

nas mesmas funções; manutenção dos valores devidos aos jornaleiros independentemente da redução da jornada; aumento de 20% nas empreitadas; reversão das multas aplicadas para as caixas de beneficência das companhias e fábricas; estabilidade do emprego para os trabalhadores e trabalhadores que aderiram à greve; e liberdade de associação nos termos legais.⁷³

Vencida na resistência naquele poderoso bastião patronal, as outras categorias foram obrigadas a ceder e negociar para a normalização.

Em setembro, tecelões e tecelãs iniciaram outra greve liderada pela Sociedade União dos Tecelões, protestando contra as violações aos acordos de junho.⁷⁴

O Centro Industrial do Algodão determinou o fechamento de todos os estabelecimentos que estavam em greve, para forçar o retorno ao trabalho pela asfixia econômica.

Os industriais empregaram a imprensa para desqualificar o movimento, responsabilizando-o pela crise no setor, pelos prejuízos à produção e aos/às grevistas que não receberiam pelos dias parados. Além disso, o patronato teve o apoio da força policial para o policiamento das fábricas, a dispersão de piquetes e manifestações.

A greve não se generalizou com o envolvimento de outras categorias profissionais. Sapateiros, padeiros, operários da construção civil, empregados do comércio e das estalagens da Companhia Transportes Marítimos paralisaram suas atividades.

O movimento grevista realizou eventos públicos para a arrecadação de doativos para o auxílio às famílias de tecelões e tecelãs.

Apesar das ameaças, da resistência patronal e da campanha difamatória na imprensa, a greve se estendeu por vinte e três dias.

A sucessão estadual alimentou ainda mais a turbulência. As eleições estavam marcadas para 29 de dezembro de 1919. J. J. Seabra lançou-se candidato em substituição ao afilhado político bastante desgastado. A oposição escolheu o juiz federal Paulo Martins Fontes, apoiado pela Associação Comercial da Bahia e por políticos antiseabristas como Otávio Mangabeira, Simões Filho e Rui Barbosa, a figura mais proeminente desse grupo. Rui Barbosa conferenciou no evento de lançamento da candidatura, realizado no Politeama

⁷³ CASTELLUCCI, 2001, p. 116-7.

⁷⁴ Sobre a greve do setor têxtil de 1919, consultar FONTES, José Raimundo. **Manifestações Operárias na Bahia: o movimento grevista (1888-1930).** (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 1982.; MATOS, Vanessa Cristina Santos. **Gênero e Trabalho: um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro de 1919.** (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2008.

Baiano, em 20 de novembro⁷⁵. Dias depois, antes da saída para a campanha pelo interior do estado,⁷⁶ recebeu a visita inusitada de quatro embaixadores do Abrigo dos Filhos do Povo. Detalhes desse encontro mais adiante.

Seabra foi vitorioso nas urnas. No entanto, Rui Barbosa tentou viabilizar a posse do aliado derrotado, através do recurso da intervenção federal. De acordo com a Constituição de 1891, no artigo 6º, a intervenção federal nos estados era permitida apenas em caso de invasão estrangeira, manutenção da ordem republicana, garantia do cumprimento das leis e sentenças federais e reestabelecimento da ordem e da tranquilidade sob solicitação dos governos estaduais.⁷⁷

Era preciso um conflito deflagrado para justificar a intervenção federal. Neste sentido, a intromissão política e policial do executivo estadual nos conflitos locais provocou a ira dos coronéis do sertão. A gota d'água disso ocorrera entre junho e julho com o envio da tropa estadual, em apoio aos inimigos do coronel Horácio de Matos, das Lavras Diamantinas.⁷⁸

Os coronéis Horácio de Matos, Anfilóbio Castelo Branco, Marcionílio de Sousa e outros apoiaram o candidato da oposição. Anunciada a vitória de Seabra, iniciaram a marcha em direção a Salvador para evitar a posse. Era o Levante Sertanejo ou Revolução Sertaneja.⁷⁹

Em 23 de fevereiro de 1920, respondendo a solicitação do governo da Bahia, o presidente Epitácio Pessoa decretou a intervenção com a mobilização das forças do Exército. Contrariando a pretensão de Rui Barbosa, o ato garantiu a posse de Seabra. Os convênios de Castro Alves, Lençóis e São Francisco, firmados entre a União e coronéis, reconheceram o mando político nas regiões sertanejas, garantiram concessões e imunidades pelos atos praticados.

Foi nesse contexto fervilhante que o cobrador Raimundo Frexeiras transitou, observou e preparou seu discurso, pretendendo despertar o interesse dos poderosos e endinheirados da Bahia para a casa na encruzilhada entre a Ladeira das Pedras e a Estrada das Boiadas.

⁷⁵ SARMENTO, 2009, p. 116-7.

⁷⁶ Entre novembro e dezembro de 1919, Rui Barbosa realizou conferências nas cidades de Alagoinhas, Senhor do Bonfim, Serrinha, Nazaré, Santo Amaro, Cachoeira e Feira de Santana.

⁷⁷ SARMENTO, 2009, p. 118-121.

⁷⁸ CUNHA, 2013, p. 170-5.

⁷⁹ NOVAES, João Reis. **De Tropeiro a Coronel: ascensão e declínio de Marcionillo Antônio de Souza (1915-1930)**. (Dissertação de mestrado) Salvador: UFBA, 2009. Ver também os clássicos: PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação**. 2. ed. Salvador: Edufba, 1999.

1.3. O processo de construção da escola a partir das ideias de Raimundo Frexeiras

Raimundo Frexeiras fez da escrita instrumento de mobilização para assegurar o funcionamento da instituição. Em troca de um exemplar, o interessado efetuava sua doação, inclusive mobilizando familiares, amigos e companheiros de trabalho. Nesta limitada e insuficiente incursão o seu primeiro livro-*As Provas de Minhas Ideias*- é aqui utilizado pela sua importância para entender as ideias que motivaram a criação do Abrigo. Oportuna e futuramente, o texto biográfico dedicado a Joaquim Calumbi (o amigo de infância que lhe ensinou o ofício de mascate), intitulado *O Proletário Calumbi: a insânia da fome e a letargia do ouro*,⁸⁰ receberá o exame mais apurado, não desconhecendo a importância que teve na difícil travessia do ano de 1923, da qual se falará no segundo capítulo.

As Provas de Minhas Ideias, segundo seu autor, “não é somente um relatório, também não é um livro”, é um “mostruário das minhas ideias.”⁸¹ Preliminarmente, isentou os quinze outros diretores do Abrigo dos Filhos do Povo de qualquer responsabilidade quanto ao conteúdo, à gramática:

Esta presente declaração é feita no intuito de isentá-los, a todos, da penalidade – talvez máxima, de que serei, merecidamente, atribulado pelos delitos de heresias gramaticais agravados da perversidade de ter atravancado este passivo portador de ideias de tão disparatadas coisas, desarrumadas da minha inteligência, talvez escamoteadas.

Não duvidem. Penúria a lamentar sim, maldade a punir não.

Ninguém tem culpa, pois, do arrojo da minha insuficiência.

As ideias, o estilo, a gramática, toda a confusão, enfim, é da minha lavra e arranjo.

Tentei esta suprema medicação: não morrerá, ao menos de morte moral, se da outra não sair imune.

Escrevi esta coisa de 28 de julho a 20 de setembro de 1920.⁸²

Dizendo-se “homem do povo” e proletário, seu “humilde relatório” não tinha como destinatário os “literatos de raça” e os “críticos eméritos”:

Por um homem do povo escrito para do povo ser entendido, para o povo esclarecer, espero, contudo, que todos os corações e todas as consciências – desprevenidos do pingalim da censura – o leiam, e que os dissabores e ingloria de tal leitura, transfigurados pela caridade, se resolvam nos gestos do acolhimento benévolo e na decisão de um amparo salutar.⁸³

A escrita do livro fora sugerida por um ilustre visitante em passagem pelo Abrigo. Na manhã de 9 de abril de 1920, o médico baiano e diretor do Instituto de Proteção e Assistência

⁸⁰ FREXEIRAS, Raimundo. **O Proletário Calumbi: a insânia da fome e a letargia do ouro**. Salvador: Livraria Catilina, 1923.

⁸¹ FREXEIRAS, 1920, s.p.

⁸² FREXEIRAS, 1920, s.p. Esse trecho pertence à Declaração que antecede a primeira parte do livro..

⁸³ Ibid, p. 3.

à Infância da Bahia, Alfredo Ferreira de Magalhães, deixou registradas as impressões do que vira ali:

Muito bem! Avante... Meu coração estremece, jubiloso, sentindo vivamente a satisfação do que acabam de enxergar os meus olhos.
Quantos benefícios se podem fazer, com simplicidade, sem ostentações, quando um homem se dispõe a dar alguma parte do seu tempo e de sua vida, do seu amor e da sua atividade pelo bem das crianças!
Confio no futuro do Brasil, e confio muito se nos preocuparmos em dirigir as crianças de agora pelo caminho seguro da verdade e da vida.
O Abrigo dos Filhos do Povo bem merece, por assim haver entendido, os meus calorosos aplausos e os votos muito sinceros, que aqui deixo consignados, pela sua crescente prosperidade, em benefício da Pátria brasileira.⁸⁴

O visitante incumbiu ao fundador de realizar “a nobilitante, mas rude, tarefa de escrever da história desta humílima instituição, o relato dos fatos e ideias que lhe precederam o estabelecimento, lhe arregimentaram a ação e lhe dominam que regram o seu estatuto.”⁸⁵

Na verdade, Raimundo Frexeiras estava ligado ao debate intelectual⁸⁶ nacionalmente travado por médicos, escritores, professores, especialistas do direito, jornalistas, associações civis e religiosas, políticos, legisladores e jornalistas, em que a criança comparecia como personagem central e decisiva para a sustentação da esperança em relação ao projeto novo de nação e de sociedade. Urgia a adoção de políticas de intervenção e proteção da infância. Era preciso olhar com preocupação e prioridade a criança pobre, abandonada, desamparada, à mercê da negligência da família e dos perigos da rua no perturbador vaivém pelos centros urbanos. Era preciso refazer seu caminho para a casa, adentrar o lar e estender à intervenção a todos que ali habitassem, impondo regras higiênicas, combatendo os hábitos, costumes e práticas julgadas incivilizadas, nocivas e condenadas pelo peso do argumento da lei e da ciência. A família era parte do organismo social doente e, como tal, devia ser tutelada, tratada e medicalizada.⁸⁷

⁸⁴ Ibid, p. 247-8.

⁸⁵ FREXEIRAS, 1920, p. 42.

⁸⁶ Raymundo Frexeiras foi membro efetivo do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, criado pelo Departamento da Criança no Brasil (1920). Enviou também um relatório sobre o Abrigo dos Filhos do Povo para leitura na segunda sessão ordinária da Conferência Interestadual de Ensino Primário, realizada no Rio de Janeiro, de 12 de outubro a 16 de novembro de 1921. Nesse evento, convocado pela União, a Bahia foi representada por Clementino Fraga e Cana Brasil (ANAIIS DA CONFERENCIA INTERESTADUAL DO ENSINO PRIMÁRIO. Atas e Trabalhos da Conferência. **Revista História da Educação**, UFPEL, Pelotas, nº. 8, 2000, p. 213-243 (Parte 2), p. 236.). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30166/pdf>. Acesso: 18/11/2018.

⁸⁷ LUZ, 2000, p.25-58; CAMARA, Sônia. Infância Pobre e Instituições Assistenciais no Brasil Republicano. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de & ARAUJO, Vania Carvalho de. História da Educação e da Assistência à Infância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2011, p. 17-56; ARAUJO, Vânia Carvalho de. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de & ARAUJO, Vânia Carvalho de. **História da Educação e da Assistência à Infância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011, p. 171-205.

Se a criança era a esperança da sociedade melhorada, necessitava também se ocupar da proteção à mulher, ao seu ventre. Neste sentido, além das instituições já existentes e que remodelaram sua ação dentro dos marcos do projeto republicano, foram constituídas iniciativas dirigidas à proteção da criança e da mulher – escolas primárias, reformatórios, preventórios, hospitais, maternidades, internatos, patronatos, juizados de menores, postos de atendimento ambulatorial, etc. Em Salvador, foram instalados o Instituto de Proteção à Infância⁸⁸ (1903), idealizado pelo médico Joaquim Augusto Tanajura; a Maternidade Climério de Oliveira⁸⁹ (1910), a Liga Baiana de Combate à Mortalidade Infantil⁹⁰ (1923), liderada pelo médico Joaquim Martagão Gesteira; a Liga Católica das Senhoras Baianas; a Escola de Aprendizes e Artífices (1910); a Despesa dos Pobres, a Farmácia São Vicente, a Rouparia de Nossa Senhora da Penha, a Casa da Providência, o Instituto Joana Angélica, iniciativas da Associação das Senhoras da Caridade⁹¹; o Posto Odontológico Bonifácio Costa, da Associação dos Cirurgiões Dentistas da Bahia, dentre outros.

A condição migrante e pobre não impediu a manifestação em *As Provas de Minhas Ideias* de seu ponto de vista declaradamente preconceituoso, quando disse que as cidades estavam se tornando esconderijos de “insuficientes de todas as esferas, os eunucos de todos os graus, os desnaturados de sentimento do patriotismo, os recambiados de todas as nobres profissões, os rufiões de todas as rusgas e, principalmente os trânsfugas do imponente exército de libertação.”⁹² Em vez de permanecerem no campo dedicados à agricultura e à pecuária, ligados ao ideal bucólico, se deslocavam para os centros urbanos, transportando vícios, crimes e práticas libidinosas, complicando o problema da moradia, sem compromisso com o trabalho honrado e honesto.⁹³

Fez do distrito de Santo Antônio seu campo de observação e trabalho. O problema da população residente tinha início na edificação da casa:

⁸⁸ SANTOS, Alane Carvalho. **O Instituto de Proteção à Infância da Bahia**: uma instituição educativa de assistência e saúde (1900-1920). (Tese de Doutorado) Salvador: UFBA, 2016.

⁸⁹ AMARAL, Marivaldo Cruz do. **“Da Comadre para o Doutor”**: a maternidade Climério de Oliveira e a nova medicina da mulher na Bahia republicana (1910-1927). Salvador: UFBA/PPGH, 2005.

⁹⁰ RIBEIRO, Lidiane Monteiro. **Filantropia e Assistência à Saúde da Infância na Bahia**: a Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil (1923-1935) (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2011.

⁹¹ CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. Educar par Bem Servir: Entre a Abolição e a República: as elites baianas e a educação de escravos e libertos. In: BACELLAR, Jefferson & PEREIRA, Cláudio. **Política, Instituições e Personagens da Bahia (1850-1930)**. Salvador: UFBA/CEAO, p. 17-42, 2013.

⁹² FREXEIRAS, 1920, p. 141.

⁹³ Ibid, p. 142.

Em reduzida área ade mal achanada terra, fincadas seis tortuosas e frágeis forquilhas, sobre que se apoiam as madeiras do ar, enxameados os lados de maravalhas às quais é atirado o barro sem nenhuma liga nobre, levanta o pobre operário a mísera choupana onde, amontoados, se abrigam ele, a resignada companheira e os enregelados filhinhos.

Em poucos tetos há telhas: o seu revestimento comum de latas velhas arrecadadas nas montureiras dos fornos de incineração do lixo, de zínco usados, de pindoba e vis ramarias, insuficientes no resguardo, na enganosa serventia de falha cobertura extrema a crueza das intempéries.⁹⁴

Adentrando a casa, os cômodos eram desasseados, imundos, promíscuos, infectos, encharcados, mal iluminados, perigosos à saúde e à dignidade. Os móveis eram escassos ou bastante arruinados. Para Raimundo Frexeiras, essa carência fazia com que os moradores não possuísem sequer modos adequados no momento da refeição: “Para as refeições, em comum, é estendido no chão um pano, sobre ele o mísero repasto, em torno acocora-se a família, ingere os alimentos e, como se agrupou e mastigou, sombria e taciturna, se dispersa.”⁹⁵

Esse acocoramento era indício do “profundo rastejamento da alma.”⁹⁶ Os proletários não teriam ideias para compartilhar, apenas ódios guardados. Despossuídos de virtudes, deseducados, desengonçados, embrutecidos, incapazes de compreender o significado afetivo da reunião familiar, desprovidos de condições para fornecer às crianças bons e edificantes exemplos de caráter e elevação espiritual. Tais ideias elevadas dependiam de grandes espaços e de luz como a biblioteca do filósofo, o gabinete do estadista, o laboratório do químico, o claustro do asceta. No casebre do proletário, surgiam apenas corpos e mentes degeneradas.⁹⁷

Todos os dias o “triste operário” saía do “ambiente de cerração” para ganhar o sustento da família. No trajeto de ida e volta do trabalho, a taverna era passagem obrigatória, onde se encontrava com os companheiros para beber, destilar ódios, tecer planos e se deixar influenciar por doutrinas perigosas para seu atormentado juízo. Esse homem era um doente, desassistido de tudo na vida, cheio de vícios, vítima e “agente do mal” ao mesmo tempo. Punição era insuficiente, precisava de regeneração.⁹⁸

A mulher também prestou sua cota de participação diária no sustento: lavadeira, doméstica, negociante, operária nas fábricas, carvoarias e outras atividades penosas. Nessa lida distante de casa e dos filhos, tornava-se o oposto da representação idealizada pela sociedade, “imprópria para a função magna da mulher, na sociedade: educar a criança,

⁹⁴ Ibid, p. 62.

⁹⁵ FREXEIRAS, 1920, p. 62.

⁹⁶ Ibid, p. 63.

⁹⁷ Ibid, p. 63-5.

⁹⁸ Ibid, p. 68-9.

opulentar-lhe a instrução e insinuar-lhe a crença, embelezando o lar.”⁹⁹ Nada sabia fazer nas questões domésticas, tampouco podia contribuir na educação de seus filhos.

A criança sofria pela falta de cuidados próprios para os primeiros anos de vida. Nem sempre a mãe estava por perto. Desde cedo foi apresentada à fome. “No chão úmido da pocilga a criança, no retardado ensaio dos primeiros passos, resfria os débeis membros num rastejar de quase réptil humano, atrofiada, faminta e ulcerada.”¹⁰⁰

Vencida a primeira etapa da vida, envolvia-se também no sustento familiar e encontrava outras de mesma idade, com as quais se iniciava no crime, na prostituição e na vadiagem. Terminava na fábrica, levando consigo vícios, hábitos anti-higiênicos. As tensões explosivas crescentes nas fábricas se originariam aí. A sociedade precisava intervir, de modo que os indivíduos adentrassem às fábricas após as lições de disciplina, consciência de dever, cooperação, controle, obediência.¹⁰¹

Os pais podiam amar seus filhos, porém eram ignorantes, incapazes de oferecer a proteção necessária, os cuidados na alimentação e na saúde, o zelo pela frequência escolar.¹⁰² Desse modo, justificava-se a convocação da coletividade, porque em jogo estava a formação da nacionalidade:

A criança em sua pequenez resume o universo, o infinito: é a base e é cúpula; é ponto de partida, e termo é centro em torno do qual gravitam todos os motivos da vida universal.

[...]

Que todas as mãos se estendam prestadias, no amparo da criança humilde; que todas as atividades funcionem no recurso dos seus negócios; que todas as consciências se aturem na preocupação dos seus problemas; que todas as energias se excitam no reforço das suas vantagens; que todas as vontades se obstinem na consecução dos seus proventos; que todos os instintos se advirtam generosos, na premonição de suas carências; que todas as almas se emocionem no enlevo de suas desestudadas graças; que todos os poderes se avassalem à majestade de sua inocência; que todas as estirpes reconheçam e homenageiem a sua linhagem, do céu precedida; que todos os ânimos se comovam de seus padecimentos; que todos os esforços se tornem paladinos na fundação de um império – o da Criança; e que todos os homens – ricos e pobres, nobres e plebeus, poderosos e humildes, sábios e ignorantes – se encontrem sempre, unidos e reunidos, congregados, em torno dos pequenos berços dos infantes sejam quais forem as suas condições de fortuna, contanto que mais o apressem na solicitude.¹⁰³

Raimundo Frexeiras declarava-se partidário da urgente “revolução social”. No entanto, não seriam os operários condutores dessa proposta. De seu ponto de vista, eles sofriam com as péssimas condições de trabalho, o tratamento insensível dos patrões, a condição de vida

⁹⁹ Ibid, p. 70.

¹⁰⁰ Ibid, p. 72.

¹⁰¹ FREXEIRAS, 1920, p. 72-3.

¹⁰² Ibid, p. 73.

¹⁰³ Ibid, p. 78.

miserável. Não sabiam, contudo, explicar suas dores, apontar as soluções. Agiam governados pela sanha em destruir, cediam às influências e aos interesses de “malvados homens intitutados salvadores.”¹⁰⁴ Os ricos tinham sua parcela de responsabilidade no estado de animosidade e de conflito na fábrica e na sociedade, uma vez que negligenciaram a educação do povo, deixando à mercê de “malvados homens – titulados ‘salvadores.’”¹⁰⁵

Segundo seu entendimento, as hierarquias deveriam ser preservadas para a manutenção da ordem das coisas do mundo e da natureza. Desse modo, os proletários deveriam abdicar da vingança, das “turvas atividades e doutrinas tensionadas ao assanhamento das raivas contra as classes poderosas,”¹⁰⁶ porque colheriam apenas a frustração e a imposição de outro regime de dominação sobre ricos e pobres. Em lugar do conflito, da luta de classes, o conagraçamento, o encontro harmônico e mutualista, fundado num “regime social fraterno que compense o trabalho com lucros relativos e o desfavor do estado proletário com o apreço de um ameno comércio de amizade dos patrões; que disponha o proletário no diligente labor de aumentar e aperfeiçoar a produção e na intenção de amistosa e digna camaradagem com os patrões deve, sem tardança, se consolidar.”¹⁰⁷

Desse ponto de vista, o trabalho e o capital eram, irrevogavelmente, complementares. Dizendo-se, desde as primeiras linhas, um intérprete do povo, exemplificou didaticamente essa relação:

A terra aquece a semente que lhe cai no seio, intumescce-a para a germinação, alimenta-lhe o crescimento e - já vigorada em árvore - expande-lhe a floração, ativa-lhe a circulação da seiva para renovação dos tegumentos, folhas caídas, reforma dos galhos apodrecidos e frutificação.

[....]

Despojada da sua carga de frutos, desfolha-se, desadorna-se da sua casaca antiga, descai os galhos mirrados e facilita com a umidade retida pela sombra a decomposição dos seus próprios detritos para adubação do solo que lhe nutre, tendo, antes, deitados abaixo parte de sua carga para restituição da seiva haurida.

Seus frutos sazonados vão abastecer as cidades e multiplicar as searas.

Atendamos dois pormenores: a terra dá a sua contribuição essencial e recebe naturais proventos, a sombra da árvore, a carícia de seu ramalhar, a meiga mensagem de afeto que são as suas flores e os atributos fertilizadores, mas tanta liberalidade põe na distribuição da seiva, moderação na cota do prêmio, como providência nas reservas da nutrição.

A árvore, por sua vez, não deixa de ser ativa, constante no labor, amena nos seus modos, moderada nos seus gastos, e avisada na aplicação das suas lavras, tanto assim, elas alimentam as populações, fertilizam o solo ou deleitam as aves.

Este ou aquele o modo, todavia utilidade.

A terra não priva a árvore de nutrição ou elementos que a regalem, ou a adornem: como agasalho aos passarinhos – a orquestra do céu - e as flores- sua túnica de gala.

¹⁰⁴ Ibid, p. 105.

¹⁰⁵ Ibid, p. 105.

¹⁰⁶ Ibid, p. 108.

¹⁰⁷ FREXEIRAS, 1920, p. 108-9.

Uma à outra se reciprocam delícias, recursos e a sabedoria de nobres regras.
No mundo físico a terra é o capital e a árvore é o trabalho.
[...]

Quando uns para os outros, operários e patrões - os dois congraçados para a humanidade - forem o que a terra é para a árvore, esta para aquela – as duas, diligentes e educadas, são para a natureza, está resolvido o conflito social.¹⁰⁸

No projeto de congraçamento, a educação era componente fundamental. A criança, o trabalhador do breve amanhã, deveria ser preparada para a vida em sociedade, o ingresso na fábrica, dotada de comportamento honrado, honesto e justo. Educada na moderação dos hábitos e costumes, no uso produtivo e útil do capital a serviço da produção, no aprendizado sobre a importância basilar da família, do culto a Deus e da Pátria.¹⁰⁹ Conduzida à escola, na luz do saber e da razão encontraria a garantia da derrota da ignorância e do brado causador da convulsão social.¹¹⁰

Para tanto, os ricos precisavam liderar essa “revolução social,” por meio da prática da caridade em favor dos pobres, no investimento dirigido à educação, pela garantia da paz e da prosperidade. O Abrigo era um indício benfazejo desse começo.¹¹¹

1.4. A Fundação do Abrigo dos Filhos do Povo

Na manhã de 3 de março de 1918, atendendo ao convite de Raimundo Frexeiras, os amigos José Frutuoso dos Santos, Ladislau Vitor das Virgens e Fortunato Ferreira da Fonseca, compareceram à reunião realizada na casa do anfitrião. Esses três companheiros, moradores da Estrada das Boiadas, eram, segundo a descrição do pernambucano, “quase pretos, quase míseros, pois mal ganham para o custeio parco da prole,”¹¹² “escuros cidadãos, humildes, quase incultos.”¹¹³ O anfitrião apresentou a proposta de criação do Abrigo dos Filhos do Povo. Tal denominação foi explicada como “síntese plena, consideradas as ideias – de remota e torturada gestação - que se vieram desenlaçar num partejamento vigoroso da seiva de piedade e experiência, própria ao lenitivo dos infortúnios do povo e a consolidar um regime absoluto de proteção às crianças pobres.”¹¹⁴

¹⁰⁸ Ibid, p. 109-110.

¹⁰⁹ Ibid, p. 111-2.

¹¹⁰ FREXEIRAS, 1920, p. 156.

¹¹¹ Ibid, p. 174-5.

¹¹² Ibid, p. 196.

¹¹³ Ibid, p. 196.

¹¹⁴ Ibid, p. 194.

As “ideias de remota e torturada gestação” tinham raízes longevas. Desde as primeiras décadas do século XIX, no bojo do processo de construção do Estado nacional brasileiro, a escolarização era pensada como elemento estratégico para a construção da sociedade progressista, civilizada. A economia também exigia mão-de obra minimamente habilitada para escrita, leitura e cálculo. Pela educação e instrução desejava-se modificar os costumes, disciplinar, difundir os valores considerados úteis à sociedade. Mas, esse debate em torno da escolarização popular não ficou restrito aos políticos e intelectuais do Império e da República nascente. Pobres, negros/negras, trabalhadores/trabalhadoras rurais e urbanos/urbanas, (ex) escravizados/escravizadas também pautaram seus interesses e expectativas, clamaram por escolas para si e para seus filhos/filhas, atuaram influenciando as ações estatais de expansão da rede escolar, preencheram os vazios com suas próprias escolas, negociaram com atores e interesses contraditórios.¹¹⁵

Na fotografia seguinte,¹¹⁶ quatro desses muitos rostos saídos do anonimato nas lutas pela educação no pós-abolição. Raimundo Frexeiras (de pé, à esquerda) foi o mais copioso nos rastros, o único perfeitamente identificável na cena. Ladislau Victor das Virgens desapareceu nos registros após 1920. Fortunato Ferreira da Fonseca atuou pelo Abrigo até

¹¹⁵ Sobre os novos olhares quanto à presença negra na escola do período imperial ao pós-abolição, ver CAVALCANTE, Ian A. *Pela "Instrução dos Filhos do Povo: escolarização e cultura e escolar na Salvador do pós abolição*. Niterói: UFF, 2015; FONSECA, Marcus Vinicius. *A Arte de Construir o Invisível: o negro na historiografia educacional brasileira*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, nº. 13, 2007, p. 11-50; LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre Letras e Lutas (1851-1923)*. São Paulo: PUC, 2004; LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino: narrativa e identidade de um intelectual afro-baiano no pós-abolição*. Projeto História, São Paulo, nº. 57, 2016, p. 139-170; PERES, Eliane. *Sob(re) o Silêncio das Fontes: a trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais*. Revista Brasileira de História da Educação, Maringá, n. 4, p. 75-102, 2002. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/viewFile/38723/20252>. Acesso: 13/12/2016; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez; RIZZINI, Irma & MARQUES, Jucinato de Sequeira. *Felismina e Libertina Vão À Escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (1888-1906)*. Revista História da Educação, Porto Alegre, nº. 45, 2015, p. 145-165; SANTOS, Jucimar C. dos. *Escolas Noturnas para Trabalhadores (1870-1889)*. Salvador: UFBA, 2017; SOUSA, Ione Celeste. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização aos pobres na Bahia*. São Paulo: PUC-SP, 2006; VEIGA, Cynthia Greive. *Escola Pública para os Negros e os Pobres no Brasil: uma invenção imperial*. Revista Brasileira de Educação, nº.39, 2008, p. 502-516.

¹¹⁶ No livro *As Provas de Minhas Ideias* (FREXEIRAS, 1920, p. 195), a legenda indica ser a cena dos ajustes da fundação em 3 de março de 1918. Sousa (2012, p.42) aderiu à datação proposta por Raimundo Frexeiras. O original dessa fotografia, depositado no acervo da Fundação Casa Rui Barbosa, não apresenta a data, mas contém a autoria: Trajano Dias. As evidências fornecidas por Raimundo Frexeiras indicam a presença desse fotógrafo apenas 1920. Além disso, a primeira notícia da fundação do Abrigo trazia apenas uma imagem do rosto de Raimundo Frexeiras e totalmente diferente da cena em questão. Com todas essas considerações, estabelecemos que a fotografia pertence ao trabalho de 1920. A paisagem de fundo afasta a ideia que o registro tenha sido no Abrigo.

possivelmente em 1937, enquanto que José Frutuoso dos Santos permaneceu até a década seguinte.



Imagem 6 – DIAS, Trajano. Fundadores e primeiros diretores do Abrigo dos Filhos do Povo Raymundo Frexeiras, José Frutuoso dos Santos, Ladislau Victor das Virgens e Fortunato Ferreira da Fonseca, 1920, Salvador, BA/FCRB

Ao entardecer daquele mesmo dia, segundo o relatado em *As Provas de Minhas Ideias*, foi realizada nova exposição do projeto para cerca de cinquenta moradores da Estrada das Boiadas, que manifestaram igual aceitação. No ato, alguns prestaram a primeira contribuição financeira para o custeio das despesas necessárias para a instalação da instituição. A subscrição popular recolheu 62\$000.¹¹⁷

O próximo passo foi dado no dia seguinte. Raimundo Frexeiras comunicou a iniciativa ao diretor da Companhia União Fabril da Bahia, João Pereira de Carvalho,¹¹⁸ afinal a sede provisória seria estabelecida na casa pertencente à empresa.

¹¹⁷ FREXEIRAS, 1920, p. 196.

¹¹⁸ João Pereira de Carvalho nasceu em 5 de janeiro de 1886, na cidade do Porto, em Portugal. Imigrou para o Brasil ainda muito jovem, fixando-se na Bahia, onde se iniciou nos negócios do comércio na casa Silva Moreira e Souza. No regresso da viagem à terra natal, em 1909, foi eleito para a diretoria da União Fabril da Bahia e, posteriormente também da Companhia Progresso Industrial da Bahia. Foi diretor do Banco da Bahia e tesoureiro do Abrigo dos Filhos do Povo, entre 1920 e 1949. Na esfera familiar, a união com Helena Balalai de Carvalho originou extensa prole: Maria Amália Carvalho dos Santos, Margarida de Carvalho Costa Pinto, Raul Balalai de Carvalho, Carlos Balalai de Carvalho, Carmen Balalai de Carvalho Marback, Waldemar Balalai de Carvalho, João Balalai de Carvalho, Helena Balalai de Carvalho dos Santos e Guilherme Balalai de Carvalho. Morreu em 28 de março de 1949, sepultado no cemitério do Campo Santo, na capital baiana. Em reconhecimento aos serviços prestados desde a fundação, o Abrigo dos Filhos do Povo decretou luto por três dias, mandou celebrar

No dia 7 de março, o Abrigo fez sua primeira aparição no jornal A Tarde, com a notícia sobre a criação, as finalidades, os nomes dos indivíduos participantes e a adesão à subscrição popular, mediante a doação de 100 mil-réis por parte de seu diretor-proprietário Ernesto Simões Filho¹¹⁹ e a oferta de ajuda para a obtenção de mais recursos:

O Abrigo dos Filhos do Povo

A organização de uma útil sociedade

Uma iniciativa digna de todos os louvores acaba de ter o sr. Raymundo Luiz dos Santos Frexeiras, cobrador da União Fabril da Bahia, com o concurso dos srs. José Valentim da Silva Passos, Francisco Xavier do Nascimento, João Anastácio de Jesus, Antônio Feliciano de Farias, Fortunato Ferreira da Fonseca, Salustiano Medrado Barreto, Ladislau Victor das Virgens, João Alexandre Pereira da Conceição, Jorge José de Souza, José Rosalino Ribeiro, Isidoro Alves Moutinho, José Frutuoso dos Santos e outros, organizando, no Tanque da Conceição, a Associação denominada Abrigo dos Filhos do Povo, cujos os fins são os seguintes:

Fundar uma escola para as crianças do sexo masculino e outra para as do sexo feminino, para as crianças desamparadas ou aquelas cujos pais não possam fornecer-lhes vestuários etc. Que serão fornecidos pela associação.

Promover o afastamento das crianças que estiverem sob domínio de pais ou tutores desalmados, si para isso encontrar remédio na lei

Manter anexo um curso noturno para adultos analfabetos;

Ministrar educação religiosa a todos os alunos a qual ficará a cargo de um sacerdote indicado pelo arcebispo;

Promover conferências públicas em sua sede, quinzenalmente;

Criar um fundo de beneficência, em benefício dos associados que necessitarem, garantindo aos mesmos apoio, proteção e trabalho. [...].¹²⁰

Dentre os primeiros doadores, constaram os nomes de Raimundo Frexeiras, Ladislau Victor da Virgens, Manoel Carlos, José Valentim dos Santos, Saturnino Frutuoso dos Santos, Teotônio Olímpio Pereira, Manoel Neves Preira, Olegário Feijó de Souza Dantas, José

uma missa na Igreja de São Bento e se fez representar pelo presidente Augusto Lopes Pontes e pelos alunos que assistiram a cerimônia de despedida, tendo a aluna Edna Silva, do 5º ano, discursado. (A Tarde, 29/03/1949, p. 4; 01/04/1949, p. 4; 08/04/1949, p. 4; 27/04/1949, p. 1)

¹¹⁹ Ernesto Simões da Silva Freitas Filho, filho de Ernesto Simões da Silva Freitas e Maria Emília Rosa da Silva Freitas, nasceu em 4 de outubro de 1886, na cidade de Cachoeira. Coursou direito na Faculdade Livre de Direito da Bahia, em paralelo com a atuação de jornalista na Gazeta do Povo. Fundou o jornal A Tarde, em 1912. Foi eleito deputado federal da Bahia por dois mandatos na segunda metade da década de 1920. Os eventos políticos de 1930 e 1932 forçaram ao exílio na Europa, retornando em 1933. Retomou as conexões políticas no estado natal e na capital da República, alcançando a chefia do Ministério da Educação e Saúde, entre 1951 e 1953. Retornando à Bahia, apoiou a eleição de Antônio Balbino, mas a aliança foi rompida quando a indicação do sucessor pendeu para Lauro Farani Pedreira de Freitas. Simões Filho engajou-se na campanha do desafeto político Juraci Magalhães. Faleceu em 24 de novembro de 1957. Da união com Helena Vitória Cerne Simões nasceram Renato Simões e Regina Helena Simões de Melo Leitão. Todas essas informações foram compiladas do Dicionário Histórico-Biográfico, do Centro de Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernesto-simoes-da-silva-freitas-filho>. Acesso: 18/12/2018.

¹²⁰ A Tarde, 07/03/1918, p. 3.

Frutuoso dos Santos, José Rosalino Ribeiro, Antônio Feliciano de Farias e André Garcia Rodrigues. Essa lista pode corroborar a mobilização prévia na Estrada das Boiadas.

Através da imprensa, Raimundo Frexeiras pretendia despertar “a capacidade magnânima dos corações dos ricos e abastados no postular donativos para obra iniciada”.¹²¹ A intenção dele ganhou reforço de outros jornais circulantes na cidade. Noticiando os movimentos iniciais após o ato de fundação, o Diário de Notícias saudou a formação do “grêmio utilíssimo” antecipando a expectativa que se esperava alcançar com sua instalação: “A ação do Abrigo se exercerá contra a ignorância e vadiagem dos menores, e deste modo, prestará um grande serviço à coletividade.”¹²²

No dia 31 de março, na chácara nº 7, situada na Estrada das Boiadas, foi realizada a assembleia para a eleição da diretoria e a aprovação dos Estatutos (ver Anexo B).¹²³ O diretório eleito era composto por Raimundo Frexeiras, presidente; José Frutuoso dos Santos, vice-presidente; João Lima de Bastos Varella, 1º secretário; e Fortunato Ferreira da Fonseca, 2º secretário. Segundo os Estatutos, os objetivos do Abrigo dos Filhos do Povo eram: fundar escolas para crianças “desamparadas, filhas de pais indigentes, as que estiverem sob o domínio de pais, parentes outros, ou tutores mal intencionados que as pervertam ou as habilitem ao exercício de indústrias criminosas, e os filhos de associados”; fornecer alimentação, vestuário, calçados e material escolar, especialmente às órfãs e indigentes; afastar do convívio familiar crianças expostas ao “contágio dos hábitos viciosos e maus-tratos”, pretendendo encaminhar ao Congresso Nacional um pedido para aprovação de lei específica; impedir que as crianças “se entreguem à vadiagem ou a profissões desonestas e arruinadores da saúde”; exercer a tutela sobre crianças desamparadas até os 21 anos; oferecer educação profissional agrícola, manter um curso noturno para adultos com garantia de trabalho; fornecer assistência médica e farmacêutica, judiciária; promover conferências públicas; criar uma biblioteca; e promover um programa de melhoria moral e intelectual destinado aos associados.

¹²¹ FREXEIRAS, 1920, p. 197.

¹²² Diário de Notícias, 19/03/1918, p. 2.

¹²³ A Tarde, 05/04/1918, p. 4.

Na assembleia de 31 de março de 1918, foram eleitos também os membros titulares e suplentes das Comissões Fiscal e de Contas. Na primeira, José Valentim de Almeida Passos, João Anastácio de Jesus, Ladislau Victor das Virgens, Bernardo Sena Barreto, José Rosalino Ribeiro e Sócrates Xavier do Carmo, os três últimos suplentes. Na segunda, Salustiano Barreto Medrado, Antonio Feliciano de Faria, Basílio de Almeida Passos, Marcelino Martins de Cerqueira, Francisco e Miguel Teixeira Guimarães, os três últimos suplentes.

Concluída a educação e a instrução, a criança seria encaminhada para casa comercial, escritório, ateliê, serviço doméstico, lavoura ou qualquer outra ocupação, considerando o sexo, a aptidão e a idade. Um terço de seu salário seria recolhido pelo Abrigo para a constituição do fundo social e o restante depositado em conta corrente da Caixa Econômica Federal. Permitido o saque do montante, apenas quando completados os 21 anos.

Para executar esse programa ambicioso, o Abrigo financiar-se-ia com a subscrição popular, as mensalidades (1\$500) e joias (5\$000) dos associados, as assinaturas do periódico, as rendas do teatro, os recursos governamentais e o terço do salário de cada criança que fosse encaminhada para o trabalho, quando concluída na instrução.

No aspecto administrativo, a instituição possuiria três órgãos: o Diretório, responsável pela administração e o orçamento, com mandato de dois anos; o Supremo Conselho de Administração, vitalício, formado pelos seguintes membros: Juizado de Órfãos, Companhia União Fabril da Bahia, Arcebispado da Bahia, Instituto de Proteção e Assistência à Infância, Superior Tribunal de Justiça, Faculdade de Medicina, Escola Politécnica, Escola de Direito, Associação dos Empregados do Comércio, uma senhora ou senhorita representante da família baiana um representante da imprensa (eletivo); e a Assembleia Geral, constituída pelo Diretório e pelo Supremo Conselho de Administração.¹²⁴

Ainda durante o mês de março, com o propósito de explicar à sociedade, aos potenciais doadores qual seria o papel desempenhado pelo Abrigo, Raimundo Frexeiras publicou no A Tarde oito artigos¹²⁵ delineando as bases fundamentais da instituição. No texto primeiro, dedicado à apresentação da ideia de fundação, defendeu que os cuidados com a infância pobre eram causa essencial para a salvação da pátria:

Tenho tido notícia da criação dos estabelecimentos de Repressão; mas que eu saiba, não se criou ainda, no sentido absoluto da palavra, Instituição regional, universal como queiram – do amanho da consciência, da alma, da infância desventurada. Sei que há, neste particular, heroico esforço, mas em outro sentido, e parceladamente. É comum chamar-se culpado ao pequenino ente que delinque, devia ser chamado vítima. Não deve ser punido; deve ser assistido. Dai-lhe o afago de um ensinamento, a lição de um carinho e ver-se-á o pequenino réprobo quase arcanjo.¹²⁶

¹²⁴ O Conselho Supremo de Administração não foi instalado.

¹²⁵ Os artigos publicados receberam o mesmo título - O Abrigo dos Filhos do Povo e apareceram nas edições do A Tarde de 14/03/1918, p.3; 14/04/1918, p. 3; 13/04/1918, p. 3; 16/04/1918, p. 4; 17/04/1918, p. 2; 19/04/1918, p. 4; 20/04/1918, p. 4; e 22/04/1918, p. 4.

¹²⁶ FREXEIRAS, Raimundo. O Abrigo dos Filhos do Povo. A Tarde, 14/03/1918, p. 3.

Abordando os motivos da criação e fixação do Abrigo na Estrada das Boiadas, explicou que fizera de seu local de moradia e trabalho o campo de estudo, notando a numerosa população operária, mergulhada num quadro de perigo e debilidade material, física e religiosa, que justificava a imperiosa necessidade de reformar aquele corpo social desassistido, desvirtuado de “seus bons instintos pela incompreensão de seus deveres, ausência de estímulo, de emulação às suas nobres faculdades, mingua de educação; e descrença nas instituições”¹²⁷. Explicou então a missão disciplinar e patriótica que instituição recém-criada desempenharia, destacando a crença em Deus e na religião:

O Abrigo dos Filhos do Povo, com o auxílio de Deus, toma sobre si a missão de ensinar ao povo que só por melhores costumes e não por maiores direitos assegurará sua duradoura ventura; dirá a todos os homens de seu grêmio a norma superior de cada um disciplinar os seus hábitos, apurar os instintos no sentido da máxima perfeição, donde resultará a boa polícia da Pátria.

Ensinará cada homem a contar, consigo mesmo para nesta concentração de esforços, ter-se um dia a adição da suma potência nacional.

O Abrigo, simultaneamente, amparará as crianças desvalidas instruindo-as e educando-as e fortalecerá o povo em sua condição moral, intelectual e física, opulentando-lhe a consciência com os salutarens ensinamentos da Pátria e da Religião.

Se isto se não fizer inadiavelmente seremos amanhã, no sentido moral, uma nacionalidade carunchosa e, no sentido físico, uma nacionalidade de trasgos, pela [ilegível] configuração de membros atrofiados, deprimidos, dos indivíduos pela penúria geral¹²⁸.

O artigo “A Cidade Infantil” foi dedicado ao trabalho confiado à mulher na educação das crianças brevemente matriculadas no Abrigo:

Mãos de mulheres, que são fadadas modeladoras das criações mais estranhamente perfeitas de humanidade, plasmarão as almas das crianças - amoldável argila - para a nobreza de umas linhas e contornos de puro acabamento.

O Abrigo dos Filhos do Povo inclui em seu programa e concurso da mulher, decisivo e atilado nos mistérios da alma infantil.

No sentido moral e de escola mais alta para a estatura das almas das crianças; entende também, melhor, o rito do amor para a prática de seus preceitos, como sacerdotisa de seu Templo; evangeliza de maior elevação as doutrinas da caridade, sectária abnegada desta seita augusta; é evidente mais lucido dos movimentos interiores da consciência infantil, investigadora mas apaixonada destes adoráveis recessos.

Mesmo é necessário, a toda força, dar às desprotegidas crianças e embaladora confiança de ser O Abrigo a ampliação de seu remansoso Lar, de onde se tinham transviado para as aleluias de um regresso, para as alvíssaras de um retorno e para as doces emoções de um achamento.

Só a alma da mulher terá o apuro de sentidos, a harmonia de um acento, o deslumbramento de um olhar, a sedução de um porte, a doce imponência de uma censura, a potência de todas as sugestões, a majestade de um exemplo, capazes de autenticar uma Maternidade que não foi de origem e deve se positivar, em todas suas prerrogativas e deveres, para maior proveito humano.¹²⁹

¹²⁷ FREXEIRAS, Raimundo. O Abrigo dos Filhos do Povo. A Tarde, 13/04/1918, p. 3.

¹²⁸ FREXEIRAS, Raimundo. O Abrigo dos Filhos do Povo. A Tarde, 13/04/1918, p. 3.

¹²⁹ FREXEIRAS, Raimundo. O Abrigo dos Filhos do Povo: a Cidade Infantil. A Tarde, 22/04/1918.

Na perspectiva delineada fortemente influenciada pelos discursos da época, a atuação feminina no magistério era vista como desdobramento da maternidade, exigindo-se amor para com as crianças, abnegação, entrega sacerdotal à tarefa de modelar as crianças como se fosse matéria amorfa, favorecendo a regeneração da pátria no porvir. Ou seja, dizia-se que educar seria coisa fácil, sendo necessários basicamente os atributos considerados naturais e exclusivos da mulher. Como missão sacerdotal e devotada, a professora deveria também se resignar com os baixos salários e as péssimas condições de trabalho.¹³⁰

Segundo o pensamento do presidente, o Abrigo era como lar ampliado, sendo ele o pai, sua esposa¹³¹ e cada professora, a mãe das crianças que ali chegassem não só para aprender as letras como também tomar seu lugar no aconchego da família.

Os/as alunos/alunas do Abrigo, além das pessoas adultas que procurassem as escolas no curso noturno, seriam exclusivamente instruídos no ensino religioso católico, devendo participar dos atos promovidos pela instituição. Contou que, no dia de 3 de março, ao encerrar o ato de criação, “todos nos voltamos para a colina santa na vibrante e tocante aclamação do Senhor do Bomfim, como o Árbitro Supremo dos destinos do Abrigo dos Filhos do Povo”¹³²

A instituição como “pai das crianças de seu amparo”¹³³ reclamava a decisão sobre a confissão religiosa privilegiada, não permitindo a admissão de outras crenças “pois, tal desacerto, faria germinar muito cedo, entre as almas infantis, a árvore letal do ódio, do preconceito da religião, o dissídio mais conflagrador dos povos e dos indivíduos”.¹³⁴

No artigo de 13 de abril já citado, o presidente antecipava que as práticas religiosas populares não escapariam à ação disciplinar da instituição:

¹³⁰ SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Sob o Silêncio da Escola: a memória. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.17, n°. 33, 1997, p. 280-292; ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de & VALDEMARIN, Vera Teresa. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2014, p. 55-100.

¹³¹ O casal Frexeiras não teve filhos. Em uma passagem do livro *As Provas de Minhas Ideias*, o fundador assim comentou o fato: “Eu e minha doce esposa, que as não tínhamos, as não temos - de nosso sangue procedidas, num felicíssimo consórcio de quatorze anos – adotamos, como nossas vossas crianças, para a função tutelar de cumprirmos os encargos da paternidade de que vos tendes, quase todos vós, desorientados, à empresa da mudança do estado social, insensata tentativa onde empregais, para êxito de ruína, os materiais e o tempo da vossa própria e da felicidade de vossa prole” (FREXEIRAS, 1920, p. 12).

¹³² FREXEIRAS, Raimundo. O Abrigo dos Filhos do Povo: religião. A Tarde, 19/04/1918, p.4. No bairro da Liberdade atual, apesar de toda urbanização, ainda se conservam mirantes privilegiados para observação da Península de Itapagipe, Colina do Bonfim, Baía de Todos os Santos, o bairro do Comércio e a Feira de São Joaquim.

¹³³ A Tarde, 19/04/1918, p.4. .

¹³⁴ A Tarde, 19/04/1918, p.4. .

A religião nestas almas ingênuas é um composto heterogêneo do rito "mambembe" de fetichismo, de extratos de catolicismo, de excertos, de quase todos os cultos, sem afeição rigorosa a uma só crença, tendo, contudo, instintiva veneração ao Senhor do Bomfim para cujo templo se voltam, de todos os pontos da cidade, em fervorosa genuflexão.¹³⁵

Quanto à vida política, a instituição pretendia se colocar à margem das disputas, da má política que estava provocando a corrupção, a divisão e o enfraquecimento da sociedade. Na direção oposta, promoveria o “vastíssimo serviço de drenagem social para o escoamento de todos os humores nocivos, acelerando a potência respiratória do solo e opulentando a atmosfera de fluidos generosos”¹³⁶. Contudo, seria bem-vinda a “ação dos políticos devotados ao bem público”, a “boa camaradagem”.¹³⁷

A diretoria constituída promoveu festas para e arrecadação de donativos no Tanque da Conceição e no Largo da Madragoa, na Península de Itapagipe. Na ocasião, as pessoas interessadas puderam ouvir os discursos de Raimundo Frexeiras e João Varela, abordando as finalidades da instituição. No Largo da Madragoa, houve uma feira de flores organizada pelas famílias residentes da região. Nos dois locais, filarmônicas se incumbiram o espetáculo musical.¹³⁸

Em fins de maio, a subscrição encampada pelo A Tarde¹³⁹ alcançou a quantia de 3:104\$000, repassada ao presidente do Abrigo que a empregou na construção do mobiliário escolar,¹⁴⁰ na aquisição de material de ensino e roupas para as crianças mais necessitadas, além da cobertura das varandas da casa com o uso de pindoba.¹⁴¹ Com base nas notas publicadas pelo A Tarde,¹⁴² atualizando o balanço da campanha e a relação dos contribuintes, percebe-se um perfil masculino e individual, embora o apelo também tenha sido respondido por mulheres, como Maria Leopoldina dos Santos Bezerra, que doou três apólices municipais

¹³⁵ FREXEIRAS, Raimundo. O Abrigo dos Filhos do Povo. A Tarde, 13/04/1918, p. 3.

¹³⁶ A Tarde, 20/04/1918, p. 4.

¹³⁷ A Tarde, 19/04/1918, p.4. .

¹³⁸ A Tarde, 26/04/1918, p. 2; Diário de Notícias, 14/05/1918, p.2.

¹³⁹ A Tarde, 04/06/1918, p. 3.

¹⁴⁰ Segundo o Relatório do Abrigo dos Filhos do Povo apresentado à Diretoria em dezembro de 1919, relativo aos trabalhos entre 3 de março de 1918 e 31 de junho de 1919, o mobiliário existente consistia de 26 carteiras, 47 bancos de madeira comportando 7 alunos cada, quadros-negros, mesas e cadeiras para as professoras, mapas, 300 pedras de escrever, 2 lâmpadas de mil velas de força, 2 aparelhos de carbureto, 3 lanternas contravento e 4 máquinas de costura Singer. Em outubro de 1920, o aumento das matrículas exigiu a construção outros 13 bancos, além do incremento de outros materiais de ensino como tinteiros, tímpanos, relógio, livros de escrituração e papel timbrado. (FREXEIRAS, 1920, p. 259).

¹⁴¹ FREXEIRAS, 1920, p. 200.

¹⁴² A Tarde, 12/03/18, p. 2; 18/03/1918, p. 3; 25/03/1918, p. 5; 09/04/1918, p. 3; 12/04/1918, p. 2; 13/04/1918, p. 3; 20/04/1918, p. 3; 27/04/1918, p. 3; 02/05/1918, p. 2; 06/05/1918, p. 2; 16/05/1918, p. 3; 29/05/1918, p. 3.

no valor de 100:000 réis cada. Verificaram-se ainda ações coletivas, como no caso dos operários e auxiliares da União Fabril da Bahia e da Fábrica São Brás, da Banda de Música do 1º Corpo de Polícia e da Associação dos Marinheiros e Remadores. As contribuições mais generosas ficaram a cargo de Bernardo Martins Catarino e família, 300\$000; Elite Clube, 293\$000; União Fabril da Bahia e A Tarde, 100\$000 cada; João Pereira de Carvalho, 25\$000. O patriarca da família Martins Catarino e a União Fabril da Bahia se comprometeram com o auxílio permanente ao Abrigo, que seria ocupado pelas crianças filhas de operárias/operários da Fábrica Nossa Senhora da Conceição.

Finalmente, iniciaram-se as matrículas sendo priorizadas as crianças que se encontrassem em desamparo ou indigência, para as quais o vestuário e o material escolar seriam gratuitamente fornecidos pelo Abrigo. Os associados/associadas podiam matricular suas crianças, sendo vedada qualquer cobrança de mensalidade pelo ensino. As pessoas adultas analfabetas, associadas ou não, eram admitidas no curso noturno.¹⁴³ Quanto a esse curso, os jornais não trazem indícios sobre o funcionamento antes da década de 1940.

A solenidade de inauguração das aulas ocorreu em 23 de junho de 1918, com a presença do Intendente Municipal José da Rocha Leal, dos conselheiros municipais Antônio Freitas da Silva e José Antônio da Costa Neto, representantes da imprensa, membros da Igreja Católica e moradores da Estrada das Boiadas. Acompanharam o ato também cerca de 250 meninos e meninas, as professoras¹⁴⁴ Clotilde Ana de Carvalho, Guiomar Pinto Leite, Maria Iluminata Costa e o professor Archimedes Thomé da Conceição.

O ato foi iniciado com a celebração religiosa na capela privada da instituição e a benção proferida pelo representante do Arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Tomé da Silva, que declinou ao convite. Em seguida, discursaram o intendente e o presidente do Abrigo, hasteou-se a bandeira nacional e foi servido o banquete para as crianças. A quermesse estendeu-se até a noite, animada pelas bandas de música da Polícia e do Corpo de Bombeiros.¹⁴⁵

¹⁴³ A TARDE, 17/05/1918, p. 3.

¹⁴⁴ O corpo docente era oriundo da Escola Normal da Bahia e do Educandário dos Perdões, ambos estabelecidos em Salvador.

¹⁴⁵ O comunicado sobre a inauguração foi distribuído e publicado previamente ainda no mês de maio pelos jornais A Tarde, A Hora, Diário de Notícias e Jornal de Notícias. Depois de sua realização, A Tarde e A Hora dedicaram notas, respectivamente em 25 e 27 de junho de 1918.

Não foram encontradas fotografias do ato de inauguração nos jornais pesquisados. Sousa (2012, p. 43) equivocou-se ao atribuir uma fotografia das escolas masculina e feminina, extraída de As Provas de Minhas Ideias (FREXEIRAS, 1920, p. 201), como sendo da inauguração, ocorrida em 11 de julho de 1918, segundo sua versão. A informação da data do evento também se revela insustentável.

CAPÍTULO 2

A IMPRENSA E O BRADO DE BRIAREU:¹⁴⁶ PELOS FILHOS DO POVO!

2.1. Um modelo de escola

O Relatório do Abrigo dos Filhos do Povo¹⁴⁷ para o período entre março de 1918 e junho de 1919 traz alguns dados importantes para conhecer alguns detalhes sobre quem eram as crianças matriculadas e as condições de funcionamento da casa escolar. Treze matriculados não terminaram o primeiro período letivo, pois o número final apresentado foi de 237, sendo 116 e 121 meninas. A meninada vinha da vizinhança e de localidades mais distantes, tanto ao norte quanto ao sul da Estrada das Boiadas – Cabrito, Boa Viagem, Retiro, Calçada, Lapinha, Cruz do Cosme (Caixa D'Água) e Portas do Carmo, subindo e descendo as ladeiras até a encruzilhada, onde estava localizado o Abrigo. Para frequentar as aulas entre às 9 e 16 horas, “viajam sempre a pé, famintas algumas vezes.”¹⁴⁸ Das Portas Do Carmo, a cerca de uma légua de distância, partiam Nicanor Mata, Reinaldo dos Santos, os irmãos Manoel Francisco, José e Elísio Borges. Este trio quase foi recusado por causa da longa jornada, como consta no texto escrito por Raimundo Frexeiras sobre Manoel Francisco, que o copiou no exercício caligráfico:

Resido nas Portas do Carmo que [está] cinco quilômetros distantes da sede do Abrigo para onde viajo todo dia, a pé, como também meus irmãos José e Elísio, menores que eu.
[...]

¹⁴⁶ Na mitologia grega, Briareu, o Vigoroso, era um dos Hecatônquiros, gigantes nascidos da união entre Gaia e Urano, dotados de cem braços e invencíveis combatentes. Ele e seus irmãos, Coto e Giges, foram liberados do Tártaro por Zeus, emprestando seu destrutível golpe contra os Titãs. O gigante fazia do punho sua arma contra o inimigo. Após a morte, Raimundo Frexeiras foi homenageado com o título de Briareu, pelo dedicado trabalho para multiplicar as mãos, as forças em amparo, os corações tocados pelo seu brado em favor dos filhos do povo, através da imprensa.

¹⁴⁷ O Relatório do Abrigo dos Filhos do Povo foi reproduzido na parte final do livro *As Provas de Minhas Ideias* (FREXEIRAS, 1920, p. 258-64).

¹⁴⁸ FREXEIRAS, 1920, p. 292.

Um dia, à hora de minha entrada na escola – tarde como sempre-, o Sr. Raimundo Frexeiras tomou-me para castigar-me, só me deixando o direito de uma explicação dar-lhe, a de minha morada distante e a pobreza de meu pai.¹⁴⁹

Iniciados os trabalhos escolares, as impressões iniciais do fundador em relação à meninada e às respectivas famílias foram negativas, queixando-se dos supostos atos de desacato e desrespeito contra as professoras. Demarcar a fronteira entre a escola e a família e instaurar a ordem e disciplina revelaram-se, conforme o relato do presidente Frexeiras, os primeiros desafios:

Todo adulto que traz crianças à matrícula no Abrigo é preliminarmente, advertido de que a autoridade paterna se reduzirá até o ponto de suficiência que permita, ao mesmo desenvolver sua atividade instrutiva e educativa com eficácia de poderes, para vantagem de sua ação.

Queiram ou não, os pais desatinados, estas determinações têm sido escrupulosamente observadas.

Os primeiros dias de escola, nesta casa, foram tormentosos, pois os tumultos os ânimos mais intrépidos e serenos.¹⁵⁰

Apresentavam-se as “cerca de 250 crianças (tal foi o número inicial) desorientadas dos bons ensinamentos e encarreiradas dos ímpetus tomados da vida do lar e do despeamento dos instintos, a todos os arremessos da indisciplina e da incontinência.”¹⁵¹ Resolveu exercer a “polícia da instituição” fiscalizando, advertindo, impondo respeito à autoridade das professoras e dos auxiliares, ao código de disciplina. Para demonstrar o acerto de seu método corretivo sobre os modos de ser, agir e pensar, na organização do livro *As Provas de Minhas Ideias*, Raimundo Frexeiras anexou 32 provas escritas de alunos e alunas que, segundo seu ponto de vista, abandonaram a condição de “quase incurável perversão,”¹⁵² com bom aproveitamento dos estudos e regeneração. Os “resumos históricos”, como os chamava, foram escritos pelo próprio diretor com base nas informações colhidas com seus familiares no ato da matrícula e nas observações cotidianas, depois entregues para que cada um exercitasse a caligrafia.

Concordando com Sousa, “não há dúvida de que o conteúdo representa a sua percepção sobre a história das crianças, principalmente sobre as atitudes e comportamentos que evidenciavam antes e depois da entrada do Abrigo dos Filhos do Povo.”¹⁵³ O autor adulto selecionou, filtrou, verteu no escrito estereótipos, preconceitos, ideias compartilhadas quanto ao ingresso de crianças pobres na escola. Mais que a oferta de prova dos feitos alcançados

¹⁴⁹ FREXEIRAS, 1920, p. 330.

¹⁵⁰ Ibid, p. 287.

¹⁵¹ Ibid, p. 288.

¹⁵² Ibid, p. 275.

¹⁵³ SOUSA, 2012, p. 74-5.

pela casa de ensino, os “resumos históricos” eram também peça de publicidade dirigida aos potenciais doadores. Tomadas essas devidas cautelas,¹⁵⁴ tais textos revelam as perspectivas dirigidas as tais “crianças bravias” que seriam transformadas em alunas dóceis.

Na fotografia, os 32 meninos e meninas¹⁵⁵ que escreveram os “resumos históricos”, além de Ovídio Reis (de pé), apelidado de Pinaúna, o guia da escola masculina. Único registro em que se apresentaram sem a fronteira que os separava cotidianamente durante as aulas. Disciplina, controle, ordem, silêncio, seriedade e concentração em cena.



Imagem 7 - DIAS, Trajano. [Alunos e alunas do Abrigo dos Filhos do Povo redatores dos “resumos históricos”], 1920, Salvador - BA/FCRB

¹⁵⁴ GINZBURG, Carlo. O Historiador como Antropólogo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.1 nº 21, 1990-1, p. 9-20; GRINBERG, Keila. A História nos porões dos Arquivos Judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de. **O Historiador e Suas Fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 119-139.

¹⁵⁵ Os alunos e as alunas que tiveram os “resumos históricos” publicados no Livro *As Provas de Minhas Ideias* foram: Maria Esteva de Jesus, Raimunda da Silva Hart, Luiza Maria de Sant’Anna, Durvalina Poveda Sanches, Maria Esther Mendes, Durvalina Maria Borges, Anísia Maria da Conceição, Maria Crispiniana de Macedo, Alzira Corinta dos Santos, Maria José de Jesus, Maria Leonor de Oliveira, Vitorina Maria Moreira, Margarida Andresa Santa Rosa, Clementina da Silva Carneiro, Maria Helena Mendes, Maria de Lourdes Mendes, Hilda Oliveira dos Anjos, Firmo Pompílio dos Santos, Guilherme de Freitas, Simão Alves de Souza, Nicolau Ferreira dos Santos, Agenor Francisco de Santa Rosa, Dionísio Bispo Nascimento, Sérgio José dos Santos, Armando Bispo de Souza, Cassiano Bispo de Oliveira, Hermes Manoel dos Santos, Carlos Marinho de Souza, Manoel Francisco Borges e Manoel Osvaldo dos Reis.

Chegando à escola, o que foi aprendido no lar, na rua, nas brincadeiras soava nocivo, inadequado, defeituoso, mentiroso, desviado, brutal, incivilizado. Correção e remodelação, a bem da utilidade social futura, eram necessárias:

Firmo Pompílio dos Santos, 1º curso adiantado, 12 anos

Metido em outras companhias, senti-me saber com o a obrigação de deixar de ser o que não devia e passar a ser o que todo homem se destina desde criança: um operário ao bem útil no ofício de saber muitas coisas elevadas.¹⁵⁶

Maria Esteva de Jesus, 2º curso, 14 anos

Sempre dei o cavaco por uma festa, passeio, uma companhia alegre, tudo em suma que me desse três, quatro, quinze dias, toda vida mesmo das ocupações escolares.

As minhas faltas na escola eram constantes e como elas, o meu andar para trás no estudo e no comportamento.

Meu pai foi seriamente avisado do perigo a que eu me expunha na imoderação do gosto pelas festas e no desapareço aos meus deveres.

[...]

Vou perdendo – quase esta de todo – o gosto pelas diversões que me afastam de meus deveres escolares e me preparando para cumprir os de amanhã quando já for mulher.¹⁵⁷

Para enquadrar os recalcitrantes que insistissem em desrespeitar as normas, o castigo era parte das práticas punitivas do Abrigo:

Sérgio José dos Santos, 3º curso, 13 anos

Nunca cantava os hinos, não respondia as lições, ficava uma hora sem dizer palavra, tinha gestos para as professoras e insolências com os meus colegas.

O Sr. Raymundo Frexeiras reparou todos os meus vícios e anotou-os.

Um dia se aproximou de mim e mandou que eu cantasse sozinho um hino. Recusei. Ele insistiu. Maior foi a mina teimosia. Fui tocado cinco vezes nas mãos com uma régua e acabei cantando a plenos pulmões. [...]

Meu pai chegou ao pé do Sr. Raymundo Frexeiras, seu compadre, e pediu-lhe que me desentortasse, pois os meus de oito anos e meio traziam assustada a Ladeira de Pedras, porque eu era travesso, cheio de expedientes e muito arrojadozinho.

[...] Ficamos – de um lado o Sr. Frexeiras à espreita de minhas façanhas para reprimi-las e do outro eu a contar que o raio da severidade do Sr. Frexeiras me fulminasse a pequenina carcaça - os dois num jogo de sutilezas.

Dezessete meses são passados sem que o Sr. Frexeiras me esmagasse o arcabouço mirrado e que eu reproduzisse os meus antigos heroísmos.¹⁵⁸

Estar na escola requeria o abandono de certos hábitos e comportamentos inadmissíveis na imagem cândida desejada de escolar, especialmente quando se tratasse de uma aluna:

Durvalina Poveda Sanches, 2º curso atrasado, 13 anos

Tenho treze anos de idade.

Fui péssima criança, a pior talvez do Abrigo.

Não conheci pai. Minha mãe operária, quase indigente. Cuidava de mim uma velha, trêmula e boníssima avó que muito me ama e meus tios. Nunca obedeci a ninguém. Tinha muitos defeitos: urinava na cama (ainda aos doze anos), mascava fumo, pontas de cigarro e charutos de quem quer que fosse e tudo bem moído, engolia, surrupiava as gulodices, vinténs e mais insignificâncias, apesar de inocente como ainda sou; tinha modos de muito impudor, a falta de asseio era uma cipoal, cantava e

¹⁵⁶ FREXEIRAS, 1920, p. 327.

¹⁵⁷ Ibid, p. 329.

¹⁵⁸ Ibid, p. 307.

meneava com desenvoltura, mas inconsciência estrofes e esgares obscenos, mentia tudo fazia mal em casa e na escola, onde merecia castigo muitas vezes no dia, eu era infame, um garoto de saias.¹⁵⁹

Delas eram esperados os atributos tidos como naturais e próprios do feminino, resignando-se inclusive com a depreciação de sua capacidade intelectual, desde que se destacassem na costura e no serviço doméstico:

Alzira Corinta dos Santos, 1º curso, 11 anos

Tenho sido entretanto uma imensa mágoa da vida dos dois [referindo-se ao padrinho e à madrinha Raymundo e Joventina Frexeiras] devido à minha pobreza de inteligência a, tanto que passou a ser estupidez. Quanto do mais sempre fui uma menina muito boa, piedosa, mansa, dócil, dedicada e cheia de estima.

De certo tempo para cá tomou-me o nome do padrinho ao seu especial cuidado e, desde então, sinto que as ideias muito confusas se me vão desembrulhando aliviando a cabeça de um peso acabrunhador.¹⁶⁰

Raymunda da Silva Hart, 1º curso atrasado, 13 anos

Me leiam com cuidado.

Passo por ser uma pessoinha muito cheia de boas qualidades e sou também de feições agradáveis do que resulta todas as pessoas me apreciarem.

Mas uma coisa me desgosta e penaliza os meus amigos e parentes. Sou de uma fraqueza de inteligência desalentadora.

Entretanto tenho vontade de aprender, vergonha, firmeza e paciência.

Nos trabalhos de costuras e bordados sou elogiada a miúdo pelo asseio e arte que ponho no seu fazimento.

Estas vantagens me trazem contente e trazem agradecida a Deus pelo prejuízo intelectual.

[...]

Dizem que tenho uma alma cantante: riu-me e sempre em expansão, gosto de tudo e de ninguém me aborreço mesmo quando me magoam.

Não sei ser de outra forma.

Às vezes quero me aborrecer comigo mesma por ser tão pouco... inteligente.

Mas isto passa sou tão boa e estimada

Em resumo: eu sei muita coisa já.¹⁶¹

Anísia Maria da Conceição, 1º curso atrasado, 14 anos

Invencível dureza na inteligência fazia o meu martírio para compreender as coisas mais simples.

Isto me desgastava e cansava as professoras além de inutilizar todo o sacrifício de minha mãe para me sustentar na escola.

O resultado foi chegar aos doze anos sem saber coisa alguma.

Fui então entregue à esposa do Sr. Raymundo Frexeiras, hoje são meus padrinhos, para auxilia-la nos trabalhos domésticos.

Foi resolvido então que eu frequentaria uma das escolas do Abrigo.

Recomeçaram as minhas penas.

A breve trecho, porém elas se foram aliviando porque Deus entrou na minha inteligência e arejou-a com a sua graça.

Nos trabalhos de costuras e bordados tenho tido regular aproveitamento na leitura indo com vagar mas com aprumo, a minha escrita é isto que se vê, de contas faço três especiais com tal ou qual destreza.¹⁶²

¹⁵⁹ FREXEIRAS, 1920, p. 321.

¹⁶⁰ Ibid, p. 317.

¹⁶¹ Ibid, p. 319.

¹⁶² Ibid, p. 331.

O trabalho do fotógrafo Trajano Dias fornece outros vestígios para conhecer quem eram os meninos e as meninas, as professoras, o funcionamento da casa de ensino, a imagem pública construída e posta em circulação com o livro *As Provas de Minhas Ideias* e o cinema.¹⁶³

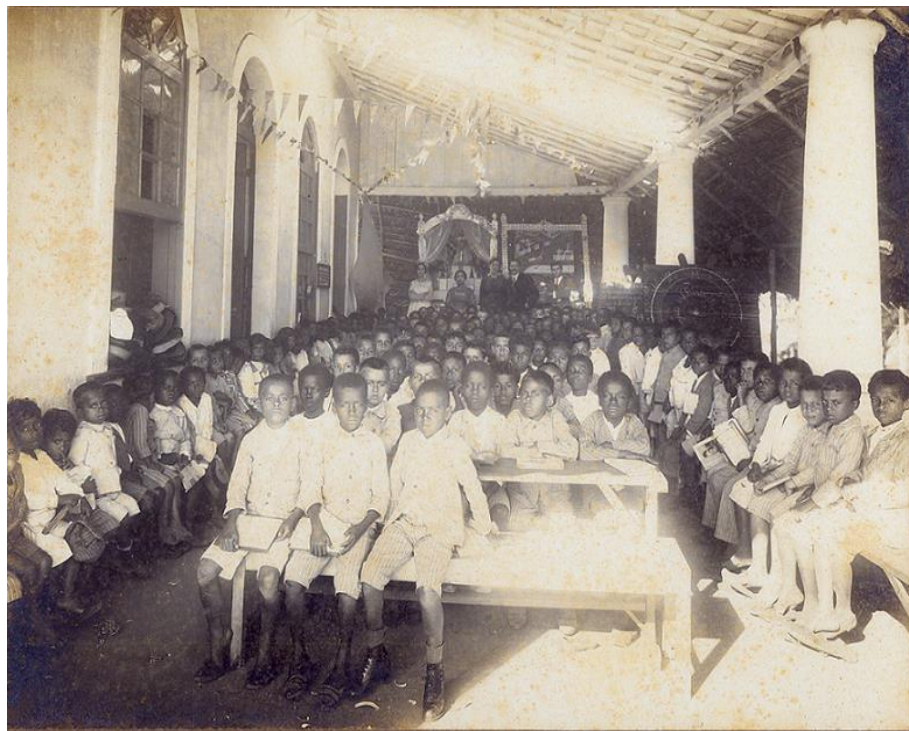


Imagem 8 – DIAS, Trajano. [Escolas do Sexo Masculino], 1920, Salvador-BA/FCRB

¹⁶³ Quanto ao filme, sua exibição estava marcada para o dia 4 de novembro de 1921, acabou frustrada pela festa promovida pelo governo do Estado, no Cine Teatro Guarani, em homenagem aos oficiais do encouraçado Minas Gerais, ancorado no porto da cidade. Na nova data, 7 de novembro, segunda feira, sem cobrança de ingressos, os espectadores conheceriam detalhes da casa escolar: “O filme da exibição nesse dia será de aspectos do Abrigo, dando-lhes o prédio, salas de aulas, exposição de costuras, corpo docente e auxiliares, população escolar, etc.” (A Tarde, 07/11/1921, p. 2.) Essa descrição fornecida pelo A Tarde me permite imaginar que o material de autoria de Trajano Dias originou a película filmica. Até o ano de 1922, circulou ainda pelos cinemas Politeama e Jandaia (A Tarde, 14/11/1921, p. 3; 24/11/1921, p. 2; 25/11/1921, p. 2-3; 26/11/1921, p. 3; 28/11/1921, p. 2; 29/11/1921, p. 2; 22/12/1921, p. 2).

Ao cumprir a vistoria decretada pelo juiz titular da 1ª. Vara Cível da Capital, Perilo Benjamin, para descrever objetos, documentos e bens móveis pertencentes a Joventina Alves de Souza Valverde, outrora Joventina Frexeiras, em litígio com a Associação Abrigo dos Filhos do Povo, em 16 de abril de 1942, o perito Emanuel de Araújo Dórea encontrou, no interior do gavetão do guarda-roupa localizado na sala de visitas da casa principal, “uma caixa com filme aspecto Abrigo, cinematografados em 1920.” Perde-se aí a pista quanto ao destino da película cinematográfica pertencente à instituição. A indicação da época de produção presente na certidão da vistoria dirime possivelmente a dúvida gerada pela declaração de Raimundo Frexeiras e reproduzida pela imprensa, indicando que o filme retrataria as condições do Abrigo em outubro de 1921. APB. Arquivo Republicano. Seção Judiciária. Estante 136/ Caixa 18/ Documento 19/ fl. 15 v (Tribunal de Justiça/ Ação de Depósito) (1942).

Os garotos foram reunidos na varanda que lhes cabia na partilha diária do espaço, dividido com as meninas e a família Frexeiras. Certamente a frequência diária era superior ao exibido. Mesmo no dia a dia, distribuíam-se ao redor da casa protegidos pelo teto de pindoba e à sombra das árvores do quintal. Mesmo lotado, a mensagem era de ordem, organização e disciplina. No canto esquerdo, os alunos mais novos. À direita, outra fila com alguns sentados e outros em pé. Ao centro, o restante sentado nos bancos de madeira. A primeira fileira ficou incompleta. Cada banco podia receber até 6 crianças. No fundo, ficaram duas professoras, o casal Frexeiras e o auxiliar da direção Cícero José de Vasconcelos. Atrás deles, a capela privada da instituição, com o Cristo Crucificado e outras imagens sacras. Aos domingos, frades franciscanos realizavam missas ali e ministravam sacramentos para as crianças e os moradores da Estrada das Boiadas.¹⁶⁴

Observando a fileira próxima à janela, vários chapéus foram amontoados, certamente vetados na montagem da cena e das aulas. Os meninos exibiam, em sua maioria, cabelos curtos conforme as normas higiênicas que regulavam (e ainda regulam) os corpos escolares. Trajavam bermuda na altura do joelho ou calça, acompanhada de camisa de manga comprida, abotoada e/ou casaco. Muitos usavam roupas listradas certamente fornecidos pela instituição, mas não havia uniforme padrão. A prioridade era cuidar da vestimenta dos mais necessitados, comparecendo às aulas os demais com que fosse possível, de acordo com as condições econômicas de suas famílias. Os calçados também eram variados, desde um chinelo bem gasto até um par de botas calçado com meias. Muitos iam descalços porque não dispunham de calçados. Havia certamente aqueles que recusavam a norma escolar, influenciados inclusive pelo contexto espacial de traços rurais e pelos hábitos familiares.¹⁶⁵

Olhar atento para a câmera. Disciplina, seriedade e silêncio, pelo menos até a captura, sob o controle da turma do fundo. Alguns boquiabertos, outros desconfiados possivelmente no primeiro retrato feito na vida. Mãos posicionadas junto ao colo, sobre a mesa ou ocupadas com os livros. A casa de ensino para se mostrar recorria aos livros, quadros-negros sustentados nos cavaletes, sob o teto parcialmente coberto de palha. Ainda que improvisado, ali se distribuía o “pão do espírito” com a benção de Deus, segundo a visão daquela época.

¹⁶⁴ Bartolomeu de Jesus Mendes (2008, p. 59) afirma, com base em depoimentos de antigos moradores do bairro, que do Abrigo dos Filhos do Povo partiam missões catequéticas, visto que a Igreja de São Cosme Damião e Assembleia de Deus surgiram apenas na década de 1940. Antes disso, pelo que tudo indica, o templo católico mais próximo era a Igreja da Lapinha.

¹⁶⁵ Na minha infância, o calçado fechado só foi incorporado quando fui morar em Guarulhos e passei a frequentar a escola. Antes disso, calçar sandália era reservado para os dias de feira na cidade.



Imagem 9 – DIAS, Trajano. [Escolas do Sexo Feminino], 1920, Salvador-BA/FCRB

À esquerda da casa, a escola feminina. A cena repetiu o modelo de representação da escola silenciada e disciplinada.¹⁶⁶ No canto esquerdo, uma fila de meninas mais novas. No outro extremo, todas ficaram sentadas. No centro, seis garotas em cada banco até o fundo, onde se posicionaram as professoras, Cícero José de Vasconcelos e o casal Frexeiras. Trajavam vestidos. Calçados variados. Na primeira fileira, a menina do canto direito compenetrada na câmera. Seu calçado tão gasto estava praticamente a se desfazer. Muitas vinham de longe, cruzando a estrada e os caminhos abertos nos morros, mas isso não as impediam de ser maioria no Abrigo, conforme os dados fornecidos pelo fundador. Do mesmo modo que na outra escola, mãos disciplinadamente no colo, ocupadas com livros ou canecos, no caso das meninas do grupo à direita. Além das letras e do cálculo, meninas, lá adiante mães, donas de casa e tecelãs, deviam aprender sobre as prendas do lar, talvez seja essa a mensagem para essa presença do objeto. Tinham elas e suas famílias motivações e intenções para ali estar. Algumas garotas, nas fileiras mais distantes, ergueram o rosto para garantir presença na foto.

¹⁶⁶ SOUZA, 2001, p. 90. Sobre os usos da fotografia escolar, ver também os trabalhos de Abdala (2013), Vidal & Abdala (2005) e Vidal (2009).

Quando os jornalistas rumavam em direção à Estrada das Boiadas, com o propósito de “verificar de visu” o motivo de tanto rumor vindo da casa escola situada na Ladeira das Pedras, levavam consigo o roteiro da notícia.¹⁶⁷ Esperavam ver e escrever sobre meninos e meninas pobres, miseráveis, malvestidas, famintas, acometidas de muitas doenças relacionadas à pobreza, suscetíveis à vadiagem, à criminalidade e ao vício, que, felizmente, conforme sua perspectiva, ali tinham encontrado o “pão do espírito”. Num desses relatos de visita, o Diário de Notícias desejoso em abordar “o que ainda não se escreveu sobre tão eloquente instituição”, trouxe um sutil registro do perfil racial das crianças: “[...] Cores terrosas, barrigas crescidas, olhares como os de uma grande desventura.”¹⁶⁸

O trabalho fotográfico de Trajano Dias foi produzido para mostrar o êxito e a utilidade da instituição de ensino e trabalho que estava logrando êxito na produção de cidadãos e cidadãs, trabalhadores e trabalhadoras ordeiros, disciplinados e úteis à sociedade e à Pátria. O contratante se via como proletário, amigo de outros tantos proletários que lhes confiaram o zelo pela educação de seus filhos e filhas. As fotografias deram eloquência e bastante nitidez à presença de negros e negros na escola primária.

Depois das cenas nas varandas, meninos e meninas posicionaram-se ao ar livre, a pleno sol de primavera. Alguns responderam ao desconforto colocando a mão acima dos olhos. Os meninos deixaram os chapéus de lado. Sentados no chão, um grupo de vinte meninos. Atrás deles, outros 166 meticulosamente arrumadas na arquibancada formada com bancos de madeira até a altura da janela. Na vez das meninas, foram 17 posicionadas no chão e 153 nos outros planos. O enquadramento foi tão perfeito que nenhum rosto escapou à câmera.

¹⁶⁷ Sobre a construção da notícia jornalística, ver DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo, Companhias das Letras, 1990.

¹⁶⁸ Diário de Notícias, 28/10/1921, p. 1.

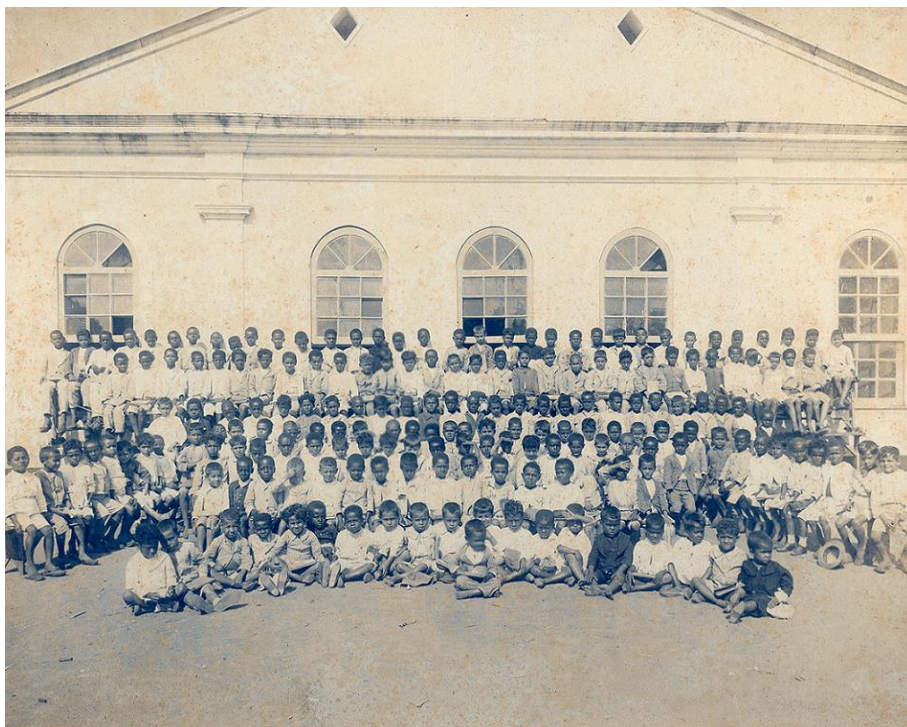


Imagem 10 - DIAS, Trajano. [Escolas do Sexo Masculino], 1920, Salvador - BA/FCRB



Imagem 11 – DIAS, Trajano. [Escolas do Sexo Feminino], 1920, Salvador-BA/FCRB

Finalmente, as escolas masculina e feminina uniram-se corporificando o Abrigo dos Filhos do Povo, sem o cessar da fronteira. Tão numerosa presença não pode ser organizada integralmente em frente da casa, então parte do grupo se distribuiu entre o portão até a lateral da casa, acompanhado pelo casal Frexeiras e pelas professoras. Na outra fotografia, no canto

direito, próximo do portão, apareceram dois garotos totalmente desalinhados e destoantes. Um expôs o peito desnudo, o outro distraído segurava a bermuda no corpo franzino. Visitantes possivelmente.

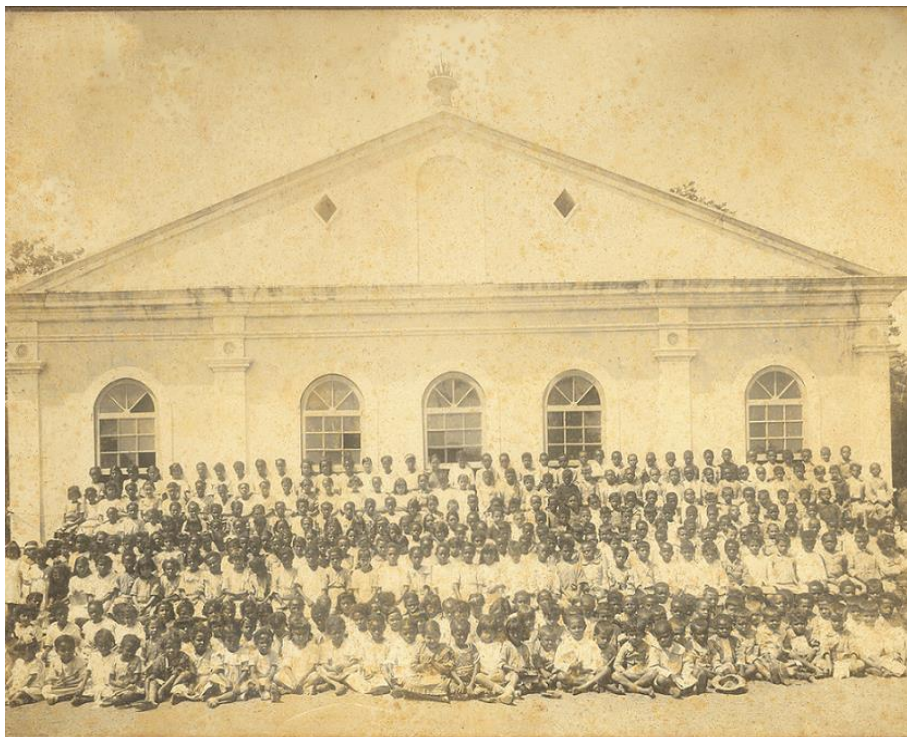


Imagem 12 - DIAS, Trajano. [Escolas Femininas e Masculinas], 1920, Salvador - BA /FCRB



Imagem 13 - DIAS, Trajano. [Escolas Masculinas e Femininas], 1920, Salvador - BA /FCRB

No contraponto da ordem idealizada na representação fotográfica, no dia a dia, os apertos eram muitos para meninos, meninas e professoras. De acordo com as informações declaradas sobre as condições de funcionamento para 1920, o Abrigo possuía 26 carteiras e 60 bancos de madeira que comportavam até seis pessoas, o que permitia acomodar 360 sentadas. Esse cálculo não era seguro, como lembrou o diretor técnico, “porque os organismos se desenvolvem – cresce a exigência de maiores alojamentos, de mais sólido mobiliário e de maior número de educadores”.¹⁶⁹ Na falta de mobília e espaço, restava ampliar o improvisado:

A classe infantil, porém, à mingua de assentos, fica dispersa nos pátios do pátio - dianteiro e traseiro – conforme a posição da sombra e na relva, abrigada pelas árvores, sentada, deitada ou de pé, é instruída pelas professoras, a cargo da qual está a mesma com o total de 84 petizes, no mister auxiliada por alguns alunos adiantados.¹⁷⁰

Apesar disso, a procura era inequivocamente intensa por parte das famílias. Naquele ano, a matrícula total fora de 608 alunos e alunas, com idades entre 6 e 14 anos. Efetivamente frequentando eram 218 meninos e 223 meninas. Quem deixasse de frequentar nos últimos dias de cada mês era excluído do registro do mês subsequente, retornando nos meses seguintes desde que readmitido.¹⁷¹

O Abrigo fornecia os cadernos do Professor Francisco Viana¹⁷² para treino da caligrafia. Os exercícios limitavam-se a três dias na semana, por causa do número elevado de matrícula, exigindo o incremento na despesa com a aquisição de material, e do reduzido pessoal docente mantido às custas da instituição.

Na fotografia seguinte, as professoras efetivas¹⁷³ da instituição em 1920: Dulce Reis, Maria Iluminata Costa, Matilde de Figueiredo Lopes, Rita Ribeiro de Oliveira, Deraldina Ribeiro da Silva, Maria Etirelvina de Meireles (de pé, no canto esquerdo). Integraram ainda a

¹⁶⁹ FREXEIRAS, 1920, p. 275.

¹⁷⁰ Ibid, p. 275.

¹⁷¹ Ibid, p. 253.

¹⁷² Francisco Furtado Mendes Vianna nasceu em 1876. Aos doze anos, passou a viver com o tio Godofredo José Furtado, professor da Escola Normal de São Paulo e presidente da Sociedade Positivista de São Paulo. Seguiu os passos do familiar, diplomando-se naquela escola em 1895. Nesse mesmo ano, assumiu como professor da 2ª Escola Complementar, anexa da Escola Modelo Prudente de Moraes. Atuou ainda como diretor do Grupo Escolar Cardoso de Almeida, em Botucatu, entre 1904 e 1906; em seguida, professor de História Natural do Ginásio do Estado, em Campinas; e inspetor do ensino secundário do Distrito Federal, onde faleceu no ano de 1935. Foi autor de vários livros de leitura, história e ensino da escrita que se difundiram por vários estados brasileiros (MORTATTI, Maria do Rosário et. al. (orgs.). **Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil**. São Paulo: EDUNESP, 2015, 103-15). Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3nj6y/pdf/mortatti-9788568334362-08.pdf>. Acesso: 31/10/2018.

¹⁷³ A professora Maria José Guedes Rolo não participou da fotografia do corpo docente, porque estava doente. Atuava na oficina de costura. Maria Etirelvina de Meireles era sua substituta (FREXEIRAS, 1920, p. 270-1).

cena o casal Frexeiras e Cícero José de Vasconcelos. Todos/todas impecavelmente bem vestidas para representar a escola. Os diretores e a professora sentada ao lado lançaram um sorriso bem discreto, ao passo que o restante do grupo se manteve austero.



Imagem 14 - DIAS, Trajano. [Corpo docente e diretoria técnica], 1920, Salvador - BA/FCRB

Para ensinar tantas crianças, as professoras preparavam auxiliares dentre os alunos e as alunas mais adiantados nas matérias para que ajudassem os outros. Em vários momentos de afastamento temporário ou definitivo, sem rápida substituição, tais auxiliares assumiram o encargo da manutenção do funcionamento das dez escolas que formavam o Abrigo dos Filhos do Povo.

As provas escritas e os cadernos eram guardados no arquivo, localizado num aposento interno da casa.



Imagem 15 – DIAS, Trajano. [Materiais de ensino], 1920, Salvador- BA/FCRB

Na parede, um folheto da Casa Raul Seixas que, segundo o jornal A Manhã, dedicava-se ao comércio de cabos, fios de vela e tintas, e estava estabelecida no Mercado Modelo¹⁷⁴. Uma pequena estante com livros, outro móvel ao lado com alguns objetos, vários frascos talvez de tinta. Duas enormes pilhas com 50.100 escritos desde 1918 até outubro de 1920, dos quais mais da metade foram realizados nos cadernos do Professor Francisco Viana. Empilhadas sobre um móvel de madeira as 403 pedras ou lousas de uso individual, usadas escrever, fazer cálculos matemáticos.¹⁷⁵ No outro cômodo, duas pessoas costuravam.

2.2. Amparai a utilíssima e benemérita instituição

O apostolado do ensino aos pobrezinhos

Raymundo Frexeiras ...

[...] E a ação desse verdadeiro missionário assumiu proporções gigantescas. Parecia que o seu ideal lhe multiplicara as mãos, o coração e a boca, numa simbolização mitológica de Briareu, para estender aquelas, pedindo, esmolando a cem bolsa misericordiosas, falando enternecedoramente por cem bocas e por cem corações, à flor dos lábios, evangelizando a todas as portas, a todos ouvidos capazes de ouvir o infortúnio dos pequeninos, entendendo-o e sentindo-o os corações implorados.[...]¹⁷⁶

Para ofertar o ensino gratuito às centenas de alunos e alunas, fornecer material escolar, vestuário, calçados, água, alimentação para os mais necessitados, remunerar as professoras e auxiliares, e financiar as outras despesas ordinárias, o Abrigo dependia basicamente das contribuições mensais dos associados, dos estabelecimentos comerciais e das ofertas generosas, graças à campanha permanente nos jornais e nos eventos festivos realizados em seu benefício. O apoio governamental não chegou tão rapidamente, embora alguns políticos tenham apresentado projetos para tornar isso possível.¹⁷⁷ Restou ao presidente Raimundo Frexeiras fazer, por meio da imprensa, seu “pedido de misericórdia” à generosidade das famílias, ao comércio, ao povo baiano:

¹⁷⁴ FBN/HDB. A Manhã, 27/08/1921, p. 2. ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial – volume 4 Estados do Norte. Rio de Janeiro: Oficina Tipográfica do Almanak Laemmert, 1929, p. 242

¹⁷⁵ FREXEIRAS, 1920, p. 253.

¹⁷⁶ CANCIO, Henrique. O Apostolado do Ensino aos Pobrezinhos: Raimundo Frexeiras. O Imparcial, 24/07/1928, p. 1.

¹⁷⁷ Em agosto de 1918, o deputado Joaquim Pires de Carvalho propôs emenda ao orçamento do Ministério da Agricultura, para destinar parte da verba dos patronatos agrícolas da Bahia para o Abrigo dos Filhos do Povo (A Tarde, 10/08/1918, p.2). O Major Cosme de Farias apresentou projeto à Câmara dos Deputados do Estado da Bahia, fixando a subvenção de 4:000\$000 anuais para o Abrigo dos Filhos do Povo. O Imparcial, 01/07/1919, p. 3.

A sede desta Associação é no centro de um bairro onde vive uma população superior a 8000 (oito mil) crianças abandonadas e filhas de pais indigentes, que vem a ser a mesma coisa.

Não recebem estas crianças a educação doméstica porque não tem lar.

Não frequentam as escolas porque famintas, vivem tão andrajosas que o seu estado real é de plena nudez.

O Abrigo dos Filhos do Povo, para remediar parte destes males, dirige veemente apelo aos sentimentos de humanidade de todos, no sentido de reunir elementos pecuniários para:

1º construir um modesto prédio de vastas proporções, sobrando-lhe uma área para o ensino às crianças de noções de agricultura.

2º montagem de duas oficinas sendo uma para meninas e outra para meninos, onde serão exercitadas todas as indústrias e artes modestas e convenientes, na vida pratica, às crianças pobres.

O Abrigo propõe-se facultar a par do ensino de letras, conhecimento tão variados conquanto modestos – que a criança de qualquer sexo se encontre preparada para lutar na vida com vantagem. [...] ¹⁷⁸

Recebendo o auxílio reivindicado para a manutenção da obra dirigida à infância pobre, à mercê de todo tipo de perigo e infortúnio, o Abrigo devolveria cidadãos instruídos com conhecimentos “conquanto modestos”, ou seja, o ensino primário elementar, e braços úteis e fortes para a oficina, a lavoura e outros ofícios.

Com o objetivo de melhorar a renda, além de educar e entreter as crianças e o público, o Teatrinho do Abrigo entrou em funcionamento no dia 15 de dezembro de 1918. Na falta de um diretor que orientasse os/as aprendizes em cena, o presidente assumiu o encargo. O público foi devidamente precavido que o Teatrinho nada tinha de luxuoso, confortável e espaçoso, ainda assim era convidado a participar do espetáculo e contribuir com o valor que julgasse justo e possível ¹⁷⁹. No primeiro domingo inaugural, a arrecadação alcançou 402\$000 demasiadamente insuficiente diante das dívidas acumuladas nos primeiros seis meses de funcionamento. ¹⁸⁰

O Abrigo encerrou seu primeiro ano em situação periclitante. A situação crítica das contas foi mais bem descrita com a publicação das informações administrativas em meados de fevereiro de 1919, após a apresentação do relatório em reunião ocorrida no fim do mês anterior. Dirigindo-se a Ernesto Simões Filho, a diretoria do Abrigo relatou que, ao longo dos primeiros meses, a instituição recebera 280 crianças. A instituição estava recusando novas matrículas:

Merece relato especial o entristecedor pormenor de se contar por milhares o número de crianças abandonadas ou indigentes nos casos de serem beneficiadas pela instituição, pois afluem a sede do Abrigo, diariamente, para se matricularem,

¹⁷⁸ A Tarde, 20/07/ 1918, p. 3.

¹⁷⁹ Diário de Notícias, 13/12/1918, p. 2; A Tarde, 25/11/1918, p. 2.

¹⁸⁰ FREXEIRAS, 1920, p. 209.

crianças em número superior a quinze, sendo todas recusadas, uma vez que a lotação ficou completa em seu primeiro dia de aula¹⁸¹

Abordando o tema das finanças, no período entre 3 de março de 1918 e 10 de janeiro de 1919, o Abrigo recebera 8:264\$200, provenientes de donativos oferecidos por indivíduos e empresas, contribuições mensais de associados, quermesses e espetáculos do Teatrinho. Em contrapartida, a despesa alcançara 9:932\$000, resultante dos gastos iniciais para adaptação da casa-escola, aquisição de mobiliário escolar, instalação da capela e do Teatrinho, pagamento das professoras e fornecimento de roupas, alimentação e material escolar. A dívida era calculada em 1:688\$700, contraída junto a duas casas comerciais e a um associado¹⁸² que emprestara sua poupança à instituição.

Diante dessa situação, os diretores pediram o apoio da imprensa à batalha pela sobrevivência e pela futura instalação do curso profissional para alunos e alunas:

Resta-nos dizer a esperança de que desta vez ainda, ao nosso lado, diremos melhor a nossa frente, prestigiareis a nossa causa com todo o peso de nosso crédito, os recursos de vosso talento e obrigação de vossa índole ao serviço das questões nobres.

Iremos pleitear a vitória de nossa empresa junto a todos os poderes públicos em presença de todos os que, pela sua posição e fortuna, queiram nos proporcionar recursos com que possamos criar uma situação estável para o Abrigo não só o resguardando de percalços ruinosos, como desafogando-o para profícua execução de seus compromissos sociais, como instituição de ensino.

No momento em que, todos nós, signatários do presente, obedecendo á uma medita, da norma de ação, começamos o verdadeiro período de nossa peleja, decidimos que fosses vós o escolhido para o defensor máximo de nossa causa, o órgão superior de nossa arregimentação.¹⁸³

O apelo foi endossado pelo abaixo-assinado, encabeçado por Raimundo Frexeiras, José Frutuoso dos Santos, Fortunato Ferreira da Fonseca e pela professora Maria Iluminata Costa, além de outras quatro mulheres e mais de cem homens associados e moradores da Estrada das Boiadas, alguns firmando “por si e seu pai”. A comissão, integrada por Torquato Ferreira da Fonseca, Manoel Carlos, Saturnino Frutuoso dos Santos, José Ananias da Silva e Cícero José de Vasconcellos,¹⁸⁴ entregou o documento às redações do Diário de Notícias¹⁸⁵ e O Imparcial.¹⁸⁶

¹⁸¹ A Tarde, 17/02/1919, p. 4.

¹⁸² O nome desse credor foi mantido em sigilo. O valor do empréstimo foi de 1:295\$496 (FREXEIRAS, 1920, p. 258).

¹⁸³ A Tarde, 17/02/1919, p. 4.

¹⁸⁴ Cícero José de Vasconcelos era pernambucano e primo de Raimundo Frexeiras, que não mencionou essa relação parental em seus escritos. A descoberta se deu no acompanhamento das notícias da morte do fundador do Abrigo dos Filhos do Povo.

¹⁸⁵ Diário de Notícias, 02/02/1919, p. 2.

¹⁸⁶ O Imparcial, 31/01/1919, p. 2.

Na primeira semana de março, coincidindo com o primeiro aniversário da fundação, O Imparcial trouxe ao público as impressões colhidas da visita ao Abrigo, motivada pela entrega do abaixo-assinado. Na ocasião, registrou a presença de 175 meninas e 170 meninos. A matrícula crescera, justificando a necessária mobilização da sociedade em favor daquela obra. A reportagem descreveu a situação encontrada:

Uma Instituição benemérita

A sociedade baiana tem o dever de amparar a formosa iniciativa que é o Abrigo dos Filhos do Povo

[...]

Escolhemos para essa visita a manhã de ontem. Chovia. o Abrigo dos Filhos do Povo fica no Areal, à Estrada das Boiadas, além da zona de Itapagipe, no alto, A estrada a que se tem dado pomposamente o título de estrada de rodagem, está completamente esboroadada, e só por um esforço extraordinário conseguiu o nosso automóvel alcançar o prédio onde o Abrigo funciona.

[...]

Entramos. O edifício, grande e antigo, tem aos lados duas largas varandas: e nestas que funcionam as classes escolares. [...]

Na ala direita do prédio estavam os meninos e, na esquerda, as meninas. Contamos: eram em número aproximado de trezentos e cinquenta.

Uma infinita piedade dominou-os desde logo. Era bem um abrigo dos filhos do povo aquela casa. Não podemos dizer que havia ali de todas as classes, porque ali não havia ricos ou remediados. Era bem de pobreza absoluta a moldura daquele quadro de inocência. Algumas de tamancos, muitas com os humildes vestidinhos sobre a pele.

Em vários dos habitantes do Abrigo, observamos nós, habituados a observar, o estigma da miséria doméstica, os sinais evidentes da penúria, os sintomas do depauperamento pela falta de conforto, e sabe lá Deus, quantas vezes, de pão!

Mas ordem que ali reinava à nossa aparição era absoluta.

As duas professoras presentes, e são quatro as efetivas, cumpriam delicadamente a sua missão.

O sr. Frexeiras após haveremos visitado todas as dependências do Abrigo que ele vem mantendo com enorme sacrifício, disse-nos que, diante das insuperáveis dificuldades, aquela casa talvez não tarde a desaparecer, e numa terra em que centenas de crianças ficam analfabetas à falta de escolas, aquelas quatro centenas de meninos virão quiçá voltar à treva espiritual de onde haviam sido arrancados.

Não, não é possível. Essa tentativa não morrerá. A alma generosa da Bahia tem fatalmente que ampará-la. Nós vamos falar-lhe com toda a emoção e ela nos escutará. [...]¹⁸⁷

Dias depois, o periódico matutino pediu a colaboração das famílias com a doação de uma “coisa diminuta”: latas de leite condensado¹⁸⁸ vazias e sem uso, que seriam reempregadas no fabrico de canecos para a numerosa população infantil:

Em todos os lares consome-se o leite condensado. As latas vazias são, em geral, atiradas ao lixo.

¹⁸⁷ O Imparcial, 08/03/1919, p. 1. O texto foi acompanhado por duas fotografias das escolas masculina e feminina, mas que não são aqui reproduzidas em razão da condição de legibilidade bastante desfavorável.

¹⁸⁸ A iniciativa também foi acolhida por outros jornais, como A Tarde e Jornal de Notícias.

De agora por diante, não o devem ser. Remetei-as para o diretor do Abrigo dos Filhos do Povo, a quem sugerimos, em nossa visita, uma aplicação que lhe será rendosíssima.

Quando visitamos, no Uruguai, a vila de menores do Suarez, tivemos ocasião de apreciar o emprego de tais latas, na confecção de canecos esmaltados, trabalho feito pelos próprios menores, o que rende centenas e contos anualmente.

Para esse fim, todas as famílias uruguaias remetem as latas de leite vazias, e outras do mesmo formato para a escola do Suarez, onde há uma oficina para aquele fim.

É isso, pois, que vai fazer o Abrigo dos Filhos do Povo.

A família baiana deve, pois, concorrer, de um modo fácil, para auxiliar essa iniciativa¹⁸⁹.

Em 14 de março, o diretor José Gabriel de Lemos Brito¹⁹⁰ publicou sua Epístola à Mulher Baiana. Neste texto, afirmou que pedir algo era gesto doloroso, de perda da dignidade e honra diante da miséria. Trazer alívio aos que sofriam também não era ato fácil, exercício cristão de renúncia, sem alarde nem proveito outro, senão, o enobrecimento da alma. Assim, fez dois pedidos às mulheres exortando as virtudes e qualidades delas esperadas - bondade, piedade, cuidado, doçura, amor materno, compaixão, ternura e responsabilidade com o outro:

Minhas distintas patrícias - Existe nesta cidade, num recanto afastado do bulício urbano, uma instituição benemérita. É o abrigo das crianças pobres. Eu as vi, quatro centenas de mimosas flores de inocência, desabrochando, para a vida, sob a carícia protetora de um espírito votado à obra do bem. Muitas, mal possuem com que velar a nudez e defender os pés das asperezas dos caminhos. São filhas de operários, essa gente humilde e sofredora, que, muita vez, de volta da jornada do ganha-pão, leva para o lar, ao invés da veste e do alimento, as lágrimas que não caem das pálpebras porque a dor as requeima e o desespero as absorve.

[...]

Perdoai que, mais uma vez, eu bata às vossas portas. Bato para pedir. Mas, invés de corar porque vos estendo a mão, eu me sinto engrandecido por vos pedir. A quem peço? A quem sabe dar. Peço a quem do dar faz um culto e uma religião. E não peço para mim: esta súplica, levantada do fundo de meu coração enternecido para a eminência alvejante de vossa bondade sem contraste, eu a faço por aquelas almazinhas apenas amanhecidas para a vida e de amargar. Peço para as quatrocentas crianças pobres do Abrigo dos Filhos do Povo. E o que peço? ...Um nada para a vossa fartura: as sobras de vossos filhos, mil réis por mês em prol dos pequeninos. Desse nada fareis, senhoras e senhorinhas baianas, um pedestal de reconhecimento na alma rude, mas nobre dos proletários. Mil réis por mês será a vossa contribuição, um par de calçado, uma peça de vestuário, um livro escolar completarão, quando puderdes, o generoso auxílio a essa obra.

[...] Aquela instituição nasceu de uma iniciativa particular? Pois que a iniciativa particular a mantenha e impeça de morrer. Eu vos entrego, por isso confiante, a sorte da formosa iniciativa. Velai por ela, minhas exmas. patrícias. E quando for possível,

¹⁸⁹ O Imparcial, 13/03/1919, p. 2.

¹⁹⁰ José Gabriel de Lemos Brito (1886-1963), deputado estadual da Bahia, membro da Associação de Imprensa da Bahia, advogado, diretor da secretaria do Centro Industrial do Algodão, fundador do jornal O Imparcial (1918-1947). Representante do Brasil no 1º Congresso Pan-americano da Criança (1916). No Rio de Janeiro, dirigiu a Escola Correccional Quinze de Novembro, renomeada como Escola João Luiz Alves (1926-1930) e integrou o Conselho Penitenciário do Distrito Federal. Autor de vários estudos sobre direito, prisões e legislação de proteção à infância. Fonte: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=504AE9294261B4BADA78E6E7D129A128.proposicoesWeb2?codteor=1219919&filename=Avulso+-PL+2503/1952. Acesso: 18/11/2018.

convidai os vossos pais, os vossos esposos, os vossos noivos, a visitar a casa hospitaleira onde centenas de entesinhos, bons e meios como os vossos filhos ou irmãos, tomam o rumo do dever, e se desviam da rua malsã e perigosa fugindo ao erro e ao crime pela aprendizagem da virtude e pelo desenvolvimento do santo amor da pátria e da família. [...] ¹⁹¹

Na mesma edição, o monsenhor Elpídio Ferreira Tapiranga, ¹⁹² pároco da Igreja de Santo Antônio Além do Carmo, lembrou em carta ao redator Lemos Brito que o Abrigo recebera a visita das autoridades municipais. Até aquele momento, “nenhuma migalha lhe foi dada, nem votado em orçamentos para incrementar sua continuação.” ¹⁹³ A sociedade e o governo deveriam assegurar a existência da instituição, pois oferecia a “dupla vantagem de instruir e educar os filhos dos operários e manter mesmo uma certa disciplina no lugarejo, para completa quietude da polícia.” O religioso ¹⁹⁴ reservou uma menção elogiosa a Raimundo Frexeiras: “moço despretenso, modesto, inteligência lúcida, que, na firmeza de seu intento, se propõe ao cuidado penoso, mas de todo alcance, de formar o espírito e o coração das crianças pobres do populoso bairro, em que fixou sua morada.” ¹⁹⁵

Na sequência das manifestações de adesão à campanha “Pelos Filhos do Povo”, a poeta e professora primária Eufrosina Miranda declarou-se convicta de que a Bahia por sua história e grandeza não permitiria o desaparecimento da “formosa iniciativa”:

O Abrigo dos Filhos do Povo vingará.
Muitas vezes de um lodaçal surgem flores olentes e viçosas.
Mendigue, pois, o sr. Frexeiras para de *mendigos* formar *Homens*. Prossiga sem desfalecimentos nem temores.
Dirija-se aos Filhos de nessa terra e eles o atenderão; busque o auxílio da Mulher Baiana, esse anjo do Lar, símbolo de graças inextinguíveis e ao mesmo tempo cofre precioso das mais excelsas virtudes; e sua mão caridosa e compassiva será o condão

¹⁹¹ O Imparcial, 14/03/1919, p. 1.

¹⁹² Elpídio Ferreira Tapiranga, filho de Amaro Ferreira Tapiranga e Maria Francisca Tapiranga, nasceu em 1º de agosto de 1863, na cidade de Cachoeira, Bahia. Estudou no Seminário de Santa Teresa, onde recebeu a tonsura, as ordens menores e o subdiaconato. Anos vinte anos de idade, foi enviado para Fortaleza tornando-se diácono, presbítero, confessor e pregador. No retorno à Bahia, permaneceu por um ano na cidade natal, depois passou por Juazeiro, Abaré, Chorrochó, Capim Grosso e novamente Cachoeira, onde fundou o Apostolado da Oração, em agosto de 1895. Em dezembro do seguinte, assumiu interinamente a Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo até sua confirmação definitiva. Ocupou vários cargos na Arquidiocese de Salvador. Professor do Ginásio Carneiro Ribeiro e do Educandário dos Perdões. Irmão da Santa Casa de Misericórdia, Ordens Terceiras de São Francisco, Conceição do Boqueirão, N. S. da Fé e Santa Cruz, Divino Espírito Santo, Santíssimo Sacramento e Santo Antônio. Imortal da Academia de Letras da Bahia. Diretor orador do Abrigo dos Filhos do Povo entre 1919 e 1932. Faleceu em 3 de novembro de 1932. (O Imparcial, 04/11/1932, p. 1; Diário da Bahia, 04/11/1932, p.1-8, 05/11/1932, p. 2; Diário de Notícias, 04/11/1932, p.1)

¹⁹³ O Imparcial, 14/03/1919, p. 2.

¹⁹⁴ O monsenhor Elpídio Ferreira Tapiranga visitou o Abrigo em 30 de outubro de 1918 (FREXEIRAS, 1920, p. 209).

¹⁹⁵ O Imparcial, 14/03/1919, p. 2.

cheio de magia que o tirará dos apuros da atualidade, fazendo os cardos de hoje se transformarem em corolas rocindas¹⁹⁶.

José Gabriel de Lemos Brito, monsenhor Elpídio Tapiranga, e Francisco Souza formaram uma comissão para a arrecadação de donativos em prol do Abrigo, que prontamente recebeu as contribuições de mulheres oriundas de importantes famílias baianas¹⁹⁷ como Elvira Lima da Silva Pereira, Elvira Pereira, Antonieta Pereira, Edith Pereira Salles, Elsa da Silva Pereira Spínola, Guiomar Guerreiro de Castro, Edith Guerreiro de Castro, Helena Guerreiro de Castro, Elisa Guerreiro de Castro¹⁹⁸. Incorporaram-se também ao grupo Alice Falcão Brito, Alionor Falcão Lemos Brito, Celina Tourinho Brito, Horminda Vinhas Brito, Luiza Schimdt, Olindina Fraga, Maria Oliva Fraga e a senhora Chenaud¹⁹⁹. Mais tarde, a filantropia feminina originaria a Associação das Protetoras do Abrigo dos Filhos do Povo.²⁰⁰

A iniciativa d'O Imparcial possibilitou a aquisição de nove máquinas de costura com pé junto à casa comercial Eduardo Fernandes & Cia., que doou ainda uma máquina de pé completa. A instalação da oficina para as meninas ocorreu em 1º de julho.²⁰¹ No relatório do ano de 1919, Frexeiras, informou que, até dezembro do mesmo ano, foram produzidas 71 peças incluindo camisas, centros de mesa, almofadões, vestidos, panos para mesa e cadeira, etc. O diretor do jornal também propôs a montagem a oficina de sapateiro, mas a intenção não vingou em razão da míngua de recursos.²⁰²

¹⁹⁶ O Imparcial, 14/03/1919, p. 1.

¹⁹⁷ A filantropia feminina foi crucial para a existência do Abrigo. Para melhor compreender essa expressiva atuação pública em várias outras instituições educacionais e assistenciais, ver BARREIROS, Marcia Maria da Silva. Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador 1890-1930. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA/PPGH, 1997.

¹⁹⁸ O Imparcial, 16/03/1919, p. 2. Nessa nota de anúncio, O Imparcial se desculpou por quebrar o anonimato solicitado pelas Guerreiro de Castro que adiantaram dois anos de contribuições ao Abrigo.

¹⁹⁹ O Imparcial, 18/03/1919, p. 3; 20/03/1919, p. Olindina, esposa de Clementino Fraga, e Maria Oliva Fraga adiantaram doze meses de contribuição, sem que o valor tenha sido revelado.

²⁰⁰ Jornal de Notícias, 17/03/1921, p. 2. A Associação das Protetoras do Abrigo dos Filhos do Povo foi criada em março de 1921, durante uma reunião de senhoras e senhorinhas, convocada pelo monsenhor Elpídio Tapiranga, no Gabinete Português de Leitura, para discutir a situação financeira da instituição de ensino. Segundo o Jornal de Notícias, a sugestão para a criação da associação foi apresentada por um grupo de senhorinhas. Na mesma reunião foi constituída a comissão organizadora de uma festa de beneficência marcada para o mês seguinte, incluindo quermesse, exibição de ginástica, realização de partida de futebol e participação musical de duas bandas de música da Brigada Policial. Participaram desse entendimento Anísia Seabra, Delina Germano de Sá, a Professora Eufrosina de Miranda, Henriqueta Catarino e dezenas de outras mulheres, cujas identidades foram sombreadas pelos nomes de seus maridos e pais. Ao longo de sua existência, A Associação das Protetoras realizou quermesses, festividades católicas, campanhas de arrecadação de donativos e doações mensais para a instituição. Algumas protetoras também lembraram do Abrigo nas disposições testamentárias como no caso de Ana das Neves Jorge Lopes e Úrsula Catarino (A Tarde, 08/04/1937, p. 2; 09/04/1937, p. 3.)

²⁰¹ O Imparcial, 04/04/1919, p. 3.

²⁰² O Imparcial, 05/04/1919, p. 3.

Nas imagens seguintes, o registro de Trajano Dias da oficina de costura, alojada no interior da casa, e dos trabalhos realizados. Vinte e cinco meninas bastante sérias e compenetradas posaram exibindo os bordados, o tear, os tecidos, as máquinas Singer sobre as mesas. Gesticulavam para expressar o aprendizado da costura. Estavam acompanhadas por três mulheres adultas - a professora Maria Etirelvina de Meirelles (substituta da regente Maria Teodora Leonor de Souza, posicionada ao centro), Joventina Frexeiras (à esquerda), auxiliar do diretor-técnico na supervisão da escola feminina e uma desconhecida (ao fundo). Na parede, o mapa do Brasil, item normalmente requerido no cotidiano escolar, reforçando a mensagem patriótica que a instituição pretendia difundir entre os meninos e as meninas. Sobre o mapa, o relógio de parede, objeto igualmente importante para demarcar a temporalidade própria da escola, racionalizar, disciplinar e organizar as atividades e aprendizagens. O controle do tempo escolar antecipava a rotina futura na fábrica, na mesa de costura.



Imagem 16 - DIAS, Trajano. [Oficina de Costura do Abrigo dos Filhos do Povo], 1920, Salvador - BA/FCRB

Na outra cena, a sala foi esvaziada mostrando apenas as máquinas de costura com mesa, as 128 peças bordadas entre julho e outubro de 1920, conforme o cartaz fixado na parede. Panos, camisas, almofadas, flores, toalhas, etc. Entre as almofadas arrumadas sobre o estrado, foi colocado um porta-retratos com a fotografia de Maria Leopoldina Frexeiras, mãe do diretor técnico.



Imagem 17 - DIAS, Trajano. [Trabalhos de Costura do Abrigo dos Filhos do Povo], 1920, Salvador - BA/FCRB

Previamente convocada através de anúncios nos jornais²⁰³, em 18 de maio de 1919, a diretoria convocou as famílias das crianças matriculadas, a imprensa e demais interessados para a reunião sobre a situação vivida. O presidente Raimundo Frexeiras declarou que estavam matriculadas 192 meninas e 187 meninos. O corpo docente sofreu alteração com o ingresso de Dulce Reis e Leonor Ribeiro, continuando também Clotilde Carvalho e Illuminata Costa. Basílio da Almeida Passos servia como auxiliar de direção. Na ocasião fez o balanço positivo da repercussão da campanha na imprensa para o socorro financeiro.²⁰⁴

No fim do mês seguinte, com atraso de cinco dias por causa das chuvas, o Abrigo celebrou seu primeiro aniversário de abertura oficial das aulas, cumprindo o ritual da missa na capela privada, o hasteamento da bandeira nacional e a execução de música pela banda do corpo policial. No evento, a instituição recebeu a visita do senador estadual Otaviano Moniz Barreto, João Pereira de Carvalho e José Gabriel Lemos Brito, que levou um presente para as crianças: bombons, biscoitos, brinquedos, roupas, talheres, sabonetes, pratos e talheres recolhidos em vários estabelecimentos comerciais da cidade, além de onze dúzia de ovos ofertados pela Comissão de Alimentação Pública como resultado de uma apreensão.²⁰⁵

²⁰³ O comunicado foi publicado na edição de 12/05/1919 do A Tarde e republicado nos 14 e 16/05.

²⁰⁴ A Tarde, 21/05/1919, p. 3.

²⁰⁵ O Imparcial, 27/06/1919, p. 2; A Tarde, 26/06/1919, p. 3.

Em 4 de agosto de 1919, na Escola Comercial da Bahia, a diretoria do Abrigo renunciou coletivamente,²⁰⁶ para permitir a formação de novo grupo dirigente que pudesse oferecer soluções à crise, incorporando nomes influentes da sociedade e política baianas. Essa saída foi motivada pelo fracasso na formação do Conselho Supremo de Administração, reservado para “os grandes protetores”, conforme os Estatutos de 1918 que também reformados pela assembleia.

Desse modo, a Associação Abrigo dos Filhos do Povo passaria a ter a seguinte composição: Otaviano Moniz Barreto,²⁰⁷ presidente; Ernesto Simões, vice-presidente; José de Aguiar Costa Pinto²⁰⁸, 1º. secretário; Fortunato Ferreira da Fonseca, 2º. secretário; Monsenhor Elpídio Tapiranga, diretor de culto; João Pereira de Carvalho, diretor-tesoureiro; Plínio Tude de Souza²⁰⁹, 2º. tesoureiro; Ernesto de Sá Bittencourt Câmara²¹⁰, diretor jurídico; Raimundo Frexeiras, diretor-técnico; José Gabriel de Lemos Brito, orador; Pedro Fontes²¹¹, Gonçalo Moniz Sodré de Aragão²¹², José Baptista Pereira Marques e José Frutuoso dos Santos, suplentes.²¹³

Na mesma reunião, a diretoria eleita aprovou a redação final dos novos Estatutos (ver ANEXO C). O artigo 1º reafirmou as finalidades bastante ambiciosas do Abrigo: educar, instruir e assistir meninos e meninas, ofertando ensino primário elementar e técnico, ensino religioso católico, serviços médicos; garantir alimentação, vestuário e material escolar; manter um curso noturno; impedir a vadiagem, o desempenho de atividades nocivas ou criminosas, e

²⁰⁶ A Tarde, 05/08/1919, p. 1.

²⁰⁷ Otaviano Moniz Barreto foi senador, conselho municipal e senador estadual, sócio fundador da Academia Baiana de Letras e inspetor geral do ensino da Bahia.

²⁰⁸ José de Aguiar Costa Pinto foi médico, professor e diretor da Faculdade de Medicina da Bahia (1933-1936), atuou ainda como deputado estadual, redator da Gazeta do Povo, membro da Associação Baiana de Imprensa e diretor da Imprensa Oficial do Estado (1915-1935).

²⁰⁹ Plínio Tude de Souza foi comerciante, integrou a sociedade comercial Tude Irmão & Cia e diretor da Associação Comercial da Bahia.

²¹⁰ Ernesto de Sá Bittencourt Câmara foi advogado e primeiro presidente da Ordem dos Advogados da Bahia (OAB-BA) (1932-1937).

²¹¹ Pedro Fontes foi deputado estadual da Bahia.

²¹² Gonçalo Moniz Sodré de Aragão nasceu em Salvador, no dia 28 de janeiro de 1870, filho de Maria Leopoldina e Egas Carlos Moniz Sodré de Aragão. Coursou medicina e patologia geral na Faculdade de Medicina da Bahia, da qual foi professor. Fundou e dirigiu o Gabinete de Análise e Pesquisas Bacteriológicas da Bahia, depois denominado Instituto Oswaldo Cruz e, finalmente Instituto Gonçalo Moniz como homenagem póstuma. Exerceu também os cargos de Diretor do Hospital de Isolamento (atual Hospital Couto Maia), diretor-geral da Saúde Pública do Estado (1914-1921), Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública (1916-1921), redator da Gazeta Médica da Bahia (1916-1924) e sócio fundador da Academia de Letras da Bahia. Ingressou na galeria dos “encantados” em 1º de junho de 1939, aos 69 anos. Fonte: <http://www.fameb.ufba.br/filebrowser/download/85>. Acesso: 24/11/2018.

²¹³ A Tarde, 05/08/1919, p. 1; O Imparcial, 05/08/1919, p. 2; Jornal de Notícias, 14/08/1919, p. 2

a presença em locais suspeitos e imorais; tutelar as crianças até atingidas a aptidão e a idade para buscarem o sustento honesto; incutir o amor a Deus, à família e à pátria; ensinar os valores da sobriedade, temperança, providência, economia e trabalho; fundar uma biblioteca para crianças e operários como incentivo à leitura; promover conferências públicas e divertimentos para crianças e famílias.

No tocante a administração, ao presidente competia: promover a superintendência de todos os aspectos do funcionamento; submeter à diretoria os atos de nomeação e demissão de professoras e funcionários; presidir as reuniões administrativas; executar os pagamentos; impor punições disciplinares aos funcionários; apresentar o relatório bienal; e representar a instituição perante os tribunais e instituições públicas (Art. 3º.).

No novo organograma, Raimundo Frexeiras passou ao cargo de diretor-técnico. Apesar dessa função subordinada, permaneceu como a principal figura pública da instituição e envolvido diretamente na lida cotidiana com professoras, funcionários, famílias, crianças e imprensa. O §9º do Art. 3º estabelecia as competências do diretor-técnico:

- a) Superintender o ensino primário, elementar, técnico ou profissional, visitando com assiduidade as escolas, oficinas e campos de agricultura, devendo residir perto das mesmas escolas e oficinas, ou na sede;
- b) Levar, por escrito, ao conhecimento do presidente, qualquer falta cometida por quem estiver incumbido da regência das escolas, oficinas e campos agrícolas, e impor penas disciplinares que serão submetidas à aprovação do presidente.

Era responsável ainda pela indicação de nomeação de professoras e professores e funcionários do ensino profissional (Art. 16). Para exercer o cargo de diretor-técnico, o candidato deveria ser casado e, em caso de viuvez, a mãe, a irmã mais velha ou outra mulher idosa exerceria a função de supervisão sobre as escolas e oficinas femininas (Art. 15).

No aspecto patrimonial, o Abrigo pretendia constituir seu patrimônio a partir das mensalidades repassadas pelos subscritores classificados pelo valor doado: A – 50\$000, B – 100\$000; C – 200\$000; D – 500\$000; E – 1:000\$000, F - 2:500\$000; G- 5:000\$000. As contribuições oficiais dos governos e outras fontes de renda também integravam o plano.

No período entre agosto e dezembro de 1919, o Abrigo dos Filhos do Povo recebeu doações das seguintes casas comerciais Eduardo Fernandes & Cia (540\$000), Magalhães & Cia. (2:000\$000), Costa Ribeiro & Cia. (1:000\$000), Manoel Joaquim e Cia. (1:000\$0000), Tude Irmão & Cia. (1:000\$000), Rodrigues Fernandes & Cia. (1:000\$000), Souza Teixeira & Cia. (500\$000), Ballalai & Jatobá (60\$000), Companhia União Fabril da Bahia (1:000\$000), Governador da Bahia (1:000\$000), além de dois indivíduos anônimos 125\$600, Adão da Conceição Costa (100\$000), Miguel Calmon (500\$000) e Úrsula Martins Catarino (250\$000). O montante totalizou 10:125\$600, sendo integralmente empregado na manutenção das

escolas. Ressalte-se que as contribuições da União Fabril (200\$000 mensais) e do casal Martins Catarino já eram permanentes. Bernardo Martins Catarino ordenou ainda a execução de obras na casa que sofria risco de desabamento no valor de 3 contos de réis.²¹⁴

2.3. Rui e as crianças

Procurando obter o apoio de políticos influentes e capazes de abrir os “cordéis da bolsa” para o desafogo das contas,²¹⁵ em abril de 1919, Raimundo Frexeiras, José Frutuoso dos Santos e Fortunato Ferreira da Fonseca escreveram uma carta dirigida a Rui Barbosa, estabelecido no Rio de Janeiro, com a finalidade de convencê-lo a visitar o Abrigo:

Abrigo dos Filhos do Povo

14 de abril de 1919

Exmo. Sr. Senador Rui Barbosa

A repercussão de uma voz que faz emudecer todos os tumultos; umas alacridades que se concertam em hinos; o jogo de uns frêmitos que inflamam a alma; uns anseios que se descompassam nos impulsos dos heroísmos, todas as partículas agregadas para a formação de um assombroso contorno; a arregimentação de todas as vontades para um dos mais grandiosos prélios da história humana, advertindo-nos da aproximação do sobrenatural, impelem-nos a em nome do Abrigo dos Filhos do Povo, vos fazermos uma saudação que para não ser sacrilégio, deveria afetar toda a religiosa imponência de uma genuflexão, de um êxtase.

Abrigo dos Filhos do Povo!! Sabeis o que isto seja?

Modesta casa onde se reúnem cerca de quatrocentas crianças indigentes e filhas de proletários para a colheita do maravilhoso Pão de Luz que vindes distribuindo, há cinquenta anos, por toda a imensidade da gloriosa Pátria brasileira e, com tão munificente extravasamento que, a esta hora, já toda a Humanidade dele se abasteceu. Estendei, portanto, Exmo. Sr., por sobre estas crianças, aquinhoadas com o máximo infortúnio, o resguardo de vossas mãos acariciadoras que, como um imenso pálio coberto imunize-as contra as tormentas irremediáveis da vida. Visitai-nos se puderdes. Um gesto vosso ou uma palavra valerá a onipotência de um aceno só excedido pela Divindade.

Em nome da majestade de quatrocentos infortúnios infantis atendei o apelo de

Raymundo Frexeiras Presidente

José Frutuoso dos Santos Vice-Presidente

Fortunato Ferreira da Fonseca - Secretário.²¹⁶

²¹⁴ FREXEIRAS, 1920, p. 264-9.

²¹⁵ Até o segundo semestre de 1920, visitaram o Abrigo dos Filhos do Povo as seguintes personalidades: Simões Filho, João Pereira de Carvalho, Bernardo Martins Catarino, José da Rocha Leal, Arthur Alves Peixoto de Athayde, Antônio Freitas da Silva, Coronel Costa Netto, Eufrosina Miranda, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Adão da Conceição Costa, José Gabriel de Lemos Britto, Otaviano Moniz Barreto, monsenhor Elpidio Tapiranga, Altamirando Requião, monsenhor Manoel Olympio, Padres Salesianos, General Alberto Cardoso de Aguiar, Rui Barbosa, José Joaquim Seabra, Carlos Seabra, Lustosa de Aragão, tenente Arthur Seabra, Mario Imbassay e capitão Manoel Dantas (FREXEIRAS, 1920, p. 266-7).

²¹⁶ FCRB RB-RBCRUPJ 1575.1/1 14/04/1919. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arquivoruibarbosa&pagfis=37930>.

Não se sabe se o destinatário respondeu por escrito aos membros da diretoria. A investida prosseguiu. Na manhã de 23 de novembro de 1919, conforme a notícia publicada pelo *O Imparcial*,²¹⁷ quatro alunos do Abrigo - Crispo João dos Santos, Armando Pereira Lago, José Agostinho de Almeida e Sérgio José dos Santos - tentaram por oito vezes adentrar o palacete da Graça, onde Rui se encontrava. Foram impedidos pelos guardas. Já pela tarde, o político foi informado “que uns meninos lhe queriam beijar as venerandas mãos”, teria ordenado imediatamente o acesso. Os “pequenos embaixadores”, com idades entre 6 e 13 anos, entregaram nova carta em nome de seus colegas renovando a súplica:

Abrigo dos Filhos do Povo
23 de Novembro de 1919
Adorado “Vovozinho”
Vos beijamos as mãos.
Não rebuscamos termos para a significação de vosso amoroso sobressalto pois tanto no-lo não consentem a míngua de nossa inteligência, a naturalidade de vossos atributos, e a emoção de nossas almas.
Por maior entre os maiores, nos decidimos vos confirmar no exercício do magno cargo de “Adorado Avozinho das Crianças Brasileiras”; e isto o fazemos com particular empenho porque queremos – de vosso espírito de vossa alma – uns extravasamentos de Luz e de Amor que iluminem as tenebrosidades de nosso futuro beneficiem o desenvolvimento de nossa infortunada condição.
Para vós se levantam, nesse ensejo e pelo prestígio de nossas credenciais, as súplicas de 400 crianças, só confortadas na sua imensa desdita porque vêm a conhecimento da misericórdia de Deus, tão real que dela sois mandatário e de suas graças, privilegiado emissário.
Vinde visitar o Abrigo dos Filhos do Povo: usareis então, uma vez mais – talvez a mais augusta – as prerrogativas de Apóstolo aumentadas da munificência de Embaixador do Céu junto à miséria máxima das crianças da Bahia.
E a só vossa presença as remediará de seus males infinitos. E atendei aos seus, aos nossos apelos.
Outro pedido das crianças do Abrigo: deixai “Adorado Vovozinho” que nós, em seu nome, vos beijemos isto que em vossa veneranda cabeça, a alveja, resplende e toma os matizes da luz mas que nem bem sabemos o que seja; se a brancura de vossa alma nevando a glória de uma fronte, se as magnificências do Gênio tecendo as fulgurações de uma auréola.
Seja o que for deixai que vos beijemos os cabelos, quer dizer, que se dê em nossas pequeninas almas a transfusão da vossa grande alma.
Armando Pereira Lago
Crispo João dos Santos
José Agostinho de Almeida
Sérgio José dos Santos²¹⁸

A visita finalmente ocorreu na tarde de 15 de janeiro de 1920. Na entrada, as crianças receberam o ilustre visitante, cantando o Hino Nacional e lançando pétalas. Conduzido pelo

²¹⁷ *O Imparcial*, 26 de novembro de 1919, p. 2. O título dessa reportagem foi apropriado para nomear essa seção.

²¹⁸ O original manuscrito e assinado pelos meninos integra o dossiê Abrigo dos Filhos do Povo, preservado no Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa. FCRB RB-RBCRUPJ 1575.1/1 23/11/1919. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arquivoruibarbosa&pagfis=37930>.

diretor técnico, conheceu as instalações das escolas, visitou a exposição dos trabalhos de costura, foi apresentado o corpo docente. As crianças ainda cantaram o Hino a Rui Barbosa. Apesar do ato contar com a presença de jornalistas de vários periódicos e da repercussão criada na imprensa,²¹⁹ o discurso do ilustre visitante não foi reproduzido nas reportagens, sendo conhecida apenas a mensagem deixada no livro de visitas, carregada de sentido político:

Nunca aspirei ao governo de minha terra. Algumas vezes, todavia, momentânea veleidade, tenho lastimado não o ser, cogitando no bem que, então, me concedera Deus, talvez a graça de fazer aos meus naturais, aos filhos como eu, desse inditoso Estado. Uma delas foi hoje, e agora, ao ter diante dos olhos o quadro da miséria, infantil, nestas quatrocentas crianças, do povo da Bahia, a que se lida por dar educação aqui, neste estabelecimento, que um governo inimigo da instrução pública recusa contemplar com algumas das migalhas da sua prodigalidade, e abandona distante, a viver na indigência para acabar na miséria.²²⁰

No dia seguinte à visita, Raimundo Frexeiras escreveu um bilhete a Rui Barbosa fazendo novo pedido:

Eu vos peço para escreverdes uns sábios conselhos junto às novas impressões. Deles necessitamos para levantarmo-los em face da inteligência das crianças como uma legenda luminosa a nos orientar, a nos enobrecer e a nos sustentar através dos Tempos.²²¹

Em benefício da instituição de ensino, Rui Barbosa redigiu a conferência *A Imprensa e o Dever da Verdade* (1920), mas não proferiu por motivo de doença. No texto, o autor faz a análise do papel fundamental e imprescindível da imprensa na sociedade, possibilitando a circulação de ideias e informações de interesse público, cobrando e garantindo a publicidade e a transparência dos atos de governo, denunciando a corrupção, a ilicitude e os abusos perpetrados pelo Estado. Por isso, a imprensa deve gozar de independência, atuar com neutralidade e servir como “garantia das garantias”. Também à imprensa cumpre olhar para as ações da sociedade e de suas instituições prestadoras de relevante serviço de interesse coletivo.

Numa das passagens mais veiculadas desse texto quase centenário, afirma (BARBOSA, 1990, p. 20-1)

A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxergar o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem,

²¹⁹ A Tarde, 16/01/1920, p. 2 ; A Hora, 22/01/1920, p. 2; O Imparcial, 16/01/1920, p. 2.

²²⁰ FREXEIRAS, 1920, s.p.

²²¹ FCRB RB-RBCRUPJ 1575.1/1. Carta de Raimundo Frexeiras para Rui Barbosa. 16/01/1920. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arquivoruibarbosa&pagfis=37930>.

Sem vista mal se vive. Vida sem vista é vida no escuro, vida na soledade, vida no medo, morte em vida: o receio de tudo; dependência de todos; rumo à mercê do acaso; a cada passo acidentes, perigos, despenhadeiros. Tal a condição do país, onde a publicidade se avariou, e, em vez de ser os olhos, por onde se lhe exerce a visão, ou o cristal, que lhe clareia, é a obscuridade, onde se perde, a ruim lente, que lhe turva, ou a droga maligna, que lhe perverte, obstando-lhe a notícia da realidade, ou não lhe deixando senão adulterada, invertida, enganosa.²²²

Como gesto de retribuição à visita e também interessado em inventar tradições escolares para a instituição e consolidar a imagem pública, o diretor-técnico instituiu o Dia de Rui Barbosa no Abrigo, comemorado em 15 de janeiro, no reinício de cada período letivo, para evocar sua presença, seus ensinamentos e valores. Dessa forma, passava o Abrigo a ter um patrono.²²³

Em outra missiva, de 8 de agosto de 1920, Raimundo Frexeiras renovou seu pedido de auxílio ao político:

O Abrigo dos Filhos do Povo, confortado na evidência de serem infinitos os recursos do vosso poder e iguais à grandeza de nossa Pátria - para realce de sua glória e elemento de sua saúde - a bondade de vossa alma e a potência de vosso espírito, vos renova o apelo de proteção nesta hora sombria de uma provação mais dura. O nobre portador desta presente mensagem vos dirá em digna expressão de verdade o impiedoso suplício de nossa adversidade. O prestígio do magnífico embaixador das crianças pobres da Bahia nos servirá melhor que as nossas esmorecidas frases.²²⁴

Mais de um ano depois, Rui Barbosa incumbiu a Augusto Viana a entrega de um conto de réis ao Abrigo. A doação mereceu o agradecimento por escrito do diretor técnico da instituição, informando as homenagens que foram prestadas por causa do memorável 15 de janeiro de 1920:²²⁵

Lhes damos conta dalgumas delas: uma das nossas escolas tem o seu nome, o dia 15 de janeiro, o da sua visita a esta casa, é, obrigatoriamente, em memória e honra de tal acontecimento, o da reabertura das nossas escolas, festiva, e o hino à sua glória é aqui com toda, em cada semana, num dia. Não foi ainda inaugurada a pedra com o nome de V. Ex^a., oferecida pela Exma. Sra. D. Alice Calmon, porque o estado do prédio, não é o mais próprio. Urge que se faça reparos e modificações. Somos De V.; Ex^a. humildade admirador Raymundo Frexeiras²²⁶

²²² BARBOSA, Rui. A Imprensa e o Dever da Verdade. São Paulo: Com-Arte; Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 20-1.

²²³ A Tarde, 05/02/1920, p. 2; O Imparcial, 06/02/1920, p. 2.

²²⁴ FCRB RB-RBCRUPJ 1575.1/1. Carta de Raimundo Frexeiras para Rui Barbosa. 08/10/1920. Disponível em:

<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arquivoruibarbosa&pagfis=37930>.

²²⁵ Fundação Casa Rui Barbosa. Arquivo Rui Barbosa Digital/ Série Correspondência/ CR 1575.1/1 ao 1617. Disponível em:

<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arquivoruibarbosa&pagfis=37930>.

²²⁶ FCRB RB-RBCRUPJ 1575.1/1 05/10/1921. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arquivoruibarbosa&pagfis=37930>.

2.4. Sob o signo do imprevisto

Na passagem do quinto aniversário do encontro dos quatro cavalheiros que selou sua fundação, o Abrigo hasteou a bandeira nacional a meio mastro pela morte de Rui Barbosa, ocorrida em 1º de março de 1923. As aulas foram suspensas por três dias. Teriam alunos e alunas, conforme a orientação das professoras, repetido a seguinte prece: “Deus receba em sua glória a alma de Rui Barbosa e proteja o Brasil.”²²⁷

Um mês depois, A Tarde publicou uma nota de tom pessimista alertando sobre o fechamento iminente do Abrigo:

VENCENDO MAIS UMA ETAPA...

Vencendo mil e uma dificuldades, o Abrigo dos Filhos do Povo, um dos grandes milagres da iniciativa particular na Bahia, imprevisto que tem durado anos, sem deixar, porém, de ser imprevisto e como tal, portanto, fadado a não resistir. E é pena que venha a desaparecer, à mingua de recursos, uma obra tão meritória, que vem tirando da ignorância e alfabetizando centenas de crianças pobres por ano, dando-lhes mais um pouco de alimento durante as horas de permanência nas escolas, alguns remédios, tamancos e roupas quando possível.

O último relatório do sr. Raimundo Frexeiras, fundador e principal mantenedor do "Abrigo" com os seus esforços e dedicação, não deixa dúvidas sobre a iminência do fechamento da instituição, sem meios de manutenção.

Será possível que os poderes públicos e a filantropia particular permitam desaparecer o popularíssimo centro de educação e trabalho?²²⁸

O rumor sobre o fechamento também circulou pelo Diário de Notícias, provocando a reação de Raimundo Frexeiras na carta publicada em 22 de maio de 1923, cujo título antecipava a resposta: “*Não Fechará o Abrigo!*” A situação financeira não tinha apresentado melhora, evitava culpar “os governos formados neste nosso meio ainda não podem possuir ativo paladar para ações e causas elevadas”. Em seguida, compartilhou seu sofrimento pessoal misturado à agonia da instituição:

Estou doente há seis meses. Retardada, por muitos motivos, a cura da moléstia que me impossibilita a atividade, não me tenho, entretanto, afastado desta sede.

Declaro, apesar de tudo, o Abrigo não fechou e não fechará, nem mesmo a título de férias. Aqui, hei de sarar, sem colapso para a vida escolar desta casa, em toda sua intensidade. [...]

O fechamento definitivo das dez escolas desta instituição não se efetuará, nem duas só por menos.

Pelas desgraças infinitas que causaria, valeria como um monstruoso desastre, mas seria também

Grandíssima sem-vergonhice.

A estas duas ignominias não ligarei meu nome.

Dentro de três meses, talvez eu melhorado do mal que me atribula, poderei trabalhar.

A minha moléstia que há cerca de doze dias teve agravação de uma outra, mais cruciante, imprevista, me impede de ir até aí para nos falar. [...]²²⁹

²²⁷ A Tarde, 06/03/1923, p. 1.

²²⁸ A Tarde, 17/04/1923, p.2.

²²⁹ Diário de Notícias, 23/05/1923, p. 1.

No mês seguinte, era de se esperar o festejo de umas das principais efemérides do Abrigo, cujo programa era previamente distribuído pelos órgãos de imprensa. Resolveu-se abster da celebração de 23 de junho e das comemorações do Centenário da Independência da Bahia. Os eventos cívicos eram parte essencial das lições de história e educação moral e cívica. Naquela ocasião, porém, era prioritário manter as atividades escolares em detrimento dos custos com a participação do desfile cívico, sobretudo vestindo as crianças. Segundo a nota publicada no *A Tarde*, o secretário da Fazenda estadual Manoel Duarte oferecera o patrocínio, porém o acerto foi impossibilitado pelas atribulações do advogado Ernesto de Sá Bittencourt Câmara, presidente do Abrigo. O diretor técnico continuava doente e que as escolas permaneciam com pujantes 523 alunos e alunas, apesar da perda de 145 matrículas em comparação ao ano anterior.²³⁰

As notícias pouco auspiciosas não se cessaram. Em 19 de setembro de 1923, a cobertura do galpão nos fundos da casa principal, onde funcionavam as escolas nº 8 e 9 das meninas mais novas, desabou em pleno horário escolar, causando ferimentos em duas crianças e uma professora. As outras 115 saíram ilesas. Sem o teto improvisado que lhes abrigava, foram transferidas para a sombra das árvores.

Nas imagens abaixo,²³¹ vê-se o registro do local do desabamento. A cobertura possuía estrutura de madeira, coberta com telha. Estavam instaladas ali também as escolas nº 7 e 10 para os meninos.²³² As meninas figuram sentadas numa pose disciplinada e ordeira. Nos quadros-negros, exalta-se a Bahia e os valores considerados fundamentais pela instituição escolar: Deus, Justiça e Trabalho. Naquele momento, as regentes eram auxiliares retiradas das outras classes mais adiantadas.

²³⁰ *A Tarde*, 27/06/1923, p. 3.

²³¹ Nessa investigação, são as únicas fotografias cujo fotógrafo é desconhecido. Foram publicadas junto à breve nota sobre a história do Abrigo dos Filhos do Povo, integrada à obra intitulada *Sobre Ruy Barbosa*, de João e Otávio Mangabeira. Datam possivelmente de 1924, da presença de outra imagem atribuída ao *A Tarde*, datada de 15 de janeiro daquele ano. Talvez fosse o citado jornal o autor desse trabalho fotográfico.

²³² Nas varandas, estavam estabelecidas as outras 6 escolas, sendo as de nº 1, 3 e 6 de meninos e as de nº 2, 4 e 5 de meninas. Desse modo, o velho inseguro casarão era rodeado diariamente de crianças.

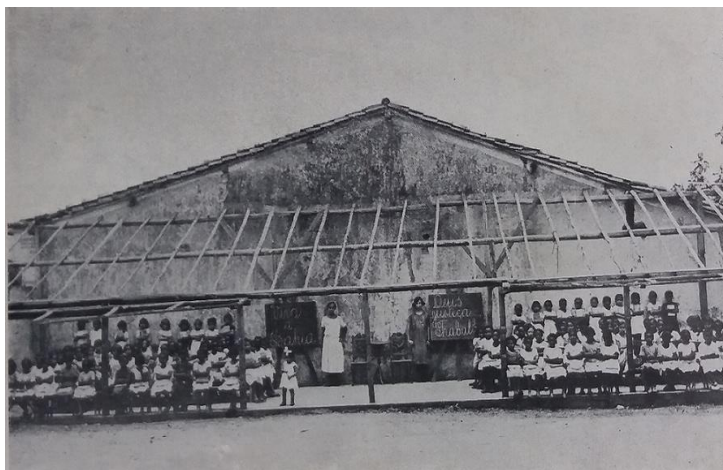


Imagem 18- Galpão das escolas nº. 7, 8, 9 e 10, [1924], Salvador - BA

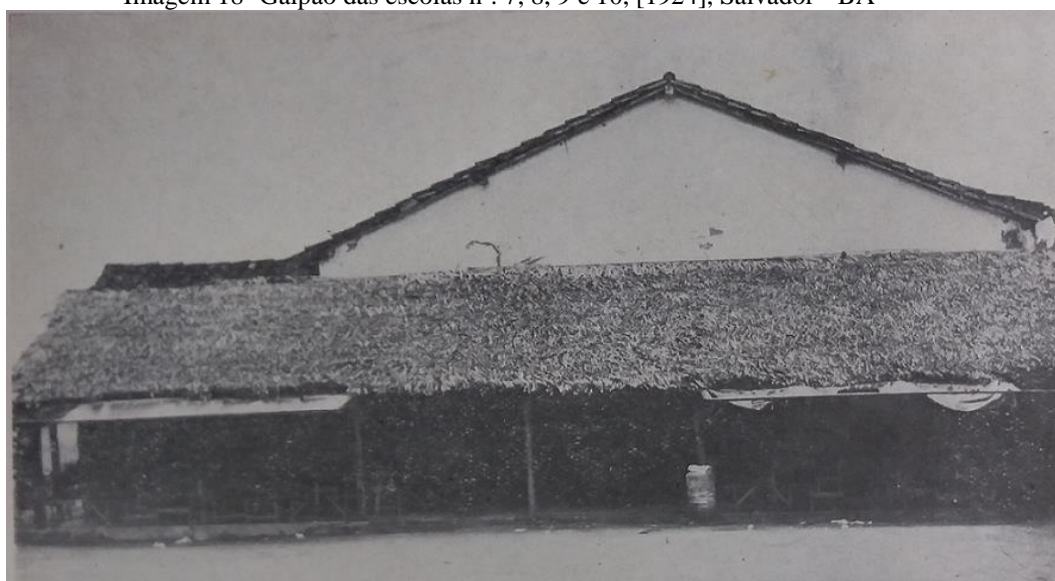


Imagem 19 - Galpão das escolas nº. 7, 8, 9 e 10, [1924], Salvador- BA

A Tarde lamentou o episódio que não teria comprometido a frequência, mas evidenciava as condições precárias da sede:

As escolas do Abrigo continuam a funcionar

Apesar do desabamento verificado no velho casarão em que estão alojadas as escolas do "Abrigo dos Filhos do Povo", estas não deixaram de funcionar, continuando frequentadas por cerca de 443 crianças.

Lamentável é, entretanto, continue a casa a não oferecer nenhuma segurança, correndo ao que ali estão o risco de serem soterrados, sem que possa antes a instituição cuidar das obras imprescindíveis, por falta de meios.²³³

Encerrado o ano letivo com os obrigatórios exames finais realizados nos dias 30 e 31 de outubro, coordenados da banca examinadora externa, professoras, funcionários, alunos e alunas tomaram os bondes da Linha Circular em direção à Colina Sagrada, para agradecer ao

²³³ A Tarde, 22/09/1923, p. 2.

Senhor do Bonfim atribuindo-lhe a intervenção miraculosa no acontecido em setembro. A banda do 3º Corpo de Polícia acompanhou os peregrinos com música.²³⁴

O atribulado ano letivo não podia terminar sem a apresentação do relatório do diretor técnico à diretoria, compartilhado também com o público.²³⁵ Em 1923, a matrícula total foi de 566 meninos e meninas, cifra reduzida em comparação 668 matriculados do ano anterior. Das dez professoras regentes, seis se retiraram por variados motivos tais como casamento, adoecimento e morte. O diretor técnico não apresentou os nomes dessas professoras no texto levado ao público. Diante da vacância e da impossibilidade financeira para a pronta contratação de novas profissionais, seis auxiliares foram designados como regentes das escolas, recebendo uma remuneração bem inferior ao valor pago à titular.

Do ponto de vista financeiro, a perda de contribuintes continuava, o que gerara um decréscimo da receita de aproximadamente 1:000\$000 mensalmente. Quanto à ajuda governamental, as subvenções não traziam o alívio desejado, isto porque a contribuição federal permanecia bloqueada há três anos e sofrera redução de 2:000\$000 para 1:500\$000. O bloqueio dessa verba alegado por Raimundo Frexeiras efetivamente existiu, segundo dos relatórios ministeriais, por causa da inexistência de requerimento pela instituição beneficiada²³⁶. Mais adiante, essa questão motivaria um enfrentamento público entre o diretor técnico e o presidente do Abrigo, Ernesto de Sá Bittencourt Câmara.

Na parte que cabia ao Estado da Bahia, seu recebimento não era “suave nem presto”. Desde 1922,²³⁷ o Abrigo dos Filhos do Povo era reconhecido com um dos principais estabelecimentos de ensino, ao lado de outros mais antigos e prestigiados como o Colégio da Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim (1799), Colégio Nossa Senhora da Salete (1858), Liceu de Artes e Ofícios (1872) e Liceu Salesiano (1900). Graças aos contatos políticos da diretoria, o governo passou a reservar 5:000\$000 de crédito para a instituição, com base nos decretos

²³⁴ A Tarde, 05/11/1923, p. 2; 15/11/1923, p. 4.

²³⁵ A Tarde, 17/11/1923, p. 4; Diário de Notícias, 20/11/1923, p. 4.

²³⁶ Os valores acumulados por esse motivo entre 1921 e 1924 somente foram resgatados em 1925. Nesse mesmo ano, o Abrigo teve incluída no orçamento do ministério a verba de 12:000\$000.

FBN/HDB. Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça Dr. Joaquim Ferreira Chaves. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, p. 211.

Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça Dr. João Luiz Alves. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p. 168.

FBN/HDB. Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça Dr. João Luiz Alves. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924, p. 209.

FBN/HDB. Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça Dr. Afonso Pena Júnior. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, p. 149.

²³⁷ FBN/HDB. Mensagem Apresentada à Assembleia Geral Legislativa em sua 1ª Reunião da 17ª. Legislatura Pelo Dr. José Joaquim Seabra. Ano de 1922. Bahia, Imprensa Oficial, p. 188.

Nº. 2.320, de 14 de agosto de 1920. O Decreto Nº. 3.268, de 23 de junho de 1923, elevou para 7:000\$000.²³⁸

Com a debandada dos contribuintes já insuficientes para assegurar a autonomia e encerrar o constante peditório, e os percalços interpostos para o ingresso do auxílio oficial nos cofres controlados pelo tesoureiro João Pereira de Carvalho, o serviço escolar sentia as consequências negativas. Além da dificuldade para a recomposição do quadro docente como já adiantado, não pode distribuir calçados. As cotas de alimentação, de 100 a 500 réis, foram preservadas, representavam “uma ficção de provimento por depauperado exercício de fome”, segundo o diretor técnico. O fornecimento de roupas foi garantido, mediante a compra de 4282 metros de bulgariana, madraço e algodão, e a doação de outros 1783 metros de tecido arrecadados nos festejos de Santo Antônio. As oficinas de costura e alfaiataria da instituição foram empregadas nesse serviço. Dentre os extensos objetivos da instituição para proteger as crianças, o atendimento médico, prioritariamente aos mais vulneráveis, era necessidade premente. O estado precário das condições sanitárias do Abrigo também era preocupante:

Poucas crianças tiveram remédios e assistência médica. De sua visita – 25 de outubro deste ano, acompanhado dos drs. Claudelino Sepúlveda Vianna Junior e acadêmico Sebastião Hora, apurou o dr. Prado Valadares comporem a população do Abrigo 90% de ancilóstomos, alta porcentagem de tendências tuberculosas, porção de deformados e avariados doutros danos mórbidos. [...] Tive também de pedir ao dr. Sebastião Barroso,²³⁹ a misericórdia de revogar a ordem de fechamento destas dez escolas, tanto vale a destruição das latrinas desta sede, quero dizer, do arrasamento das mamoneiras e outros matos, seccionados por uma vedação de pindoba, para evacuações. Fui atendido. Felizmente.²⁴⁰

As crianças recorriam ao mato para alívio das necessidades fisiológicas, porque a casa não tinha banheiro.²⁴¹ Certamente, muitas assim também agiam em suas casas igualmente

²³⁸ FBN/HDB. Mensagem Apresentada à Assembleia Geral Legislativa pelo Governador de Estado José Joaquim Seabra Ano de 1922. Bahia: Imprensa Oficial, 1923, p. 226.

FBN/HDB. Mensagem Apresentada pelo Sr. Dr. Francisco Marques Góes Calmon, Governador do Estado, à Assembleia Geral Legislativa. Bahia: Imprensa Oficial, 1925, p. 329.

²³⁹ Sebastião Mascarenhas Barroso (1886-1941), fluminense, médico formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Na Bahia, exerceu o cargo de diretor do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural, sobretudo no combate à febre amarela. (ROCHA, Heloisa Helena. Os mosquitos e o Estado no relatório do chefe do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural da Bahia, 1922. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 261-279, mar. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702018000100261&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 25/10/2018 <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-5970201800010001>)

²⁴⁰ A Tarde, 17/11/1923, p. 4; Diário de Notícias, 20/11/1923, p. 4.

²⁴¹ Exposto o problema da ausência de instalações sanitárias, a empresa Guimarães & Placeriani & Cia. ofereceu a instalação gratuita de um equipamento. (Diário de Notícias, 16/16/1924, p. 2.) Até pelo menos 1926, a demanda não estava adequadamente resolvida, já que o Relatório de 1925 o diretor técnico informou sobre a não conclusão do serviço.

desprovidas de instalações sanitárias adequadas, ocasionando as verminoses e outros problemas de saúde ligados à ausência de saneamento básico. Tampouco havia água encanada²⁴² para saciar a sede da multidão. Era preciso comprar dos aguadeiros e mobilizar os garotos para buscar o precioso líquido diariamente.

Pois bem, cabe perguntar: Sem água encanada nem condições sanitárias mínimas, como eram alimentadas as crianças? Para responder tão necessária indagação, convém dialogar com o relatório de 1925, em que o diretor técnico melhor descreveu a atividade diária. Em primeiro lugar, a alimentação era restrita às mais necessitadas, às condições financeiras e à logística decorrente da situação bastante precária. Não havia o preparo de alimentos na casa escolar, mas sim o fornecimento de dinheiro para as beneficiadas, conforme a descrição apresentada aos diretores e o público:

Continuou ainda este ano [refere-se ao ano de 1925] o regime de escassez. Diariamente, às 12 horas, nos dias de aulas e noutros, distribui-se aqui, às crianças mais necessitadas, cotas de 100 (cem) até 500 (quinhentos) réis, estas últimas quando daquelas enfermas. De nosso lado fazemos o máximo, pois a distribuição é de cerca de 20\$000 (vinte mil réis) diários.

Muitas crianças vêm para aulas sem alimentação porque os pais, por miséria, não a tiveram. Tomam, primeira vez do dia, a que podem comparar com os cem réis da sua cota.

Com igual frequência – e tantas vezes acontece que já é comum – outras crianças, não poucas, retornam a seus domicílios e, sem outra refeição além da que tomaram aqui, às 12 horas, se espasmam de fome, do anoitecer de um até o amanhecer do dia seguinte. Daí as síncope durante as aulas, os corpinhos mirrados, as deformidades físicas, as taras mentais, as monstruosidades morais, as variedades de moléstias e todas atuações mórbidas. [...]

Às 12 horas compram, em gamelas e panelas, milho cozido com coco, feijão, caruru, xangó (peixes secos em fiação), jaca, banana, cana ou carne de baleia moqueada. De tais viandas, quanto se pode comprar com cem réis, combinado com farinha de má qualidade é o gênero de alimentação comum de centenas de crianças desta casa.

Quanto tenho tentado de conseguir recursos para fornecer-lhes uma sopa de hortaliças e carne às 12 horas, se tem frustrado. Sobre ser sadio, seria humano²⁴³.

Novamente explorando as informações do ano de 1923, ainda na questão da precariedade das instalações escolares, não pretendia o diretor técnico se furtar ao tema do desabamento em setembro. Acrescentou ao conhecimento público que a velha casa, da qual os jornais mostravam nos clichês repetidos apenas a fachada com as cinco janelas, aparentemente estável, apresentava outros riscos:

As ruins instalações escolares, ora locadas, a entraram de se desmanchar em desastroso desabamento de um galpão, ameaça de outros, e rachaduras em paredes. Tetos e paredes, nos restantes galpões e no prédio estão escorados em quatorze lugares. Quando abateu o teto de telhas do galpão das escolas nº. 8 e 9, em 19 de setembro, correram risco de morte e fraturas graves 115 crianças, nele abrigadas. Duas crianças e uma professora apenas receberam ferimentos. [...]

²⁴² Até meados da década de 1930, a água encanada não havia chegado ao Abrigo.

²⁴³ A Tarde, 19/02/1925, p. 3.

As escolas nº. 8 e 9, desalojadas, passaram a funcionar à sombra de uma árvore, no quintal.²⁴⁴

O diretor técnico compartilhou ainda seu problema de saúde crônico. Em meio à peleja sem trégua para evitar o iminente fechamento, ele se mostrava frágil fisicamente e, ao mesmo tempo, indômito nos preparativos do combate derradeiro pelas escolas:

Rendido por minaz enfermidade, estou há doze meses, inapto a qualquer ação árdua de salvamento para o Abrigo. [...]

Resistindo às circunstâncias e vontades, - estas perseverantes no conselho, aquelas, acirradas, sobre ruinosas, na pressão de suspender as aulas -, realizei o extremo esforço de manter estas escolas em atividade até o prazo regular de encerramento – 25 de dezembro. Qualquer delíquio na faina desta casa importaria, importará a sua liquidação. Estímulos enérgicos, que a moléstia pretendeu desmoralizar, sustentaram a vontade em meu organismo destruído. Em mim atuou um raciocínio: - uma escola não se fecha. Eu iria ser, então, o coveiro de dez? Não. E não serei.

Esta instituição não deve desaparecer, porque ampara e educa crianças desvalidas e é prova de suficiência coletiva.²⁴⁵

Seu padecimento foi abordado na introdução de *As Provas de Minhas Ideias*.²⁴⁶ Desde 1922 pelo menos, enfrentou momentos de crise aguda e recuperação passageira. Em dezembro de 1923, acompanhado da esposa, viajou para o Rio de Janeiro, para tratar dos interesses do Abrigo.

A presença do fundador do Abrigo dos Filhos do Povo no Distrito Federal foi percebida pela imprensa carioca. *A Noite* o entrevistou. Raimundo Frexeiras explicou os objetivos da instituição dirigidos à educação, à moralização e ao preparo para o trabalho. Para tanto, oferecia às crianças o material escolar, a alimentação, o vestuário. O ensino das letras era complementado pelo ensino religioso. Desejava fazer mais garantindo a instalação das oficinas, por isso estava no Rio em busca de recursos para essa realização e a construção do prédio definitivo.²⁴⁷

Antes da partida, o diretor técnico tentou obter do presidente do Abrigo, Ernesto de Sá Bittencourt Câmara, uma procuração para tratar das subvenções federais bloqueadas. Partiu sem o aval, sabendo que não resolveria o embaraço burocrático. Tinha outro objetivo em mente. Até a morte, Rui Barbosa manifestou apreço pelo Abrigo, desejando ainda lhe oferecer algum benefício. Neste intuito, Raimundo e Joventina Frexeiras se encontraram com a viúva Maria Augusta Rui Barbosa, em São Clemente. Essa conversa culminou com o cumprimento

²⁴⁴ A Tarde, 17/11/1923, p. 4; Diário de Notícias, 20/11/1923, p. 4.

²⁴⁵ A Tarde, 17/11/1923, p. 4.

²⁴⁶ Apesar das várias notas encontradas na imprensa sobre a doença do diretor-técnico, não foi possível apontar o mal que o afligiu por tanto tempo. Nova devassa futura poderá preencher essa lacuna.

²⁴⁷ A Noite, 24 de dezembro de 1923, p. 6. A entrevista foi reproduzida pelo A Tarde em 18 de janeiro de 1924, p. 4.

da vontade do falecido: a cessão dos direitos sobre a conferência *A Imprensa e o Dever da Verdade*.²⁴⁸ O casal retornou a Salvador com o manuscrito.

O resultado proveitoso foi revelado na primeira página do *A Tarde* de 26 de janeiro de 1924. Com o título “Os herdeiros de Ruy Barbosa protegem uma instituição baiana – Um precioso legado do grande brasileiro ao Abrigo dos Filhos do Povo”, a reportagem lembrou a relação que o político e intelectual teceu com o Abrigo na única visita que fez:

Reminiscências de uma visita memorável

O maior dos brasileiros, numa das suas últimas campanhas políticas que o trouxeram à terra natal, teve a sua atenção despertada e, com a consciência do que podia ser aquilo, lá foi ver. Visitou, a convite do fundador e diretor técnico, a colmeia da Estrada das Boiadas. Viu e ficou surpreso do que viu, sabendo bem avaliar o mérito a o alcance daquela singular improvisação, fundação única no seu gênero em todo o Brasil, brotada por assim dizer, do próprio seio do povo, em bairro extremo, de extrema pobreza da cidade, zona de denso proletariado e, de envolta com este, de muita gente ociosa e miserável, nem por isso deixando de ter filhos e muitos, abandonados à própria sorte, fadados à ignorância, à malandragem e ao crime em ambiente propício de miséria e desalentos. Uma enorme população em idade escolar, sem franquear as portas de qualquer escola, ou por falta delas ou por impossibilidade material de frequentá-las...

O gigante, que só se sabia curvar diante dos fracos e dos pequeninos, donde o seu amor pelas crianças, passou largo tempo entre a petizada ocorrida, assistida e recolhida durante os dias no “Abrigo” — centenas de crianças descalças, de tamanquinhos ou de chinelos, rudimentarmente vestidas até de camisolas, mas aprendendo ou já sabendo ler e escrever, disciplinadas, respeitosas, domesticadas — é o termo, tendo ideia de pátria, entoando hinos e saudando a bandeira. Pirralhos de 4 e 5 anos e garotos maiores de 10 e 11 anos, de ambos os sexos, pretos, brancos, mulatos, pardos ou cabrochas, — a todos Ruy acariciou, deu a mão, a beijar e beijou muitos deles; falou-lhes com singeleza e meiguice; observou-os nos trabalhos e exercícios de classe, espalhados por dez escolas; assistiu-lhes as marchas e evoluções, entoando canções patrióticas... [...]²⁴⁹

O jornal ilustrou seu texto com a fotografia produzida na visita do redator-chefe Armando de Campos, em 15 de janeiro de 1924, a convite do Abrigo para inauguração do retrato do ilustre patrono oferecido pela viúva, “colocado numa espécie de oratório para tal fim construído em face do portão de entrada, de modo a ser visto pelos meninos, que, de agora por diante, prestarão reverência à efígie venerada, depositando-lhe flores que porventura tragam, antes dos trabalhos do dia...”²⁵⁰.

²⁴⁸ *A Tarde*, 08/05/1924, p. 4.

²⁴⁹ *A Tarde*, 26/01/1924, p. 1.

²⁵⁰ *A Tarde*, 26/01/1924, p. 1.



Imagem 20 - Comemorações do Dia de Rui Barbosa, 15/01/1924., Salvador - BA/ A Tarde.

No final de março de 1924, o diretor técnico afastou-se temporariamente do Abrigo para tratamento médico. Sua mãe, Maria Leopoldina Frexeiras, foi nomeada responsável interina pelo serviço escolar, auxiliada pela professora Dulce Reis.²⁵¹

Além da recaída no quadro clínico, outro revés se deu por causa do evento público de leitura da conferência *A Imprensa e o Dever da Verdade*, tarefa confiada a João Mangabeira²⁵². A festa foi agendada para a noite de 5 de abril, no Politeama Baiano. O anúncio na imprensa correu a cidade na antevéspera, sem a habitual antecedência na publicidade das atividades públicas do Abrigo nem a menção ao convidado ilustre, o governador recém-empossado Francisco Marques Góes Calmon.²⁵³

Os pormenores da noite malfadada somente vieram a público um mês depois. Na véspera da publicação, Raimundo Frexeiras antecipou que revelaria “a ficção de abastança” da instituição e que “A Bahia e o seu nobre governador devem ler”.²⁵⁴

²⁵¹ A Tarde, 07/04/1924, p. 2.

²⁵² João Mangabeira nasceu em 26 de junho de 1880, filho de Francisco Cavalcanti Mangabeira e Augusta Cavalcanti Mangabeira. Cursou direito na Faculdade de Direito da capital baiana. Após a conclusão (1897), transferiu-se para Ilhéus, atuando como advogado e iniciando carreira. Em 1906, foi eleito deputado estadual e, concomitantemente, nomeado intendente de Ilhéus (1907-1911). Exerceu por vários mandatos os cargos de deputado federal e senador. Candidatou-se à Presidência da República (1950). Ministro das Minas e Energia (1962) e da Justiça (1936). Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MANGABEIRA,%20Jo%C3%A3o.pdf>. Acesso: 18/11/2018.

²⁵³ A Tarde, 03/04/1924, p. 1; Diário de Notícias, 03/04/1924, p. 1.

²⁵⁴ A Tarde, 07/05/1924, p. 1.

No prometido desembuço,²⁵⁵ comunicou a renúncia coletiva do presidente Ernesto de Sá Bittencourt Câmara e dos diretores Antônio Garcia de Medeiros²⁵⁶ e desembargador Arthur Newton de Lemos,²⁵⁷ elogiando e agradecendo os serviços prestados durante o período em que participaram da administração. Logo depois deixou evidente que a desforra tinha como alvo o ex-presidente. Neste intento, apresentou sua versão para os fatos que culminaram na “vigília fúnebre” do Politeama. Relembrou as circunstâncias da entrega do texto autografado de Rui Barbosa, disse ter assegurado a Maria Augusta Rui Barbosa a realização da leitura inédita na Bahia “numa festa tão imponente como a dum ofício divino numa catedral”. Escolhido o conferencista, as desavenças se iniciaram quanto aos preparativos da festa. O diretor técnico se opôs à pretensão do presidente de fazer a primeira leitura em Ilhéus. Reivindicou a primazia de Salvador, sede do Abrigo. Na reunião de 5 de março, a diretoria deliberou que a leitura ocorreria exatamente em um mês, no Politeama Baiano. O presidente adotaria as providências necessárias para o evento. As semanas foram passando, sem aparente movimento na imprensa e convite ao governador. O diretor técnico procurou o conferencista e o presidente, que garantiu que estava tudo encaminhado sem motivo para preocupação ou queixa. No dia marcado, a diretoria do Abrigo se reuniu horas antes do evento, o assunto voltou à baila e novamente houve troca de farpas entre o diretor técnico e o presidente. À noite, os membros compareceram ao evento. Na entrada, Raimundo Frexeiras teria colhido os indícios do malogro:

Os muros desguarnecidos de um só festão. De uma só flamula, vazio e desolado, quase macabro, o velho casarão ostentou de tais aspectos, caráter de ermo. Parecia aprestado para uma assembleia de duendes. A mesa destinada ao dr. Governador do Estado — pequeno, talvez já invalidado móvel — fora revestida de um pano no qual a ancianidade e o uso — é o testemunho de olhares penetrantes — abriram lesões. Não radiava mesmo em vaso comum sobre a meseta uma flor, ao menos.

²⁵⁵ FREXEIRAS, Raimundo. A Bahia e o seu nobre governador devem ler. A TARDE, 08/05/1924, p. 4.

²⁵⁶ Antônio Garcia de Medeiros Neto, natural de Alcobaça, nasceu em 14 de agosto de 1887, filho de Antonio Garcia de Medeiros Júnior e Ana Angélica da Rocha Medeiros. Cursou direito na Faculdade de Direito da Bahia, atuou como redator do Diário da Bahia. Elegeu-se por várias vezes para os cargos de deputado estadual e deputado federal, sem nunca assumir os mandatos. Integrou a Assembleia Constituinte (1933). Em 1935, foi eleito senador pelo Partido Social Democrático, o qual ajudou a fundar na Bahia. Como o golpe de 1937, afastou-se da política dedicando-se à administração de propriedades agrícolas em Alcobaça e Itaberaba. Encerrada a ditadura varguista, colaborou com a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro. Como advogado, integrou o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil. Disputou o governo da Bahia no ano de 1947, enfrentando Otávio Mangabeira. Morreu 13 de fevereiro de 1948. Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-garcia-de-medeiros-neto>. Acesso: 18/11/2018.

²⁵⁷ Além de integrar o Tribunal de Justiça da Bahia, Arthur Newton de Lemos foi o provedor da Santa Casa de Misericórdia (1925, 1932-1934).

E aquele desataviado prosclênio, em face da vasta sala que se afigurava do claustro — com bruxuleios de círios e devia ter sido engrandecida em nave — com fulgurações de lampadários e o estrugir d'hosanas fez efeito de pelourinho levantado em necrópole²⁵⁸.

A responsabilidade recaiu sobre o diretor técnico. Em protesto a isso, passou a examinar os feitos de Ernesto de Sá B. Câmara, definido como “magnânimo protetor” contribuindo mensalmente com 25\$000 desde junho de 1921; contudo, “chefe pouco providente do Abrigo”. Listou as ações consideradas desastrosas:

- a) investido no cargo em março de 1922, o presidente pouco se dedicou para traçar o plano de melhoria das condições financeiras bastante periclitantes em seu ingresso;
- b) negligenciou os avisos quanto às condições precárias da sede e o episódio do desabamento de 19 de setembro de 1923, apesar da comunicação oficial e da repercussão na imprensa;
- c) omitiu-se diante do quadro grave vivido no ano de 1923, aventando apenas a ideia de extinção de escolas; e
- d) levou a instituição ao prejuízo com a doação de 34 casinhas arruinadas e arrematadas por um protetor para benefício do Abrigo com a cobrança de aluguéis; porém, a propriedade estava envolvida em litígio entre inquilinos, ex-proprietários e o Município, que cobrava débitos tributários.

Diante disso, o diretor técnico reconheceu ter ocupado o vazio administrativo, adotando as providências a bem do interesse do Abrigo, à revelia da diretoria: a contratação do filme; a compra de tecidos para a confecção de roupas em 1923 (despesa posteriormente cancelada); as despesas com a viagem de Cícero José de Vasconcelos, em 1922, para entregar mensagens a Rui Barbosa e Miguel Calmon du Pin e Almeida, e da própria ida acompanhado pela esposa no ano seguinte. Emprestou recursos da instituição para socorrer o fundador e amigo José Frutuoso dos Santos, que enfrentou a morte do pai e a doença da mãe. Sem a aprovação da diretoria, estava obrigado a ressarcir a instituição na quantia de 2:700\$000, percebendo a remuneração de 300\$000 mensais. Rechaçou a acusação de malversação informando ter arrecadado 9:037\$000 com a publicação do livro *O Proletário Calumbi*, montante repassado ao tesoureiro e depositado no Banco Econômico, descontando 682\$000 referentes aos custos

²⁵⁸ A Tarde, 08/05/1924, p. 4.

de impressão a cargo da Livraria Catilina. Além disso, a festa do Politeama rendeu 1:400\$000 destinados às escolas.²⁵⁹

Em resposta publicada em 12 de maio de 1924²⁶⁰, o advogado Ernesto de Sá B. Câmara negou responsabilidade no fracasso do evento no Politeama, alegou que a austeridade na ornamentação era imposição da instituição mantida graças às contribuições destinadas à educação de crianças pobres. Por essa razão também nada fizera para viabilizar a participação dos alunos nas festas do Centenário da Independência da Bahia, no ano anterior. O diretor-técnico, segundo ele, pretendia fazer uma passeata até a Praça Duque de Caxias, todavia a prioridade era manter escolas e oficinas. Acusou-o por reivindicar o aumento da gratificação mensal, além dos gastos feitos à revelia da diretoria: “Sabia o Sr. Frexeiras que precisávamos fazer economia e, no entanto, mandava imprimir relatórios do Abrigo, pagava publicações desnecessárias, gastando com isso não pequenas somas”. Considerou também desnecessária a viagem à capital federal apenas para recolher o texto autografado de Rui Barbosa, uma vez que a casa de ensino dispunha de aliados na bancada baiana da Câmara de Deputados para desempenhar a tarefa. Por fim, apelou ao governador pela incorporação do Abrigo ao ensino estadual, evitando o desaparecimento das dez escolas frequentadas por cerca de seiscentas crianças.

Dois meses depois, foi celebrada outra festa em memória de Rui Barbosa, no Politeama, repetindo a leitura da bendita conferência por Hildegardo Erudilho.²⁶¹ A arrecadação com a bilheteria alcançou 4:750\$000 revertidos em favor da instituição de ensino. O evento incluiu ainda o espetáculo musical proporcionado pelo Instituto de Música e a participação de 553 crianças matriculadas no Abrigo em desfile no centro da cidade. Na passagem dessa multidão em frente ao palácio do governo, registrou o *A Tarde* que “muitas delas estavam com as vestes estragadas e descalças.”²⁶²

Em fins de agosto de 1924, autorizados pela diretoria, Raimundo e Joventina Frexeiras embarcaram novamente para o Rio de Janeiro. A manutenção do funcionamento escolar foi delegada interinamente a Maria da Glória Ramos e Cícero José de Vasconcelos.²⁶³

²⁵⁹ *A Tarde*, 05/05/1924, p. 2.

²⁶⁰ *A Tarde*, 12/05/1924, p. 5.

²⁶¹ A festa estava inicialmente prevista para 13 de julho, mas teve a data alterada em função da realização de outro evento no mesmo local. Os preparativos foram previamente anunciados pelos jornais *A Tarde* e *Diário de Notícias* nas edições de 4, 10, 12, 15 e 16 de julho.

²⁶² *A Tarde*, 18/07/1924, p. 1.

²⁶³ *A Tarde*, 27/08/1924, p. 3.

Segundo consta na síntese do Relatório do Abrigo dos Filhos do Povo de 1924, o diretor técnico apontou como resultado dessa incursão ao Distrito Federal a elevação da subvenção federal de 1:500\$000 para 12:000\$000, obtendo o apoio do senador baiano Pedro Lago. Este parlamentar, membro da Comissão de Finanças, apresentou emenda ao orçamento para o ano seguinte, assegurando recursos para várias instituições baianas de caráter educativo, filantrópico e cultural. O Abrigo entrou nesse rol de beneficiados.²⁶⁴ Na versão contada pelo Diário de Notícias, o diretor e o senador se encontraram para tratar do assunto:

O senador Pedro Lago, desobrigando-se de compromisso tomado com o diretor escolar quando esteve no Rio, em setembro, conseguiu elevar a subvenção anual (era de 1:500\$000) do Abrigo para 12:000\$000. Manda a justiça dizer-se que a exma. Esposa daquele ilustre político, constituindo-se procuradora espontânea da instituição, procurou de verdade até conseguir beneficiá-la.²⁶⁵

Consta também naquele relatório que a matrícula total alcançou 647 meninos e meninas, com frequência média de 440. O ensino estava a cargo das seguintes professoras: Dulce Reis, Nair de Almeida Sampaio, Georgina Ramos, Maria Guiomar Ramos, Diva Lima Bastos, Zulmerinda Soares, Maria José Mello Silva, Delfina Sento Sé, Lindaura Rodrigues Pimenta e Judith dos Santos Vasconcellos. Dulce Reis recebia 160\$000 mensais, enquanto as outras 140\$000. Seus/suas auxiliares - José Augusto de Almeida, Agostinho José de Almeida, Maria Leonor de Oliveira, Sérgio José dos Santos, Antônio de Oliveira Pinto, Clementina da Silva Carneiro, Durvalina Maria Borges, Elísio Francisco Borges, Vicência Ferreira de Macedo, Hilda Antas da Conceição e Francisco de Oliveira Mendes.- oriundos das escolas eram remunerados com quantias entre 30\$000 e 90\$000. Exerciam a função de cobradores José Frutuoso dos Santos e Libania Maria da Cunha, sendo que ele recebia 160\$000 e ela 90\$000. Cícero José de Vasconcelos auxiliava diretamente o diretor técnico.

Os baixos salários foram objeto de reflexão nas notas do documento:

Volto ao meu antigo pleito.

Os funcionários desta instituição, professores e auxiliares, que muito trabalham e são flagelados, têm direito a aumento de ordenados. Devemos aumentar os seus ganhos, dentro da capacidade dos recursos desta casa. Seguros da nossa justiça, nunca reclamaram aumento, mas esforçados, através barrancos, tempestades, [ilegível] e estafantes lidas, não desertam e não se encolhem.

O aumento dos seus ordenados é meu dever que, penso, podemos cumprir agora visto a situação atual do Abrigo, sem ser opulenta, não ser de mingua.²⁶⁶

A despesa total fora de 49:455\$550 empregados no pagamento do funcionalismo (24:521\$000), material escolar (4:287\$250), alimentação (7:200\$000), roupas (1:171\$000),

²⁶⁴ A Tarde, 15/01/1925, p. 1.

²⁶⁵ Diário de Notícias, 16/01/1925, p. 2.

²⁶⁶ A Tarde, 19/02/1925, p. 3.

festas e outros eventos (1:337\$000), viagens (3:550\$000), água (660\$000) e outros gastos (estampilhas, compra de jornais, papéis, serviço religioso, remédios, fotografias e transporte da banca examinadora (1:728\$800).

Ainda no assunto financeiro, o relatório trouxe uma notícia alvissareira. O ano letivo de 1924 começou com as dificuldades já conhecidas, o que exigiu empenho para garantir o início das aulas e da campanha para o projeto de construção da sede definitiva. A distribuição dos 1000 exemplares do livro *O Proletário Calumbi* rendeu 8:355\$000 líquidos, como já havia informado em maio daquele ano. Outros donativos ingressaram no cofre da instituição: 4:750\$000 da Festa do Politeama; 5:000\$000 de Guilherme Guinle; 1:038\$000 recebidos da dissolução da Sociedade União dos Empregados no Comércio Varejista da Bahia; 1:000\$000 do Coronel João Vaz Sampaio; 7:000\$000 da subvenção do Estado da Bahia e cinco apólices no valor de 1:000\$000 cada; e três apólices no valor de 1:000\$000 cada, do espólio de José Novais Monteiro. Em síntese, a instituição encerrava o ano com 24:332\$100 depositados na Caixa Econômica Federal e no Banco Econômico. Na avaliação de Raimundo Frexeiras era quantia ínfima para a execução completa do projeto futuro, porém, o Abrigo ineditamente não tinha dívida para o período subsequente.

Quanto às condições da casa e das estruturas anexas que abrigavam as escolas, foram realizadas algumas intervenções para a reconstrução da cobertura das escolas nº 7, 8, 9 e 10 e das varandas empregando madeira e palha. Reparos também foram feitos no telhado do teatrinho. Um extenso e profundo aterro foi construído na frente e nas paredes laterais da casa principal, para evitar o colapso da estrutura especialmente na época das chuvas.

Os meninos e as meninas continuavam usando o mato como latrina, com apenas a cerca divisória.

Para o diretor técnico, a construção da sede definitiva era de fundamental importância para consolidar a obra e permitir a plena consecução dos objetivos da instituição:

Não temos prédio, nem oficinas. Por falta destas - acessório complementar da educação iniciado na escola, onde as crianças poderiam se adaptar ao seu destino de futuros operários, pois permitir-lhe-iam, acalmadas ardilezas do ócio, providos reclames de minguia e divertidas tendências licenciosas, o advento de uma idade ponderada, dezenas de crianças abandonam as escolas cada ano, do primeiro curso adiantado para o segundo, vésperas e concluírem o tirocínio, e arremetem, ávidas de ganho, porque necessitam às aventuras da vida²⁶⁷.

Sem a estrutura necessária para articular o ensino das letras, a educação, o trabalho, os esforços estavam se dispersando, porque as crianças se evadiam com o pouco aprendido, mas

²⁶⁷ A Tarde, 27/08/1924, p. 3.

sem nenhuma habilitação para o trabalho. “O mais nobre mister das letras é esclarecer as vantagens do trabalho, prevenindo-lhe o êxito e apuros maiores”, declarou o diretor técnico. Sendo exitosa a nova campanha a ser deflagrada, o Abrigo realizar plenamente seus objetivos, culminando num “sistema capaz de garantir proveito aos pobres e bonança aos ricos”. Como exemplo disso narrou o modo empregado para obter a colaboração dos meninos nas obras na casa principal:

Eu devia mandar construir três largos e profundos aterros para garantirem esta casa. Convoquei os alunos maiores. Vieram e, de roldão, muita miuçalha humana, dezenas de pirralhos, todos do Abrigo. Muitos de anos, alguns de menor idade. Quis refugá-los. Refleti. Não o fiz. Seria descoroçoá-los em seu primeiro e espontâneo impulso de serem uteis e de se provarem capazes. Mandeí distribuir uma telha de barro a cada um dos menores. latas e caixões aos maiores, estipulei 40 réis para cada viagem e condicionei só pagar os carretos mediante fichas rubricadas entregue uma em cada viagem. Formigaram minúsculos operários, dezenas de dias a fio, estirados, ao sol e a chuva. Ninguém esmoreceu. Ninguém quis ser dispensado. Os abismos foram atulhados. A gente miúda se endinheirou, como nunca se vira. Muitos fedelhos se enfarpelaram, outros farrearam pelo Natal e o Ano Bom, e alguns amealharam. Quase houve fartura, intenso gáudio com certeza no bairro.²⁶⁸

Por fim, Raimundo Frexeiras apresentou breve nota de seu estado clínico ainda bastante combalido:

De mim, eu vos direi: a minha saúde contágio, certo, do estado normal de minhas finanças - continua [ilegível] terríveis e diferentes avarias. Eu bem direi o céu que os negócios do Abrigo me não exijam d'ora em diante novas contribuições de forças desproporcionadas ao meu escasso remanescente²⁶⁹.

Entre janeiro e fevereiro de 1925, ele foi submetido a um procedimento cirúrgico pelo médico Antônio de Freitas Norja²⁷⁰, dirigindo um agradecimento público ao mesmo e a Antônio França.²⁷¹

Em meados de março, Raimundo Frexeiras novamente embarcou para o Rio de Janeiro, para concluir as tratativas do financiamento pelo Ministério da Agricultura, chefiado por Miguel Calmon du Pin e Almeida,²⁷² para compra do maquinário e instalação do curso de mecânica prática. O contrato foi assinado em 13 de abril de 1925.²⁷³

Finalmente, o sonho acalentado pelo fundador começaria a se transformar em realidade.

2.5. O Último Sopro do Gênio e a Morte de Raimundo Frexeiras

²⁶⁸ A Tarde, 19/02/1925, p. 3.

²⁶⁹ A Tarde, 19/02/1925, p. 3.

²⁷⁰ Os médicos Antônio de Freitas Norja e Antonio França estavam estabelecidos na rua Chile e eram cirurgiões.

²⁷¹ A Tarde, 28/02/1925, p. 3.

²⁷² Miguel Calmon du Pin e Almeida era protetor do Abrigo dos Filhos do Povo.

²⁷³ Diário de Notícias, 23/05/1925, p. 2.; A Tarde, 23/05/1925, p. 1

Passados sete anos desde a inauguração das primeiras quatro escolas, às 9 da manhã de 24 de junho de 1925,²⁷⁴ o Abrigo dos Filhos do Povo recebeu importantes convidados para o assentamento da pedra fundamental da construção do edifício projetado, para instalar o serviço escolar e as oficinas. Lá estavam o governador Francisco Marques de Góes Calmon, o Arcebispo Primaz do Brasil D. Augusto Álvaro da Silva, o monsenhor Anísio Esteves, Plínio Tude de Souza, Antônio José Seabra, Otávio Américo de Freitas, os membros da imprensa, os representantes de associações civis, a diretoria do Abrigo, as 540 crianças, professoras e moradores da região.

No discurso o presidente Teodoro Sampaio²⁷⁵ enfatizou a importância atribuída à educação como meio essencial do desenvolvimento das nações, de formação do cidadão e do trabalhador úteis de construção do futuro. Recontou a trajetória da instituição até aquele momento de júbilo, exortando o papel de liderança de Raimundo Frexeiras:

Senhores – O empenho maior das nações novas, como a nossa, que ainda crescem e se constituem, é instruir o seu povo, educá-lo para o trabalho e para a esperança de um futuro melhor; é preparar o cidadão para bem servir ao seu país, cada qual segundo as suas aptidões, cada qual segundo o seu mérito.

A pedra de fundação que lançamos agora e a que sua Exm.^a Revdma., o sr. Arcebispo, dá a sua benção, a benção do céu com que prospera o trabalho, esta pedra, meus senhores, vale por uma conquista: é a realização de um sonho obsessão de todos os dias do incansável fundador desta casa, cujo entusiasmo pela sua própria obra, é de verdade um *Deus in nobis* que nele faz do poder da vontade uma fonte de milagres na instrução dos filhos do povo.

Esta pedra pé a angular das futuras oficinas, tão desejadas, tão essenciais aos fins a que se propõe esta casa.

²⁷⁴ Diário Oficial do Estado da Bahia, 26 de junho de 1925.

²⁷⁵ Teodoro Fernandes Sampaio nasceu no dia 7 de janeiro de 1855, em Santo Amaro da Purificação (BA), filho não reconhecido de Francisco Antônio da Costa Pinto e de Domingas da Paixão do Carmo, uma escravizada do Engenho Canabrava. O sobrenome foi dado pelo capelão Manuel Fernandes Sampaio, que zelou por sua educação. Depois de iniciar os estudos na cidade natal, em 1865, foi enviado para o Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio São Salvador, sendo posteriormente admitido na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Formou-se engenheiro civil, desenvolvendo em paralelo a habilidade para o desenho durante a atuação no Museu Nacional. Em 1879, foi designado para a Comissão Hidráulica do Império, incumbida da realização de estudos sobre a estrutura portuária e a navegação pelo interior do país. Cuidou da libertação de seus três irmãos escravizados no período entre 1878 e 1884. Foi convidado para participar da construção da carta geológica do Estado de São Paulo, através da comissão constituída para esse fim. Participou da organização da Escola Politécnica de São Paulo. Coordenou os trabalhos de construção da rede de água e esgoto da capital paulistana. Em Salvador, desenvolveu também estudos de melhoria da infraestrutura urbana. Para além da engenharia, destacou como escritor de importantes obras nos campos da geografia e da história, membro da Academia de Letras da Bahia, do Instituto Histórico de São Paulo e da Bahia. Deputado Federal entre 1927 e 1929. Presidiu a Associação Abrigo dos Filhos do Povo entre 1924 e 1937, quando morreu no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SAMPAIO,%20Teodoro.pdf>. Acesso: 15/06/2017.

Sete anos faz hoje que esta casa, que, por suas modestas proporções e modestos intuitos se chamou Abrigo, luta por um ideal que ora se realiza, luta por erguer as suas oficinas, sem as quais lhe parecia que os seus verdadeiros propósitos não estavam conseguidos.

O Abrigo dos Filhos do Povo, que hoje conta sete anos de existência, sentia que não estava sendo o Abrigo do filho do operário, como de começo se propôs; não estava ainda na rota promissora que se propusera trilhar, e o Abrigo, regurgitando de alunos abrigados, não era ainda a oficina do futuro operário, o escopo de suas aspirações mais legítimas. [...]

Seja esta pedra, meus senhores, o fundamento bem seguro de tantas esperanças de tão longe nutridas nesta casa; realização que vem a termo, graças aos esforços dos amigos do povo, graças ao concurso dos poderes públicos, graças à vontade incontida de Raimundo Frexeiras.

A benção de Deus, o concurso das boas vontades, das simpatias, que aqui em todos os olhares se denuncia, que tragam a este Abrigo agora oficina, em trabalho, em ensino, em benefícios regeneradores do operário, as mesmas virtudes daquele bíblico milagre da montanha, multiplicando pães que alimentam multidões"²⁷⁶.

O chefe do executivo estadual também fez seu discurso,²⁷⁷ em que teria manifestado satisfação pela iniciativa particular em curso, quando os legisladores discutiam um projeto dispondo sobre a criação obrigatória de estabelecimentos de ensino por parte das indústrias. Era preciso voltar-se dedicadamente à infância, “perfeitos homens sociais de amanhã, filhos em sua maioria do operariado”. Por fim, agradeceu ao presidente Teodoro Sampaio e aos demais membros da diretoria pelo empenho e solicitou que D. Augusto “derramasse as bênçãos de Deus, pela felicidade e futuro daquelas crianças, que ali aprenderiam a amar a Deus, ao Trabalho e à Pátria”.²⁷⁸

Após a benção, o governador e o arcebispo foram incumbidos da entrega dos prêmios para os alunos eleitos por reconhecimento de mérito. Os prêmios consistiam em quantias depositadas em cadernetas de poupança abertas na Caixa Econômica Federal.²⁷⁹

Como parte da cerimônia, as crianças cantaram os Hinos Nacional e a Rui Barbosa, com o acompanhamento da banda de música da Força Pública.

²⁷⁶ A Tarde, 01/07/1924, p. 2.

²⁷⁷ O discurso do governador Góes Calmon não foi transcrito no Diário Oficial, apresentou-se uma síntese de suas afirmações na cerimônia.

²⁷⁸ Diário Oficial da Bahia, 26/06/1925, p.

²⁷⁹ Os premiados foram os seguintes recebendo valores entre 2\$230 e 50\$000: 1º Lídio Freire de Carvalho, Manoel do Nascimento de Jesus, Augusto Ederaldo dos Santos, Genésio Antônio Bispo, Maria José de Sá, Adalgisa Maria Domingues, Claudionora Antônia dos Santos, Aydill da Conceição Barbosa e Dulce Maria Domingues; 2º Bonifácio Costa Pinho, Armando Toschino Merecci, Valentim de Jesus, Edgard Bispo da Silva, Marcilio Neves do Espírito Santo, Salvador Luiz Gomes, Esmeralda de Oliveira Mendes, Alipia das Angustias de Jesus, Rosalina Cardoso, Antônia Carmelita Meirelles, Filomena Cardoso, Iria Carneiro Leão, Carmosina Joviniana Ferreira, Guiomar Purificação Souza, Antônia Ferreira dos Santos, Eunice Cremilda Ferreira, Maria Diva Rocha Tosta, Symphorosa de Almeida Bessa, Balbina Ferreira dos Anjos e Maria José de Souza. O aluno Domiciano Tomé de Oliveira recebeu a premiação de 50\$000.

Atendendo ao pedido de Raimundo Frexeiras, o arcebispo dirigiu-se aos alunos e às alunas, confessou a admiração e o encanto com a instituição, e transmitiu a mensagem sintonizada com as manifestações dos oradores que o precedeu, ou seja, ênfase na ordem, união, trabalho e cooperação para o bem-estar da sociedade e o progresso da nação:

Vós sois o número. Já aqui estais cerca de quinhentas crianças, as quais centenas e centenas se virão juntar ainda. São quinhentas energias que se educam, são quinhentas vontades que se formam na escola do dever e do bem. O tempo se encarregará de demonstrar que vós sois o número, que se multiplica, que cresce, que aumenta sempre e sempre. Vós sois ao povo, e este é invencível. Vós sois a força. Nem sempre o número é a eficiência da força. Se, porém, o número é arregimentado e ordeiro, é educado e coeso será, por certo, uma potência. Os que governam, os que mandam não podem prescindir de vós. Sereis sempre o alicerce sobre o qual se erguem as sociedades. Sede unidos, sede formados para a vida e tereis apresentado à pátria amada o primeiro elemento de sua vida e de seu progresso.

Vós sois o bem. Filhos de operários, vós trazeis nas mãos, como rica herança paterna, os pergaminhos do trabalho. Deste trabalho que engrandece e nobilita o homem. Aqui vós aprendeis a viver na santa independência que alcança sempre o esforço próprio, o aproveitamento das próprias energias. Filhos de operários, em geral, vós tendes frequência assídua nestas escolas de sacrifício e de trabalho que tanto aparelham o homem para as lutas pela vida e pelo dever.

Como eu vos bendigo, pois, como eu vos abençoo contente.

[...]

Eia, pois, meus meninos, aproveitai estas graças divinas, formai o espírito e o coração, estudai, aprendei, lutai e a vitória será vossa.²⁸⁰

No encerramento do ato solene, o cirurgião-dentista Augusto Lopes Pontes, presidente da Associação dos Cirurgiões Dentistas da Bahia, anunciou a decisão de instalar ali o Posto Odontológico Bonifácio Costa,²⁸¹ devendo prestar assistência gratuita às crianças matriculadas.

Lançado o edital de concorrência pública²⁸² para a construção de três pavilhões para as oficinas e enfermaria, e aprovado pela diretoria do Abrigo o projeto do engenheiro civil José Nivaldo Allioni,²⁸³ seus detalhes foram divulgados na primeira página da edição do A Tarde,

²⁸⁰ BAHIA. Diário Oficial da Bahia, 26/06/1925, p. .

²⁸¹ Criado em 1919, por iniciativa da Associação de Cirurgiões Dentistas da Bahia, presidida por Augusto Lopes Pontes, o Posto Odontológico realizava desde então eventos filantrópicos e exposições, com o objetivo de difundir os cuidados odontológicos desde a infância, focando os pobres. Depois do Abrigo, a experiência originou outras duas unidades: Américo Barreira (Ilhéus) e Dermeval Santos (Itabuna), inaugurados, respectivamente em 24 e 25 de março de 1929. Segundo o Almanak Laermmert, até 1930, o Posto Bonifácio Costa realizou 11056 atendimentos gratuitos, beneficiando as crianças do Abrigo. (FBN/HDB. Almanak Laermmert, 1931, p. 225) Ver também: A TARDE, 06/03/1929, p. 3 ; 07/04/1931, p. 4; Diário de Notícias, 17/09/1919, p. 3.

²⁸² A Tarde, 26 de agosto de 1925, p. 4. Não foi possível averiguar se outras propostas foram apresentadas além daquela idealizada por José Nivaldo Allioni.

²⁸³ José Nivaldo Allioni era filho de José Allioni, engenheiro e professor da Escola Politécnica, e de Amélia Furtado Simas Allioni. Sobrinho do engenheiro Américo Furtado de Simas. Iniciou os estudos no Colégio São José, depois prosseguiu a formação na Europa. Viveu entre a França, Bélgica, Itália e Alemanha. Participou da Missão Diplomática junto à Exposição Internacional de Bruxelas. De volta à Bahia, projetou e construiu os sistemas de águas de Cachoeira e São Félix, a estrada de rodagem de

de 1º de setembro de 1925. Segundo a descrição apresentada, o plano contemplava a acomodação às atividades já existentes (o teatro, a capela, a sala de costura, as instalações das escolas) e incluía museu escolar, gabinete odontológico, enfermaria e farmácia, praça de exercícios para as atividades recreativas e de educação física, residência da família do diretor-técnico, campos de aprendizado de agricultura, floricultura, jardinagem e oficinas. As dez escolas seriam reorganizadas em salas em igual número, com capacidade para até 80 alunos cada.²⁸⁴ Nessa exposição o jornal fez considerações sobre a trajetória desde o surgimento até a nova empreitada que concretizava o sonho de vida perene para o Abrigo.

Dois dias depois, o Diário de Notícias trouxe na primeira página a ilustração da fachada da futura edificação a ser erguida em terreno contíguo à casa escolar.²⁸⁵ Na ilustração, à esquerda, o esboço do teatro e, à direita, a capela.²⁸⁶



Imagem 21 - Fachada do projeto do Engenheiro José Nivaldo Allioni para a nova sede do Abrigo dos Filhos do Povo, 1925.

São Félix a Muritiba, a barragem de Bananeiras, sob a direção do tio Américo Simas. Em Salvador, participou da construção da muralha da Ladeira da Montanha, do prédio do Tesouro do Estado, do Edifício Catarino. Foi nomeado diretor da Escola Profissional de Menores (1933), sediada na Rua das Pitangueiras, em Brotas. Em 1940, em parceria com Rubens Gueiros organizou o Serviço de Estatística e Divulgação, do Serviço de Recenseamento do Estado. Integrou ainda a Junta Estadual de Estatística, a tesouraria da Associação de Municípios da Bahia. Foi professor e diretor da Escola de Belas Artes, atualmente vinculada à Universidade Federal da Bahia (UFBA). Morreu em 19 de fevereiro de 1947, sendo enterrado no Cemitério do Campo Santo, na Federação, em Salvador. O Abrigo dos Filhos do Povo decretou luto por três dias. O presidente Augusto Lopes Pontes representou a instituição nas cerimônias fúnebres. (Fonte: A Tarde 19/02/1947, p. 7; 20/02/1947, p. 7)

²⁸⁴ A Tarde, 01/09/1925, p. 1.

²⁸⁵ A planta do prédio foi exposta no Cine Teatro Guarani, conforme nota publicada no A Tarde, 03/09/1925, p. 3.

²⁸⁶ Diário de Notícias, 03/09/1925, p. 1.

Em 7 de setembro, cumprindo a promessa anteriormente feita, a Associação dos Cirurgiões Dentistas da Bahia instalou o Posto Odontológico Bonifácio Costa. A inauguração²⁸⁷ reuniu convidados ilustres como o governador Francisco Marques Góes Calmon e sua esposa, Julieta Maria Góes Calmon, que era uma das lideranças do Comitê de Senhoras Pró Assistência Dentária,²⁸⁸ o braço atuante e influente da iniciativa filantrópica. Os convidados e o público interessado puderam embarcar em bondes especiais cedidos pela Linha Circular, saltando no Largo da Lapinha, ponto terminal da linha. Organizou-se uma carreata para chegar ao Abrigo. Várias autoridades, acadêmicos, representantes de associações civis compareceram e assistiram a inauguração das salas Família Martins Catarino e Maria Augusta Rui Barbosa, que eram entusiastas do posto desde 1919. Dali em diante, a cada três meses, o Posto publicaria a síntese dos procedimentos odontológicos realizados pela cirurgiã-dentista Isaura Vieira Lima.

As obras do novo prédio se iniciaram no fim do mês de setembro, sob a coordenação do empreiteiro João Dias da Silva e fiscalização a cargo de Teodoro Sampaio.²⁸⁹ A prioridade inicial consistia na construção dos pavilhões para oficinas e enfermaria. Era, no entanto, dispendiosa a engenharia financeira para realizar o projeto conforme o delineamento inicial. O custo total, segundo as cifras divulgadas nos jornais, girava em torno dos 500 contos de réis.

Empregando os recursos ordinários para o custeio das escolas em funcionamento e, simultaneamente, com o canteiro de obra instalado, restava ocupar a tribuna para o peditório. O porta-voz, segundo *A Tarde*, o “desvelado fundador e principal sustentáculo direto da benemérita instituição, nascida de um improviso, isto é, de um grito da necessidade clamorosa

²⁸⁷ *A Tarde*, 03/03/1925, p. 1; 05/09/1925, p. 1; 08/09/1925, p. 1.

²⁸⁸ O Comitê de Senhoras Pró Assistência Dentária Infantil, que arrecadava recursos para a prestação de serviço odontológico gratuito, tinha o apoio de Julieta Maria Góes Calmon, Alice Carneiro Lopes Pontes, Alcide de Abreu Ribeiro, A. Bastos Allioni, Amanda Costa Pinto, Amália de Oliveira Peixoto, Ana de O. Almeida Gonçalves, Ana Flor Melo e Silva, Anita Ramos Negreiros Bulcão, Beatriz Durvalina Osório de Queiroz, Carmen Marques da Luz, Celina Gordilho de Araújo Pinho, Celina Pedreira Ferraz, Celina Tarquinio Pontes, Cremilda Campos Pereira, Custódia Rocha de Carvalho, Dinorah Viana Ribeiro dos Santos, Dinorah Pacheco Froes da Fonseca, Edith São Paulo, Ednéia de Queiroz Dias, Eduardina Fernandes Almeida, Estela de Roiz de Gamboa, Etelvina Fontes Lima, Elvira Gomes Britto, Gabriela Keller da Cunha Moreira, Georgina de Aguiar Guerra, Guiomar de Carvalho Damásio, Herminia Cardoso Magnavita, M. Miller Cavalcanti, M. Coqueiro T. Costa, Isaura Diniz Borges, Judith Souza Pedrosa, Maria Adelaide Sepúlveda Gesteira, Maria Arlinda Fernandes Cintra Monteiro, Maria Costa Santos Moraes, Maria de Lourdes Melo e Silva Requião, Maria de Mesquita Souza, Maria Herminia Teles Pacheco de Oliveira, Maria José Caldas Baltazar da Silveira, Maria Margarida Gordilho, Maria P. de Araújo Barreto, Maria Regis de Sant’Ana, Maria dos Santos Carvalho, Marieta Bastos Fernandes de Abreu, Marieta Torres, Oliva Rocha Freitas Borja, Noelia Fiuza, Wanda Fernandes Dias, Zaira Fernandes Dias e outras. (*Diário de Notícias*, 24/10/1925, p. 1)

²⁸⁹ *A Tarde*, 23/09/1925, p. 1

do povo.”²⁹⁰ Ocupada a tribuna, Raimundo Frexeiras argumentou que a sociedade e o Estado eram culpados pelo abandono da infância desvalida submetida à fome, ao abrigo precário e insalubre, às doenças sem assistência conveniente, ao perigo do vício e do crime. Assim, estavam colocadas as condições favoráveis para a destruição do tecido social, o fomento das insurreições. Frente a esse quadro, deviam “abrir a alma às emoções da piedade e a consciência às intimações da justiça”. Descreveu então a proposta de articulação entre a escola, o trabalho e a religião para a reversão do quadro de conflito e o melhoramento da sociedade:

[...] A educação no trabalho e na crença em Deus é o elemento capital de melhoramento geral das classes pobres, o ensino de letras complementar daquela. Todos os homens não podem viver de privilégios e outros abusos, mas todos podem e devem viver da pena do cinzel, da trolha, do malho, da enxada, do machado, etc. A religião esclareça o verdadeiro sentido da vida e o trabalho facilita a posse legal dos bens naturais, necessários. Todo sistema de melhoramento dos miseráveis deve tender a estabelecê-los, pelas possibilidades do trabalho inteligente, em estado modesto de propriedade e, pela educação, em apuro de abstinência e continência para conservação dos seus lucros e garantia dos alheios. Ofícios, letras, religião e todos mais detalhes de premunir, para formação diligente, acertada e homogênea, só devem ser ministrados às crianças pobres em escola com adaptação de lar, para suprimento universal da ciência e das vantagens da vida, preferido o externato por ser o regime da prova fácil e o da liberdade – que é a higiene social. A mesma orientação da escola, continuada na oficina, deve sublimar o preparo de tipos humanos. A oficina desajudada da escola – convém reparar – também forja subversivos e brutos. Enseja a preparação libertária. Tudo que a sociedade fizer pela educação dos pobres, descontadas as delícias por bem fazer, é empreendimento inabortável de sua própria felicidade, por aumento de suas vantagens, redução de seus encargos, definitiva consolidação equitativa de direitos gerais e glória de sentir-se aperfeiçoada, pois o trabalho suprimirá a mendicidade. [...] ²⁹¹

No dia seguinte, o Diário de Notícias veiculou a proclamação da diretoria do Abrigo dos Filhos do Povo:

Brasileiros! Tinha Rui – como o Divino Mestre de quem ele era, a dentro das contingências humanas, exemplar imitação - imenso amor aos pequeninos. Em função desse sentir cheiro de graça, ofertara, ao Abrigo dos Filhos do Povo que lhe era diletíssimo, um dos mais faustosos primores de sua genial eloquencial: a oração demostênica, mandada à estampa por particular munificência, e que ora se divulga.

A palavra de Ruy que agitava ideais alevantados e agora, uma vez mais, há de mover coração - é a sonhada garantia de que o Abrigo se soerguerá, sobredotado em capacidades de útil e prestante, e desassombrado das incertezas estorvantes do futuro enigmático.

Concidadãos caridosos!

O vosso óbolo generoso em troca do preciosíssimo labor que vos vai pertencer - é condigna homenagem devida ao nome maior de toda a história pátria: e foi, assim, um voto claramente expresso dentre as muitas e incessantes revelações da bondade luminosa de Ruy.

Concidadãos queridíssimos!

²⁹⁰ A Tarde, 13/11/1925, p. 1.

²⁹¹ A Tarde, 13/11/1925, p. 1.

Ninguém jamais vos soube em mal de indiferença, quando é a causa do bem que pleiteia: e por (seguro, que o nosso apelo não está sendo feito em vão).²⁹²

Desfrutando dos direitos autorais sobre *A Imprensa e o Dever da Verdade*, a instituição mandou imprimir 1000 exemplares para a distribuição entre aqueles que, em troca, fizessem contribuições em dinheiro para o financiamento das obras de construção do prédio de oficinas. As instruções publicadas pela organização indicavam que os residentes na capital baiana deveriam entregar as listas de doadores e as respectivas doações na Livraria Catilina, assinando na ocasião o livro correspondente, ou procurar quatro funcionários devidamente autorizados para fazer o recolhimento - José Frutuoso dos Santos, Sérgio José dos Santos, Antônio de Oliveira Pinto e Libania Maria da Cunha. Doadores de outras cidades da Bahia e do Brasil eram orientados a fazer o envio por correspondência registrada ou através de correspondentes. Os nomes dos contribuintes seriam publicados nos jornais soteropolitanos.²⁹³

Através desses balanços periódicos publicados nos vários jornais,²⁹⁴ podem ser conhecidos alguns detalhes de quem se envolveu nessa mobilização que transbordou os limites da Bahia dos últimos meses de 1925 até o fim do ano seguinte. Doações predominantemente de homens, desde aquele que se manteve ao anonimato às figuras proeminentes como Anísio Teixeira, Francisco Marques de Góes Calmon, Joaquim Wanderley de Araújo Pinho, Carneiro Ribeiro Filho, Martagão Gesteira, Eugênio Teixeira Leal, Aristides Maltez, Francesco Mattarazzo, os Lopes Pontes, Costa Pinto, Martins Catarino, etc. Médicos, engenheiros, religiosos, militares, membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dirigentes de unidades de ensino, empresários, comerciantes, operários, etc. As mulheres, especialmente as oriundas das mais proeminentes famílias do estado, também prestaram auxílio. Seus nomes permaneceram sombreados nos de seus maridos e pais. As professoras Laura Baraúna Contreiras, Emília de Oliveira Lobo Viana, Angélica Sampaio, Zulmira Silvani, Antônia Gordilho Costa, Alzira Pedreira da Motta, Etelvina Gomes Santos, Maria Isabel Mello Góes, Maria Júlia dos Santos Alcântara, Diva Lima Bastos e outras recolheram contribuições entre alunos, alunas e famílias reunidas em

²⁹² Diário de Notícias, 14/11/1925, p. 2.

²⁹³ Diário de Notícias, 17/11/1925, p. 2; A Tarde, 18/11/1925, p. 1; 20/11/1925, p. 3.

²⁹⁴ Diário de Notícias, 21/12/1925, p. 2 (3:576\$600); 02/01/1926, p. 2 (6:072\$600); 22/01/1926, p.2 (10:652\$500); 01/02/1926, p. 2 (15:689\$000); 12/02/1926, p.2 (18:606\$400); 22/02/1926, p. 2 (21:311\$900); 13/03/1926, p. 2 (25:963\$400); 07/04/1926, p. 2 (29:822\$900); 25/05/1926, p. 2 (32:322\$000); 28/05/1926, p. 2(34:918\$700); 22/06/1926, p. 2 (37:484\$000); 10/07/1926, p. 2 (40:886\$700); 10/08/1926, p. 2 (45:083\$300); 19/11/1926, p. 2 (48:659\$100); A Tarde, 13/01/1926, p. 2; 22/01/1926, p.2; 22/02/1926, p. 2; 06/04/1926, p. 2; 19/05/1926, p. 2; 03/07/1926, p.4.

torno de suas escolas da capital, de Boa Nova, Jaguarari, Arraial de Valente, Santana dos Brejos, Coqueiros e Castro Alves. Empresas, concessionárias de serviços públicos, instituições bancárias, estabelecimentos fabris e comerciais, associações de classe, além de coletivos de empregados empenharam recursos, dentre os quais F. Mattarazzo & Cia., Danneman & Cia., Sociedade Martinelli, Fábricas Conceição, Bonfim e Boa Viagem, Imprensa Oficial, Bancos do Brasil, da Bahia e Hipotecário, Magalhães & Cia., Associação Comercial da Bahia, Docas da Bahia, Santa Casa de Misericórdia, Liceu Salesiano, Gabinete Português de Leitura, Escola de Aprendizes e Artífices, Sociedade União dos Estivadores, etc. Até novembro de 1926, a arrecadação informada pelo Diário de Notícias era de 48:659\$100, valor superior ao orçamento do primeiro pavilhão calculado em 45:000\$000.²⁹⁵

A construção inicial foi concluída em 11 de janeiro de 1926. Segundo o A Tarde, a intenção era ocupá-lo no mês seguinte com as oficinas de marcenaria, carpintaria serralheria e ferraria. O maquinário para o funcionamento das oficinas foi negociado com a Siemens Schuckert S.A. O valor investido foi de 38:434\$900²⁹⁶, pago com o recurso contratado junto ao Ministério da Agricultura.²⁹⁷



Imagem 22 – Primeiro pavilhão para as oficinas do curso de mecânica prática (1926) Diário de Notícias 01/02/1926, p. 2.

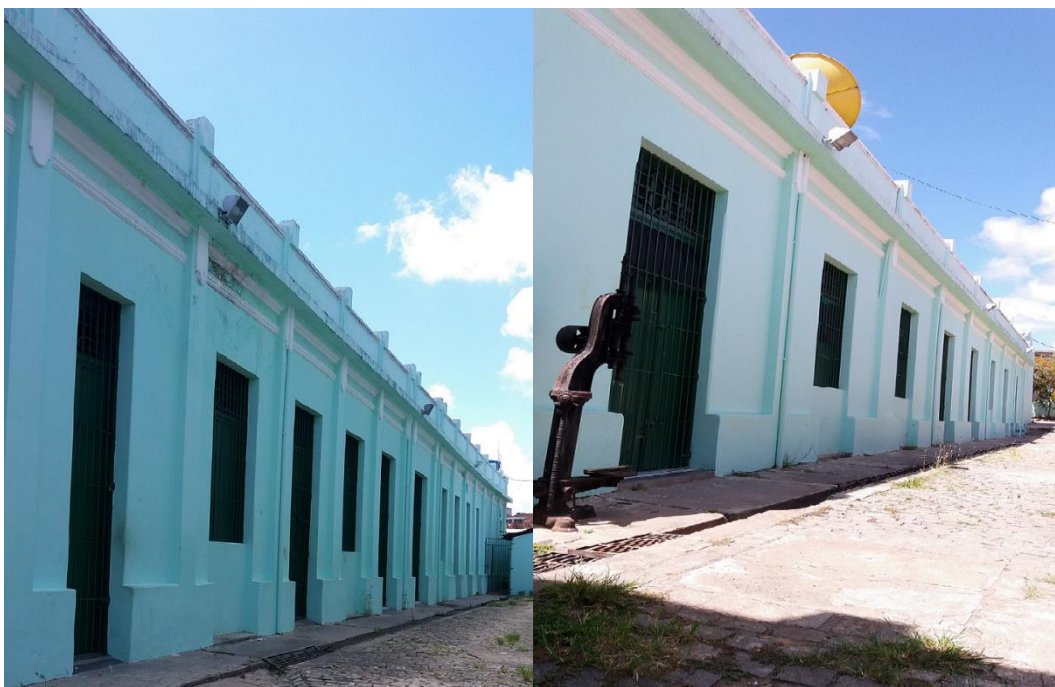
²⁹⁵ Diário de Notícias, 19/11/1926, p. 4.

²⁹⁶ A Tarde, 13/03/1926, p. 4.

²⁹⁷ No final de fevereiro de 1925, o presidente Teodoro Sampaio recebeu da União a segunda parcela no valor de 25:000\$000, proveniente do contrato junto ao Ministério da Agricultura (A TARDE, 25/02/1926, p. 2).



Imagem 23 - PACIÊNCIA, Renilson M. Pavilhão de Aulas do Abrigo dos Filhos do Povo Salvador - BA (2018).



Imagens 24 (à esquerda) e 25 (à direita) – PACIÊNCIA, Renilson M. Pavilhão de aulas do Abrigo dos Filhos do Povo, 2018, Salvador - BA.

Na imagem seguinte, apresenta-se o conjunto construído atual, constituído da casa principal no centro do terreno, o prédio anexo erguido nos anos 2000 e os pavilhões que formam um “L”.



Imagem 26 - Conjunto construído atual do Abrigo dos Filhos do Povo, Salvador- BA/Mapeamento Cartográfico de Salvador (SEFAZ)

Finalizado o primeiro edifício, iniciou-se a construção do segundo pavilhão, na parte do fundo, onde o declive do terreno tornava mais dificultosa a empreitada, elevando os custos então orçados em cerca de 60 contos de réis. No total, o Abrigo desembolsaria cerca de 110 contos de réis.²⁹⁸

Além disso, outros investimentos inevitáveis e crescentes tornavam vulnerável o pretendido equilíbrio financeiro futuro. As dez escolas estavam em pleno funcionamento,²⁹⁹ com cerca de 625 crianças até junho de 1926, dependendo das subvenções do Estado, do Município e da União, e das contribuições dos protetores e protetoras que eram bastante voláteis. O avanço das obras não significava a ostentação da plena saúde financeira. Um exemplo disso: persistia a instituição desprovida das necessárias instalações sanitárias para a multidão.

Buscando alternativas para a garantia do funcionamento das atividades cotidianas e a perpetuação livre de apertos e tropeços que obrigavam a pelejar arduamente contra a ameaça

²⁹⁸ Até o presente momento, não foi possível contextualizar todas as transformações que o conjunto construído desde 1925. Sabe-se que, em 1942, a casa principal sofreu uma intervenção, para conter o risco de desabamento.

²⁹⁹ Por força das obras e de outros percalços contraídos com as mais de seiscentas crianças matriculadas, foi rompida a tradicional abertura das aulas no Dia de Rui Barbosa, em 15 de janeiro, decidindo a diretoria reunir a população escolar para prestar homenagem à memória do ilustre patrono e hasteamento da Bandeira Nacional. O evento foi assistido por Anísio Teixeira e Junqueira Ayres em visita ao Abrigo. As aulas do ano letivo de 1926 começaram nos primeiros dias de fevereiro (A TARDE, 18/01/1926, p.1).

incessante de fechamento, Raimundo Frexeiras reuniu os aliados no último engenho montado. Em 10 de julho de 1926, após várias reuniões preparatórias, a assembleia realizada³⁰⁰ na sede do Diário Oficial da Bahia aprovou a constituição do Banco Proletário da Bahia, organizado na forma de sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, com capital mínimo de 50 contos de réis, constituído de ações de 50 mil réis, pretendendo as finalidades seguintes expressas no Artigo 7º dos Estatutos:³⁰¹

- a) fazer empréstimos a operários, artífices, pequenos comerciantes, industriais, agricultores e criadores, particulares, corporações religiosas ou civis, bancos populares, caixas rurais e outros institutos de crédito;
- b) descontar letras, títulos de depósitos, salários vencidos, faturas, ordens de pagamento da administração pública, títulos de tesouro federal, estadual ou municipal;
- c) fazer operações de crédito agrícola;
- d) fazer empréstimos sobre hipotecas, penhores, caução de títulos públicos ou de efeitos comerciais;
- e) abrir créditos em conta corrente, mediante garantia idônea;
- f) receber dinheiro em depósito;
- g) fazer cobranças e pagamentos por conta de sócios ou de estranhos, e receber impostos, podendo prestar caução em títulos de renda pública;
- h) adquirir títulos de renda e ter saldos disponíveis em bancos de confiança;
- i) fazer reports com institutos, firmas ou pessoas de reconhecida responsabilidade.

Além dessas atividades financeiras, a sociedade cooperativa cumpriria objetivos educacionais e beneficentes, conforme o disposto no Artigo 10:

- a) entregar - obrigação imprescritível - à instituição Abrigo dos Filhos do Povo, com sede na Estrada da Liberdade, freguesia de Santo Antônio Além do Carmo,

³⁰⁰ Sob o título “As Iniciativas Generosas - Está Fundado o Banco Proletário da Bahia”, A Tarde noticiou o encontro e deu a seguinte lista dos participantes: Teodoro Sampaio por si e pelo Abrigo dos Filhos do Povo; Antônio José Seabra, Augusto Lopes Pontes, por si e pela Associação de Cirurgiões Dentistas da Bahia; Otávio Américo de Freitas, José Frutuoso dos Santos, Aurélio Rodrigues Vianna, Fortunato Ferreira da Fonseca, Raimundo Frexeiras, Joventina Frexeiras, Manoel Abílio de Jesus, José Nivaldo Allioni, Graciliano da Costa Velloso, Frutuoso de Aquino Vasconcellos, José Silveira por si e por Antônio do Prado Valadares; João Dias da Silva, Carlos Bispo de Assumpção, Cícero José de Vasconcellos, José Euclides Ferreira de Sousa, Adolfo Ferreira de Souza, José Afonso Ramos, João Pereira de Carvalho, Raimundo da Cunha Pacheco, Geraldo Alves Portela, Maria da Glória Ramos, professoras Maria Guiomar Ramos, Lindaura Rodrigues Pimenta, Zulmerinda Soares, Noelia Anna Soares, Esther Serrão, Victoria Francisco de Menezes, Pedro de Alcântara Ramos, J. Ulisses Ferreira. Sátiro Soares da Cunha. Aymundo Ângelo da Silva, Augusto Deocleciano Carigé, Braulio Faria, João Roiz Germano, Mario Peixoto, Demerval Santos, José do Amaral Mendonça, Mario Ramos de Queiroz, Izaura Vieira Lima, Raymundo de Souza Britto. Augusto Damásio de Sá. Sérgio José dos Santos, Maria Leonor de Oliveira, Antônio de Oliveira Pinto, Paulina Florina de Oliveira, José Rosalino Ribeiro e Israel Maria da Assumpção (A Tarde, 12/07/1926, p.1).

A diretoria eleita era composta dos seguintes nomes: Raimundo Frexeiras. diretor-presidente; Cícero José de Vasconcellos, diretor-gerente; Theodoro Sampaio, Antônio José Seabra, Augusto Lopes Pontes. José Afonso Ramos e João Marques dos Reis, conselho consultivo; João Pereira de Carvalho, Otávio Américo de Freitas e A. Borja, conselho fiscal; Antônio Bezerra Lopes, João Dias da Silva e Manoel Abílio de Jesus, suplentes do conselho fiscal; Plínio Tude de Souza, José Nivaldo Allioni e Graciliano da Costa Velloso, conselho de arbitragem.

³⁰¹ A Tarde, 20/07/1926, p. 4-5.

desta Cidade do Salvador, para auxiliar a manutenção das suas escolas e dos seus serviços de proteção a crianças indigentes, a cota fixa de 20% dos seus lucros líquidos;

- b) condicionar, por meio de inteligente catequese, os empréstimos feitos a operários, ao melhoramento ou construção de moradias e ao melhoramento de sua saúde e de sua condição moral;
- c) praticar em proveito direto das classes proletárias uma ação social de retificação e de reparação ajustada às advertências da Encíclica Rerum Novarum, de Leão XIII e a máxima de Franklin: “O melhor bem que se pode fazer aos pobres não é dar-lhes esmolas, mas fazer com que possam viver sem precisa-las”.

Seria o “órgão auxiliar” do Abrigo isento, porém, de qualquer responsabilidade comercial ou judicial.

Na abundância de lucros e assegurados o fundo de reserva, os dividendos de sócios e a participação dos empregados, em regime de colaboração com o Poder Público e orientação do Abrigo, a sociedade cooperativa poderia destinar recursos para a fundação de escolas noturnas, bibliotecas populares e posto sanitário (Art. 46).

O Banco Proletário da Bahia estava obrigado a estabelecer sua sede em “bairro proletário e nas proximidades da do Abrigo dos Filhos do Povo” (Art. 45) e colocado sob a égide da fé católica e da proteção do Senhor do Bonfim (Art. 40).

Chamado a explicar as motivações para a nova iniciativa, o presidente eleito Raimundo Frexeiras vislumbrava o sustentáculo necessário e definitivo para o Abrigo, imune aos riscos, prejuízos e ameaças, e livre do peditório. “Pelejamos a nossa causa com todas as energias do cérebro e desusado gasto físico. Moirejo ininterrupto e pungente, como em garimpo, estirado o seu horário em cada dia e acelerados os movimentos de cada instante,”³⁰² disse ele. Rompido o “círculo férreo das aperturas” com a segurança proporcionada pelo Banco, o Abrigo poderia realizar plenamente o programa definido em 1918.

Esboçado apenas o pilar de sustento financeiro para perpetuação do Abrigo, o pilar humano ruiu. Na manhã de 18 de agosto de 1926, morreu Raimundo Frexeiras, na Casa de Saúde Menandro Filho, em Salvador.

O Diário de Notícias publicou a nota trágica na mesma quarta-feira:

Morreu Raimundo Frexeiras
O seu enterramento
Um contraste tristíssimo, em uma realidade desoladora e terrível...
No momento em que toda a Bahia vibra, uníssona, sagrando, em homenagens arrebatadoras a inconfundível personalidade do dr. Washington Luís, perde a nossa terra um grande vulto, um grande devotado à infância desvalida – Raimundo Frexeiras.
Nome que toda a Bahia conhecia e venerava, nele vendo um espírito magnânimo, uma alma cheia de fé e piedade, que não podia ver sofrer uma criança, que não podia conformar-se com o analfabetismo da infância tanto que, ninguém mais que ele

³⁰² A Tarde, 13/07/1926, p. 1.

pugnou pela educação das crianças pobres, é de dar pêsames a nós, baianos, pela perda desse benemérito homem, que tudo fez pela infância desamparada.

O Abrigo dos Filhos do Povo, essa instituição humanitária da nossa capital, é obra, quase que exclusiva, de Raimundo Frexeiras.

E, até nos seus últimos momentos, pode-se dizer, trabalhou ele pelo soberbo edifício que ora se levanta, além do Rio Vermelho, futuro hospital do Abrigo dos Filhos do Povo³⁰³.

Raimundo Frexeiras faleceu hoje pela manhã, às 9:15, na Casa de Saúde Menandro Filho.³⁰⁴

O corpo foi velado nas dependências do Abrigo dos Filhos do Povo até a manhã de 19 de agosto, recebendo as homenagens de professoras, alunos, funcionários, membros da diretoria, moradores da Estrada das Boiadas e políticos.³⁰⁵ O governador Góes Calmon participou do velório e acompanhou o cortejo de 2 mil pessoas aproximadamente, segundo cálculo divulgado pelo Diário de Notícias, até a Quinta dos Lázaros.³⁰⁶ O chefe do executivo estadual discursou comprometendo-se com a continuidade do Abrigo. Aurélio Viana, Augusto Lopes Pontes e Altamirando Requião também prestaram as derradeiras homenagens.³⁰⁷

Naquele mesmo dia, A Tarde prestou sua homenagem enfatizando o exemplo de abnegação e altruísmo:

Raimundo Frexeiras baixou, hoje, ao tumulto...

Não é um registo vulgar, dos que se fazem, diariamente, quando alguém descansa, afinal, à sombra da Eternidade. Frexeiras foi, entre nós, um missionário. Discípulo, sem talvez o saber, de Vicente de Paula, foi um continuador, na Bahia, da obra e das lições maravilhosas do glorioso monge. Que se imortalizou na consciência cristã e teve, em D. Bosco, o mais puro e legítimo sucessor.

Raimundo Frexeiras, nascido nos agrestes rincões do nordeste pernambucano, veio para a Bahia, realizar e cumprir uma missão messiânica. Amparou crianças e criou um instituto que há de perpetuar-lhe o nome, como o de um benemérito da infância desvalida: o Abrigo dos Filhos do Povo.

É possível que tenha tido fraquezas, contingência de sua condição humana, todavia Raimundo Frexeiras transpõe os umbrais da Eternidade, com a consciência tranquila de haver cumprido o seu dever cristão.

A sua obra aí fica. Os seus desígnios ficaram, também, estereotipados no largo programa dessa alma sonhadora e visionária.

Resta saber se o Abrigo manter-se-á integrado, para os seus nobres e humanitários destinos. É a pergunta natural de todos nesta hora de apreensões, até porque, demos a Raimundo Frexeiras o que nos era possível dar – o necessário alento, para lutar e vencer...

Exemplos de abnegação e altruísmos, como estes, não podem e não devem ser esquecidos e abandonados.³⁰⁸

³⁰³ Pesquisas futuras poderão trazer mais evidências a esse respeito.

³⁰⁴ Diário de Notícias, 18/08/1926, p. 4. A mesma nota foi reproduzida pelo jornal A Província (PE), em 20 de agosto de 1926, p. 1.

³⁰⁵ A morte de Raimundo Frexeiras coincidiu com a passagem pela cidade do presidente eleito Washington Luís Pereira de Souza, cuja agenda pública incluiria a visita ao Posto Odontológico Bonifácio Costa, organizada pela Associação dos Cirurgiões Dentistas da Bahia. Esse compromisso foi cancelado. (A Tarde, 24/08/1926, p. 2; Correio Paulistano, 13/08/1926, p. 2)

³⁰⁶ Diário de Notícias, 20/08/1926, p. 2.

³⁰⁷ Diário de Notícias, 20/08/1926, p. 4; A Tarde, 20/08/1926, p. 3.

³⁰⁸ A Tarde, 19/08/1926, p. 2.

Um dia depois do enterro, o Diário de Notícias dedicou outra nota ao falecido:

Alma simples, coração boníssimo, ser predestinado a uma tarefa magnífica e confortadora, Raimundo Frexeiras deixa um nome inapagável, no nosso meio, porque se confunde com a própria vida de nossa aterra.

E a dor, a saudade, as lágrimas sinceríssimas que a sua morte produziu, generalizadas por todas as camadas sociais da Bahia, bastariam para servir-lhe de último galardão, no momento em que ele entrou nos domínios da posteridade, pelas estreitezas de um coval.

Raimundo Frexeiras, porém, evidentemente, não morreu. Ele viverá sempre, na memória do Povo Baiano, pela obra que construiu e pelo bem que praticou, restando, apenas, à nossa querida Bahia o dever indeclinável de cultuar-lhe o nome, no prosseguimento e na continuação de sua mão bem-dita.³⁰⁹

Em 27 de agosto, a diretoria do Abrigo reuniu-se para a escolha do novo diretor-técnico, aprovou o nome de Cícero José de Vasconcelos, primo do falecido, em atuação desde a fundação e substituto interino em algumas ocasiões anteriores. Esse histórico foi praticamente ignorado pelo A Tarde ao comentar a decisão sucessória.³¹⁰

Por nós não o conhecemos se não nessa apresentação de agora. A responsabilidade que lhe vai pesar sobre os ombros é enorme: a de continuar na benemérita obra, que imortalizou o nome de Raimundo Frexeiras, a dedicação com que este ideou, levantou e conservou o Abrigo dos Filhos do Povo.

O que já se conseguiu foi uma grande vitória. Oxalá, se não desmorone conquista de tantos e tão profícuos benefícios para a instrução popular.³¹¹

Antes de completar um ano no cargo, em junho de 1927, Cícero José de Vasconcelos renunciou, alegou motivos pessoais que exigiam sua ida para Jaboatão, em Pernambuco.³¹² O presidente José de Aguiar Costa Pinto³¹³ conduziu nova eleição, que resultou na escolha de Joventina Alves de Souza Frexeiras.³¹⁴

Aproximando-se do segundo ano da morte do fundador principal do Abrigo dos Filhos do Povo, em julho de 1928, a comissão formada por Ernesto Simões Filho, Bernardino de Souza, Alfredo Marback, Francisco Souza, Anísio Teixeira e Manoel Rodrigues Pedreira, lançou a subscrição para a construção do mausoléu, dando execução à deliberação do IV Congresso Brasileiro de Higiene, realizado em Salvador entre 14 e 20 de janeiro daquele ano. Nesse evento, os delegados participantes ofereceram um conto de réis para início da campanha, abraçada pelo A Tarde:

³⁰⁹ Diário de Notícias, 20/08/1926, p. 4.

³¹⁰ A Tarde, 30/08/1926, p.3

³¹¹ A Tarde, 30/08/1926, p.3. Uma nota eivada de contradições, afinal inúmeras vezes A Tarde publicou notas a respeito do trabalho de Cícero José de Vasconcellos, inclusive denunciando sua relação de parentesco nas notas fúnebres.

³¹² A Tarde, 09/06/1927, p. 2.

³¹³ José de Aguiar Costa Pinto assumiu a presidência, por causa do afastamento de Teodoro Sampaio, eleito deputado federal pela Bahia (1927-1929).

³¹⁴ A Tarde, 23/04/1927, p. 1.

Por certo que os nomes, como Raimundo Frexeiras, têm direito às maiores homenagens do sentimento popular. Ele foi entre nós um grande, um verdadeiro apóstolo do Bem, um obcecado pelo nobre ideal da caridade, ascendendo da camada humilde para a culminância de uma obra benemérita, qual foi incontestavelmente o Abrigo dos Filhos do Povo, por ele planejado, levantado e sustentado.³¹⁵

Outras personalidades e instituições educacionais da Bahia manifestaram apoio, tais como Pedro Calmon, Augusto Lopes Pontes, Lauro de Freitas, alunos e alunas dos Ginásios da Bahia, Ypiranga, Carneiro Ribeiro, Abrigo dos Filhos do Povo, Instituto Luso-Brasileiro, Escola Royal Oficial, Loja Maçônica União e Justiça, etc. O Governo da Bahia, autorizado pela Lei Nº. 2205, de 9 de agosto de 1929, e pelo Decreto Nº. 6447, de 30 de agosto de 1929, destinou a quantia de 3:000\$000 para o mausoléu.³¹⁶

A subscrição recolheu oito contos de réis para a construção do mausoléu em granito e bronze, no cemitério da Quinta dos Lázaros, descartando-se a opção de instalação no Campo Santo, na Federação. Os trabalhos começaram em setembro de 1929 e avançaram até o ano seguinte. Em 18 de maio de 1930, durante a realização da Semana da Educação, iniciativa da Associação Baiana de Educação, o mausoléu foi entregue, com a presença da viúva e diretora-técnica Joventina Frexeiras, autoridades do Estado e do município, jornalistas, amigos e admiradores do falecido.³¹⁷

2.6. Uma instituição resiliente

Celebrada a homenagem encerrando os restos mortais em granito e bronze, dali em diante era lançado, à própria sorte, seu maior legado à Bahia. Confirmando o vaticínio feito na criação do Banco Proletário da Bahia,³¹⁸ o Abrigo se manteve preso no “círculo férreo das aperturas.” Por ora, nada se sabe sobre essa instituição, especialmente em relação ao cumprimento de seu objetivo básico: servir de retaguarda financeira para a instituição de ensino. Numa reportagem de fevereiro de 1930, na primeira semana letiva, explicando as fontes de receita do Abrigo, A Tarde fez o seguinte registro: “não se compreende como se possa manter com as módicas subvenções dos governos da união, do estado e do Município

³¹⁵ A Tarde, 25/07/1928, p. 1.

³¹⁶ A iniciativa governamental teve origem no projeto de lei apresentado pelo deputado Rogério de Faria à Câmara Estadual (A Tarde, 02/08/1928, p. 2)

³¹⁷ A Tarde, 19/05/1930, p. 2; Correio Paulistano, 22/05/1930, p. 1.

³¹⁸ No Almanak Laemmert, a última referência ao Banco Proletário da Bahia data de 1931, com apenas a indicação da sede em Salvador (Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1931, p. 22.)

que importam, apenas com 65 contos e *com auxílios de uma Caixa Protetora de Comércio, que concorre anualmente com pouco mais de 20 contos (grifos meus).*”³¹⁹

Os órgãos de imprensa continuavam a incursionar pela Estrada da Liberdade, o mesmo caminho de terra, desnivelado e intransitável na época das chuvas, trazendo notícias da casa escola mais afamada da região. Com a interrupção da atividade escrita intensa protagonizada pelo falecido fundador, as reportagens permitem capturar alguns detalhes do que se passava ali, mistura de júbilo e denúncia.

A matrícula permanecia pujante ano após ano. Apesar das distorções nos números veiculados nas várias reportagens, o Abrigo alcançou mais mil matrículas antes do fim da década de 1930.³²⁰ Além da imprensa, esse crescimento pode ser corroborado a partir de outras evidências. No comentado processo movido pela presidência contra Joventina Alves de Souza Valverde, foi feita uma perícia nos livros e documentos da instituição para apurar indícios sobre as imputações da acusação. A defesa da ré quis saber o número de matrículas no período entre 1927 e 1937. O Departamento de Educação da Secretaria de Educação e Saúde da Bahia respondeu ao juízo da 1ª Vara Cível da Capital que não existiam dados para o período entre 1927 e 1931, em razão inexistência de recenseamento para o ensino particular. Quanto ao período posterior, a instituição de ensino “teve a seguinte matrícula efetiva: 1932, 798; 1933, 863; 1934, 735; 1935, 836; 1936, 880; e 1937, 1325”. Examinados os livros do Abrigo dos Filhos do Povo pelo perito Almiro Vieira, apurou-se o seguinte movimento de matrícula no período entre 1934 e 1938, não tendo sido encontrados os dados anteriores:

Tabela 1 - Matrícula do Abrigo dos Filhos do Povo 1934-1938

Período letivo	Alunas	Alunos	Total
1934	471	494	965
1935	514	474	988
1936	476	464	940
1937	515	464	979
1938	440	390	830

Fonte: APB/Seção Judiciária/Tribunal de Justiça/Processo Cível /Estante 110/Caixa. 3 /Documento 2 / fl. 196-196v.

As escolas funcionavam nos dois pavilhões originalmente construídos para receber mais apropriadamente as instalações necessárias ao ensino, inclusive as oficinas. No entanto, todo maquinário permanecia parado, empacotado, guardado com zelo. Alguns equipamentos

³¹⁹ A Tarde, 06/02/1930, p. 1.

³²⁰ Diário de Notícias, 16/05/1932, p. 1; A Tarde, 06/02/1930, p. 1, 24/11/1930, p. 5, 26/11/1930, p.4, 06/03/1933, p. 1, 10/04/1933, p. 3; Estado da Bahia, 07/07/1934, p. 2.

exigiam manutenção mais atenciosa, outros somente poderiam funcionar alimentados com energia elétrica. O Abrigo não possuía recursos financeiros para colocar os equipamentos em funcionamento; além disso, compartilhava com toda a população da Estrada da Liberdade a esperança da chegada da energia elétrica e da água encanada. Na visita que fez o recém-criado Estado da Bahia não deixou de comentar com lástima o estado das oficinas:

No interior de um desses galpões, em perfeito estado de conservação, tivemos a oportunidade de ver todo o material e ferramenta necessários para as oficinas, que o abrigo sempre pretendeu, mas nunca pode montar, para o aprendizado técnico-profissional dos seus alunos!

Dínamos elétricos, ótima aparelhagem de mecânica, bancos de ofício, serrotes de toda a espécie e uma infinidade de ferramentas miúdas lá estão, guardados com o maior zelo e carinho, à espera da boa vontade dos governos para a sua utilização.

A montagem das oficinas constitui uma das maiores aspirações da atual diretoria do Abrigo.

A realização desse ideal seria o amparo integral das infelizes crianças.

Aprendendo a ler, escrever e trabalhar, concomitantemente, o menino, ao deixar o estabelecimento, encontraria, de certo, menos tropeço ao enfrentar as incertezas da vida prática.

Não sendo um analfabeto, seria, além do mais, um profissional competente, o que vale dizer - um cidadão útil a si e à pátria.³²¹

Desde 1927, funcionava a escola de datilografia, sucursal da Escola Royal. Os trabalhos foram inicialmente pelo ex-aluno Lídio Freire de Carvalho. Mantinha-se em pleno funcionamento e com resultados que despertavam elogios da imprensa o Posto Odontológico Bonifácio Costa, graças à Associação de Cirurgiões Dentistas da Bahia, presidida por Augusto Lopes Pontes, um dos benfeitores do Abrigo.

Alunos e alunas continuavam a receber material didático e alimentação. O Abrigo já conseguia preparar alimentos para servir no intervalo entre os dois turnos. Em algum momento, a empresa Amado Bahia S.A passou a fornecer semanalmente certa quantidade de carne. A distribuição de roupas e calçados se tornara quase impossível, em razão das dificuldades financeiras.

Eram oito professoras, que recebiam ordenados inferiores a 200 mil réis, sendo assistidas por quase uma vintena de auxiliares.

Em várias passagens noticiando a abertura e o encerramento das aulas, as festividades escolares e as evocações ao nome de Raimundo Frexeiras nas celebrações anuais de 3 de março, A Tarde, Diário de Notícias, Diário da Bahia e O Imparcial alertavam unanimemente quanto à iminência de fechamento do Abrigo dos Filhos, diante das dificuldades multiplicadas a cada início de período eletivo com expansão da matrícula, sem a necessária contrapartida

³²¹ Estado da Bahia, 07/07/1934, p. 2.

na receita para assegurar as condições mínimas de permanência e a remuneração do corpo docente, além do financiamento das obras ainda inconclusas do prédio de oficinas e aulas. Desde 1930, as subvenções federal e estadual estavam bloqueadas, alegando-se falta de documentação comprobatória da prestação de contas anterior e a responsabilização da instituição quanto ao cumprimento dos trâmites administrativos para a habilitação necessária na liberação das verbas orçamentárias. A ajuda municipal mantinha-se, no entanto, a liberação era morosa. Desse modo, a instituição contava quase exclusivamente dos recursos advindos das doações de empresas e indivíduos, insuficientes para a lida diária.

A Bahia viveu dias de grande conturbação política. Entre novembro de 1930 e julho de 1931, o Estado foi governado por quatro interventores miliares e civis – major Custódio dos Reis Príncipe Jr., coronel Ataliba Osório, Leopoldo Amaral e Arthur Neiva. Em 27 de agosto de 1931, foi nomeado interventor o cearense Juraci Magalhães.

Os graves efeitos da crise econômica mundial debilitavam a situação do estado agroexportador, dependente desse ramo para se sustentar e quitar as despesas de custeio da máquina administrativa. Desemprego, protestos contra a elevação de tarifas de serviços públicos, elevação do custo de vida, desemprego, seca, cangaço, atrasos nos pagamentos do funcionalismo público eram alguns dos problemas urgentes na mesa ocupante do Palácio do Governo.

Alguns dos mais influentes protetores do Abrigo como Miguel Calmon du Pin e Almeida, Pedro Lago, eleito governador em setembro de 1930, Simões Filho e Otávio Mangabeira partiram para o exílio. Outros tentavam sobreviver na nova ordem. Consequentemente, as frequentes idas e vindas de políticos à instituição desapareceram.

A cantilena presente nas reportagens do A Tarde, Diário de Notícias, O Imparcial, Diário da Bahia e Estado da Bahia era a mesma: “Para Que Não Feche as Portas”, “O Abrigo dos Filhos do Povo Ameaçado de Fechar”, “Ameaçado Fechar”, “Uma Instituição ao Desamparo”³²², “Na Iminência de Fechar no fim do Mês.”³²³ Os jornais, ligados àqueles que foram apeados do poder, apontavam a Revolução de 1930 como a causa da asfixia financeira em que se encontrava o Abrigo e de outros problemas que afligiam a população do estado. A vigência da censura acrescentou azedume nas relações entre interventoria e imprensa.³²⁴

³²² A Tarde, 26/11/1932, p. 2.

³²³ Diário de Notícias, 16/05/1933, p. 1.

³²⁴ CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. Juracy Magalhães e a Construção do Juracismo: um perfil da política baiana. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA/PPGH, 2005.

Nessa conjuntura, não era apenas o Abrigo que se encontrava em risco de interrupção das atividades. A Escola Luiz Gama,³²⁵ em São Caetano, através do presidente da Sociedade Luiz Gama, Manoel Abílio de Jesus, apelava ao prefeito Arnaldo Pimenta da Cunha por patrocínio. “Situada numa zona de, que nem se lembrou nunca o governo para a localização de uma escola, incontáveis são os serviços que a mesma tem prestado”, destacou na introdução do requerimento publicado pelo *O Imparcial*, de 29 de janeiro de 1932. O pleiteante alegou que não existia escola pública municipal num raio de 1,5 Km. O estabelecimento era fiscalizado e visitado pela Diretoria de Instrução Pública, registrando no ano anterior a presença 171 alunos. Estava em débito com o reduzido funcionalismo (uma regente diplomada, uma auxiliar leiga e uma servente) e o proprietário do imóvel alugado. Por fim, explicou que o pedido era o gesto derradeiro para permitir o início do ano letivo, depois da debandada dos associados “devido à crise que assoberba o país, e não podendo o Estado, que tem em grande atraso o funcionalismo do Ensino, auxiliar a Escola, o suplicante, no interesse de arrancar das trevas da ignorância um punhado de pequenos brasileiros que recebem na escola Luiz Gama o pão de espírito” (...).³²⁶

A algumas centenas de metros em relação ao Abrigo, na avenida Bonfim (Curuzu), na casa nº.145, fora estabelecida a Escola dos Filhos dos Pobres, em 1930, que mantinha ainda uma filial na Fazenda Grande do Retiro. O criador se chamava José Alves de Souza, “um preto alto, espadaúdo, já meio velhote.”³²⁷ Era aposentado da Linha Circular e resolveu “ensinar o ABC as pobres criancinhas sem recursos, difundindo entre elas a instrução primária que os seus pais ou tutores lhes não podia pagar.”³²⁸ As professoras Semiramis Salgado, Julieta Castro, Ester Tecla e Alfredo Ribeiro Costa ofereciam o curso primário e os conhecimentos de música e datilografia a cerca de 200 crianças. As dificuldades surgidas para manter o funcionamento suscitaram o pedido de ajuda levado às páginas dos jornais.³²⁹

Voltando ao caso do Abrigo, o ano letivo de 1933 foi um dos momentos mais agudos da crise. No começo de fevereiro, o *Diário da Bahia* renovou seu apelo dada a incerteza se conseguiria conduzir as aulas até dezembro, tendo recebido um aporte insuficiente do Estado no valor de 10 contos de réis. Na mensagem evocou a memória do fundador Raymundo Frexeiras:

³²⁵ No artigo *O Recinto Sagrado: educação e antirracismo no Brasil*, Domingues (2013, p. 281) vincula a Escola Luiz Gama à Associação Mãe Preta, entidade negra dedicada à promoção da educação.

³²⁶ *O Imparcial*, 29/01/1932, p.1.

³²⁷ *Estado da Bahia*, 22/04/1938, s.p.

³²⁸ *Diário da Bahia*, 05/09/1934, p. 1.

³²⁹ *Diário de Notícias*, 30/07/1934, p.3.

O seu sonho foi o estabelecimento de uma casa de menores, para o ensino gratuito aos filhos dos pobres e, apesar todos os sacrifícios, desde a atividade de quem não pode descansar nunca até o amargor das mais duras decepções e fundos desgostos Frexeiras, o gigante do bem que só a morte afastou da sua sina, realizou a obra extraordinária que sonhara, e teve a sorte imensa de uma companheira dedicada a ele e à alta missão a que de princípio se associara, a prosseguir no mesmo afã, com igual valentia, persistência e denodo.

Ali se espargia a luz do espírito a cerca de oitocentas crianças, de verdade, sem livros, com humildes vestes e em grande parte descalças. Durante as horas de trabalho nem modesta merenda lhes pode dar, e até bem pouco eram aqueles mesmos meninos que tinham de conduzir da baixa dos terrenos ao edifício do Abrigo a própria água que se lhes fazia necessária. Maiores, portanto, não poderiam ser os entraves, nem mais aguçados os espinhos. [...].³³⁰

Em 1º de março, A Tarde publicou o aviso da matrícula para o dia seguinte. Às duas horas da tarde, deveriam comparecer os novos alunos, munidos de “atestado da última escola que frequentaram, e que ateste boa conduta”. Às cinco horas, os alunos que frequentaram o ano anterior e desejavam permanecer.³³¹ Naquele dia, segundo o mesmo periódico, foram 998 matrículas. Na visita feita um mês depois, consultado o livro de assiduidade, registrou a frequência de 798 alunos e alunas. Chamou também a atenção o estado da casa principal: “A situação do prédio é de quase ruína, ameaçado, realmente, vir abaixo, o que ainda não correu por estar o mesmo escorado”.³³²

Apesar das dificuldades, o Abrigo não deixou de se mostrar publicamente nas festividades que marcavam o calendário escolar daquela época, como as comemorações das Independências do Brasil e da Bahia, festas de encerramento do ano letivo, Dia do Mestre, Semana da Educação, desfiles cívicos e celebrações religiosas católicas. No fim de cada ano, os alunos faziam a 1ª comunhão na capela do estabelecimento ou em conventos da cidade. Realizava também festivais de beneficência, atividades artísticas, teatrais e musicais no Teatrinho e nos cinemas da cidade, que serviam despertar a empatia da sociedade. Os jornais cediam espaço para tais anúncios:

EM PROL DO ABRIGO DOS FILHOS DO POVO

Festivais de beneficência

Está marcada para domingo, 16, às 14 horas, a estreia dos festivais organizados pela diretoria do Abrigo dos Filhos do Povo, com o fim de obter proventos indispensáveis a auxiliar tão útil instituição nas atuais dificuldades que está atravessando.

Não há quem, de consciência, deixe de reconhecer os benefícios que o Abrigo tem prodigalizado a centenas de crianças pobres, que ali recebem instrução e até meios de frequentar as aulas, como calçados, roupinhas, etc.

O Abrigo dos Filhos do Povo tudo está fazendo para evitar o fechamento de suas portas.

³³⁰ Diário da Bahia, 09/02/1933, p. 3.

³³¹ A Tarde, 01/03/1933, p. 3.

³³² A Tarde, 10/04/1933, p. 2.

Assim, os festivais projetados pelas respectivas professoras consistem em comédias, diálogos exercícios de ginástica, etc., para que o público os assista mediante o pequeno pagamento de 1\$000 por adulto e \$500 por crianças.

Éo seguinte o programa do dia 16:

A Caridade (poesia). Gildatio Belchote; A Dançarina (cançoneta), Deraldina Araújo; O Feioso (cançoneta), Lourival Freitas; Meus parentes (poesia), Agenor Souza; A Espanhola (cançoneta), Nelson Britto; Os tabaréus (cançoneta), Alexandre Leal, Hilda Dantas e Altanira Nascimento; As Estações (cançoneta), Clementina Britto, Helena Rouvenat, Erothildes Bomfim e Maria Ramos.

Tendo em vista o objetivo visado, é de esperar que o coração baiano se manifeste em favor do Abrigo dos Filhos do Povo.³³³

Dispostos a ajudar a comissão de funcionários da Companhia de Energia Elétrica, composta por Tirso Cardoso, Manoel Henrique Sousa, Manoel Bernardino Britto e Alfredo Costa Dórea, em março de 1935, levou ao conhecimento do Diário de Notícias, com pronta acolhida e publicidade, o pedido para que os consumidores doassem os juros das cauções depositadas na Caixa Econômica Federal em benefício do Abrigo. Segundo a explicação trazida pelo periódico, os consumidores recebiam as cauções e ignoravam o rendimento calculado em torno de pouco mais de mil réis. O jornal exortava as pessoas para que fizessem a transferência:

Quem se recusará, do avante, a colocar nas guias da Companhia o “Pague-se ao Abrigo dos filhos do Povo?”

Ninguém, porque ninguém, em verdade, se dará ao trabalho de ir à Caixa Econômica para receber mil réis ou fração.

Milhares de crianças, filhas de pais paupérrimos, ficarão, porém, favorecidas, pois esses mil réis multiplicar-se-á, podendo-se estimar, dessa fonte, uma renda de cerca de oitocentos mil réis mensais magnificamente empregada na instrução do pobre.³³⁴

Em 28 de março, o jornal tornou pública a primeira relação de pessoas que aderiram à campanha da comissão, trazendo ainda o agradecimento de Joventina Frexeiras:

“Ilmo. Sr. Redator do Diário de Notícias. Sensibilizada e muito agradecida pela atitude desta ilustre redação em face da generosa iniciativa dos funcionários da Companhia Energia Elétrica da Bahia encarregados dos juros auxílios ao Abrigo dos Filhos do Povo, venho, como diretora desta instituição, pedi-vos Snr. Redator de transmitir aos dignos funcionários e ao seu ilustre presidente, Dr. João de Mattos Filho os nossos agradecimentos mui sinceros.

Agora que o Abrigo no seu 17º ano de funcionamento ininterrupto e progressivo, com uma matrícula encerrada de 988 alunos de ambos os sexos enceta o presente ano letivo, não se me elevará a mal de dizer que esta instituição luta agora com grandes dificuldades para subsistir.

Os auxílios dos particulares e dos poderes com que sempre contou, vão escasseando e, à despeito da boa vontade da parte destes últimos, o Abrigo está em perigo de não poder custear as suas despesas aliás as mais prementes no primeiro mês escolar.

O Abrigo dos Filhos do Povo já ninguém o ignora nesta cidade é uma instituição modesta que não desmente o seu nome. Tem sido até hoje um verdadeiro abrigo

³³³ A Tarde, 13/07/1933, p. 3.

³³⁴ Diário de Notícias, 15/03/1935, p. 1.

A campanha perdurou até o final de 1936, sendo publicadas várias leituras com os nomes dos participantes.

para o filho do operário; dá-lhe o ensino primário e o religioso; dá-lhe livros e material escolar, tudo gratuitamente; dá-lhe, não raro, ao mais necessitado, o que vestir e o que calçar; dá-lhe ainda a merenda no intervalo das aulas da manhã e da tarde mas somente àquele que, a razão da distância, não pode ir fazer a sua refeição em casa. Aqui é oportuno dizer que tudo isso que vem fazendo o Abrigo deve-o à generosidade e à grandeza d'alma de distintos cavalheiros que o tem auxiliado até aqui, credores que são todos da nossa gratidão.

Reitero, Sr. Redator os meus agradecimentos a V. S. e aos dignos funcionários da Companhia Circular e me subscrevo de V. S. atenta admiradora Joventina Frexeiras Diretora Técnica.³³⁵

Em 1936, o Abrigo completou dezoito anos. O Imparcial trouxe no título da reportagem alusiva ao fato uma pergunta inquietante: “É Abrigo dos Filhos do Povo! Não será desvirtuada a obra de Raimundo Frexeiras com a modificação do plano inicial?”³³⁶ A reportagem traçou um histórico dos trabalhos prestados, destacando a liderança do primeiro presidente:

um modesto funcionário de fábrica, vendo o que ocorria com a grande parte dos filhos dos operários, cujos salários apenas chegavam para o pão e para o teto, como se tivesse a cumprir na terra uma missão para que fora predestinado, fundou [...] essa obra de civismo e humanidade, que é o Abrigo dos Filhos do Povo, situado no bairro de maior concentração do operariado da Bahia.

Se o sonho daquele cobrador de terrenos da União Fabril da Bahia era constituir um lar ampliado para os filhos do povo, sustentou o periódico, Bernardo Martins Catarino fora o primeiro patrocinador desde os primeiros passos, “proporcionando o teto e o patrimônio à instituição, onde os filhos dos seus obreiros encontrariam a solicitude desvelada, a assistência, a instrução, que a labuta e pobreza paternas não permitiriam fossem hauridas nas escolas públicas ou colégios particulares, frequentados por crianças menos infortunadas”.

A novidade trazida pela reportagem era a notícia do plano em discussão para a estadualização. A partir da solicitação de ajuda levada pela diretora-técnica no ano anterior, a oferta do Executivo abrangia os seguintes pontos:

- a) transformação do Abrigo em Escola-Modelo, construindo com esse propósito um novo prédio escolar, orçado em 700:000\$000;
- b) inclusão das professoras regentes no Abrigo no quadro oficial do magistério estadual, reservando-se à Secretária a prerrogativa de nomeação do funcionalismo;
- c) concessão de uma função administrativa para Joventina Frexeiras, exceto a diretoria; e
- d) incorporação de terrenos, instalações e benfeitorias existentes ao patrimônio do Estado.

³³⁵ Diário de Notícias, 28/03/1935, p. 2.

³³⁶ O Imparcial, 03/06/1936, p. 3.

O periódico dizia-se preocupado com os impactos da oficialização e da imponência das novas instalações sobre os “humildes filhos do proletariado”, incapazes economicamente de assumir os novos modos de vestir requeridos e de se encaixar na “nova ordem das coisas”. Em outras palavras, as crianças pobres mereciam uma escolarização de permanente precariedade.

No dia seguinte, O Imparcial apresentou a réplica do Secretário de Educação e Saúde,³³⁷ Antônio Luís Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto, sobre a reportagem anterior. Negou que o Estado pretendesse o desaparecimento do Abrigo dos Filhos do Povo, caso aceita a estadualização. A proposta, segundo ele, derivou das conversas iniciadas a partir da solicitação da própria diretora-técnica, apresentada em 24 de agosto de 1935. O secretário acrescentou a transcrição do ofício Nº. 568, de 20 de maio de 1936, dirigido à presidência do Abrigo, explicando os pontos fundamentais do hipotético acordo e pedindo brevidade na deliberação dada a proximidade do certame para a escolha da empresa construtora do edifício escolar.

Não foi possível ainda esmiuçar a recepção dessa proposta dentre os membros da diretoria do Abrigo, mas a pretendida incorporação não se efetivou. O prédio desejado pelo Estado seria erguido a algumas centenas de metros em relação ao Abrigo, na Estrada da Liberdade, próximo à Feira do Japão.

A licitação para a construção contou com a participação das seguintes empresas e ofertas: Companhia Construtora Nacional S.A. (678:200\$000), Emílio Odebrecht & Cia. (687:000\$000), Christiano & Nielsen (695:700\$000) e Manso Cabral & Cia. Ltda. (699:000\$000) Esta última foi escolhida para erguer na Estrada da Liberdade o prédio do tipo Platoon, dotado de três pavimentos interligados por rampas, com capacidade para receber mais de 600 alunos por turno, distribuídos em 12 salas de aula. No térreo, seriam instaladas a administração, as instalações sanitárias, o ginásio e os vestiários; no segundo pavimento, as salas de aula e o teatro; e no último, a biblioteca, as salas de disciplinas específicas (história, geografia, artes industriais, ciências sociais, desenho, música e ciências naturais), o laboratório, o biotério, o gabinete médico e o jardim.³³⁸

A inauguração da Escola Platoon ocorreu em 16 de dezembro de 1937. Estiveram presentes o interventor interino da Bahia, o coronel Antônio Fernandes Dantas; o secretário de Agricultura, Edmundo Visco; o diretor de Obras Públicas e Urbanismo, Celso Torres; o responsável pela fiscalização, Silvano Maffre; o chefe da firma construtora, José Manso

³³⁷ O Imparcial, 04/06/1936, p. 3.

³³⁸ O Imparcial, 07/07/1936, p. 1.

Cabral, o diretor regional dos Correios, Francisco Pernet; e outras pessoas. O interventor fez seu discurso, com elogios ao Secretário de Agricultura e a equipe técnica pelo resultado considerado de perfeito acabamento, abordando ainda o fato elogiável da colocação do edifício num bairro pobre, prova de que não houve preocupação de se fazer fachada.”³³⁹

A ausência de ornamentação da fachada, na verdade, era fruto da exigência de produção de uma arquitetura escolar mais barata, simples e funcional.³⁴⁰ A construção demandou pouco mais de um ano, respeitando ainda o orçamento previsto, o que foi elogiado pelo O Imparcial.

Na mesma reportagem, o periódico reforçou a oposição entre a moderna arquitetura escolar, inspirada no que está sendo feito no Rio de Janeiro referenciada no modelo norte-americano, e o antigo a ser substituído, o Abrigo dos Filhos do Povo:

Escola para meninos pobres!

Foi inaugurado o prédio escolar tipo “Platoon”, na Estrada da Liberdade, que substituirá o Abrigo dos Filhos do Povo

[...]

Não só por se tratar de um edifício moderníssimo, com todos os requisitos técnicos exigidos pela pedagogia atual, localiza-se em ponto verdadeiramente [ilegível], pois, vai atender à população infantil mais modesta, pobre desta capital, merecendo [apagado] a nova escola está fadada a preencher perfeitamente sua finalidade e, além disso, servirá para substituir o Abrigo dos Filhos do Povo, a modesta escola instituída e sustentada pelo benemérito Raimundo Frexeiras. [...]

[...] É dotado de banheiros, [refeitório], auditório com espaçoso palco para reuniões litero-artísticas, sala de aulas, que comportam uma frequência de 1800 alunos em três turmas. Trata-se, enfim, de uma fundação que merece um sistema de administração todo especial.

Tendo três pavimentos, inclusive o térreo, não existe uma só [escada] sendo o acesso feito por meio de rampas de percentagem mínima, sistema inédito entre nós e que evita o cansaço, quedas e outros inconvenientes para os alunos. A distribuição de ar e luz é o que há de mais moderno e correto.³⁴¹

³³⁹ O Imparcial, 21/12/1937, p. 3.

³⁴⁰ VIDAL, Diana Gonçalves & FARIA FILHO, Luciano Mendes. As Lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 59-69.

³⁴¹ O Imparcial, 21/12/1937. p. 1.



Imagem 27 - Escola Duque de Caxias, s.d., Salvador - BA/ APB-Seção de Arquivos Privados

A Escola Platoon teve o nome oficialmente conhecido em meados de julho de 1938. “Denominada Duque de Caxias, a ex-Escola Raimundo Frexeiras,”³⁴² noticiou o Estado da Bahia. Por decisão do Secretário Estadual de Educação e Saúde, foi abandonada a intenção de homenagear o fundador do Abrigo, privilegiando a memória do Duque de Caxias, Patrono do Exército, com o propósito de “transmitir aos alunos e professores uma persistente impressão de fé patriótica, bem assim um permanente interesse pela unidade e grandeza nacional”, conforme a interpretação publicada pelo jornal. Em 25 de agosto de 1938, a Escola Duque de Caxias recebeu nova cerimônia de inauguração, patrocinada pela 6ª. Região Militar.³⁴³

Autorizada a funcionar nos três turnos, com pelo menos 1200 alunos, a Escola Duque de Caxias não suplantou o Abrigo dos Filhos do Povo. Nas décadas seguintes, meninos e meninas egressos da casa de Raimundo Frexeiras prosseguiram no caminho das letras para a nova escola, vencendo a cada dia exclusões, desigualdades e práticas discriminatórias múltiplas que comprometiam (e ainda comprometem) seu direito ao conhecimento, à cidadania. Essa caminhada persiste até os dias de hoje.

Paralelamente à inauguração da Escola Duque de Caxias, a poucos quilômetros, no Barbalho, era erguido o Instituto Normal da Bahia. Décadas mais tarde, entre a Caixa d’Água e o Pero Vaz, foi construído o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, com suas 4 escolas

³⁴² Estado da Bahia, 15/07/1938, s.p.

³⁴³ Estado da Bahia, 24/08/1938, p. 3.

classes e a Escola Parque. Essa história não resume à iniciativa de grandes homens de Estado, da Escola Nova e da arquitetura moderna, preocupados em ocupar o endereço da população pobre com escolas. Suas decisões foram também pautadas pelo clamor antigo, por muito tempo, ignorado por governos que se comportaram como moucos e ineptos.

Nessa caminhada labiríntica, surgiram nomes de homens e mulheres, rostos negros, grupos familiares e associativos que se fizeram protagonistas, autores de seus caminhos das letras. Peticionaram aos poderes públicos, foram atrás da tribuna dos jornais e verbalizaram a “fome por escolas.” Demorada a resposta ou devolvida a inércia administrativa, procuraram construir soluções, mobilizaram esforços, negociaram lidando com interesses e visões divergentes sobre a escola, teceram alianças, abriram as portas das casas e receberam os que procuravam o “pão do espírito.” Muitas vezes, quem distribuía teve apenas o breve alisar dos bancos escolares. Há versões nada heroicas, inglórias, pelepas árduas por se contar desenhando retratos inéditos, mais plurais e imprescindíveis nesses tempos atuais de multiplicar espantoso dos coveiros de escolas. São histórias de um passado presente que precisam ser conhecidas no outro labirinto: a sala de aula.

CAPÍTULO 3 O ABRIGO DOS FILHOS DO POVO NO ENSINO DE HISTÓRIA

3.1. O Ensaio da aula

Professora, como você prepara suas aulas?

1º ATO: O Ensaio

- imagino as necessidades orgânicas e as fantasias do paladar;
- penso no prato do dia: o que quero compartilhar?;
- projeto o requinte do ritual da última ceia;
- busco receitas nas prateleiras das estantes e ingredientes nas despensas da memória;
- elejo o que se ajusta ao tempo e fôrmas que não tenho;
- tempero: o agora de depois;
- preparo: misturo – sinto – palavreiro – experimento – penso – saboreio;
- entrego-me: fogo forte, fervura; fogo brando, vigília.³⁴⁴

A performance oral e teatral característica da docência, entregue ao público, é a parte visível e efêmera da intensa e demorada preparação. O ensaio da aula começa solitário, escondido na domesticidade, na noturnidade. Solitário apenas na aparência, porque os/as destinatários/destinatárias se fazem presentes nas lembranças, murmuram suas considerações sobre o/a professor/professora, tornam conhecidas as queixas, decepções e inquietações quanto ao que se ensina e aprende, trazem o/a aluno/aluna de ontem que assistia o espetáculo de modo tão dócil a ponto de enfurecer a indomável turma do fundo. A racionalidade, que orienta as escolhas de conteúdo, a organização das tarefas conforme o tempo das aulas, as condições de trabalho e as possibilidades e necessidades das pessoas que ali estão para aprender, se combina à sensibilidade, à emoção, à boniteza do encontro face a face.³⁴⁵ Desde o início, o ensaio, tal qual a criação teatral, está destinado a se tornar criação coletiva, polifônica e inconclusa, conforme a ponderação de Roseli Fontana:

Muito antes do gesto de abrimos o livro, muito antes de proferirmos nossas primeiras palavras, a aula começa. Começa como antecipação, como expectativa. Nossos atos, dizeres e gestos são projetados, ensaiados, porque mais do que seres humanos colocados face a face, a relação de ensino instaurada pela aula implica o encontro e o confronto entre sujeitos que ocupam lugares sociais distintos – o lugar de professor e o lugar de alunos. E é justamente porque ocupamos esses lugares distintos que nós, professores, e nossos alunos, configuramos, contraditoriamente, uma unidade social. Nosso papel de professores não existe sem o papel do aluno e o papel do aluno não existe sem o papel do professor. Nossas ações, gestos e palavras dirigem-se a nossos alunos. Eles existem em função de nossos interlocutores que

³⁴⁴ MAGNANI, Maria do Rosário apud FONTANA, R. C. Sobre a aula: uma leitura pelo avesso. *Presença Pedagógica*, v.7, n.39, p.31-7, 2001, p. 31-2.

³⁴⁵ FREIRE, 2008.

compõem um auditório social que nos ‘afeta’: orienta nossas escolhas, nossos modos de dizer, regula nosso atuar... (...) ³⁴⁶

Conhecidas as necessidades, carências, inquietações e peculiaridades do público, valendo-se da licença que a atuação dramática concede para liberar a imaginação necessária para o exercício pleno de seu fazer, o/a professor/professora do mesmo modo que o/a cozinheiro/cozinheira recolhe os ingredientes para o preparo do prato do dia. Se as receitas que nutriram as gerações sucessivamente estão condensadas nos manuscritos transmitidos pela linhagem materna, o preparo do repasto servido em sala de aula começa na matriz de referência da história escolar: a historiografia.

Reconhecida a sala de aula da educação básica como lugar de produção do conhecimento, regida por gestos, palavras e ações que visam atender as exigências da severa banca de crianças, adolescentes, jovens e adultos, se faz preciso incursionar para além da fronteira reunindo outras fontes e metodologias possíveis e imagináveis - jornais, livros, fotografias, cinema, música, dramaturgia, obras literárias e memorialísticas, processos judiciais, objetos da cultura material, tradição oral, estudo de campo, entrevista, etc. Nessa produção documental guiada por escolhas definidas conforme os problemas sobre os quais se pretende investigar, mas também pela relação subjetiva que se constrói com os documentos, o/a leitor/leitora trai as interpretações e intencionalidades originais dos autores, reelabora a matéria lida num texto de sua autoria: a aula. Através dela oferece-se aos/às estudantes uma criação jamais solitária, tampouco definitiva. Quem se dedica a ensinar sabe tanto quanto a outra, mobilizada para saciar a fome da audiência faminta e curiosa pelo resultado dos temperos, sabores e odores, que seu fazer se completa na apreciação do outro. ³⁴⁷

Decomposta nos mínimos detalhes, como fazem os/as estudantes da licenciatura na observação do ato dramático, a “aula como texto” ³⁴⁸ contém as narrativas sobre o passado, as interlocuções historiográficas e pedagógicas privilegiadas, os documentos históricos, a metodologia empregada na crítica, a versão local das orientações curriculares dos sistemas de ensino, os saberes constituídos ao longo do exercício profissional, os conhecimentos acumulados sobre educandos e educandas, o contexto local da produção historiográfica

³⁴⁶ FONTANA, 2001, p. 32-3.

³⁴⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Não Tão Somente Assim: leitores, autores, aulas como texto e o ensino aprendizagem em história. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 5-16, p. 13-14, 2006.

³⁴⁸ MATTOS, 2006, p. 13.

escolar e a marca autoral do regente. A aula representa a assunção simultânea do/da autor/autora, escritor/escritora, historiador/historiadora e professor/professora.³⁴⁹

Tal qual os/as colegas de ofício que se distinguem e se reconhecem fazendo e contando histórias por meio da escrita acadêmica, a produção historiográfica escolar também a requisita.³⁵⁰ O plano de aula é uma das variadas escritas cotidianas necessárias e distintas dessa produção, expressa o conjunto de ações, expectativas, intencionalidades, gestos preparatórios do encontro efêmero. Ato de criação, porém empobrecido na ideia de mera exigência técnica e burocrática, desprestigiado pela precarização das condições de trabalho e pelo aviltamento da natureza intelectual do ofício docente. À revelia dessa conjuntura que enfatiza a brevidade, a quantificação, a informação acabada e a aceleração em detrimento do pensar partilhado na narrativa tecida e enriquecida com as experiências, os saberes e as perspectivas dos outros, a escrita docente constitui-se um ato formativo. No gesto preparatório da aula, sistematizam-se as abordagens teóricas pretendidas, os procedimentos para a realização de atividades, as atitudes, os objetivos das aprendizagens que se pretende que os educandos efetivem, as metodologias privilegiadas, a interação entre os sujeitos. Além disso, mobilizam-se ainda modos de fazer, sapiências e aprendizados dos ensaios pretéritos, de experiências múltiplas que constituem a pessoa da/do professora/professor.³⁵¹

A escrita docente mostra-se ainda mais relevante, quando considerado o mais ambicioso anseio contemporâneo da sociedade em relação à escola e ao ensino de história, ou seja, a formação de leitoras/leitores do mundo, cidadãs/cidadãos, desencadeada no primeiro gesto preparatório para o encontro único, efêmero e imprevisível, imprimindo na folha em branco as inquietações e necessidades da turma e do tempo vivido, desenhando artimanhas para dar sentido ao momento sem a absurdidade de governar o imponderável.

3.2. Os documentos como ingredientes de produção do conhecimento histórico escolar

As pessoas não chegam à escola despossuídas de noções prévias sobre o que se faz em seu interior. Transportam consigo as aprendizagens históricas construídas em tempos e espaços outros, com o auxílio das narrativas sobre o passado veiculadas pela teledramaturgia, música, literatura, cinema, movimentos sociais, etc. Refletindo particularmente sobre os

³⁴⁹ MATTOS, 2006, p. 14.

³⁵⁰ ROCHA; MAGALHÃES & GONTIJO, 2009, p. 17-20.

³⁵¹ ROCHA, 2015, p. 91.

sujeitos da EJA, quando considerada a faixa etária alargada da turma e descartada a ideia da modalidade da educação básica para aqueles que não puderam frequentar a escola na idade social historicamente idealizada, em proveito da noção da aprendizagem ao longo da vida, a aula de história se enriquece. Isso porque, para quem está na faixa entre vinte e quarenta anos e realiza a docência na companhia, simultânea, de adolescentes e sexagenários, as experiências históricas dessa gente introduzem um tempero significativo no repasto originado do conhecimento historiográfico. Mas, para tal resultado, há que se instaurar outra prática de ensino e aprendizagem propícia e destoante das lições escolares pretéritas, baseadas em nomes, lugares e acontecimentos ligados à história e à memória nacionais.

As orientações curriculares para o ensino de história, afinadas com as mudanças na oficina e na sala de aula, os movimentos e processos locais que reivindicam políticas dirigidas à democratização e à pluralização, pretendem que alunos e alunas se mostrem conhecedores da complexidade do mundo atual; capazes de relacionar às histórias e identidades individuais com os processos históricos mais amplos; cidadãos e cidadãs partícipes da reflexão coletiva sobre os problemas que afetam as comunidades, partilhando o desafio da busca de soluções; leitores/leitoras prontos ao diálogo, ao debate, ao confronto com as ideias e perspectivas divergentes na construção colaborativa do conhecimento, acessado por diferentes meios e fontes do mundo contemporâneo saturado de imagens e informações em profusão célere e efêmera.³⁵²

Distinta em relação à matriz de referência por metodologias, finalidades e práticas próprias, a história escolar deve tornar educandas e educandos aptos, conforme afirmam Helenice Rocha, Marcelo de Souza Magalhães e Rebeca Gontijo, a produzir “leituras sobre o mundo e sobre si capaz de favorecer o sentimento de identidade (por conseguinte, de pertencimento) e, ao mesmo tempo, a capacidade crítica para reconhecer e lidar com a diferenças e situá-las no tempo (ou seja, situá-la historicamente).”³⁵³

Desse modo, em vez de entregar um conhecimento pronto, acabado, localizado na escola, na/no docente, a aprendizagem histórica orienta-se para, segundo Paulo Knauss, “indagar a relação dos sujeitos com seus objetos de conhecimento, provocando seu

³⁵² FRONZA, Marcelo & RIBEIRO, Renilson Rosa. Aulas de História: a formação de alunos-leitores de mundo na contemporaneidade. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 21, n. 2, 2014, p. 304-317, p. 312. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/4303/2829>. Acesso: 10/12/2018.

³⁵³ ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo de Souza & GONTIJO, Rebeca. A Aula Como Texto: historiografia e ensino de história. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo de Souza & GONTIJO, Rebeca. *A Escrita da História Escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 13-31, p. 16.

posicionamento, questionando as formas de existência humana e promovendo a redefinição de posicionamentos dos sujeitos no mundo em que vivem”³⁵⁴. Por conseguinte, a aula é entendida como momento em que os sujeitos se dispõem construir coletiva e dialogicamente um “instrumento de leitura do mundo”³⁵⁵, com o qual podem elaborar interpretações de si, do tempo e do mundo. Tal postura para ensinar e aprender requer promoção da investigação científica.

A pesquisa, de acordo com Knauss, é “o caminho privilegiado para a construção de autênticos sujeitos do conhecimento que se propõem a construir sua leitura do mundo.”³⁵⁶ Nessa perspectiva, a/o pesquisadora/pesquisador mais experiente e competente nos métodos de pesquisa, nas abordagens teóricas e nas estratégias pedagógicas articuladas conforme as especificidades e necessidades da sala de aula, exerce atuação imprescindível para o compartilhamento da “caixa de ferramentas específica”³⁵⁷ que empregam as/os historiadoras/historiadores para trabalhar, produzir suas leituras a partir dos problemas de investigação assumidos.

A partilha desse instrumental, constituído de conceitos, procedimentos, metodologias e atitudes, se estabelece a partir da formulação de um problema surgido das questões contemporâneas aflitivas para educandos e educandas, articuladas ao conhecimento sobre as experiências passadas. Os documentos se constituem como pontes de interlocução entre as subjetividades pretéritas e presentes, se inserem nesse ambiente pedagógico propício para estimular o exercício do pensar e da autonomia intelectual, oposto ao uso limitado à intenção de tornar o conteúdo mais acessível, compreensível, palatável e animado.³⁵⁸ Aproveitados em sala de aula oferecem aos/às educandos/educandas condições para esse exercício científico “que lhes permitam analisar criticamente fontes de informação e ideias – seja as do passado seja aquelas presentes no cotidiano, veiculadas constantemente e em grande volume pelos meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, revistas, internet) assim como músicas,

³⁵⁴ KNAUSS, Paulo. Sobre a Norma e o Óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia (org.). *Repensando o Ensino de História*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 26-46, p. 28.

³⁵⁵ KNAUSS, 2001, p. 28.

³⁵⁶ KNAUSS, 2001, p. 30.

³⁵⁷ STEPHANOU, Maria. Instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 15-38, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200002&script=sci_arttext. Acesso: 15/06/2018.

³⁵⁸ PEREIRA, Nilton Mullet & SEFFNER, Fernando. O Que Pode o Ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, p. 126, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7961/4750>. Acesso: 01/02/2018.

conversas no trabalho e nos momentos de lazer etc. [...].”³⁵⁹ Contudo, vale ressaltar o necessário distanciamento em relação à sedução do achado mágico para equacionar o processo de ensino e aprendizagem histórica. Em vez de facilidades, enveredar nessa trilha requer atenção a alguns obstáculos e problemas de inadiável reflexão.

Ao se decidir pela incorporação dos documentos, uma das questões emergentes reside na supervalorização dos textos escritos, resultante da centralidade que a escrita exerce na sociedade e na cultura escolar, adiando o desafio da exploração de outras possibilidades de expressão que, por sua vez, exigem o domínio dos procedimentos metodológicos distintos por parte de quem se ocupa de executar a orientação da investigação.

Por outra via, as conhecidas dificuldades de letramento, diagnosticadas sobretudo entre os estudantes das redes públicas do país e gravemente manifestadas na EJA, criam obstáculos à consecução da proposta mais convencional, calcada nas atividades de leitura e escrita. Alternativamente, propõe-se então o emprego de documentos não escritos, como as imagens:

Em geral, os jovens e adultos com escolarização defasada têm dificuldades nas aprendizagens que se apoiam na linguagem escrita, inclusive porque seu cotidiano é repleto de imagens, principalmente as televisivas. Portanto, um recurso de ensino valioso é o uso de diferentes linguagens: entre elas, a análise de gravuras é uma atividade muito motivadores e interessante nas salas da EJA. A partir desse estudo os alunos podem começar a refletir criticamente sobre as imagens disponíveis e conhecer outras fontes utilizadas pelos historiadores, além dos documentos escritos.³⁶⁰

Contudo, essa estratégia aparentemente mais fácil, interessante e motivadora atrai outros problemas. Escrita e imagem não são registros antagônicos e cindidos. Historicamente, mantêm uma relação umbilical, plurissecular e complementar que precisa ser reconhecida e valorizada, conforme explica Knauss:

É preciso atentar ainda para o fato de que, desde os tempos em que se fixou a palavra escrita, o novo código não veio substituir a imagem. A convivência entre expressão visual e expressão escrita sempre foi muito próxima. Ao longo da história das civilizações, são inúmeros os exemplos em que se percebe como os registros escritos acompanham os registros visuais. Velhas formas de escrita, como os hieróglifos, demonstram essa proximidade. Isso equivale a dizer que a história da imagem se confunde com um capítulo da história da escrita e que seu distanciamento pode significar um prejuízo para o entendimento de ambas. Reconhecer isso implica admitir que imagem e escrita sempre conviveram.³⁶¹

Corroborando esse pensamento, Etienne Samain lembra que “a escrita é, de nascimento, uma dupla imagem. Que, longe de serem a mera transposição e codificação

³⁵⁹ BRASIL, 2002, p. 155.

³⁶⁰ BRASIL, 2002, p. 157.

³⁶¹ KNAUSS, Paulo. O Desafio de Fazer História com Imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, p. 99, 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1406>. Acesso: 18/12/2018.

da fala, as figuras e os signos que a constituem não podiam emergir e tomar corpo senão a partir de um suporte, de um fundo, de uma tela branca, a qual era uma outra imagem”.³⁶²

Outro aspecto que não pode ser ignorado é a fragilidade do indicador de êxito no trabalho com imagens, baseado em sua presença cotidiana no universo cultural de educandos e educandas. A inconsistência desse raciocínio deriva do fato que, no turbilhão de imagens a cruzar velocemente o campo visual, o olhar sucumbe saturado, detém-se à superficialidade, à pronta entrega, ao consumo ansioso, sem qualquer chance para a mirada mais profunda. Há, então, uma experiência dessensibilizadora, em lugar do pretendido afloramento das emoções, da atração e do envolvimento efetivo dos/das estudantes.³⁶³

No artigo intitulado “A Saturação do Olhar e a Vertigem dos Sentidos”, Sérgio Lage T. Carvalho³⁶⁴ afirma que, apesar do privilégio concedido ao olhar na modernidade, não há disponibilidade para o exercício de contemplação, uma vez que as sensibilidades e experiências são profundamente alteradas pelo ritmo acelerado, fabril, regido pelos ponteiros do relógio. Dessa maneira, as imagens fluem, decaem rapidamente na obsolescência programada, sem provocar a cognição, conforme o citado autor explica:

[...] O olhar rege às intensidades imagéticas e aos deslocamentos repentinos através de varreduras reticulares rápidas e reações motoras e físicas, como se estivesse em meio a um panorama em rotação acelerada. O corpo e a mente sentem o fluxo e a saturação que os olhos veem. Como expressão de sua época, o olhar se inscreve na lógica da superficialidade, ele não penetra, atua na cobertura fina do verniz aparente e se propaga na mesma intensidade da luz. Em seu campo visual nada permanece, tudo se desmancha na fugacidade rápida de uma piscadela. Nem o olhar fixa e contempla, nem o objeto cognoscível deixa-se aprender. O olhar, como uma potente câmera, registra cada vez mais rapidez, e armazena em uma memória, cada vez mais diluída. A sobrecarga visual e aos apelos efêmeros que fulguram vertiginosamente diante dos olhos dos passantes.³⁶⁵

Na prática efetiva em sala de aula, torna-se imprescindível desenvolver outra atitude em relação às imagens, permitindo assim melhor dispô-las a serviço da aprendizagem, o que requer o domínio de certas chaves de leitura necessárias para acurar o trabalho crítico sobre a produção, as intencionalidades manifestas na representação, a trajetória da obra e as diferentes apropriações ao longo do tempo. Do mesmo modo que se investe sobre a escritura, as imagens

³⁶² SAMAIN, Etienne. As Peles da Fotografia: fenômeno, memória/arquivo, desejo. **Visualidades**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 151-164, p. 155, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/23089>. Acesso: 18/12/2018.

³⁶³ MOLINA, Ana Heloisa. Ensino de História e Imagens: possibilidades de pesquisa. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 15-29, 2007.

³⁶⁴ CARVALHO, Sérgio Lage T. A Saturação do Olhar e a Vertigem dos Sentidos. **Revista USP**, São Paulo, n. 32, p. 126-154, 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26037>. Acesso: 18/12/2018.

³⁶⁵ CARVALHO, 1997, p. 131.

precisam ser revolvidas e entrecruzadas às evidências coligidas em outras lavras documentais.³⁶⁶

O exame da imagem, valendo-se das contribuições de Samain dirigidas à fotografia particularmente, requer “um olhar vertical, abissal,”³⁶⁷ um mergulho no tempo congelado no instante de captura, para abrir, prospectar e desdobrar a composição tal como o trabalho da arqueologia. Há um invólucro para ser rompido, perfurado por “um olhar iconoclasta”³⁶⁸ como propõe Eliane Abreu, desvencilhado de toda a construção que associa o documento às ideias de prova, certeza e verdade incontestável, que mire com suspeita, duvide, questione, desmonte a narrativa vencedora.

Nesse trabalho de desmontagem, a noção de documento/monumento, proposta pelo historiador francês Jacques Le Goff, constitui uma chave de leitura necessária e vital para a reflexão sobre o uso de documentos no ensino de história da educação básica. Segundo o referido autor, os documentos são monumentos construídos e permanentemente reelaborados por diversas gerações com o propósito consciente ou inconsciente de impor imagens de si ao futuro. Não são neutros, tampouco aparecem ou desaparecem por acaso. Não são neutros, estão sujeitos à baila das circunstâncias e dos interesses da coletividade, do jogo das forças políticas, da cultura e do tempo, o que influi nas escolhas sobre sua destinação. Não raramente certos conjuntos documentais reaparecem após juízos quase definitivos quanto à inexistência, porque a conjuntura favorável operou a redescoberta. Há documentos cuja epifania registra-se séculos depois de sua produção, numa outra comunidade de leitores³⁶⁹. Portanto, o que se encontra sob salvaguarda decorre da “escolha efetuada quer pelas forças que o operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo, os historiadores.”³⁷⁰ Esse engenho político precisa ser desmontado mediante o exercício da crítica, desnudando não uma verdade definitiva e cristalina, mas sim outras imagens e versões recompostas em nova operação.

³⁶⁶ MAUAD, Ana Maria. Usos e Funções da Fotografia Pública no Conhecimento Histórico Escolar. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 19, n. 47, p. 81-108, p. 86, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592015000300081&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 17/11/2018.

³⁶⁷ SAMAIN, 2012, p. 159.

³⁶⁸ ABREU, Eliane. Monumento/Esquecimento: as duplas faces da imagem. *Resgate*, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 11-26, p. 13, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645676>. Acesso: 18/12/2018.

³⁶⁹ KARNAL, Leandro & TATSCH, Flavia Galli. Documento e História: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de. *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto, p. 9-27, 2015.

³⁷⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1990, p. 535.

Dialogando também com o texto fecundo de Le Goff em busca de subsídios para a história escolar, Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner³⁷¹ vislumbram na permanente construção de imagens, identidades e perspectivas sobre si, sobre o tempo vivido e o futuro o vínculo possível e enriquecedor para o uso metodológico dos documentos na aula:

[...] o trabalho em sala de aula com documentos pode ser pensado nesta ótica de criar e recriar o que somos, dando um sentido original para o ensino de história, em conexão com a formação de identidade dos alunos, situados em um determinado contexto histórico que necessita ser entendido³⁷².

Através dos documentos estabelece-se a ponte, a via de diálogo entre as subjetividades que os interrogam e as subjetividades passadas, prosseguindo no movimento de criação e recriação de leituras sobre si, os outros e o mundo. Esse movimento envolve necessariamente aprender o manejo de conceitos, métodos e procedimentos de pesquisa e crítica necessários para melhor compreender e participar da obra coletiva. Neste sentido, convém destacar, conforme Pereira & Seffner afirmam, que estudar história visa

[...] uma ação social que se dá no presente. A dedicação ao estudo da história na escola não consiste em mero diletantismo, mas em compreender a si mesmo e a sua sociedade e, sobretudo, acumular conceitos para ler a própria realidade, e criar novidades, formas novas de intervenção na sociedade, novas práticas sociais, novas realidades. Em última análise, o ensino de história deve levar homens e mulheres do meio urbano ou rural a se tornarem artífices de si mesmos, a construírem-se como singularidades e a olhar para seu presente como diferença em relação ao seu passado e, ao mesmo tempo, como produto dos conflitos e das lutas do passado.³⁷³

Neste sentido, em vez da recorrência para corroborar os pontos de vista previamente conhecidos, para promover o bafejo momentâneo nas aulas tão sobrecarregadas de cópia e da performance oral centrada na/no docente, os documentos permitem o incentivo ao desenvolvimento do olhar inteligente e sensível, à medida que munidos dos instrumentos próprios da oficina da história, os/as estudantes se mostram capazes para comparar, identificar mudanças e permanências, contextualizar, lidar com as especificidades, potencialidades e fragilidades das diferentes fontes de informação, refletir, expressar seus pontos de vista pelos mais variados canais e meios possíveis, valorizar a construção colaborativa e dialógica etc. Em conclusão, dominando o instrumental necessário para o manuseio da matéria-prima da história, dos ingredientes muitos colhidos alhures, sob a orientação de quem há mais tempo tem preparado o repasto que lhes é oferecido, dispõem das condições necessárias para

³⁷¹ PEREIRA, Nilton Mullet & SEFFNER, Fernando. O Que Pode o Ensino de História? Sobre os Documentos na Sala de Aula. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7961/4750>. Acesso: 18/12/2018.

³⁷² PEREIRA & SEFFNER, 2008, p. 116.

³⁷³ PEREIRA & SEFFNER, 2008, p. 119-120.

entender que a história e o mundo como obras em aberto exigindo, portanto, sua participação expressa em novas leituras, perspectivas e projetos.

3.3. Contando a história do Abrigo dos Filhos do Povo

Mais que uma estratégia didático-pedagógica destinada a valorizar o conhecimento mais próximo da realidade dos/das estudantes, despertar momentaneamente o interesse, convencer sobre a utilidade da história ou desenvolver uma atitude preservacionista, estudar a história da escola é um convite para que os indivíduos e grupos revisitem suas trajetórias biográficas, compreendendo como a escolarização participa na construção de suas identidades e memórias. Desse modo, toda escola é portadora de histórias e memórias de grande valor e significado para as gerações que a habitam e por aquelas que são habitadas pelas lembranças das experiências escolares pretéritas. Essa “herança educativa”³⁷⁴ precisa ser melhor conhecida e salvaguardada, pois constitui subsídio relevante para a construção de novos sentidos e projetos futuros para a escolarização na sociedade contemporânea.³⁷⁵

Abordar a história da escola significa investir numa escolha política curricular valorizadora das narrativas dos “sem nomes”, de protagonistas negligenciados e interditados cujas interpretações e perspectivas desestabilizam a coerência e a eficácia dos modelos explicativos generalizantes da “história maior”, como define Nilton M. Pereira.³⁷⁶ Por muito

³⁷⁴ Para Margarida Louro Felgueiras define herança educativa nos seguintes termos: “Ao falarmos de herança educativa partilhamos quer o sentido afetivo inerente à nossa condição comum de aluna/o, que fomos, e de professor/a, que somos, quer ainda a perspectiva de uma história social, que trabalha a cultura material articulada com uma visão etnológica. Na herança educativa incluímos, assim, tanto os edifícios, o mobiliário, os materiais didáticos, os materiais dos alunos, os elementos decorativos e simbólicos presentes nas escolas, quanto as práticas de ensino, as táticas dos alunos, as brincadeiras e as canções no recreio, as recordações do quotidiano escolar, que as memórias de professores e alunos podem revelar. Da cantina ao gabinete médico, à actividade administrativa, pretende-se ver a escola como lugar de interacções em que professores, alunos, funcionários e famílias construíram e constroem um espaço relacional, num quadro físico e social estruturado, que participa na definição do conceito de criança. Se as ideias e teorias pedagógicas podem ser conhecidas através de escritos, as rotinas do quotidiano escolar e das vivências da condição de criança, de aluno/a e de professor terão de ser investigadas através das memórias e materiais a elas associados” (FELGUEIRAS, 2005, p. 92).

³⁷⁵ BENITO, Agustín Escolano. Patrimonio Material de La Escuela e Historia Cultura. Revista Linhas, v. 11, n. 2, p. 13-28, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2125/1628>. Acesso: 03/09/2017; BENITO, Agustín Escolano, El Giro Afectivo em la Historia de la Formación Humana: memoria de la escuela y emociones. Historia e Memoria de la Educacion, n. 7, p. 391-422, 2018. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/HMe/article/view/19101/17434>. Acesso: 08/02/2018.

³⁷⁶ PEREIRA, Nilson Mullet. Ensino de história e Resistência: notas sobre uma história menor. **Revista Arquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 103-117, 2017.

tempo, a historicidade dos processos educativos, das tramas complexas que organizam o cotidiano escolar se fez componente negligenciável, bastando supostamente uma mera piscadela superficial e exterior do que era feito na sala de aula. Assim, a centralidade na dimensão ensinante e cerebral da escola minimizou a importância dos lugares, sujeitos, objetos, documentos e pormenores sem os quais não é possível compreender a história da escolarização e das gerações por ela formadas. Voltar-se para as histórias e memórias da escola e do bairro fornece os subsídios para repensar a aula de história como espaço-tempo de encontro e aventura coletiva e sensível como há muito preconizado por Paulo Freire e Maria Carolina Bovério Galzerani,³⁷⁷ permitindo às/aos educandas/educandos – crianças, jovens, adultos, favelados, trabalhadores do campo, da floresta, da cidade e do mar, migrantes, homens e mulheres – se perceberem como sujeitos históricos e convictos de que a história e a escola lhes dizem respeito, lhes pertencem.

Imbuída desse propósito a sequência didática adiante apresentada volta-se para um monumento, cuja significância e pertinência permanecem incógnitas para as crianças, as famílias, os jovens e adultos que o ocupam na derradeira e precária passagem. Surgido do clamor, da agência de indivíduos pobres, moradores e grupos familiares da outrora Estrada das Boiadas, para responder ao protesto de quem desejava encaminhar seus filhos e suas filhas à escola e também concluir a labuta diária sob o embalo da ciranda noturna das letras, o Abrigo dos Filhos do Povo constitui sólido testemunho para os diversos grupos da sociedade brasileira, cujo caminho da escola não se produziu igualitariamente como o proposto pela versão triunfalista. As crianças, meninos e meninas, que tiveram arruinado no passado seu direito à educação, retornam nos rostos dos jovens e adultos. Ao cair da noite, convergem na encruzilhada, ecoando o clamor há muito bradado na Liberdade, movidos pelo sonho representado pela escola, exasperados para aprender minimamente a ler e escrever e, ao mesmo tempo, frustrados com o quinhão modesto, ainda assim defendido pela soma de pequenos feitos épicos desfechados diariamente para vingar seu projeto. Daí, porque contar essa história constitui importante engenho para essa gente subtraída de seu direito de se reconhecer como sujeito da história, de dirigir ao porvir uma imagem perpetuadora de êxito de seu périplo.

³⁷⁷ Os trabalhos de Maria Carolina Bovério Galzerani consultados foram os seguintes: *Percepções Culturais do Mundo da Escola: em busca da rememoração* (1999), *Tessitura de Memórias e Histórias Educacionais: Projeto Marcos Históricos e Geográficos da Cidade de Campinas* (2012) e *Memória, História e Tempo: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em Ensino de história* (2008).

Pretende-se com a sequência didática dirigida aos estudantes dos Tempos de Aprendizagem IV e V:

- Conhecer a história da criação do Abrigo dos Filhos do Povo;
- Valorizar as memórias escolares das/dos estudantes, sujeitos de sucessivas tentativas de escolarização;
- Compreender a relação de tensão entre infância, escola, trabalho e pobreza no contexto da fundação e na trajetória de vida de cada estudante-trabalhador da EJA;
- Desenvolver metodologias incentivadoras do diálogo e da aprendizagem colaborativa, como trabalho em grupo, roda de conversa, leitura compartilhada, redação coletiva, produção de material audiovisual, etc.; e
- Construir procedimentos de pesquisa.

Para tanto, o planejamento das atividades privilegia a análise das fotografias produzidas por Trajano Dias no segundo semestre de 1920, sob encomenda do diretor-técnico Raimundo Frexeiras, para constituir a narrativa visual do livro *As Provas de Minhas de Ideias*. Versando sobre temas típicos da fotografia escolar daquela época, ou seja, a arquitetura exterior e interior, as práticas escolares e os retratos coletivos de fundadores, escolas masculinas e femininas, e corpo docente e dirigente, as imagens permitem apreender as representações investidas por aquela sociedade sobre a escola primária. O trabalho complementa-se com os registros jornalísticos, livros e outros textos, que compõem o rico conjunto de materiais e fontes cotejadas, a fim de contribuir para a produção de aprendizagem significativa.

Essas atividades dedicam espaço à leitura e à produção textual, o que dialoga com a demanda expressa por estudantes, influenciada pelas práticas escolares pretéritas como também pela insuficiência quanto ao domínio da leitura e da escrita. Para driblar essas dificuldades cotidianamente manifestadas, a leitura e a redação compartilhadas são estratégias possíveis para o envolvimento coletivo, contrariando o modelo individualista e competitivo.

A escrita se faz necessária e significativa como exercício de criação autoral, registro da compreensão alcançada sobre o problema abordado e instrumento de avaliação para acompanhamento das aprendizagens e planejamento das intervenções no curso do processo. Para além disso, outras possibilidades de expressão devem ser exploradas em proveito da aprendizagem significativa, pois os seres humanos cotidianamente empregam múltiplos

canais e meios para comunicar ideias e perspectivas.³⁷⁸ Seguindo essa diretriz, o audiovisual, o mapa afetivo e a roda de conversa são considerados nessa sequência didática. Quanto à última possibilidade, convém destacar sua pertinência para a EJA. A roda de conversa favorece a promoção do diálogo, aposta na horizontalização da comunicação, no encontro de olhares e visões discordantes para construir coletivamente o conhecimento. Proporciona a experiência do intercâmbio, do aprendizado conjunto. Quem tem a dizer e ensinar também aprende com a palavra proferida pelo outro, palavra embebida em experiências provindas de longe no tempo e no espaço.

De acordo com Adriana Ferro Moura e Glória Lima:

[...] Nas rodas de conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e fala, em que se agregam vários interlocutores e os momentos de escuta são mais numerosos que os de fala. As colocações de cada participante são construídas por meio da interação com o outro, seja para complementar, discordar, seja para concordar com a fala imediatamente anterior. Conversa, nessa acepção, significa compreender com mais profundidade, refletir mais e ponderar, no sentido de compartilhar. [...]³⁷⁹

Escutar é caminho para aprender a falar com os outros. A fala docente, em vez de retrain, silenciar e reivindicar unilateralmente a pretensão de tudo explicar, procura instigar os outros interlocutores a participarem da tessitura coletiva.³⁸⁰ A roda de conversa contribui para a recuperação da sala de aula como espaço público de acolhimento e intercâmbio de diferentes vozes e histórias.

O trabalho em grupo mostra-se a alternativa mais adequada para o ambiente pretendido, devendo a classe formar cinco equipes para a execução das atividades.

A avaliação é processual e se baseia nas diversas atividades produções solicitadas aos/às estudantes no curso da sequência, permitindo assim traçar um diagnóstico das aprendizagens, do grau de alcance dos objetivos propostos e das intervenções necessárias por parte do/da docente.

³⁷⁸ SEFFNER, Fernando. Aprendizagens significativas em História: critérios de construção para atividades em sala de aula. In: GIACOMONI, Marcello Paniz & PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). **Jogos e Ensino de História**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

³⁷⁹ MOURA, Adriana Ferro & LIMA, Maria Glória. A Reinvenção da Roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. *Temas da Educação*, João Pessoa, v. 23, n.1, p. 98-106, p. 100, 2014. Sobre a potencialidade pedagógica da roda de conversa, consultar também MELO, Marcia Cristina Henares de & CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Imagens da Educação**, Maringá, v. 4, n.2, p. 31-39, 2014; WARSCHAUER, Cecília. **Rodas e narrativas**: caminhos para a autoria do pensamento, para a inclusão e a formação. Disponível em: https://331e03ee-3c3b-415f-be8d-7d48a2328167.filesusr.com/ugd/603c36_db7a0aac59ea4241bdc06e14c3231995.pdf. Acesso: 18/12/2018.

³⁸⁰ FREIRE, 2008, p. 113-125.

Por fim, as peculiaridades do turno noturno e os contratempos frequentes que diminuem a exígua carga horária recomendam a abstenção sobre a prescrição exata da reserva de tempo para a realização de cada atividade proposta. Certamente, porém, nenhuma atividade para sala de aula será plenamente efetiva sem, no mínimo, quatro horas-aulas dedicadas.

AULA 1 - A Fundação do Abrigo dos Filhos do Povo

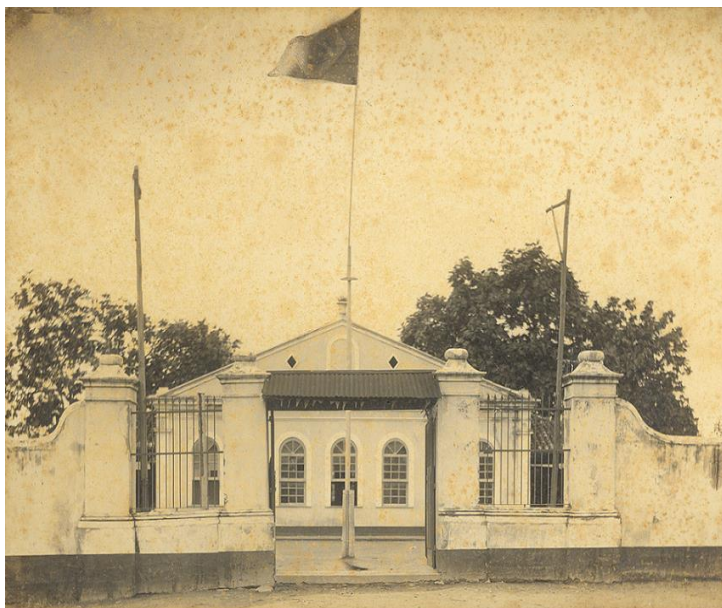
Objetivos

- Conhecer os aspectos referentes à fundação do Abrigo dos Filhos do Povo
- Identificar as semelhanças e diferenças, permanências e mudanças do Abrigo em 1920 e na atualidade
- Valorizar a escola como lugar de memórias

Desenvolvimento

Para iniciar o trabalho, o/a professor/professora conta a história do trabalho fotográfico de Trajano Dias sob encomenda do diretor técnico Raimundo Frexeiras em 1920, ressaltando a importância como documento para conhecer a trajetória da instituição, bem como as informações disponíveis sobre a atuação profissional do fotógrafo na história da fotografia soteropolitana. Sugere-se apresentar outras fotografias do mesmo produtor, especialmente de temática escolar, custodiadas no acervo do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, ampliando a compreensão de seu trabalho.

Vertendo a atenção para o tema da aula, com o auxílio do equipamento de projeção, exibe-se a fotografia que registra a residência dos Frexeiras e sede do Abrigo dos Filhos do Povo, em 1920.



DIAS, Trajano. Residência da Família Frexeiras e sede do Abrigo dos Filhos do Povo, 1920, Salvador-BA/FCRB.

Esse documento de Trajano Dias permite examinar as mudanças e permanências na arquitetura exterior do imóvel, possibilita também refletir sobre a importância desse tema na fotografia escolar daquele período, o valor atribuído por aquela sociedade que clamava pela expansão da rede escolar como condição essencial para a consecução do projeto de modernidade e de cidade civilizada e pontilhada de “templos de saber” e, ao mesmo tempo, convivia com a destinação de espaços improvisados para uso escolar, como a residência em questão. Apesar da inexistência de indicativo para o uso escolar do imóvel, denota-se o cuidado técnico para destacar a monumentalidade.

Em seguida, continuando a examinar a fotografia com a versão impressa, as/os estudantes distribuídos em seus grupos devem debater e responder o seguinte roteiro:

- a) O que a fotografia registra?
- b) Quais elementos chamam mais atenção? Por quê?
- c) Por que o registro da fachada da casa escola, sem a presença de pessoas, era tão importante naquela época?
- d) Que mensagens o fotógrafo pretendeu com o portão aberto e a bandeira nacional hasteada?
- e) Para quem se destinava?
- f) Percebe algum detalhe indicativo do uso escolar do imóvel?
- g) Por que já não mais se admite o estabelecimento de escola em casa residencial?

Nessa tarefa, recomenda-se reservar 30 minutos para que cada grupo desenvolva o registro escrito. Posteriormente, o/a professor/professa coordena o momento coletivo para compartilhamento dos pontos de vista, das opiniões sobre a tarefa.

Avança-se então para duas outras imagens referentes à fachada do Abrigo dos Filhos do Povo na atualidade, favorecendo o exercício de comparação para identificar mudanças e permanências. O uso de uma fotografia extraída da internet, sem datação estabelecida, justifica-se para compensar o prejuízo para a contemplação em razão do crescimento descontrolado de arbustos próximos à casa principal.



PACIÊNCIA, Renilson M. Escola Municipal Abrigo dos Filhos do Povo, 2018, Salvador- BA.



Fonte: Farol News, s/d.

Com base na observação das três fotografias apresentadas, propõe-se as seguintes questões:

- a) O que mudou? O que permanece?
- b) Identifique os problemas de conservação de poluição visual na paisagem em que o Abrigo se insere atualmente.
- c) Na imagem 1 o fotógrafo Trajano Dias focou sua câmera para a casa escolar, omitindo o lugar em que se encontrava, enquanto que o registro mais atual permite sondar as transformações no entorno. Aponte essas transformações.

Quem foram os envolvidos na criação da escola? Tendo o Abrigo ocupado uma residência, quem eram os moradores? A partir dessas provocações, o/a professor/professora oportunamente explica que a adaptação de imóveis residenciais para uso escolar foi solução disseminada na Bahia na primeira metade do século XX. Para melhor compreender a criação e a instalação da instituição fundada em 1918, sugere-se o uso de trechos do capítulo 1 da dissertação, referentes às origens do fundador pernambucano e da fundação da instituição, promovendo-se a leitura compartilhada.

O/a professor/professora exhibe o único retrato coletivo dos fundadores da instituição de ensino, instigando a observação com alguns questionamentos necessários:

- 1) O que representa?
- 2) Quem são os indivíduos retratados?
- 3) Onde foi tirada essa fotografia?
- 4) Segundo a versão contada a partir de certos detalhes da cena, quando esse encontro teria ocorrido?
- 5) O que se pretendia com esse tipo de registro naquela época?
- 6) Que importância tem esse retrato para a história que começa a ser contada?
- 7) Quais eram os objetivos fundamentais do Abrigo na época de fundação?



Fundadores e primeiros diretores do Abrigo dos Filhos do Povo: Raimundo Frexeiras, José Frutuoso dos Santos, Ladislau Victor das Virgens e Fortunato Ferreira da Fonseca, 1920, Salvador-BA/FCRB

Junta-se à fotografia a primeira notícia publicada no jornal A Tarde, de 8 de março de 1918, sobre a fundação da instituição de ensino:

O Abrigo dos Filhos do Povo

A organização de uma útil sociedade

Uma iniciativa digna de todos os louvores acaba de ter o sr. Raymundo Luiz dos Santos Frexeiras, cobrador da União Fabril da Bahia, com o concurso dos srs. José Valentim da Silva Passos, Francisco Xavier do Nascimento, João Anastácio de Jesus, Antônio Feliciano de Farias, Fortunato Ferreira da Fonseca, Salustiano Medrado Barreto, Ladislau Victor das Virgens, João Alexandre Pereira da Conceição, Jorge José de Souza, José Rosalino Ribeiro, Isidoro Alves Moutinho, José Frutuoso dos Santos e outros, organizando, no Tanque da Conceição, a Associação denominada Abrigo dos Filhos do Povo, cujos os fins são os seguintes:

- i. Fundar uma escola para as crianças do sexo masculino e outra para as do sexo feminino, para as crianças desamparadas ou aquelas cujos pais não possam fornecer-lhes vestuários etc. Que serão fornecidos pela associação.
- ii. Promover o afastamento das crianças que estiverem sob domínio de pais ou tutores desalmados, si para isso encontrar remédio na lei
- iii. Manter anexo um curso noturno para adultos analfabetos;
- iv. Ministrare educação religiosa a todos os alunos a qual ficará a cargo de um sacerdote indicado pelo arcebispo;
- v. Promover conferencias públicas em sua sede, quinzenalmente;
- vi. Criar um fundo de beneficência, em benefício dos associados que necessitarem, garantindo aos mesmos apoio, proteção e trabalho.

Estas são as linhas gerais da sociedade "Abrigo dos Filhos do Povo", cuja vida social se manterá com o produto de uma subscrição popular e das mensalidades dos seus associados. Dos seus estatutos, constará um dispositivo determinado que um dos cargos do conselho fiscal seja confiado a um dos jornais diários da capital. [...]

Fonte: A Tarde 08/03/1918, p. 1.

Executada essa tarefa, os grupos se debruçam na análise da escritura pública de doação passada pela Companhia União Fabril e Progresso Industrial da Bahia em benefício da Associação Abrigo dos Filhos Povo (ver Anexo A), efetuando a transferência da casa principal e dos terrenos. Esse documento corrige a interpretação errônea circulante que atribui a Raimundo Frexeiras o empenho no ato. A transferência ocorreu em 1934, oito anos depois da morte do fundador principal. Na leitura da escritura pública, os grupos buscam identificar e extrair informações para responder as seguintes indagações:

- a) Quem era o proprietário do imóvel?
- b) Quem foram os envolvidos na doação?
- c) Descreva o que foi doado.
- d) Que características tinha a casa internamente?
- e) Que cláusula foi imposta na doação?
- f) Faça uma pesquisa sobre a biografia de Bernardo Martins Catarino, sócio controlador do complexo industrial envolvido na operação, e a relação da empresa com o bairro da Liberdade e a indústria têxtil da cidade de Salvador.

No próximo passo, submete-se ao exame coletivo outras três fotografias: a primeira trata do projeto do novo prédio do Abrigo dos Filhos do Povo, concebido pelo engenheiro civil José Nivaldo Allioni e apresentado ao público na edição do jornal Diário de Notícias, de 3 de setembro de 1925; as duas outras são registros atuais das construções originadas do referido projeto e que abrigam as salas de aula.



Fachada do projeto do Engenheiro José Nivaldo Allioni para a nova sede do Abrigo dos Filhos do Povo. Diário de Notícias, 3 de setembro de 1925, p. 1.

“Começou mero produto de uma humanitária campanha a favor da instrução e agasalho dos menores filhos de pais pobres. Toda Bahia olha com carinho esse estabelecimento da Estrada da Liberdade. Rui Barbosa, pessoalmente, visitou-o e para ele escreveu a sua derradeira página literária, monumental, lida em espetáculo de benefício nesta capital.

Instalações completas

O projeto de edifício traçado pelo engenheiro José Allioni divide-se em vários departamentos entre os quais ficam: o Teatro, já tentado, com êxito, aliás, no impróprio prédio atual; Museu Escolar, Capela, Escolas, Salas de sergir, remendos, lavar, engomar, cozinhar, Gabinete Dentário, Enfermaria, Campo de culturas, Oficinas, praças de exercícios, residência do diretor.

É estimada em 500:000\$000 a construção

Para evitar ociosos e esmoleres

O Abrigo quer realizar, sob suas cercas, um esforço de mundo social – compendiadas que vão ser nele, em valia de preparo, todas as aptidões de trabalho e todas as realidades, da vida, pois pretende laborar, de larvas humanas condenadas à decomposição, trabalhadores de capacidade multiforme. Há de ser universidade de crianças desafortunadas, para generalizar lucros – por educação e benefícios, esses últimos só propiciados até a idade de suficiência profissional, para não inveterar-se-lhes conceito de obrigatoriedade de esmola e de legitimidade do ócio.” (Diário de Notícias, 3 de setembro de 1925, p.1.)



PACIÊNCIA, Renilson M. Pavilhão de aulas do Abrigo dos Filhos do Povo, 2018, Salvador-BA.

Nessa análise as/os estudantes devem discutir algumas questões:

- 1) Baseando-se nos usos e nas atividades pretendidas para o novo prédio iniciado em 1925, o que o Abrigo desejava oferecer às alunas e aos alunos?
- 2) Descreva as atividades e usos desenvolvidos atualmente na casa principal e nas outras instalações escolares.
- 3) Aponte os problemas existentes de conservação e manutenção do imóvel.

- 4) Sabendo que o Abrigo recebe diariamente crianças, pessoas com dificuldade de locomoção e idosos, os espaços estão adequadamente adaptados para recebê-los? Existem intervenções ainda a se fazer? Quais?
- 5) Que espaços, usos e atividades deveriam ser constituídos ou modificados para atender as necessidades do público jovem, adulto e trabalhador que compõe a EJA?

Para concluir a aula, a/o professor/professora coordena a escrita coletiva de dois verbetes sobre o Abrigo dos Filhos do Povo e a Família Frexeiras para divulgação interna na escola e a publicação nas redes sociais.

Recursos didáticos

Computador, projetor, fotografias e textos impressos

Leituras para o/a professor/professora:

LUZ, José Augusto Ramos da. Educação, Progresso e Infância na Salvador Republicana: percursos históricos. In: LUZ, José Augusto Ramos da & SILVA, José Carlos. História da Educação na Bahia. Salvador: Arcadia, 2009, p. 233-269.

SOUSA, Ladjane Sousa. Abrigo dos Filhos do Povo: a formação para os “filhos do povo” segundo as ideias e propostas de Raymundo Frexeiras (1918-1920).

AULA 2 – O bairro da Liberdade ontem e hoje

Objetivos

- Compreender a historicidade da Estrada da Liberdade
- Refletir sobre as perspectivas da imprensa sobre a região e a população da Estrada das Boiadas/Estrada da Liberdade nas primeiras décadas do século XX
- Discutir sobre os problemas de infraestrutura urbana enfrentados pela população do bairro naquele período e as estratégias de reivindicação
- Refletir sobre a relação dos/das estudantes, moradores com o bairro da Liberdade na atualidade

Desenvolvimento

Para iniciar a aula, o/a professor/professora retoma a fotografia da casa escolar em 1920 trabalhada anteriormente, enfatizando a interpretação possível sobre o portão aberto como o convite de Raimundo Frexeiras e Trajano Dias, contratante e contratado respectivamente, aos interessados em conhecer o Abrigo dos Filhos do Povo, testemunhar o que se fazia ali naquela residência. A captura se deu da estrada, sem um mísero registro sobre o lugar que estava se tornando conhecido pela Bahia, por causa da multidão de crianças reunidas nas varandas, à sombra das árvores do quintal, para aprender as primeiras letras. Mas, como era o lugar onde o Abrigo se estabeleceu? Como vivia a população? Além da falta de escolas, o que motivou a mobilização dos moradores em torno do projeto liderado por Raimundo Frexeiras, quais outros problemas a população da Estrada da Liberdade enfrentava diariamente?

Com o propósito de favorecer a reflexão e o debate sobre essas questões, distribuem-se aos grupos doze reportagens produzidas pelos principais jornais de Salvador, entre 1918 e o início da década de 1940, tematizando a Estrada da Liberdade. Cada grupo ocupa-se da análise de um conjunto diferente de documentos, lidando com variados aspectos sobre a historicidade do lugar, os topônimos que permanecem referenciando o cotidiano dos moradores e a identidade do bairro, o olhar da população sobre a população, os problemas de infraestrutura e as formas de reivindicação e luta, a negação do direito à cidadania, as visões preconceituosas e discriminatórias sobre as populações pobres e periféricas.

Lendo e discutindo cada reportagem, as/os estudantes devem responder as questões básicas: O que foi noticiado? Onde e quando ocorreu? Quem foram os envolvidos? Como? Por quê?

Cada grupo deve dispor de um tempo mínimo para apresentação sobre o conteúdo das reportagens lidas. Em seguida, o/a professor/professora provoca a turma com algumas essenciais:

O que os repórteres esperavam encontrar na região da Estrada da Liberdade para satisfazer a curiosidade dos leitores?

Quais eram as palavras-chave mais empregadas para descrever a região e os moradores?

Por que os jornais se dedicavam a noticiar os problemas enfrentados pela população?

Baseando-se nas reportagens lidas e em seus conhecimentos sobre a inserção da Liberdade no noticiário local, aponte as diferenças e semelhanças no olhar da imprensa sobre a população.

No desdobramento subsequente, propõe-se novo desafio: **Como é a Liberdade hoje para vocês?** Para fomentar o debate explorando as perspectivas que têm os estudantes, moradores e pedestres sobre o bairro, bem como as memórias e experiências demarcadas nos percursos diários entre a moradia, o trabalho e a escola ao cair da noite, os estudantes são convidados a produzir mapas afetivos³⁸¹, através dos quais possam expressar seus deslocamentos no labirinto de ruas, becos, travessas, ladeiras e lugares significativos, as relações de vizinhança, as redes de parentesco e de amizade, os espaços de diversão e lazer, as áreas de tensão e interdição. Os afetos fornecem as coordenadas para mapear a rede de vínculos e nós essenciais para constituir o território habitado. Como forma de narrar as histórias e as geografias que vão sendo escritas com os passos, caminhar se faz necessário para conhecer os percursos.

Neste sentido, sugere-se que os grupos possam realizar passeios pelos lugares apontados nos mapas, produzindo fotografias e depoimentos orais, a fim de conhecer a criação que se faz diariamente com os passos.

A realização deve ser concluída em duas semanas. Após o termino, na sala de aula, os trabalhos produzidos são compartilhados através da mostra audiovisual, combinada à roda de conversa.

Recursos didáticos

Computador, projetor, textos impressos, celular, papel ofício, lápis de cor e mapas da cidade de Salvador e do bairro da Liberdade

Leituras para o/a professor/professora

³⁸¹ Para o desenvolvimento dessa proposição, recorri as contribuições de Juliana Cristina Pereira apresentadas na tese de doutorado intitulada "Cartografias Afetivas: proposições do professor-artista-cartógrafo - etc" (UFSC, 2016).

MENDES, Bartolomeu de Jesus. Entre Blocos Afros e Afoxés: Liberdade - Salvador/BA no último quartel do século XX (Identidade e Diferença na Intersubjetividade). (Tese de Doutorado). São Paulo; PUC, 2008. (Capítulo 1).

PEREIRA, Juliana Cristina. Cartografias Afetivas: proposições do professor-artista-cartógrafo-etc. Tese de Doutorado em Educação. UFSC: Florianópolis, 2016.

RAMOS, Maria Estela Rocha. Território Afrodescendente: leitura da cidade através do bairro da Liberdade, Salvador (Bahia). (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA/PPGAU, 2007. (Capítulo 4)

Textos selecionados

GRUPO 1

Diário de Notícias 13 de junho de 1918 p. 2.

A Estrada das Boiadas é um dos lugares mais povoados desta capital, porque daí partem outras muitas ruas, que são cheias de casas, ocupadas pelos que não podem suportar o excessivo preço dos aluguéis na cidade.

Pois bem: os poderes públicos até agora não lançaram suas viagens para aí, onde faltam a água, a iluminação e bonde.

A Intendência e Linha Circular, ou mesmo a Trilhos Centrais, bem podiam atender aos reclamos dos moradores, dando-lhes água e uma linha de bondes.

Diário de Notícias, 5 de junho de 1941, p. 4

A Estrada da Liberdade

É, além de tudo, uma evocação das glórias nacionais

O bairro mais populoso da Cidade sofre indefeso, as inclemências da canícula e das invernadas

Calçamento e luz é o que sempre pleitearam os seus habitantes

A velha cidade de Thomé de Sousa tem a sua topografia bem amiga da história. Em cada rua, em cada bairro, vive um pedaço do passado. Nas páginas dos compêndios que retratam os tempos coloniais, os nomes das nossas artérias são frequentemente citados, sem que nos esqueçamos de salientar que muitos deles tiveram origem nos feitos heroicos dos nossos ancestrais.

Dentre os que podem ser incluídos no rol desses, está a antiga Estrada da Liberdade, ou seja, a Ruma Lima e Silva. Aquele trecho da metrópole baiana faz viver nas nossas retentivas a recordação perene do patriotismo e da coragem desassombrada dos que lutaram em 1823 pela consolidação da independência política do Brasil. O gesto platônico que teve como cenário as margens do riacho Ipiranga, nas terras de Piratininga veio encontra forma, na guerra de corpo a corpo travada entre as tropas lusitanas sob o comando de Madeira, e os denodados baianos que souberam elevar o nome da Pátria, expulsando os invasores, mantendo, de modo concreto, as aspirações de toda a Nação Brasileira.

A Estrada da Liberdade é bem uma página viva, onde o sofrimento e a abnegação cívica dos baianos encontraram o lenitivo da vitória. o 2 de julho é, talvez o feito mais significativo dentre os muitos que emolduram o patrimônio histórico do País. A emancipação política do Brasil começou dessa data memorável e, daí o seu próprio ritmo de progresso geral.

Onde moram as necessidades

Mas a Estrada da Liberdade parece que foi predestinada a marcar épocas, pois, hoje, ela representa um dos aspectos mais interessantes da Bahia, servindo de bairro residencial à população proletária da nossa terra. Nenhuma outra rua consegue

sobrepunha-se ao seu prodígio, porque ela significa a maior expressão populacional da cidade, equivalendo a um subúrbio de vida própria. Em toda aquela zona parece que ficou impregnado o sentimento de resignação para o sofrimento e de ardor para a luta de todos os dias.

A gente que habita a Rua Lima e Silva sofre com coragem o desprezo que lhe tem sido dispensado pelas administrações da Comuna. Enquanto isso, não se sente esmorecida para os trabalhos, pesados, muitas vezes, a fim de que possa atender às obrigações que lhe são impostas pelo fisco.

No verão ou no inverno sofre a população ali moradora, os efeitos da poeira ou as poças e pântanos, um e outro, foco de moléstias que se alastram, porque encontram campo propício devido à falta de recursos de suas vítimas, muitas delas sem o necessário para a sua própria alimentação!

GRUPO 2

Diário de Notícias, 1 de novembro de 1939, p. 4)

Um bairro abandonado e infeliz

A Estrada da Liberdade está carecendo de urgentes melhoramentos

É um recanto da cidade onde vivem milhares de famílias

Estrada da Liberdade é um velho bairro distante, onde mora a gente pobre da cidade, velho bairro distante perdido na singeleza do panorama e onde se agitam milhares de seres humanos. Estrada da Liberdade é uma artéria que estende como um labirinto, repleta de aspectos e onde vive a pobreza. Velho recanto da cidade movimentada, das casas pequeninas e arrumadas como caprichos arquitetônicos, trepando nos altos dos morros como meninos vadios e irrequitos.

E foi, por ali, que passou, numa manhã cheia de sol, em busca dos portões da cidade, o Exército libertador. Um pedaço da traição da cidade. Um mundo de sentido histórico. Uma colmeia movimentada e buliçosa, onde vivem, onde sofrem, onde choram, milhares de entes para os quais a vida reservou, apenas a lírica expressão de sua pobreza e o drama tentacular de sua angústia.

O bairro que Deus esqueceu

Estrada da Liberdade é, pois, uma cidade dentro da outra cidade. com as suas favelas misteriosas, onde há crimes selvagens e onde os homens se matam por muito pouco. Com os seus garotos sujos e coberto de andrajos, cheios de barro olhando a imensidade do horizonte enchendo de bulício as ruas e becos.

Um pedaço pobre de uma cidade repleta de “bangalôs”. Não tem edifícios ornamentais. Nem ruas alinhadas e calçadas. É um amontoado de ruas tortas, cheias de buracos e de casebres de palha, onde moram famílias numerosas.

É um bairro que Deus esqueceu. Para a Liberdade nada foi dispensado. Nem calçamento. Nem luz. Nem transportes. Sobretudo é um local onde a poeira impera, e onde a malandragem faz campo.

Diário de Notícias, 17 de abril de 1939, p. 5.

O outro lado da cidade...

Ruas, becos e vielas esburacados, lamacentos, formam verdadeiros labirintos

[...]

A estrada da Liberdade é um dos arrabaldes mais populosos da cidade. Pelo seu aspecto geodésico, a Liberdade é um verdadeiro labirinto. Sem estética, sem alinhamento e sem calçamento, as ruas principais do arrabalde apresentam um aspecto disforme que não condiz com o seu número de habitantes e de edificações. Não é pequena a quantidade de “bangalô” existente ali. Há estabelecimentos públicos, entre os quais a Escola Duque de Caxias, entre os quais a Escola Duque de Caixas, reputada obra de engenharia moderna.

Nas ruas mais afastadas do arrabalde é onde se nota a desolação. Quadros verdadeiramente dolorosos, pungentes. Vielas e becos lamacentos e esburacados. Amontoado de casinhas mambembes, de barro amassado, cobertas de palha. Outras à beira de precipícios, sujeitas a desabamentos ou corrimentos de terras. Tudo isso acrescido da vida de miséria que passa, ali, grande número de famílias. [...] (Diário de Notícias, 17 de abril de 1939)

GRUPO 3

Diário da Bahia 15 de fevereiro de 1933, p 5

Um posto policial na Estrada da Liberdade

A sua inauguração hoje

A zona na Estrada da Liberdade, como sabe toda a Bahia, é a que mais trabalho dá a delegacia a que ela está circunscrita, pelos frequentes crimes e conflitos outros que ali ocorrem.

Sentindo de perto anormalidades tais perturbadoras do sossego das famílias ali moradoras, o dr. Leopoldo Braga, ex-titular da 2ª circunscrição policial, solicitou do exmo. sr. cap. João Facó, digno Secretário da Polícia, a criação de um posto policial naquele bairro, o que vem acontecer, hoje, com a sua inauguração justamente no trecho mais perigoso daquele local, como soe ser os célebres Japão e Corta-Braço.

Devido a este acontecimento, dos moradores de toda a zona, o cap. João Facó, o dr. Leopoldo Braga, e o esforçado subcomissário local sr. Balbino Pacheco de Oliveira, recebido muitas felicitações.

Estão, pois, de parabéns os moradores da zona da Estrada da Liberdade.

Diário de Notícias, 9 de maio de 1936, p. 3

Sem água, sem luz, sem calçamento!

Queixa-se a população pobre do Curuzu

O bairro que “Deus esqueceu” ...

Não poderíamos deixar à margem sem o nosso registro destacado a queixa que nos tem chegado com insistência de moradores daquele trecho da Estrada da Liberdade, o Curuzu “que Deus esqueceu” como já o estão mesmo denominando.

Zona realmente paupérrima em que reside grande parte do proletariado da cidade carece sem dúvida de que os poderes públicos, na boa vontade que em tudo, têm demonstrado servir, no melhor possível à população, mui particularmente à população pobre, será indiscutível prova do que afirmamos, dos dirigentes administrativos da metrópole do Estado providencie para cessação dos fatos que passamos a solicitar.

Água, luz, calçamento!

Ali, no Curuzu, dizem-nos os seus moradores, a população vive no tocante à água como as infelizes populações nordestinas, sem quase uma gota do “precioso líquido”! Este, para as necessidades indispensáveis, é trazido de grande distância às cargas num jumento puxado por um indivíduo que o fornece mediante 800 réis a carga! Um absurdo, mas uma realidade, confirmaram-nos.

A falta de luz é outro problema seríssimo a ser resolvido. Anda-se, à noite, no Curuzu às apalpadelas tamanha a escuridão reinante.

A Prefeitura, que está, ultimamente, providenciando na melhora da iluminação da cidade, podia muito bem cuidar, um pouco mais daquela zona.

E outro, ainda, importantíssimo teorema é o calçamento. Rua esburacada, sem um paralelepípedo andar no Curuzu, quer de dia, quer à noite, é um suplício que precisa, indiscutivelmente, ser remediado, para amenizar, ao menos, as lástimas da sua população que, pobre, merece o amparo dos poderes.

O Imparcial, 3 de julho de 1937, p. 3

O “Corta Braço” está transformado num grande lamaçal!

Por que a Prefeitura não lhe dá iluminação e calçamento

[...] Trata-se de uma artéria habitada por operários que ali construíram o seu lar com sacrifícios bem grandes. No entanto, o Corta Braço é um imenso lamaçal inacessível a veículos em dias de chuva [...]. Não tem iluminação. Não tem esgotos. Não tem água. Não tem nada. Apenas a lama que por lá abunda, em excesso tornando-se perigoso foco de muriçocas, moscas, mosquitos, etc.

A municipalidade está, portanto, no dever de melhorar tão deplorável situação, indo solicitação ao encontro de um bairro, cujos moradores contribuem para o erário da Prefeitura, com décimas e impostos escorchantes.

GRUPO 4

Diário da Bahia, 16 de maio de 1942, p. 3

E ainda chama de rua do Céu...

O repórter precisava de um assunto humano, real, sugestivo para uma reportagem. Os motivos que aparecem no centro da cidade, os que mais despertam a atenção, bem sempre tem as características ditas acima. Só a ponta de rua. Só tomando um bonde e indo procurar do outro lado da cidade o aspecto pobre, humildes, e, por isto mesmo, digno de um comentário. Só abandonando o bulício das ruas do centro, só se vendo livre, ainda que, por instantes das mesmas caras que vemos a todo o momento, das mesmas ruas, dos mesmos automóveis. E foi isto que o repórter fez na tarde de ontem.

Conhecedor de alguns segredos da cidade, velho andarilho dos subúrbios longínquos e abandonados, não só por prazer como por dever de ofício, não lhe foi difícil ir na certa.

Lembrou-se da Rua do Céu. A Rua do Céu, o nome estava dizendo, devia ser um lugar encantador. E depois de muito esperar, na rua da Ajuda, conseguiu um lugarzinho num bonde de Liberdade. [...]

RUA DO CÉU

Santo Deus! Chamam a esta rua do céu... não há calçamento. Não há esgotos, não há conforto algum. As casas são piores, casas humildes que não sabemos como resistem aos rigores do inverno. Quando chove é um deus nos acode. A lama toma conta da rua. Nem um aterro sequer. Lama e mais lama. As poças d'água refletem o céu... mora muita gente na rua do Céu. Toda essa gente paga imposto. Há casas de negócio, pequenas, porém, sempre. Casas de negócio. Muita gente pensou que repórter fosse funcionário do censo Municipal. Acalmamos. Queremos dar uma notícia sobre a sua rua. Há crianças humildes, brincando na lama. Pés descalços, roupas de pano barato, quase sempre nuas da cintura para cima.

Muita gente sentada pelas portas, aproveitando a trégua que S. Pedro concederá. Caras espantadas, vendo o fotógrafo escolhendo lugar para fazer a chapa. E como o fotógrafo demorasse muito de acertar, por muito tempo as caras ficaram em expectativa... Quanta gente não estava pensando que era um funcionário da Engenharia que estava ali para melhorar a rua... Afinal foi feita a chapa.

Uma turma de desocupados no oitão da "Casa Fé em Deus", achou de fazer pose. E quando o fotógrafo no seu ato inconsciente de agradecer, (ele agradece, até aos cadáveres) eles responderam rindo.

-Não por isto...

Um aparelho de rádio

Na Rua do Céu tem um aparelho de rádio. Fica num armazém. É uma nota da civilização e de alegria naquele ambiente atrasado e triste. Quando o rádio está tocando, muita gente fica a escuta. Assim, as criancinhas daquela rua pobre, mesmo sem estarem no tempo da escola, já tartamudeiam "lero-lero", "Chica Boa" e outras idiotices musicadas...

Ouvindo o morador

O repórter aproximou-se de um dos moradores da Rua do Céu.

-Então, não concertam a sua rua, hein?

-Qual nada, seu doutor... (francamente, não gostamos) isto aqui não muda. Sempre foi assim... Entra ano e sai ano. A gente não tem nada. choveu, é isto que o senhor vê. Fez sol, é uma poeira de ninguém se aguentar.

Por que não fazem pedidos?

Para que? Também aqui não tem...

Não tem o que?

Não tem que se interesse quer dizer. Pois é. A gente vive assim. Que fazer?

Tem filhos?

Tenho, sim senhor

Em que você trabalha?

Eu... quer dizer... faço umas pataquinhas quando acho. A mulher é lavadeira. Foi lá para fonte.

Vida de pobre é assim.

-Vou dar uma notícia no jornal para ver se melhoram a sua rua.

-Dê. Nós ficamos esperando. Dê... eu não creio que melhorem...

E deixamos em paz aquele incrédulo que talvez esteja coberto de razão.

Diário de Notícias, 18 de julho de 1918, p. 2**Estrada das Boiadas**

Esta longa via pública que é um centro populoso, de onde partem outras ruas, todas habitadas por gente modesta, operários, etc. bem está merecendo que uma das companhias de bondes, que nos servem, estenda para ali os seus trilhos, beneficiando assim os seus moradores, que são obrigados, pela falta de transporte, a um longo percurso a pé, muito arriscado, naquela esboroada em sua maior parte e sem iluminação de espécie nenhuma.

GRUPO 5**Diário de Notícias, 23 de setembro de 1922, p. 1****Terá, afinal, bondes, a Estrada das Boiadas?**

Os moradores dessa zona habitadíssima com especialidade pela gente pobre da cidade, estão quase desesperados de ver ali transitar bondes da Circular.

Ontem, por lá andou a nossa reportagem, ouvindo algumas pessoas residentes no local.

Todos se queixam, terminando por formular-nos o mesmo estribilho:

Ha dezoito anos que a companhia se obrigou ao fornecimento de bondes...

Até hoje, nada. O sr. Pode ir por aí adiante, a ver a quantidade de casas da Estrada.

Sem dúvida, o pobre não tem direito a melhoramento algum?

De facto, todo o caminho é marginado de casas.

Moram por esse local alguns milhares de cidadãos, na maioria operários. Como na Republica os direitos são iguais, não há castas, demos-lhes razão às reclamações.[...]

A Noite, 3 de abril de 1925, p. 1**Mil e duzentas pessoas se dirigem ao governador da cidade pedindo providências**

O dr. Joaquim de Araújo Pinho, intendente da Capital, recebeu, ontem, uma comissão de moradores da Estrada das Boiadas, representando mil e duzentas pessoas, num abaixo assinado nestes termos

A Estrada das Boiadas é hoje um dos lugares preferidos das classes operarias em geral. Nas diferentes vielas e becos de nomes extravagantes que a caracterizam, conta-se uma população de mais de 3 mil almas que vai crescendo dia a dia, à medida que a necessidade tange da cidade aqueles, cujos salários não chegam para satisfazer o aluguel caríssimo das habitações cômodas.

E são milhares de casinhas que se contam pela Estrada das Boiadas, sem acomodações necessárias nem a devida observação aos indispensáveis preceitos aconselhados pela Higiene. Assim mesmo, sr. Intendente, tudo isto está muito bem para aqueles que não se podem sujeitar às durezas da vida e às imposições sempre descabíveis de proprietários desumanos.

Os caminhos são penosos, longos e escabrosos, e os moradores vivem sem luz, sem policiamento, concorrendo, entretanto, todos, com os impostos exigidos pela intendência.

O que vimos pedia à V. Ex^a. É a abertura de uma estrada de rodagem que nos facilite atingir o Bom Gosto da Calçada, evitando as viagens dificultosas que fazemos descendo e subindo as ladeiras de S. Francisco de Paula, Canto da Cruz, ladeira de Pedra e a conhecida pelo nome sugestivo de Ladeira do Inferno. Seguiam-se mil e duzentas assinaturas.

O sr. intendente mandou que a Diretoria de Obras designasse um engenheiro para dar andamentos aos trabalhos, sendo escolhido o dr. Jaddo de Oliveira, por parte da Comuna, e Raymundo Duarte, representante dos moradores da Estrada das Boiadas.

Diário de Notícias, 29 de dezembro de 1925, p. 1**Vai tudo a passos de cágado!**

Nem depois de oito meses, a Intendência apresentou a planta da Estrada das Boiadas

...E é por isso que não cessam as queixas contra os desorganizados serviços municipais!

Ali, na Intendência tudo toma assim um aspecto de obra de Santa Engracia. Por mais insignificante que seja o negócio a tratar em qualquer das suas repartições, os interessados terão que ficar de molho, à espera de que, um belo dia, de menos fastio, se pronunciem a respeito os funcionários competentes.

Esses fatos que se repetem a todo o instante, provocam já um mal-estar a todo aquele que, por força de lei, precisa entender-se com a Municipalidade, para levar adiante esse ou aquele empreendimento.

É bem de ver que esse merecimento da maior parte dos funcionários sobrevem até para os mínimos afazeres.

Assim por exemplo está classificado entre as maiores dificuldades para o proprietário ou inquilino o conseguir uma licença da Intendência para proceder caiação, pintura ou reforma na sua casa.

Enquanto a petição do requerente vai da mão do porteiro e a este volta, com o despacho final e as informações da Diretoria de Higiene, Diretoria de Obras e da Secretaria de Fiscalização, são passado, nunca menos 90 ou 120 dias, o que quer dizer que, para a consecução da licença, o suplicante verá passar nada menos de 3 a 4 meses: de braços cruzados, aguardando a última palavra do Município, que não o perdoará, condenando-o ao pagamento de uma multa, se porventura o prejudicado resolver, em defesa dos seus interesses, começar a obra antes de concedida a licença. E tudo é assim no Município, e pior é ele ainda quando se trata de alguma coisa que escape ao ramerrão de todos os dias.

Senão, vejamos:

8 meses para apresentar uma planta

Data de Abril do ano corrente uma petição da Linha Circular, solicitando as plantas da rua da Estrada das Boiadas para que, de logo, fosse projetada a nova linha que se estende entre o Largo da Lapinha e o Tanque da Conceição, linha que tanto tem sido reclamada pela numerosa população que reside naquela longínqua zona da cidade, e que além de tudo, vai servir à benemérita instituição, que é o Abrigo dos Filhos do Povo.

Essa petição não foi, até agora satisfeita pela Intendência, porque não se conhece nem se tem notícia de nenhum projeto para as ditas plantas. E os municípios da capital, ao invés de terem o município como o maior defensor dos seus interesses, sofrem as consequências do seu indiferentismo em assuntos de reconhecida importância, qual é este de dotar certo trecho da cidade de um serviço de viação.

E a Circular procura defender-se

A nossa reportagem conseguiu revelar mais este desleixo da intendência, lendo, ontem, na sua Secretaria, o ofício abaixo da referida empresa que alega nenhuma responsabilidade lhe pesar por não ter sido feita, até agora, a construção na referida linha.

Ei-lo

"Exmo. Sr. Dr. Intendente Municipal: Trazemos ao conhecimento de v. ex. Pedindo as necessárias providencias, que até esta data ainda não nos foram entregues as plantas da rua da Estrada das Boiadas, a fim de podermos apresentar o projeto de nossas linhas, no trecho dessa estrada, compreendido entre o Largo da Lapinha e o Tanque da Conceição, e, assim, cumprimos, no prazo convencionando, o acordo feito com essa Intendência, aos 28 de Abril deste ano.

Caso as plantas aludidas não possam por qualquer motivo de força maior, nos ser em prazo curto enviadas, lembráramos a v. exa., data vênua, um acordo entre esta companhia, v. exa. e o governo do estado, no sentido de se ir procedendo, desde já, ao nivelamento da rua e colocação dos meios fios.

Aguardando resposta de v. exa., reiteramos os nossos protestos de consideração.

AULA 3 – Infância, escola e trabalho

Objetivos

- Refletir sobre as diferenças e desigualdades no percurso escolar de meninos e meninas
- Discutir as tensões entre escola, trabalho e infância no passado e no presente
- Reconhecer e valorizar as memórias do trabalho de estudantes

Desenvolvimento

A primeira etapa consiste na análise de duas fotografias que registram a oficina de costura alocada no interior do Abrigo, os trabalhos escolares produzidos, as meninas e mulheres envolvidas. As cenas possibilitam a reflexão sobre a relação entre trabalho e escola na infância, o papel da escola na formação de trabalhadoras e trabalhadores dóceis e úteis, as desigualdades de gênero no currículo escolar.

Convém salientar que a fotografia dedicada exclusivamente aos trabalhos escolares e ao maquinário contém um detalhe que corrobora a datação proposta para o conjunto fotográfico em estudo. O cartaz afixado na parede registra: SEÇÃO DE COSTURAS E BORDADOS 128 ARTEFATOS TRABALHADOS DE JULHO A OUTUBRO DE 1920.



DIAS, Trajano. Oficina de Costura do Abrigo dos Filhos do Povo. Salvador, 1920. FCRB



DIAS, Trajano. Exposição de trabalhos escolares do Abrigo dos Filhos do Povo. Salvador, 1920. FCRB.

Nessa análise, cada grupo deve refletir e debater com base no roteiro proposto:

- 1) O que as cenas representam?
- 2) Quem são as pessoas retratadas?
- 3) Observando o comportamento das alunas diante da câmera, o que se esperava delas brevemente operárias na fábrica?
- 4) O que o fotógrafo pretendia despertar no público?
- 5) O que essas fotografias provocam em você?
- 6) O silêncio impera, mas as meninas falam com os gestos. O que elas dizem com os objetos que seguram nas mãos?
- 7) No fundo da sala, vê-se o mapa do Brasil pendurado no relógio de parede. Não foram colocados na cena à toa, eram bastante significativos para a escola daquela época. Por que se desejou mostrar esses objetos?
- 8) Chama a atenção a presença da menina sentada sobre o pequeno baú, posicionada à frente do grupo, mais nova. Ali estava apenas para pose, talvez possuísse vínculo parental com a professora retratada ou outra pessoa. Você concorda com essa hipótese? Em caso afirmativo ou negativo, apresente sua hipótese sobre a presença na cena.
- 9) Observando a menina sentada à mesa de costura, à esquerda, desconfia-se que sua vestimenta possa ter sido bordada na oficina e cedida para uso na pose. Apresente argumentos para confirmar ou negar essa observação.
- 10) Quem eram as crianças que o Abrigo pretendia atender? De quais perigos deveriam ser afastadas?

- 11) Como o trabalho era integrado no projeto do Abrigo?
- 12) Por que a criação da oficina de costura foi a primeira iniciativa de ensino profissional da instituição?

Para melhor compreender a criação da oficina de costura e discutir adequadamente as três questões últimas, os grupos devem ler três importantes textos: a reportagem do jornal *O Imparcial*, de 4 de abril de 1919, que aborda a proposta de constituição da oficina de costura, reivindicada por José Gabriel de Lemos Brito, jornalista e diretor jurídico do Centro Industrial do Algodão, entidade patronal do setor têxtil baiano; o trecho de *As Provas de Minhas Ideias* em que Raimundo Frexeiras aborda o assunto; e o fragmento dos Estatutos do Abrigo dos Filhos do Povo, para entender os objetivos da instituição e a relação entre escola e trabalho.

O Imparcial 4 de abril de 1919, p. 2
Pelos Filhos do Povo

O diretor desta folha criou a primeira oficina do Abrigo, com dez máquinas de costura

Tendo o dr. Miguel Calmon prometido auxiliar mensalmente o Abrigo, seu diretor, o digno sr. Raimundo Frexeiras, em palestra, nos disse que, juntando este auxilio ao que já lhe vinha dando a ilustre diretoria da Progresso, aceitava de bom grado a nossa ideia de fundar ali pequenas oficinas para as crianças.

Pusemo-nos, então, em campo, para esse fim. E, juntando às quantias recebidas e publicadas outras que nos têm sido entregues, adquirimos, ontem, nove máquinas de costura, com caixas, na casa de Eduardo Fernandes & Cia, que, a pedido nosso, praticou o ato gentil e distinto de oferecer para o Abrigo - uma esplendida máquina de pé completa.

A inauguração depende apenas das nove mesas que devem assentar as máquinas; e estas nos têm de ser oferecidas pelos nossos bazares de móveis, sendo que o sr. Eduardo da Silva Ávila, à Montanha, já nos afirmou podemos contar com três delas. Muito bem!

Quem dá aos pobres, empresta a Deus.

As Provas de Minhas Ideias: o Abrigo dos Filhos do Povo (Pela Causa da Criança e o Conflito Social)

Montei uma seção de costuras e bordados à mão e máquina, a cargo de d. Maria Teodora Leonor de Souza. Funcionam quatro máquinas Singer, de pé, de propriedade do "Abrigo".

Esta oficina iniciou seus trabalhos em 1 de julho de 1919 e, no dia 25 de dezembro do mesmo, expôs setenta e um (71) produtos de apreciáveis labores e feitos, confeccionados pela professora e alunas.

Constam os referidos trabalhos de camisas, almofadões, centros de mesa, anáguas, aventais, vestidos, fronhas, panos para cadeiras e mesa, etc.

Muito se educaram também as alunas na indústria da cerzidura e do remendo.

Tudo quanto produziu essa seção se encontra arrecadado para conveniente destino (FREXEIRAS, 1920, p. 260).

Estatutos do Abrigo dos Filhos do Povo (1919)

PARTE PRIMEIRA
DOS FINS DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º. A instituição Abrigo dos Filhos do Povo, fundada no dia 3 de março de 1918, e situada à ladeira das Pedras, freguesia de Santo Antônio, desta cidade da Bahia, tem por fins:

§1º. Educar, instruir e prestar assistência às crianças dos dois sexos, reconhecidamente pobres e desamparadas, ministrando-lhes o ensino primário elementar e técnico, em escolas e oficinas apropriadas, fundadas pela Instituição, bem como serviços médicos.

§2º. Impedir, por todos os meios, que as crianças sejam pervertidas pelos hábitos da vadiagem, exercício de profissões nocivas ou criminosas e frequência a lugares suspeitos, por falta de moralidade.

§3º. Evitar, por todos os meios ao seu alcance, a ação maléfica proveniente da educação física ou moral, administrada pelos pais ou outros parentes que tenham as crianças em sua companhia.

§4º. Manter a sua ação tutelar até a época em que, a juízo de sua Diretoria, as crianças se encontrem em condições de aptidão a se dirigirem e granjearem, por si, honestamente a vida.

§5º. Inculcar no espírito das crianças o verdadeiro sentimento de amor a Deus, à Pátria e à Família, dando-lhes a noção exata dos direitos e deveres do homem na sociedade.

§6º. Habituar as crianças ao regime de sobriedade, temperança, trabalho, economia e previdência, inculcando-lhes no espírito a verdadeira concepção da vida.

§7º. Fundar escolas para o ensino primário elementar, oficinas para o ensino técnico ou profissional e preparar campos para o ensino dos trabalhos da agricultura.

§8º. Fundar uma biblioteca para os alunos de suas escolas e operários que se queiram instruir com a leitura de livros, revistas e jornais.

§9º. Promover conferências públicas e divertimentos educativos em sua sede, para distração e recreio das famílias proletárias e dos alunos de suas escolas.

§10. Estabelecer, como condição essencial, de seu sistema de educação e ensino e a prática dos preceitos da religião Católica Apostólica Romana, ficando a cargo de um sacerdote dessa religião a celebração da Santa Missa, a prática dos demais atos do culto e assistência religiosa.

Art.2º. O ensino ministrado às crianças de um e outro sexo será:

Ensino primário elementar da língua portuguesa e contabilidade, em escolas criadas e mantidas pela Instituição;

Ensino técnico, ou profissional, ministrado em oficinas convenientemente instaladas pela Instituição, onde as crianças, conforme o sexo, possam aprender a arte de carpintaria, marcenaria, ferraria, ourivesaria, serralha, alfaiataria, funilaria, agricultura (em campos previamente preparados), manufatura de roupas para os dois sexos, bordados à mão e à máquina, confecção de flores, lavanderia, arte culinárias e cerzadura de roupas e calçados, de modo que, atingindo a determinada idade, possa o aluno exercer, com conhecimento próprio, uma profissão honesta;

Ensino da música e exercícios de ginástica.

Parágrafo único. O ensino primário elementar e o técnico, bem como o da música e exercícios de ginástica serão ministrados em aulas diurnas e noturnas.

Esgotada a etapa interna em cada grupo, o/a professor/ professora coordena a conversa para que os/as estudantes expressem seus entendimentos, suas dúvidas, fazendo assim as necessárias intervenções para mediar a compreensão das imagens. Em meio ao diálogo, faz sua exposição oral norteadada pela reflexão sobre o papel pretendido pelo Abrigo na formação de mão-de-obra infantil para o mercado de trabalho e sua inserção no amplo debate nacional em torno da articulação entre escola, prevenção e infância pobre, apoiada no trabalho como instrumento de socialização e moralização; explicando também o sentido de vadiagem, desamparo e criança vadia naquele contexto histórico; apontando para a participação das

crianças em diversas atividades econômicas, inclusive o setor têxtil. Para oferecer uma dissonância em relação à imagem ordeira, silenciosa e disciplinada composta por Trajano Dias, é extremamente oportuno evocar a história da greve do setor têxtil em 1919, em Salvador, que foi protagonizada por tecelões e tecelãs a exigir melhores condições de trabalho, remuneração e tratamento digno, paralisando as fábricas da cidade inclusive a Fábrica de Nossa Senhora da Conceição, no Largo do Tanque. Muitas crianças matriculadas no Abrigo eram filhas de operários e operárias dessa fábrica, que integrava o parque industrial da União Fabril da Bahia, controlada por Bernardo Martins Catarino. Esse industrial, por sua vez, era um dos principais contribuintes do Abrigo.

Na terceira etapa, para a realização da atividade extraclasse, o/a professor/professora apresenta o gênero do relato autobiográfico como possibilidade metodológica para conhecer e valorizar as memórias, a trama múltipla de aprendizagens e saberes constituídos antes e além da escola, ao longo da vida. Esse primeiro contato pode ser feito mediante a exibição de depoimentos extraídos do canal do Museu da Pessoa no Youtube.

Para os objetivos da aula, as/os estudantes são convidados a narrar suas recordações ligadas ao trabalho. Como forma de auxílio para a organização do relato, sugere-se um roteiro para mera inspiração, podendo ser reinventado e ampliado.

Caminhos do Trabalho

Comecei a trabalhar com quantos anos? Esse começo se deu em qual atividade? Quais foram as dificuldades encontradas? Quais outras ocupações profissionais exerci ao longo da vida? O que consigo lembrar dessas ocupações? Que trabalho exerço atualmente? Que transformações observei no meu ramo de atuação, desde o começo da trajetória profissional até agora, já perto da aposentadoria? O que faço para complementar a aposentadoria? Como atravessei o período de desemprego? Que impacto isso teve na minha vida, na família? Há quanto tempo estou sem um emprego formal? O que tenho feito para garantir o sustento nesse período? Quais são as principais dificuldades para conseguir nova oportunidade de trabalho? Trabalhei no serviço doméstico, cuidado de crianças e idosos, comércio, cozinha, agricultura, construção civil, pintura, mecânica e estética, que lições de vida extrai disso? Nessa vida de trabalho intenso, passei por humilhações, desrespeito, discriminação, violência e ameaças? Tenho condições de colocar isso no papel e/ou no vídeo? Que papel tem o Abrigo dos Filhos do Povo a desempenhar diante desse meu desafio de estudante, trabalhador/trabalhadora?

O desenvolvimento dessa atividade consiste na produção de um texto escrito e individual, que se serve e também no roteiro para a gravação de vídeo de celular, com no máximo três minutos. São sugeridas duas possibilidades de apresentação da narrativa: o texto escrito e a gravação de vídeo com uso de celular de 3 minutos, no máximo. Considerando as dificuldades de letramento e de manuseio do celular, admite-se e incentiva-se o apoio dos membros da equipe ou de familiar. Por fim, pretende-se reunir os vídeos numa produção coletiva.

Leituras para o/a professor/professora

ABIMAQ. A História da Máquina de Costura Ponto a Ponto. In: **A História das Máquinas ABIMAQ 70 Anos**. São Paulo: ABIMAQ- SINDIMAQ/Magma Cultural e Editora, 2006.

Disponível em:
<http://www.abimaq.org.br/Arquivos/Html/Publica%C3%A7%C3%B5es/Livro-A-historia-das-maquinas-70-anos-Abimaq.pdf>. Acesso: 19/01/2019.

ARAÚJO, Vania Carvalho de. A Criança Socialmente Desvalida: entre o trabalho e a ameaça da lei. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de & ARAÚJO, Vania Carvalho de. **História da Educação e da Assistência à Infância no Brasil**. Vitória: EDUFES/SBHE, 2001, p. 171-205.

LUZ, José Augusto Ramos da. **Educação e Disciplina**: propostas para a infância Bahia (1924-1928). (Dissertação de mestrado em História) Salvador: UFBA, 2000. (Capítulo 2)

INSTITUTO MUSEU DA PESSOA. **Tecnologia Social da Memória**: para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias. São Paulo: Instituto Museu da Pessoa, 2009. Disponível em:

http://www.museudapessoa.net/public/editor/livro_mem%C3%B3ria_social.pdf. Acesso: 18/11/2019.

Recursos didáticos

Computador, projetor, fotografias e textos impressos

Aula 4 A Faina Escolar Começa: meninos à direita, meninas à esquerda!

Objetivos

- Discutir as diferenças nos percursos escolares de meninos e meninas
- Conhecer a tecnologia escolar do começo do século XX e suas implicações no trabalho e no cotidiano de docentes e estudantes
- Compreender as diferenças e semelhanças entre a sala de aula do passado e a do presente
- Valorizar a memória escolar como parte da identidade individual e coletiva

Desenvolvimento

Como convite para a reflexão, solicita-se a participação de um aluno e uma aluna para a leitura do poema “Classe Mista”, de Carlos Drummond de Andrade:

Meninas, meninas
do lado de lá,
Meninos, meninos,
do lado de cá.
Por que sempre dois lados,
corredor no meio,
Professora em frente
E o sonho de um tremor de terra
que só acontece em Messina,
jamais, jamais em Minas,
para, entre escombros, me ver
junto de Conceição até o fim do curso?³⁸²

À época da fundação, o Abrigo dos Filhos do Povo iniciou os trabalhos escolares com quatro escolas, duas masculinas e duas femininas. Em 1920, por causa do crescimento da procura por parte das famílias, a instituição contava com dez escolas, repartidas igualmente entre meninos e meninas e identificadas com a numeração de um a dez. Nas fotografias indicadas para a aula, as escolas femininas e masculinas se fazem representar. Convém atentar para o fato que as cenas não foram concebidas para proporcionar conhecimento sobre a realidade do dia a dia, os apertos diários para abrigar tamanha multidão sob o teto precário. Meninos e meninas foram reunidos para encarnar a imagem da escola idealizada naquele tempo, as perspectivas daquela sociedade sobre a instituição e seus sujeitos. Através desses registros também é possível colher indícios importantes para entender a tecnologia escolar pretérita, as relações sociais tramadas no cotidiano entre professores e estudantes, as condições de realização das atividades de ensino.

³⁸² ANDRADE, C. D. de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. Classe mista, p. 1.023.



DIAS, Trajano. Escolas do Sexo Masculino do Abrigo dos Filhos do Povo. Salvador, 1920. FCRB



DIAS, Trajano. Escolas do Sexo Feminino do Abrigo dos Filhos do Povo. Salvador, 1920. FCRB

No exercício de exploração dos documentos acima em questão, propõe-se um roteiro norteador:

1. O que está sendo representado nas fotografias?
2. Por que eles e elas eram mantidos separados nas varandas?
3. Elas são tão numerosas quanto eles. Mas, não costumamos dizer até mesmo nas aulas de história que não iam à escola ou que a presença era bastante pequena? Como explicar essa presença?
4. O que se vê não é um registro do dia a dia na escola, do modo como as aulas ocorriam. Meninos e meninas encenam a escola valorizada naquele tempo. Quais são as

características dessa escola destacadas? Comparando com o presente, o que mudou e o que se mantém valorizado?

5. Sabe-se que as escolas masculinas e femininas eram alojadas nas varandas e em outros espaços improvisados da casa-escola. Examinando atentamente o local exposto, que dificuldades existiam para abrigar adequadamente meninos, meninas e professoras?
6. Na fotografia das escolas masculinas, ao fundo, junto à capela, encontram-se o casal Frexeiras, duas professoras e o auxiliar de direção, Cícero José de Vasconcelos. Por que os adultos foram colocados nessa posição periférica?
7. A capela destinava-se às celebrações religiosas católicas da instituição, promovendo assim o ensino religioso católico. O que se pretendia com a inserção desse conteúdo na formação de alunos e alunas naquela época? Considerando que o ensino religioso se mantém no currículo do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras, aponte as diferenças e semelhanças entre a prática em 1920 e na atualidade?
8. Ainda sobre a fotografia dos alunos, vários chapéus foram amontoados na janela. Por que não foram permitidos? Identifique outros indícios das regras aplicadas sobre os corpos de alunos e alunas.
9. Eles e elas têm livros porque integravam o recado que ali funcionava uma casa de ensino, valorizadora das letras, do conhecimento. Na fotografia das escolas femininas, na fileira do canto direito, algumas meninas seguram canecos metálicos. Por que se quis mostrar esse objeto?
10. Quais objetos integravam aquela sala de aula?
11. Que reação esperava o fotógrafo provocar no público consumidor do trabalho fotográfico?
12. Certamente algumas crianças estiveram diante da câmera pela primeira vez. Talvez para algumas fora também a oportunidade única de participação num retrato coletivo, de captura do rosto na infância. Um registro feito para os outros. Como eles e elas se comportaram no momento?
13. O que essas fotografias causam em você?

Essas questões devem ser debatidas entre os componentes de cada grupo, reservando parte delas para a discussão com a turma. Convém exigir um registro escrito das reflexões de cada grupo para organizar essa etapa posterior de compartilhamento, de elucidação das dúvidas e apontamento para outras indagações a partir dos documentos fotográficos.

Nessa etapa, a fala docente tem a contribuir enriquecido a discussão com os dados fornecidos pelas investigadoras Elizabete Conceição Santana e Natali Soeiro Costa³⁸³ quanto à localização das escolas públicas municipais masculinas e femininas no distrito de Santo Antônio e os números de matrícula para o período da criação do Abrigo. Explicar ainda a atuação exercida pelas próprias famílias movidas por suas próprias perspectivas quanto à escolarização de meninos e meninas, reivindicando através de petições às autoridades governamentais e apelos à imprensa, bem como sustentando redes de escolas próprias. Neste sentido, convém citar duas notícias publicadas pela Gazeta de Notícias em 1912 com o registro da atuação política da população da Estrada das Boiadas e adjacências em favor da constituição de escolas para crianças e adultos trabalhadores:

Gazeta de Notícias, 3 de dezembro de 1912, p. 2

221 habitantes do 2º distrito de Santo Antônio reclamam uma escola noturna
Na sessão do Conselho Municipal, ontem, foi lido um abaixo-assinado de 221 moradores do 2º distrito de Santo Antônio reclamando a criação de uma escola noturna no Tanque da Conceição.

Gazeta de Notícias, 6 de fevereiro de 1913, p. 2

Mais de quarenta cidadãos, residentes no Corta Braço e na Estrada das Boiadas, segundo distrito de S.

Antônio, enviaram há muitos dias ao sr. Intendente municipal uma petição, bem fundamentada, solicitando a criação de uma escola mista entre aqueles dois pedaços de terras da Bahia.

Alegam os requerentes que existem ali cerca de 300 crianças pobres, que estão crescendo à sombra da ignorância, por falta de um estabelecimento de ensino primário, onde a todos possa ser distribuído gratuitamente o pão do espírito.

Esse pedido é muito justo, pelo que merece também o auxílio modesto da minha pena.

Neste sentido, portanto, faço daqui o sincero apelo aos sentimentos de patriotismo do dr. Júlio Brandão, esperando que S. Exa., em breves dias, torne em realidade os desejos daquele punhado de homens do trabalho, que para seus pequeninos patrícios só aspiram o banho lustral das 25 letras do alfabeto.

Atendei-os, ilustre governador desta cidade, mesmo porque eles

Como Goethe moribundo

Bradam luz ao novo mundo

Num brado de briareus...

Luz, pois, no Vale e na Serra

Pois se a luz rola na terra

Deus colhe gênios nos céus.

Devolvendo a iniciativa aos grupos, apresenta-se outra fotografia referente ao cômodo da casa-escola, onde eram guardados os livros, materiais escolares, objetos de escrita e o arquivo de provas escritas.

³⁸³ SANTANA & COSTA, 2014, p. 31-57.



DIAS, Trajano. Material escolar do Abrigo dos Filhos do Povo. Salvador, 1920. FCRB

Complementarmente, as/os estudantes devem ler também dois trechos de documentos escritos indicados: o primeiro, extraído de *As Provas de Minhas Ideias*, descreve o mobiliário e os materiais escolares existentes; e o segundo, o verbete *Instrumentos de Escrita*, de Isabel Cristina Alves da Silva Frade, extraído do *Glossário CEALE – Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para Educadores*:

As Provas de Minhas Ideias: o Abrigo dos Filhos do Povo (Pela Causa da Criança e o Conflito Social)

O material existente

Consta de 26 carteiras e 60 bancos com capacidade, umas outras, para seis alunos cada.

Por aí se vê que o mobiliário comporta 360 alunos apenas.

A classe infantil, porém, à míngua de assentos, fica dispersa nos pátios do prédio - dianteiro ou traseiro - conforme a posição da sombra e, na relva, abrigada pelas árvores, sentada, deitada ou de pé, é instruída pelas professoras, à cargo da qual está a mesma com o total de 84 petizes, no mister auxiliada por alguns alunos adiantados. Há mais: 4 quadros negros de cavaletes, 4 grandes mapas murais, 403 pedras de cálculos, 5 máquinas Singer de pé, 7 tímpanos, 2 lâmpadas Wizard de força iluminativa de 2000 velas, 3 lanternas contravento, 2 aparelhos de carbureto, tinteiros, canetas, mesas, cadeiras, relógio, 50 livros grandes para o serviço de escrituração, 16 caixas de papel timbrado e outros mais utensílios para as utilidades escolares (FREXEIRAS, 1920, p. 275).

Instrumentos de Escrita

Isabel Cristina Alves da Silva Frade

Na Europa, e também no Brasil, somente em meados do século XIX é que o ensino simultâneo da leitura e da escrita para iniciantes se tornou uma prática escolar corrente, devido ao barateamento do papel e à divulgação da pena metálica (inventada em 1803 e divulgada na escola em 1840), pois apagar a pena era um gesto muito perigoso para crianças pequenas. Nos usos escolares da escrita, é forte a relação entre o que se escreve e o instrumento disponível: no século XIX crianças menores escreviam em caixas de areia, depois nos quadros de ardósia, que exigiam o uso de um giz para pedra (lápiz para ardósia), para inscrever nesse suporte rígido, e de um pano úmido para apagar. Os mais adiantados, com as mãos mais treinadas, escreviam no papel com suas canetas tinteiro e depois nos cadernos.

No início do século XX, os pedidos de traslados de cadernos de desenho e cadernos de caligrafia mostram que primeiro era preciso aprimorar o gesto de escrita, a disciplina do traçado, para depois escrever, embora se copiassem textos nesses

treinos. A escrita em ardósia possibilitava o registro de palavras e, talvez, frases pequenas, mas as escritas eram efêmeras, pois não era possível conservá-las. O uso de caneta tinteiro, que não permitia borrões, requeria um tipo de escrita muito controlada, enquanto o lápis grafite, já popularizado na Europa e nos EUA desde a segunda metade do século XIX, com a borracha associada, passou a permitir erros e acertos.

Conforme estudos de Jean Hébrard e Anne-Marie Chartier, diferente das folhas soltas, o instrumento caderno passou a condicionar novos modos de pensar e de organizar o saber escolar e a escrita. Com ele pode-se registrar a escrita por dia de trabalho e por disciplina, usar mecanismos gráficos, como tabelas e listas marcadas pelo uso do espaço vertical ou horizontal da página, escolher traçados para marcar a distinção entre os textos dos exercícios ou separar uma atividade didática da outra. O uso do fichário pode trazer outra relação com a escrita e com formas de ordenamento e sequência de registro. O uso de folhas soltas, que parece comum na alfabetização atual, leva ao desaparecimento de uma série de mecanismos sequenciais, dificultando também a conservação dos escritos. (Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/instrumentos-de-escrita>. Data de acesso: 13/11/2018.)

Os grupos devem responder as seguintes indagações:

- a) Sobre a mesa há pilhas identificadas da maneira seguinte: “Pedras da Escola do Sexo Feminino”, Pedras da Escola do Sexo Masculino”. Que objeto era esse? Como era usado?
- b) Próximo da porta de acesso ao outro cômodo, há outra pilha acompanhada de um cartaz: “50.100 Escritas”. Que mensagem pretendia enviar o contratante para o observador daquela época?
- c) Considerando a multidão reunida nas varandas para aprender as letras e o cálculo, e o escasso material escolar existente, quais eram as dificuldades diárias para cumprimento da tarefa? Quais soluções eram aplicadas?
- d) Através da porta aberta para o outro cômodo, percebe-se a presença de duas mulheres trabalhando na mesa de costura. O que pretendia o fotógrafo ao integrar esse detalhe na cena?
- e) Afixado na parede há um cartaz da Casa Seixas, uma loja de comércio de cabos e tintas, localizada na região central de Salvador. Por que se quis mostrar esse cartaz?
- f) Imaginando a aula em 1920, o/a estudante tinha a disposição uma pedra de escrever apoiada na mesa ou no colo, o que possivelmente era mais comum dada o número reduzido daquele móvel. Olhava para o quadro para reproduzir a lição. Uma mesma professora era encarregada de alunos/alunas em diferentes níveis de estudo. A aula transcorria de um modo bem diferente da atualidade. Experimente refazer os gestos normalmente realizados ao copiar as anotações escritas no quadro e aponte as

mudanças impostas ao corpo e à aula com a combinação do quadro, da carteira e do caderno.

Dando prosseguimento ao trabalho a turma se volta para as fotografias de alunos e alunas do ano letivo de 1920 reunidos em frente ao Abrigo dos Filhos do Povo, para representar suas escolas enviando a mensagem de ordem, disciplina, silêncio, seriedade e organização. O número elevado de crianças enquadradas na mesma cena reforça o recado de pujança da instituição a merecer o amparo da Bahia e do Brasil.



DIAS, Trajano. Escolas do Sexo Masculino do Abrigo dos Filhos do Povo. Salvador, 1920. FCRB



DIAS, Trajano. Escolas do Sexo Feminino do Abrigo dos Filhos do Povo. Salvador, 1920. FCRB



DIAS, Trajano. Escolas do Sexo Feminino e Masculino do Abrigo dos Filhos do Povo. Salvador, 1920. FCRB

Para instigar o debate com a turma sobre essas fotografias, o/a professor/professora deve suscitar alguns questionamentos norteadores:

- 1) O que pretendia o fotógrafo e o contratante com esses retratos feitos em frente ao edifício-sede do Abrigo?
- 2) Como o resultado pretendido foi alcançado?
- 3) Em quais condições ambientais foram feitas as fotografias? (A ampliação da imagem fornece pistas a partir das expressões faciais das crianças em desconforto com a exposição solar)
- 4) As imagens externas permitem perceber detalhes não percebidos nas cenas montadas nas varandas. Observando para os corpos das pessoas retratadas, quais eram as regras que meninos e meninas deveriam seguir?
- 5) Observando a cena que reuniu as escolas masculinas e femininas e comparando com as outras anteriormente examinadas, aponte as diferenças identificadas.

Para conclusão do trabalho com fotografias nessa aula, expõe-se um retrato coletivo bastante singular. Meninos e meninas sentaram-se a lado a lado, por um instante. O grupo, constituído por alunos e alunas do 1º ao 3º curso, com idades entre 6 e 14 anos, mereceu essa participação por causa da publicação dos “resumos históricos”, escritos por Raimundo Frexeiras e copiados nos exercícios de caligrafia. Com o propósito manifesto de comprovar o acerto da instituição quanto à disciplina imposta, a eficácia do método de ensino e moralização e a utilidade social da instituição a pedir ajuda financeira para sustentar a

multidão, os alunos e as alunas retratados demonstravam que crianças “reputadas de quase incurável perversão”³⁸⁴ estavam sendo remodeladas pela ação civilizadora da escola.



DIAS, Trajano. Alunos e alunas do Abrigo dos Filhos do Povo. Salvador, 1920. FCRB

Além da fotografia em destaque, com o propósito de aprofundar sua importância, oferece-se à leitura dois “resumos históricos”, extraídos da obra *As Provas de Minhas Ideias*, que permitem discutir as ideias do mundo adulto sobre a transformação de meninos e meninas em alunos e alunas, o papel desempenhado pela escola na construção de identidades.

Abrigo dos Filhos do Povo, 8 de setembro de 1920

Meus pais são operários paupérrimos e muito bons para mim. Eu era malvado, desobediente, jogador de jaburu, três cartinhas e outras patranhas da jogatina. Andava fugido da escola, muitas vezes, de casa. Desobedecia e insultava minha mãe. Os meus pobres pais os vi chorarem algumas vezes por minhas maldades. Não conseguia aprender, não queria. Isto ainda aconteceu alguns dias depois de minha admissão no Abrigo. Um dia tal foi o meu delito, meu pai surrou-me pela mão e louco de dor exigiu a Sr. Raimundo Frexeiras tocar-me rudemente 24 vezes, com um instrumento qualquer as mãos. O Sr. Frexeiras acalmou meu pai, de quem soube o suficiente para me tomar no conceito do pior menino eu era e com atenção o ouvi. Muito conservaram os dois, eu fui poupado, meu pai transferiu ao Sr. Frexeiras o encargo e o poder de minha educação, se comprometendo, a pedido do mesmo, não mais me molestar com pancadas ou xingamentos, em meus regressos, à tarde, para casa. Isto ocorreu há um ano e meses. Em todo este decurso fui tocado duas vezes, quatro reguadas de cada, nas mãos, isto nos primeiros meses. Fico o dia inteiro na companhia do meu educador, quer tenha aula ou não. Consegui aprender bastante; eu e meus pais nos amamos muito, reciprocamente, desconfio que o Sr. Frexeiras me quer bem, alguns colegas ciúmam a minha competência em cálculos e, eu mesmo, sinto que me estimo muito, apesar de feio como eu mesmo.

Treze são os anos de minha vida

Simão Alves de Souza

Confere Raimundo Frexeiras

Abrigo dos Filhos do Povo 8 de Setembro de 1920

³⁸⁴ FREXEIRAS, 1920, p. 275.

Tenho treze anos de idade.

Fui péssima criança, a pior talvez do “Abrigo”.

Não conheci pai. Minha mãe, operária quase indigente. Cuidava de mim uma velha, trêmula e boníssima avó que muito me ama e meus tios. Nunca obedeci a ninguém. Tinha muitos defeitos: urinava na cama ainda aos doze anos, mascava fumo, pontas de cigarro e charutos, de quem quer que fosse e tudo bem moído, engolia, surrupiava as gulodices, vinténs e mais insignificâncias, apesar de inocente, como ainda sou, tinha modos de muito impudor; a falta de asseio de meu corpo fazia tresandar dele um [ilegível] intolerável; minha cabeleira era um cipoal, cantava e meneiava com desenvoltura, mentia, tudo fazia mal em casa e na escola, onde merecia castigo muitas vezes no dia; eu era infame um garoto de saias. Um dia, numa queda feri gravemente um joelho. Malcuidado, o ferimento era no cabo de três meses uma chaga extensa e me fazia sofrer muito. O sr. Raymundo Frexeiras e sua esposa D. Joventina Frexeiras, me tomaram então por uns 15 dias para tratamento. A cura da chaga do joelho descobriu, piores as de minha alma. O Sr. Frexeiras se comprometeu curá-las. Conseguiu. Voltou-me a avesso. Quanto eu não era sou hoje e tudo que era dantes deixei de ser. Continuo em poder do Sr. Frexeiras e sua esposa, dos quais sou afilhada, quase filha, pois há um ano aqui estou. Tenho a honra de ter sido o caso mais difícil de meu padrinho e, hoje, motivo de seu orgulho.

Durvalina Poveda Sanches

Confere R. Frexeiras

Entrecruzando os documentos fotográfico e textual, é importante considerar as seguintes questões:

- 1) O aluno de pé chamava-se Ovídio Reis, guieiro da escola masculina. Não consta que seu exercício caligráfico tenha sido fotografado e publicado. Na cena, mesmo havendo espaço para acomodá-lo sentado, por que o fotógrafo resolveu destacá-lo no grupo? Que outros detalhes da pose aluno chamam atenção?
- 2) Relendo a imagem e os textos copiados por Simão Alves de Souza e Durvalina Poveda Sanches, que detalhes na cena montada procuram mostrar a transformação promovida pela escola nos hábitos, comportamentos e costumes de alunos e alunas?
- 3) Os textos copiados por Simão Alves de Souza e Durvalina Poveda Sanches não expressam suas ideias, dizem mais sobre o adulto que os redigiu com base no que supostamente sabia sobre suas histórias e influenciado pela mensagem que dirigia ao público. Quais características, hábitos e costumes são apontados como nocivos e merecedores de correção?
- 4) No relato assinado por Simão Alves de Souza, que ação punitiva era praticada tanto em casa quanto na escola?
- 5) Ainda hoje, o “aluno difícil” ou “aluno-problema” aparece nas ideias queixas de professores e escolas. Quem são os alunos alvos desse estigma? Ao longo de seu percurso escolar, já foi assim identificado? Que preconceitos se fazem presentes na EJA?

Valorizando o fato que seus/suas interlocutores/interlocutoras trazem registros do vaivém por escolas ao longo da vida, na memória e nos gestos arquivados no corpo, o/a professor/professora propõe o relato autobiográfico, escrito e gravado com celular com duração máxima de 3 minutos, tematizando as experiências e imagens pretéritas de sala de aula, revisitando os espaços e objetos que os habitam na memória. Recordando sons, rostos, sabores, odores, tristezas e alegrias.

Para inspiração necessária nesse exercício, propõe-se o seguinte roteiro que pode e deve ser ampliado:

Caminhos da Escola

Qual foi minha primeira escola? Com que idade isso ocorreu? Como fazia para chegar à escola? Consigo descrever como era a sala de aula e outros lugares da escola que foram muito importantes para mim? Quais foram os acontecimentos mais marcantes que vivi ali? Por quanto tempo permaneci na primeira escola? Quando, por que e por quanto tempo interrompi os estudos? O que me fez começar de novo? Em qual escola? Nessa caminhada vi, conheci e convivi com gente – professor/professora, funcionário, diretor e colega –, que lembranças ainda tenho? Como eram as aulas de história? O que espero da escola e dos professores nesse recomeço? Que obstáculos ainda ameaçam o sucesso esperado? O que a disciplina história pode me oferecer nessa busca?

A produção escrita é atividade extraclasse, sendo admitida a participação de redator voluntário para os casos necessários. Quanto à produção audiovisual, o auxílio dos componentes do grupo é privilegiado para contornar as dificuldades no registro. A exibição do vídeo coletivo integrará a mostra cultural de encerramento da sequência.

Leituras para o/a professor/professora

SANTANA, Elizabete Conceição e COSTA, Natali Soeiro. Progressos e Retrocessos da Escolarização Obrigatória do Município de Salvador entre 1896 e 1927. In: SANTANA, Elizabete Conceição; SOUSA, Ladjane Alves; COSTA, Natali Soeiro & BRANDÃO, Verônica de Jesus. A Construção da Escola Primária na Bahia: o ensino primário no município de Salvador (1896-1929). Salvador: EDUFBA, 2014, p. 31-58.

SOUSA, Ladjane Alves & Verônica de Jesus. Quem Era Aluno da Escola Pública Primária na Primeira República? Conjecturas sobre as marcas identitárias da clientela das escolas municipais de Salvador entre 1896 e 1927. In: SANTANA, Elizabete Conceição; SOUSA,

Ladjane Alves; COSTA, Natali Soeiro & BRANDÃO, Verônica de Jesus. A Construção da Escola Primária na Bahia: o ensino primário no município de Salvador (1896-1929). Salvador: EDUFBA, 2014, p. 59-73.

Recursos didáticos

Computador, projetor, fotografias e textos impressos

Aula 5 As professoras primárias

Objetivos

- Refletir sobre as condições de trabalho e remuneração das professoras primárias
- Discutir o tema da feminização do magistério
- Conhecer as formas de luta e reivindicação protagonizadas pelas professoras na cidade de Salvador nas primeiras décadas do século XX

Desenvolvimento

Quem eram as professoras responsáveis pela multidão de crianças em 1920? Partindo dessa indagação, o/a professor/professora mobiliza a turma para a análise dos retratos coletivos das professoras regentes no ano de 1920, acompanhadas pela família Frexeiras. O primeiro registro, de autoria de Trajano Dias conforme informação disponibilizada pela instituição de custódia do acervo, foi feito no fundo da varanda em foram reunidas as alunas, conforme detalhe revelado na fotografia correspondente trabalhada na aula 3. A segunda cena ocorreu em ambiente externo na sede do Abrigo.



DIAS, Trajano. Corpo docente e diretoria do Abrigo dos Filhos do Povo. Salvador, 1920/FCRB



DIAS, Trajano. Corpo docente e diretoria técnica do Abrigo dos Filhos do Povo: professoras Maria Iluminata Costa, Dulce Reis, Deralvina Ribeiro da Silva, Mathilde de Figueiredo Lopes, Rita Ribeiro da Silva e Maria Eterelvina de Meirelles; Raimundo Frexeiras; Joventina Frexeiras, Cícero José de Vasconcellos, diretor, superintendente das escolas femininas e auxiliar de direção respectivamente. Salvador, 1920/FCRB

Algumas questões são propostas para a exploração desses documentos e a discussão pelos grupos e pela turma:

- Observando a disposição dos participantes, quem são as pessoas mais importantes e aquelas com papel secundário? Por quê?
- Que mensagem o comportamento do grupo expressava? Como isso foi afirmado?
- A primeira fotografia é o plano de fundo da cena principal dedicada às escolas femininas reunidas na varanda, como discutido na aula anterior. Por que o detalhe secundário ganhou destaque?
- Quais mudanças ocorreram no posicionamento e no comportamento das pessoas com a alteração de cenário?
- Que história essas fotografias ajudam a contar sobre quem se dedicava ao ensino primário naquele tempo?

Em seguida, os grupos ocupam-se com a leitura e a discussão do fragmento do artigo “A Cidade Infantil”, de Raimundo Frexeiras, bastante pertinente para conhecer as representações tecidas sobre a relação entre a docência e o trabalho feminino no começo do século XX. Acrescenta-se ainda a tabela com os gastos do Abrigo dos Filhos do Povo com a remuneração das professoras, cujas informações foram extraídas do livro *As Provas de Minhas Ideias* e dos jornais baianos:

Abrigo dos Filhos do Povo: A Cidade Infantil

Sendo esta Associação originária de uma intensa concepção de beneficência aos pequeninos deserdados, jogará, no cuidado de sua missão, com todas as sutilezas do amor, com os amparos maternos de suave vigilância e com um método de mando,

formado da rijeza da disciplina, da mansuetude de um amplexo e do fugace atritar de um osculo.

Mãos de mulheres, que são fadadas modeladoras das criações mais estranhamento perfeitas de humanidade, plasmarão as almas das crianças - amoldável argila - para a nobreza de umas linhas e contornos de puro acabamento.

O Abrigo dos Filhos do Povo inclui em seu programa e concurso da mulher, decisivo e atilado nos mistérios da alma infantil.

No sentido moral e de escola mais alta para a estatura das almas das crianças; entende também, melhor, o rito do amor para a prática de seus preceitos, como sacerdotisa de seu Templo; evangeliza de maior elevação as doutrinas da caridade, sectária abnegada desta seita augusta; é evidente mais lucido dos movimentos interiores da consciência infantil, investigadora mas apaixonada destes adoráveis recessos.

Mesmo é necessário, à toda força, dar às desprotegidas crianças e embaladora confiança de ser O Abrigo a ampliação de seu remansoso Lar, de onde se tinham transviado para as aleluias de um regresso, para as alvíssaras de um retorno e para as doces emoções de um achamento.

Só a alma da mulher terá o apuro de sentidos, a harmonia de um acento, o deslumbramento de um olhar, a sucção de um porte, a doce imponência de uma censura, a potência de todas as sugestões, a majestade de um exemplo, capazes de autenticar uma Maternidade que não foi de origem e deve se positivar, em todas suas prerrogativas e deveres, para maior proveito humano.

O Abrigo já conta a cooperação destas doces criaturas da Sociedade Baiana. [...]

Funcionalismo do Abrigo dos Filhos do Povo (1920)

Professora de letras	Remuneração
Maria Iluminata Costa	180\$000
Dulce Reis	160\$000
Deralvina Ribeiro da Silva	140\$000
Matilde de Figueiredo Lopes	140\$000
Maria José Guedes Rolo	140\$000
Rita Ribeiro de Oliveira	140\$000
Maria Etirelvina de Meireles	140\$000
Auxiliar de direção	
Cícero José de Vasconcelos	100\$000
Raimundo Frexeiras (diretor técnico)	300\$000

Fonte: FREXEIRAS, 1920, p. 271.

Para favorecer a compreensão do texto eivado de termos rebuscados, solicitar aos grupos que pesquisem com o auxílio de dicionário os significados das seguintes palavras: **rijeza, remansoso, amplexo, fugace, ósculo, plasmar, preceito, sectária, abnegada, mansuetude, alvíssaras, deslumbramento e sucção.**

Na discussão coletiva, sob a coordenação da/do professora/professor, os participantes devem refletir sobre os seguintes questionamentos suscitados do artigo de Raimundo Frexeiras:

- Por que a mulher era considerada a figura central para a educação das crianças na escola?
- Quais eram as qualidades esperadas delas para o exercício da profissão docente?

- c) Quais eram as dificuldades nas condições de trabalho enfrentadas pelas professoras naquela casa-escola?
- d) Analisando o texto de Raimundo Frexeiras e a tabela de vencimentos para 1920, nota-se que as professoras, responsáveis pela multidão de meninos e meninas, recebiam quantia inferior aos homens que as acompanhavam na foto. Como explicar essa contradição entre a baixa remuneração e o discurso de valorização da docência feminina? Por que essa situação se mantém na atualidade?
- e) Comparando o passado e o presente, aponte as diferenças e semelhanças nas ideias sobre a presença feminina na docência.
- f) Quais são os desafios enfrentados por quem se decide pelo magistério no Brasil do século 21?
- g) Com base em sua experiência de estudante jovem e adulto, o que seus/suas professores/professoras precisam saber para adequadamente auxiliá-los a aprender?

Nesse diálogo, para contradizer a mensagem da fotografia e do artigo de Raimundo Frexeiras, o/a professor/professora deve evocar a história do movimento grevista de 1918, ano de fundação do Abrigo, enfatizando as contradições existentes entre o discurso de valorização da escola e o flagrante descaso do poder público quanto às condições de trabalho, remuneração e condições do ensino; reconhecendo o protagonismo das professoras na ocupação desse espaço de atuação pública e nas lutas diárias por valorização econômica, social e intelectual; e valorizando a presença negra no magistério.

Leituras para o/a professor/professora

COSTA, Ana Alice A. & CONCEIÇÃO, Hélida. A Revolta dos Resignados: a participação feminina na greve dos professores (1918-1919). In: SARDENBERG, Cecília M. B.; VANIN, Iole Macedo & ARAS, Lina Maria Brandão de. **Fazendo Gênero na Historiografia Baiana**. Salvador: UFBA/NEIM, 2001, p. 119-132.

SILVA, Fabiano Moreira da. **Professorado Municipal de Salvador: queixas, crise, greves (1912-1918)**. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2017.

AULA 6 O Caminho das Letras no Pós-Abolição

Objetivos

- Discutir os caminhos das populações negras após a abolição da escravidão
- Compreender o Abrigo dos Filhos do Povo no contexto das lutas por educação da população negra
- Refletir sobre as perspectivas dirigidas às crianças das camadas populares na escola

Desenvolvimento

Para iniciar a aula de encerramento dessa sequência didática, o/a professor/professora exhibe todas as fotografias trabalhadas anteriormente, convidando a turma para uma conversa norteada pelos seguintes questionamentos: Por que esses retratos se tornaram invisíveis, esquecidos e desconhecidos para nós? Como essa história se relaciona com a caminhada que cada um tem feito, desde a infância, rumo à escola?

Nesse ambiente de troca de ideias, escuta das contribuições e provocações inéditas, espera-se também promover a avaliação final das aprendizagens constituídas no decorrer do processo. Procurando articular, costurar as falas e enriquecer ainda mais o momento, cabe ao/a professor/professor imprimir sua contribuição explicando o sentido atribuído ao termo pós-abolição e a importância dos estudos históricos nele fundamentados para o rompimento das visões cristalizadas quanto à marginalização, invisibilidade e ausência das populações negras após a abolição da escravidão; contextualizando o aparecimento do Abrigo como um projeto agenciado por pessoas negras que, conscientes do papel da escolarização para a integração na sociedade, na economia, no projeto de nação, desdobraram táticas para abrir caminhos para a escolarização, em meio às dificuldades, contradições, negociações, práticas de exclusão e precariedades marcantes desse processo histórico tão complexo e desigual.

Como proposta conclusiva, requisitando a participação de demais professores/professoras, funcionários / funcionárias e turmas da EJA, propõe-se à turma realizar um trabalho fotográfico para documentar a multidão que refaz cotidianamente a marcha do trabalho à escola noturna iniciada há muitas décadas, assim como o conjunto arquitetônico do Abrigo dos Filhos do Povo. Essa atividade e às produções anteriores devem ser compartilhadas com a comunidade escolar através da realização de uma mostra cultural.

Por fim, lembre-se que a descrição aqui proposta é um mero ensaio desprovido de qualquer ambição de subjugação do imponderável, conhecido por quem é versado nas aventuras do labirinto da sala de aula. É, portanto, aberto à recriação.

(IN) CONCLUSÕES

Comecei ignorante e curioso a aventura que originou essa dissertação. Desejava conhecer a história do lugar em que forjo a docência, procurando ainda me encontrar como professor da Educação de Jovens e Adultos. Precisei me desorientar nos labirintos dos arquivos, fazendo o caminho e construindo sentido para a devassa em sala de aula. Pesquisar é uma experiência sensível dirigida a descortinar novas formas de perceber a si, os outros e o mundo.

Neste sentido, entendo ter sido exitosa a investigação sobre a trajetória do Abrigo dos Filhos do Povo no período entre 1918 e 1936, associada inevitavelmente a Raimundo Frexeiras que dedicou seus últimos oito anos da breve existência a defender a vida na instituição, com o apoio dos outros companheiros, das famílias da Estrada da Liberdade e dos aliados espalhados pelo Brasil. Depois de sua morte, a instituição continuou assediada pela ameaça de fechamento, pelo risco da ruína definitiva. Fez-se resiliente e constrói seu lugar na história da educação no século XXI.

Graças ao consistente e exaustivo trabalho de produção documental em arquivos e bibliotecas, uma imagem daquele outro Abrigo pode ser conhecida. Não faltam pistas, evidências potentes para necessárias e futuras investigações como o Posto Odontológico Bonifácio Costa, do qual jamais ouvira na instituição de ensino e nas publicações de história, o Banco Proletário da Bahia e vários outros temas identificados nos jornais. Há nas páginas amareladas dessa documentação várias outros projetos, rostos de homens e mulheres, desconhecidas trajetórias dedicadas às lutas pela escolarização popular. Como encanta Gonzaguinha,

São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
De Juvenais e de Raimundos
Tantos Júlios de Santana
Uma crença num enorme coração
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução

Essa aventura está incompleta felizmente. Embora transformado, permaneço ignorante e curioso como no princípio. A sedução provocada pelo desconhecido Raimundo Frexeiras me

fez perambular à procura de seus rastros. Nesse esforço Joventina Frexeiras também atraiu a atenção. Ela não foi apenas a companheira do fundador, tinha uma função no zelo das escolas femininas e a da oficina de costura; além disso, esteve na lida diária com as crianças e professoras até 1940. Não teve a mesma desenvoltura do marido na imprensa, mas também os tempos eram outros. Não surgiu uma evidência em primeira pessoa para falar de si. Sempre falada pelos homens. Levada ao tribunal, sua palavra continuou distante, triturada no código jurídico manipulado pelos homens do direito. Depois do afastamento da diretoria do Abrigo, na companhia do marido, o ex-aluno Júlio Valverde, retirou seus móveis, objetos, roupas e fotografias da casa em que viveu desde 1913. Seu último endereço conhecido foi a Rua do Carmo, nº. 4, no distrito de Santo Antônio. Ao mesmo tempo, a primeira evidência da incursão vindoura para tentar desenhar seus passos até aquele que é o último arquivo, o guardião de todos os nomes, de todas as existências. Urge refazer os passos dessa mulher e de outras tantas professoras e protetoras que se destacaram em ações em favor do Abrigo e de outras instituições educacionais.

Quanto ao intento de contar a história do Abrigo aos seus principais interessados, ou seja, estudantes professores/professoras, o ensaio está feito, contudo inconcluso. Exige a presença e a participação dos convidados ao ritual da aula. Certamente, nem tudo o que foi descrito alcançará concretização sem negociação e adesão prévias. Nem tudo pode ser equacionado. O imponderável faz parte desse jogo. O ensaio antecipa o encontro com a gente inconclusa, inacabada e curiosa. Há certamente erros. Não há outro caminho para aprender sem ao acerto do erro.

Por fim, tão logo recompostas as forças depois dessa caminhada exaustiva, é urgente imitar uma vez mais o gesto de Sr. José, prendendo-se ao fio de Ariadne para regressar ao labirinto, com o intuito de trazer à tona novos achados provenientes dos arquivos e da sala de aula.

Referências

Arquivo Público da Bahia - APB

Arquivo Republicano / Seção Judiciária/ Tribunal de Justiça

Escritura de doação Livro de Notas 144/ 138 (1934)

Processo Cível Estante 110 / Caixa. 3 / Documento 2 / Processo cível (1942)

Ação de Depósito Estante 136/ Caixa 18/ Documento19 (1942)

Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS)

Manuscritos

Fundo Intendência Municipal

Série Diretoria de Ensino Municipal (1918- 1929)

Manuscritos diversos

Biblioteca Pública Central do Estado da Bahia (BCEB)

Setor de Periódicos Raros

A Hora (1918-1920)

A Manhã (BA) (1918-1920)

A Noite (BA) (1925)

A Tarde (1918-1942)

Diário de Notícias (1918-1942)

Diário da Bahia (1918-1942)

Diário Oficial da Bahia (1925)

Era Nova (1925-1930)

O Estado da Bahia (1933-1942)

O Imparcial (1918-1942)

Observação: Os períodos dizem respeito ao recorte temporal da investigação.

Centro de Memória da Bahia/ Fundação (CMB)

Jornal A Tarde (1918-1942)

Hemeroteca Digital Brasileira - Fundação Biblioteca Nacional

Rio de Janeiro - O Paiz, O Jornal, Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Imparcial, A Noite, Diário Carioca, Jornal do Commercio, O Brasil, A Manhã

Pernambuco - Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e A Província

São Paulo – Correio Paulistano

Paraná - Correio do Parana

Santa Catarina - O Estado.

Relatórios Ministeriais e Mensagens do Governador da Bahia à Assembleia Geral Legislativa

Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça Dr. Joaquim Ferreira Chaves. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça Dr. João Luiz Alves. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça Dr. João Luiz Alves. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça Dr. Afonso Pena Júnior. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

Mensagem Apresentada à Assembleia Geral Legislativa em sua 1ª Reunião da 17ª. Legislatura Pelo Dr. José Joaquim Seabra. Ano de 1922. Bahia, Imprensa Oficial, 1922.

Mensagem Apresentada à Assembleia Geral Legislativa pelo Governador de Estado José Joaquim Seabra Ano de 1922. Bahia: Imprensa Oficial, 1923.

Mensagem Apresentada pelo Sr. Dr. Francisco Marques Góes Calmon, Governador do Estado, à Assembleia Geral Legislativa. Bahia: Imprensa Oficial, 1925.

Fundação Casa de Ruy Barbosa

Arquivo Rui Barbosa

Série Correspondência/CR 1567/1

Trata-se de um dossiê de cartas 5 cartas enviadas por Raimundo Frexeiras para Rui Barbosa (14/04/1919, 23/11/1919, 16/01/1920, 08/10/1920 e 05/10/1921), além do impresso referente aos Estatutos do Associação Abrigo dos Filhos do Povo (1918)

Fotografias do Abrigo dos Filhos do Povo

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa - Setor de Obras Raras/ Lugares de Memória

Livros

FREXEIRAS, Raimundo Luiz dos Santos. **As Provas de Minhas Ideias**: o Abrigo dos Filhos do Povo (pela causa da criança e o conflito social). Bahia: Imprensa Oficial, 1920.

_____. **O Proletário Joaquim Calumby**: a insânia pela fome e a letargia do ouro. Bahia: Imprensa Oficial, 1923.

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Livros

MANGABEIRA, João & MANGABEIRA, Otávio. **Sobre Ruy Barbosa**. [l.] [s.n] (Abrigo dos Filhos do Povo: ligeiras notas de sua história)

Revista de História da Educação/Associação Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE)

ANAIS DA CONFERENCIA INTERESTADUAL DO ENSINO PRIMÁRIO. Atas e Trabalhos da Conferência. Revista História da Educação, UFPEL, Pelotas, nº. 8, 2000, p. 213-243 (Parte 2), p. 236.). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30166/pdf>. Acesso: 18/11/2018.

REFERÊNCIAS

ABREU, Elane. Monumento/Esquecimento: as duplas faces da imagem. **Resgate**, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 11-26, p. 13, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645676>. Acesso: 18/12/2018.

ABREU JÚNIOR, Laerthe de Moraes. Apontamentos por uma Metodologia em Cultura Material Escolar. **Pro-posições**, Campinas, v. 16, n. 1, jan-abr., 2005, p. 145-164.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Raros e rotos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, p.12, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/29126>. Acesso: 10/10/2018.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de & VALDEMARIN, Vera Teresa. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2014, p. 55-100.

ALVES, Rubem. A Alegria de Ensinar. São Paulo, Ars Poetica Editora, 1994.

_____. **O Desejo de Ensinar e a Arte de Aprender**. Campinas: Fundação Educar D Paschoal, 2004.

AMARAL, Marivaldo Cruz do. **“Da Comadre para o Doutor”**: a maternidade Climério de Oliveira e a nova medicina da mulher na Bahia republicana (1910-1927). Salvador: UFBA/PPGH, 2005.

BARBOSA, Rui. **A Imprensa e o Dever da Verdade**. São Paulo: Com-Arte; Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 20-1.

BARROS, Surya A. Pombo de. Um Balanço Sobre a Produção da História da Educação dos Negros no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinicius & BARROS, Surya A. Pombo de (org.). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

BARREIROS, Marcia Maria da Silva. **Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador 1890-1930**. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA/PPGH, 1997.

BENITO, Agustín Escolano. Patrimonio Material de La Escuela e Historia Cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 13-28, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2125/1628>. Acesso: 03/09/2017.

_____. El Giro Afectivo em la Historia de la Formación Humana: memoria de la escuela y emociones. *Historia e Memoria de la Educacion*, n. 7, p. 391-422, 2018. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/HMe/article/view/19101/17434>. Acesso: 08/02/2018.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Obras Escolhidas II**: rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os Arquivos Escolares como Fontes para a História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v.5, n. 2, 2005, p. 193-220, p. 202-3.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros** vol. 18 Pernambuco. Rio de Janeiro, IBGE, 1958,

BRITO, Cristóvão. **A Petrobras e a Gestão do Território no Recôncavo Baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CARVALHO, Sérgio Lage T. A Saturação do Olhar e a Vertigem dos Sentidos. *Revista USP*, São Paulo, n. 32, p. 126-154, 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26037>. Acesso: 18/12/2018.

CAMPOS, Raquel D. **No rastro de velhos jornais**: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *Rev. bras. hist. educ.*, Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Três Pretos Tristes: André Rebouças, Cruz e Sousa e Lima Barreto. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n.34, p. 6-22, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v18n34/2237-101X-topoi-18-34-00006.pdf>. Acesso: 24/10/2017.

CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. **Juracy Magalhães e a Construção do Juracismo**: um perfil da política baiana. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA/PPGH, 2005.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Salvador dos Operários**: uma história da greve geral de 1919 na Bahia. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2001.

CAVALCANTE, Ian A. **Pela instrução dos filhos do povo**: escolarização e cultura escolar na Salvador do pós-abolição, 1888-1906. Dissertação (Mestrado em Educação). FaE/PPG-Educ UFF: Niterói-RJ, 2015.

CHARTIER, Anne Marie. **Fazeres ordinários da classe**: uma aposta para a pesquisa e para a formação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 26, nº.2, 2000, p. 157-168.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. Educar par Bem Servir: Entre a Abolição e a República: as elites baianas e a educação de escravos e libertos. In: BACELLAR, Jefferson & PEREIRA, Cláudio. **Política, Instituições e Personagens da Bahia (1850-1930)**. Salvador: UFBA/CEAO, 2013, p. 17-42.

COSTA, Ana Alice A. & CONCEIÇÃO, Héliida. A Greve dos Resignados: a participação feminina na greve dos professores. In: SARDENBERG, Cecília M.B.; VANIN, Iole Macedo & ARAS, Lina Brandão. **Fazendo Gênero na Historiografia Baiana**. Salvador: UFBA/NEIM, p. 119-33, 2001.

CRUZ, Heloísa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007

CRUZ, Mariléia dos Santos. A Produção da Invisibilidade Intelectual do Professor Negro Nascimento Moares na História Literária Maranhense, no início do século XX. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 209-230, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882016005012101&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 10/08/2018.

CUNHA, Joaci de S. O Roseiral e o Espinhos: J.J. Seabra e a crise de sua supremacia política na Bahia. In: BACELAR, Jefferson & PEREIRA, Cláudio. **Política, Instituições e Personagens da Bahia (1850-1930)**. Salvador: EDUFBA, p. 145-77. 2013.

- DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. In: GOMES, Flávio dos Santos & DOMINGUES, Petrônio. **Da Nitidez e Invisibilidade**: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 45-78.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro. Herança educativa e museus: reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. **Revista Brasileira de História da Educação**. v.11, n.1 (25), 2011, p. 67-92.
- FONTES, José Raimundo. **Manifestações Operárias na Bahia**: o movimento grevista (1888-1930).(Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 1982.
- FONTANA, R. C. Sobre a aula: uma leitura pelo avesso. **Presença Pedagógica**, v.7, n.39, p.31-7, p. 31-2, 2001.
- FONSECA, Marcus Vinicius. A Arte de Construir o Invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº. 13, 2007, p. 11-50
- FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. **O Acervo Cultural da Faculdade de Medicina da Bahia – Primaz do Brasil**. Salvador, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- FRONZA, Marcelo & RIBEIRO, Renilson Rosa. Aulas de História: a formação de alunos-leitores de mundo na contemporaneidade. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 21, n. 2, 2014, p. 304-317, p. 312. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/4303/2829>. Acesso: 10/12/2018.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Percepções Culturais do Mundo da escola: em busca da rememoração. In: **Anais do III Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História**, Campinas: Gráfica da FE-Unicamp, p. 99-108, 1999.
- _____. Memória, História e Tempo: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em Ensino de História. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 21, n. 28, p. 16-32, 2008. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/152>. Acesso: 17/05/2017.
- GINZBURG, Carlo. O Historiador como Antropólogo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.1 nº 21, p. 9-20, 1990.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos Arquivos Judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de. **O Historiador e Suas Fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2015, p. 119-139.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

KARNAL, Leandro & TATSCH, Flavia Galli. A Memória Evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi & Luca, Tânia Regina de. **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

KNAUSS, Paulo. Sobre a Norma e o Óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia (org.). **Repensando o Ensino de História**. São Paulo: Cortez, p. 26-46, 2001.

_____. O Desafio de Fazer História com Imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, p. 99, 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1406>. Acesso: 18/12/2018.

LAWN, Martin & GROSVENOR, Ian. Em Caso de Dúvida Preservar: explorando os vestígios da cultura material e de ensino em escolas inglesas. In: MOGARRO, Maria João (org.). **Educação e Patrimônio Cultural: escolas, objetos e práticas**. Lisboa: Colibri/IEUL, 2013. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B4_wPhQ1vbVGMjBNd3hTRG4tWIU/edit. Acesso: 13/08/2017

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990, p. 535.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **A Arte de Ter um Ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1972)**. (Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 1995.

_____. **Manuel Querino entre Letras e Lutas – Bahia: 1851-1923**. São Paulo: Annablume, 2009.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. Manuel Querino: narrativa e identidade de um intelectual afro-baiano no pós-abolição. **Projeto História**, São Paulo, nº. 57, 2016, p. 139-170.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia Civiliza-se: ideias de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana**. Salvador 1912-1916. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 1996.

LOPES, Rodrigo Freitas. **Nos Currais do Matadouro Público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)**. Salvador: UFBA, 2009.

LUZ, José Augusto R. da e SILVA, José Carlos de A. (orgs.) **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2008.

- LUZ, José Augusto R. da. **Um Olhar Sobre a Educação na Bahia**: a salvação pelo ensino primário (1924-1928). Salvador: UFBA/FFCH, 2009 (Tese de Doutorado).
- MAGNANI, Maria do Rosário. **Em Sobressaltos**: formação de professora. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- MARTINS, Ana Luiza. **Da fantasia à História**: folheando páginas revisteiras. **História**, Franca, v. 22, n. 1, p. 59-79, 2003.
- MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim**: de recolhido a assalariado. (Dissertação de mestrado). Salvador:UFBA, 1996.
- MATOS, Vanessa Cristina Santos. **Gênero e Trabalho**: um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro de 1919. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2008.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Não Tão Somente Assim: leitores, autores, aulas como texto e o ensino aprendizagem em história. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 2006, p. 5-16, p. 13-14.
- MAUAD, Ana Maria. Usos e Funções da Fotografia Pública no Conhecimento Histórico Escolar. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 19, n. 47, p. 81-108, p. 86, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S223634592015000300081&script=sci_abstract&tln g=pt. Acesso: 17/11/2018.
- MELO, Marcia Cristina Henares de & CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Imagens da Educação**, Maringá, v. 4, n.2, p. 31-39, 2014
- MICELI, Paulo. Por Outras Histórias do Brasil.In: PINSKY, Jaime. **O Ensino de História e a Criação do Fato**. São Paulo: Contexto, 2001.
- MIGNOT, Ana Crystina Venancio & CUNHA, Maria Teresa Santos. Razões para Guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as. **Revista Educação em Questão**, vol. 25, nº. 11, p. 40-61, 2006
- MOGARRO, Maria João. Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 75-99, 2005.
- MOLINA, Ana Heloisa. Imagens como Documentos – Professores, Alunos e Ensino e Aprendizagem de História: uma relação complexa. **Textura**, Canoas, n. 17, p. 121-134, 2008.

_____. Ensino de História e Imagens: possibilidades de pesquisa. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 15-29, p. 25, 2007.

MORTATTI, Maria do Rosário et. al. (orgs.). **Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil**. São Paulo: EDUNESP, 2015, 103-15). Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3nj6y/pdf/mortatti-9788568334362-08.pdf>. Acesso: 31/10/2018.

MOURA, Adriana Ferro & LIMA, Maria Glória. A Reinvenção da Roda: roda de conversa um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação*, v. 23, n. 1, p. 98-106, 2014.

NETO, André de Faria Pereira. O Uso de Documentos Escritos no Ensino de História: premissas e bases para uma didática construtivista. **História e Ensino**, Londrina, v. 7, p. 143-165, 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12314/10764>. Acesso: 02/03/2018.

NOVAES, João Reis. **De Tropeiro a Coronel**: ascensão e declínio de Marcionillo Antônio de Souza (1915-1930). (Dissertação de mestrado) Salvador: UFBA, 2009.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. Entre a Pesquisa Administrada e a Prática do Artesão: uma aventura, uma vontade, um projeto. In: ALVES, Luís Alberto Marques & Pintassilgo, Joaquim (orgs.). **Investigar, Intervir e Preservar em História da Educação**. Porto: CITCEM, 2017, p. 65-78.

PAIM, Aínda Rotava; PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fátima; GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Tessitura de Memórias e Histórias Educacionais: Projeto Marcos Históricos e Geográficos da Cidade de Campinas/ SP. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 7, 1-22, 2012. Disponível em : <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9494> Acesso: 17/05/2017.

PAZ, Daniel J. Mellado. De Vales e Valas: a rua da Valla na Salvador do século XIX. In: **SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO**, 15, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2018/09/16_82636.pdf. Acesso: 21/11/2018.

PEREIRA, Juliana Cristina. **Cartografias Afetivas**; proposições do professor-artista-cartógrafo-etc. Tese de Doutorado em Educação. Florianópolis: UFSC, 2016.

- PEREIRA, Júnia Sales & ROZA, Luciano Magela. O Ensino de História entre o Dever de Memória e o Direito à História. **Revista Hoje**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 89-110, 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/20/24>. Acesso: 25/10/2016
- PEREIRA, Nilton Mullet & SEFFNER, Fernando. O Que Pode o Ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, p. 123-4, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7961/4750>. Acesso: 01/02/2018.
- PEREIRA, Nilson Mullet. Ensino de história e Resistência: notas sobre uma história menor. **Revista Arquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 103-117, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/P.2318-7344.2017v5n10p103>. Acesso: 09/01/2019.
- PERES, Eliane. So(re) o silêncio das fontes: a trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 2, n. 2, p. 76-102, 2002 .
- RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?. **Educação Revista.**, Curitiba , n. 18, p. 13-27, Dec. 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-406020010002000003&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Sept. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.231>.
- RAMOS, Maria Estela Rocha. **Território Afrodescendente**: leitura da cidade através do bairro da Liberdade, Salvador (BA). (Dissertação de mestrado) Salvador: Faculdade de Arquitetura/UFBA, 2007.
- RIBEIRO, Lidianie Monteiro. **Filantropia e Assistência à Saúde da Infância na Bahia**: a Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil (1923-1935) (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2011.
- RIOS, Ana Maria & MATTOS, Hebe. O Pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 5, nº. 8, jan-jun 2004, p. 170-198.
- ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Aula de História: evento, ideia e escrita. **História e Ensino**, Londrina, vol. 21, nº. 2, p. 83-103, p. 91, 2005. Disponível: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23852/17740>. Acesso: 18/11/2018.
- ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo de Souza & GONTIJO, Rebeca. A Aula Como Texto: historiografia e ensino de história. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo de Souza & GONTIJO, Rebeca. **A Escrita da História Escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ROCHA, Heloísa Helena. Os mosquitos e o Estado no relatório do chefe do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural da Bahia, 1922. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 261-279, mar. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702018000100261&lng=pt&nrm=i> Acesso: 25/10/2018 <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-5970201800010001>

ROCHA, Lúcia Maria da Franca. A Educação Primária no Estado da Bahia (1889-1930). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de & PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Escola Primária na Primeira República (1889-1930):** subsídios para uma história comparada. Araraquara: Junqueira & Marin, p. 246-271, 2012.

SAMAIN, Etienne. As Peles da Fotografia: fenômeno, memória/arquivo, desejo. **Visualidades**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 151-164, p. 155, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/23089>. Acesso: 18/12/2018.

SANTANA, Elizabete; SOUSA, Ladjane Alves; COSTA, Nattalli Soeiro e BRANDÃO, Verônica de J. (orgs.) **A Construção da Escola Primária na Bahia:** o ensino primário no município de Salvador (1896-1929). Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, Alane Carvalho. **O Instituto de Proteção à Infância da Bahia:** uma instituição educativa de assistência e saúde (1900-1920). (Tese de Doutorado) Salvador: UFBA, 2016.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José A. G; MORAES, Luis R. S. & FISCHER, Tânia. **O Caminho das Águas em Salvador:** bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. **Escola Noturna para Trabalhadores na Bahia (1870-1889).** Salvador: UFBA, 2017.

SARAMAGO, José. **Todos os Nomes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SARMENTO, Silvia Noronha. **A Raposa e a Águia:** J.J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República. Salvador: UFBA, 2009.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de & MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa.** Tempo, Rio de Janeiro, vol.13, n.26, pp.32-55, 2009.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de, RIZZINI, Irma & MARQUES, Jucinato de Sequeira. **Felismina e libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906).** *Hist. Educ.*, Ago 2015, vol.19, no.46, p.145-165.

- SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. **Projeto História**, PUC, São Paulo, p. 297-325, 1998.
- SILVA, Eliane Nunes da. Escola Mista na República: um lugar de sombra da historiografia educacional. Maringá, **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1 (440, v.17, 266-88, 2017).
- SILVA, Fabiano Moreira da. **Professorado Municipal de Salvador**: queixas, crises e greve (1912-1918) (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2017.
- SILVA, Maria da Conceição da Conceição Costa e. **O Ensino Primário na Bahia:1889-1930**. (Tese de Doutorado em Educação). Salvador/ UFBA, 1999. (Capítulo 3- A casa da Escola, p. 58-77)
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Reconstituindo Arquivos Escolares: a experiência do GEM/MT. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 123-152, p. 147, 2005. Disponível em: <http://educem.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38649/20180>. Acesso: 14/04/2017.
- SOUSA, Ione Celeste de. **Escolas ao Povo**: experiências de escolarização de pobres na Bahia 1870-1890. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: PUC, 2006.
- SOUSA, Ladjane Alves. **Abrigo dos Filhos do Povo**: a formação para os "filhos do povo" segundo as ideias e propostas de Raymundo Frexeiras (1918-1920). Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Salvador: UNEB, 2012.
- SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A Gripe Espanhola na Bahia**: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fv3c6/epub/souza-9788575415382.epub>
- SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Sob o silêncio da escola, a memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 280-292,2 1997.
- _____. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar**, Curitiba, n.18, p. 75-101. 2001.
- STEPHANOU, Maria. Instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar. **Revista Brasileira História**., São Paulo, v. 18, n. 36, p. 15-38, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200002&script=sci_arttext. Acesso: 15/06/2018.
- VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 39, p. 502-516, Dec. 2008 .

VIANNA, Marisa. **“...vou pra Bahia” – Cidade do Salvador em Cartões-Postais (1898-1930)**. Salvador: Bigraf, 2004.

VIDAL, Diana G. No Interior da Sala de Aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 9, n. 1, p. 25-41, 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>. Acesso: 13/12/2016.

VIDAL, Diana Gonçalves & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As Lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana G. & SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Por Uma História Sensorial da Escola e da Escolarização. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 29-45, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2127/1629>. Acesso: 13/12/2016

VIDAL, Diana G. & ABDALA, Rachel D. A Fotografia para a História da Educação: questões teórico- metodológicas e de pesquisa. *Educação - Revista do Centro de Educação da UFSM*, Santa Maria, v. 30, nº.2, p. 177-194. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3745/2149>. Acesso em: 14/11/2018.

WARSCHAUER, Cecília. **Rodas e narrativas: caminhos para a autoria do pensamento, para a inclusão e a formação**. Disponível em: https://331e03ee-3c3b-415f-be8d-7d48a2328167.filesusr.com/ugd/603c36_db7a0aac59ea4241bdc06e14c3231995.pdf. Acesso: 18/12/2018.

ANEXO A

Escritura de doação que fazem, como doadora a Companhia progresso e União Fabril da Bahia S.A., e como donatário o Abrigo dos Filhos do Povo, na forma abaixo

Saibam quantos este público instrumento de escritura de doação ou que em direito melhor nome tenha virem que no ano de mil novecentos e trinta e quatro, aos treze dias do mês de março, nesta cidade do Salvador, capital do Estado Federado da Bahia, em meu cartório por me haver sido esta hoje distribuída, compareceram como partes contratantes, a saber: como outorgante doadora a Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S.A., como sede nesta capital, representada pelos seus Diretores Bernardo Catharino e José Petitinga, negociantes o primeiro na Graça, nº. 21 e o segundo no Porto dos Tainheiros, nº. 88, e como outorgada donatária a Instituição civil, pessoa jurídica de direito privado, denominada o Abrigo dos Filhos do Povo com sede nesta capital, estabelecida à rua Estrada da Liberdade, atualmente Lima e Silva, nº. 453, distrito de Santo Antônio, representada pela sua administração composta do Presidente, engenheiro civil Theodoro Sampaio, brasileiro, viúvo, proprietário, do Secretário Fortunato Ferreira da Fonseca, brasileiro, casado e funcionário público, e do Tesoureiro João Pereira de Carvalho, português, casado, diretor do Banco da Bahia, todos domiciliários nesta cidade do Salvador e reconhecidos próprios de mim tabelião e das testemunhas abaixo nomeadas e firmadas, do que dou é. E perante as mesmas testemunhas me foi dito pela Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S.A., que tendo a Companhia União Fabril da Bahia prometido à referida Instituição fazer-lhe doação do imóvel abaixo descrito, em cuja posse já se acha há mais de quinze anos, sem ônus algum para a doadora, que sempre respeitou na posse, comprometendo-se a passar a escritura de doação, para todos os feitos de direito, vinha agora o outorgante Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S.A., sociedade constituída pela fusão das Companhias União Fabril da Bahia e Progresso Industrial da Bahia, de acordo com a autorização outorgada aos seus diretores na assembleia geral da Companhia doadora, realizada a seis de Setembro de 1932, dar cumprimento à doação prometida e aceita pela donatária fazendo-a efetiva como faz, entre vivos e gratuitamente, por bem desta escritura e na melhor forma de direito, ratificando, deste modo, a posse em que já estava a donatária do imóvel doado, ação e pretensão da Companhia doadora sobre esse imóvel com suas benfeitorias e servidões. Para que a donatária continue a exercer sobre os mesmos e para sempre os direitos de senhora e possuidora, sob a condição porém, nos termos do art. 11174 do Código Civil Brasileiro, de voltar o imóvel doado ao

patrimônio da doadora, incorporado pela referida fusão ao patrimônio da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S.A., e, portanto, ao domínio desta no caso de por qualquer motivo se dissolver ou deixar de ter existência jurídica a donatária, não sendo a esta lícito transigir com o imóvel doado ou dar-lhe aplicação diversa aos fins para que foi instituída a mesma donatária. O imóvel que constitui objeto da doação, avaliado em vinte e quatro contos de réis (24:000\$000) e que está isento de imposto de transmissão nos termos do Dec. 8716, de 30 de novembro de 1933 e dos impostos municipais nos termos da Portaria nº. 295 do Engenheiro Prefeito de 9 de novembro de 1931, é o seguinte: uma casa e terrenos anexos, sito à Estrada da Liberdade, atualmente rua Lima e Silva, nº 453 municipal, no distrito Santo Antônio, desta cidade, medindo os terrenos conforme a planta levantada pelo engenheiro Mario Belens Pinto, dividindo-se pelo lado norte com a rua S. Cristóvão e pelo lado sul e nordeste com terrenos da doadora hoje da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S.A. A casa tem as seguintes características: sala de frente, sala de fundo, três quartos do lado do norte, dois quartos e cozinha do lado sul, varandas laterais cobertas. Pela outorgada donatária, pelos seus representantes, me foi dito, perante as testemunhas, que aceita a presente escritura de doação pelo modo por que se acha redigida e confeccionada, sob a cláusula resolutiva acima expressa Assim disseram, acordaram, estipularam e aceitaram e me pediram esta escritura que aceitei e fiz lavrar pelo meu tabelião escrevente Hugo de Luna Freire, do que dou fé. Paga desta nihil. Foram testemunhas presentes Américo da Silva Lemos, solicitador, e Mario Simões, funcionário público, maiores, domiciliados nesta capital, que assinam com a outorgante e a outorgada por acharem todos conforme depois de lida esta em voz alta perante todos por mim Hugo de Luna Freire tabelião escrevente que a escrevi. Eu, Guilherme Carneiro da Rocha Marback, Tabelião que a subscrevi.

Bernardo Martins Catharino

José Petitinga

Theodoro Sampaio

Fortunato Ferreira da Fonseca

Guilherme Carneiro da Rocha Marback

Americo da Sila Lemos

Hugo de Luna Freire

ANEXO B

O Abrigo dos Filhos do Povo

Estatutos

Dos Fins da Associação

Art. 1 – A Associação dos Filhos do Povo, fundada nesta capital em 3 de Março de 1918, na ladeira de Pedras, Estrada das Boiadas, freguesia de S. Antônio, tem por fim:

§1º - - Fundar escolas para crianças dos sexos masculino e feminino, só se admitindo a frequências em suas aulas as crianças desamparadas, filhas de pais indigentes, e as que estiveram sob o domínio de pais, parentes outros, ou tutores mal intencionados que as pervertam ou incitem-nas ao exercício de indústrias criminosas.

As crianças filhas dos associados terão o direito de frequência as aulas desta Associação.

§2º- Alimentar, vestir, calçar e fornecer todo o material escolar às crianças admitidas a frequência em suas aulas só gozando os privilégios de absoluta assistência e proteção as crianças reconhecidamente órfãs ou indigentes, a juízo da Direção.

§3º - Retirar mediante acordo ou pelos meios facultados por lei, quando aquele seja impossível de ser feito, do domínio dos pais, parentes outros, ou tutores desalmados, todas as crianças arriscadas ao contágio dos hábitos viciosos e maus tratos, na falta de uma lei que lhe garanta na execução deste parágrafo O Abrigo solicitará do Congresso Nacional medidas necessárias a este desempenho.

§ 4º. – Impedir, por todos os meios ao seu alcance, desdobrando mesmo os seus elementos de ação, que as crianças se entreguem à vadiagem ou a profissões desonestas e arruinadoras da saúde e da moral.

§ 5º - O Abrigo, virtualmente, e como consequência e da assinatura de um contrato entre as partes – onde as houver – exercerá sobre todas as crianças desamparadas, sujeitas aos seu domínio, os direitos do pátrio poder até a idade de 21 anos.

§6º. – Qualquer criança – de um ou doutro sexo – tendo concluídas a instrução e a educação que O Abrigo lhe possa ministrar, será colocada a trabalhar em casa comercial, escritório, ateliê, serviço doméstico, lavoura ou outra qualquer ocupação adaptável ao sexo, e aptidão da criança.

O Abrigo tomará a seu cargo vigiar, com o máximo cuidado, que a criança receba de seu patrão o mais humano tratamento, e cobrará o salário que lhe for devido conforme o ajuste entre o patrão e a Direção da Sociedade.

- a) A terça parte do salário da criança, durante tantos anos quantos foram os de sua permanência nas aulas do O Abrigo, ficará pertencendo ao fundo social,
Para os efeitos da reversão acima mencionada não será contado o tempo em que a criança estiver desempregada ou doente.
- b) Os outros dois terços, retirada modéstia quantia para vestuário, etc., a juízo da Direção do O Abrigo, serão recolhidos à Caixa Econômica Federal, em nome da criança que só a receberá ao completar 21 anos, época em que O Abrigo deixará de administrar os seus bens.

§ 7º. – O Abrigo começará sua obra sob o regime de externato, adotando o internato, para atender ou anular as desvantagens das crianças das localidades distantes, logo que seus recursos permitam.

§8º - O Abrigo, logo que esteja aparelhado e possua área suficiente, anexará a educação profissional para as crianças, habituando-as ao entendimento e cuidado das coisas da lavoura.

9º. – O Abrigo adotará o ensino religioso, sendo sua religião a Católica Apostólica Romana, e seu ministério exercido por um religioso regular que toda semana em dia designado, habilitará as crianças a prática de todos os atos religiosos, celebrará a missa no oratório privado do Abrigo e nas aulas dos adultos fará conferências sobre todos os assuntos de Religião.

PARTE SEGUNDA

Art1º. – O Abrigo manterá um curso noturno para adultos, seus associados.

Art 2º. – Promoverá, por todos os meios ao seu alcance, a garantia de trabalho para os mesmos.

Art. 3º - Dar-lhes- á também assistência médico-farmacêutica e judiciária.

Parágrafo único- Promoverá, quinzenalmente, conferências públicas na sua sede.

Art 4º. – Procurará, por todos os meios ao seu poder, e sem detrimento para os fins primordiais do seu programa, melhorar as condições morais e intelectuais de seus associados.

Art. 5º. – Das regalias mencionadas nos § acima só se aproveitarão os associados que tenham exemplar comportamento na vida pública e provada, e se encontraram em dia no pagamento de suas contribuições ao Abrigo, salvo caso justificado, a juízo da Direção.

PARTE TERCEIRA

Art. 1º. – A Associação, além dos fins exarados nos artigos e parágrafos anteriores, cuidará, quanto possível, da regeneração dos costumes, educando o Povo, revigorando o civismo, esclarecendo-lhes todos os seus deveres e direitos entre a coletividade, usando para isto da imprensa com a criação de um periódico, dar conferências em datas célebres, sobre todos os assuntos úteis e nobres, das preleções nas aulas, e, por fim da menção de Honra aos associados que se distinguirem pelo esforço para o trabalho, pela dignidade do caráter, pela educação, pelo patriotismo, e por todos os motivos que denotem o cuidado do geral aperfeiçoamento. Em suma, cuidará de tornar a alma do Povo melhor e também o seu caráter mais forte.

Dos Fundos Sociais

Art 1º. – O Abrigo manter-se-á do produto de uma subscrição popular, das mensalidades e joias dos associados, dos donativos recebidos, de todos os recursos arrecadados, das assinaturas do periódico, de benefícios teatrais, enfim de tudo quanto possa produzir modos de auxílio.

Art. 2º. – Pedirá subvenção aos governos da Nação, do Estado, da Cidade.

Art. 3º. – Também fará parte do seu capital a terça cota arrecadada do salário da criança, de acordo o parágrafo 6º, a do Art. 1º, da parte primeira.

Art. 4º.- As mensalidades serão de 1500 réis e a joia de 5000 réis, podendo aquelas serem parceladamente dentro do mês.

Administração

Art. 1º - O Diretório compor-se-á de um presidente, dois secretários e de uma orador.

Art 2º. – Cabe ao Diretório determinar as despesas, todos os detalhes de serviço, contratar professores para as aulas do O Abrigo etc., dando contas justificadas ao Supremo Conselho de Administração, que ordenará ao Tesoureiro carregar a quantia necessária para o custeio, quando tenha previamente justificado a necessidade da Obra e obtido a aprovação e autorização do mesmo Supremo Conselho.

Art. 3º. – A Direção exercerá o mandato por dois anos, contados do dia da posse, findos os quais será feita nova eleição.

Art. 4º - O Supremo Conselho de Administração será de duração vitalícia, só podendo fazer parte dele os cidadãos que presidirem as corporações aqui indicadas para a composição deste

Supremo Conselho, que não poderá ser dissolvido, anulado ou superado por nenhum outro poder, não cabendo recurso de suas decisões seja que for.

A Assembleia Geral

Art. 1º. – A Assembleia Geral será composta de todos os membros do Abrigo e presidida pelo Presidente do Diretório.

Reunir-se-á de três meses ou quando, por grande necessidade, o diretório precise de seus auxílios e então a convocará extraordinariamente.

O Supremo Conselho

Art. 1º. O Abrigo dos Filhos do Povo terá um supremo Conselho de Administração, superior a todos os seus poderes e exercerá a tutela de seus destinos.

São membros do Supremo Conselho de Administração:

A Companhia União Fabril da Bahia, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, o Superior Tribunal de Justiça da Bahia, a Faculdade de Medicina da Bahia, a Escola de Direito da Bahia, a Escola Politécnica da Bahia, a Associação Comercial da Bahia, a Associação dos Empregados do Comércio da Bahia, uma Senhora ou senhorita representando a Família Baiana e o Diretor de um Jornal da imprensa diária da Bahia, este eleito pela Assembleia geral do Abrigo e delegado do Povo no Supremo Conselho, durando dois anos o seu mandato. A Senhora, representando a família baiana, terá sua escolha assim decidida: cinquenta senhoras primeiras inscritas como Protetoras do Abrigo, elegerão uma das de seu grêmio, para o Supremo Conselho fixando a duração do mandato em um prazo de própria deliberação.

Em nome das instituições aqui indicadas para a composição do S. C. de A., tomarão assento no mesmo os cidadãos Presidente ou Diretores das citadas corporações, sendo a duração do respectivo mandato igual à da instituição a que presidir e o enviou como seu Delegado ao Supremo Conselho.

Qualquer cidadão ocupando, por direito natural, lugar no Supremo Conselho achar-se-á despojado de todos os seus Poderes e Direitos no mesmo, no momento em que renunciar, for destituído ou concluir o seu mandato na instituição de que era delegado no Supremo Conselho, porquanto os cargos deste S. C. de Administração pertencem às corporações e não aos indivíduos, que ali comparecerão em nome delas.

Art. 2º. – Compete ao Supremo Conselho:

Parágrafo 1º. – Destituir, suspender, ou censurar todo o membro da Administração do Abrigo que praticar atos de desonestidade, de improbidade, prejudicando os interesses ou desmoralizando os nobilíssimos fins da Associação.

O S. C. de A. aplicará as penalidades aos delinquentes depois do exame cuidadoso e minudente de provas cabais.

§2º. – Escolher para o cargo de Tesoureiro da Associação O Abrigo dos Filhos do Povo, um dentre os seus pares, não podendo nenhuma quantia ser levantada sem requisição do Presidente do Abrigo, motivando-a com a clara justificação de sua necessidade, e ulterior aprovação do S. C. de Administração.

§3º. – Escolher o local e época de suas reuniões, organizar o seu regimento interno, eleger o seu corpo dirigente e marcar ao Presidente do Abrigo épocas em que prestar-lhe-á contas dos negócios a seu cargo.

§4º. – Vetar as resoluções da Assembleia da Associação, quando as mesmas forem julgadas danosas aos interesses e intuitos da sua obra.

§ 5º - O S. C. de A. anulará todas as eleições consideradas fraudulentas, tumultuárias ou influenciadas por elementos estranhos ao Abrigo ou que, ao mesmo pertencendo, lhe sejam hostis, perniciosas e contrariem a sua missão de beneficência.

§6º. – Garantir o respeito absoluto aos Estatutos da Associação.

§7º. – Nomear um fiscal de sua inteira confiança para acompanhar a ação administrativa da Direção d Abrigo, esclarecendo o mesmo fiscal ao S. C. de Administração, em relatório apresentado, do resultado de suas observações.

§8º. – Na ocasião de requisição de dinheiro, feita pelo Presidente do Abrigo, havendo dúvida da lisura do fato o Presidente e o Tesoureiro do Supremo Conselho reunirão o mesmo para apresentação de novas justificativas, pelo Diretório do Abrigo, sem as quais não será atendida a citada requisição.

§9º. – Compete, enfim ao Supremo Conselho a fiscalização de toso os atos da Direção do Abrigo universal administração de todos os bens do mesmo, nunca intervindo, porém, aos detalhes dos serviços e mando da Direção, superintendente de tudo que se relacione com a geral administração do Abrigo, respeitados os limites do poder do S. Conselho.

Dos sócios em geral

Art 1º. – O Abrigo dos Filhos do Povo terá as seguintes categorias de sócios:

§1º- Contribuintes ou efetivos que pagarão a joia de 5\$000 rs., e a mensalidade de 1\$500 rs.

- a) Para o pagamento da primeira dar-se-á um prazo de dez dias.
- b) Para o da segunda o prazo de três semanas, dentro do período mensal.

Grandes protetores: Esta categoria especial de sócios é conferida, exclusivamente, a todos os membros do Supremo Conselho.

Sócio correspondente: Pertencerá a esta categoria o cidadão que contribuir com o donativo de 50\$000 e remeter para sua biblioteca livros, revistas, jornais, etc., ou oferecer à Associação objetos utilizáveis nos vários serviços a seu cargo.

Sócio de honra: É todo o cidadão que, ocupando cargo de proeminência na administração do país, do Estado ou da Cidade, revelar virtudes públicas e provadas, exercer benéfica influência na vida coletiva, melhorando seus costumes.

Todo o cidadão que, mesmo sem função oficial, tenha excepcional e salutar preponderância na educação nacional, merecerá esta distinção.

A qualquer senhora, conhecida com as aptidões aqui especificadas, poderá ser conferida qualquer das categorias de sócios do Abrigo.

Disposições gerais

Art. 1º. – A associação absolutamente não terá ligação política de espécie alguma, ficando proibida, expressamente, toda discussão política em seu recinto, como também ninguém –seja quem for poderá exercer ação política, dentro ou fora da Associação, em seu nome, com os seus créditos ou recursos pecuniários ou morais, não podendo ser eleito para qualquer cargo da administração do Abrigo o cidadão que exercer função essencialmente política ou seja tido e havido como profissional da política partidária, pertencendo seja a que partido for. O S. C. de Administração vigiará por que se observe, com o maior vigor, a resolução acima.

Entretanto, a Associação não impedirá que os seus associados exerçam, individualmente, os seus direitos políticos no sentido nobre do vocábulo, e sem espírito de facção.

Só poderão votar e ser votados os sócios contribuintes ou efetivos, qualquer que seja a sua profissão menos a política, ou desonesta.

A Associação, para o caso da eleição, só considerará não político profissional o cidadão que, na data do pleito, contar cinco anos de absoluta renúncia à política, seus cargos e proventos, situação que só poderá ser julgada pela Assembleia Geral e, soberanamente, pelo Supremo Conselho.

O ostracismo é considerado, segundo os Estatutos, e para os efeitos da inelegibilidade, plena atividade política.

O cidadão que fizer especulação política reprovada será eliminado e também destituído de poder, se ocupar algum cargo na administração do Abrigo.

Só gozarão as regalias e vantagens estabelecidas nestes Estatutos os associados que se acharem em dia com as contribuições devidas ao Abrigo.

Salvo reconhecido caso de prolongada enfermidade o associado que tenha suas mensalidades atrasadas perderá os direitos de beneficência, voto e ser votado.

As cotas de beneficência aos associados serão determinadas pelo presidente da Associação, até que o Abrigo tenha uma fonte de receita segura e, neste caso, seja fixado nos Estatutos o seu máximo.

Qualquer modificação necessária aos presentes Estatutos competirá à deliberação da Assembleia e sanção do Supremo Conselho de Administração.

Estes estatutos foram aprovados na sessão de 31 de Março de 1918

Raimundo Frexeiras, presidente

João Varela, 1º secretário

Fortunato Ferreira da Fonseca, 2º secretário.

Publicado no A Tarde, 05/04/1918, p. 4.

ANEXO C

Estatutos do Abrigo dos Filhos do Povo (1919)

PARTE PRIMEIRA

DOS FINS DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º. A instituição Abrigo dos Filhos do Povo, fundada no dia 3 de março de 1918, e situada à ladeira das Pedras, freguesia de Santo Antônio, desta cidade da Bahia, tem por fins:

§1º. Educar, instruir e prestar assistência às crianças dos dois sexos, reconhecidamente pobres e desamparadas, ministrando-lhes o ensino primário elementar e técnico, em escolas e oficinas apropriadas, fundadas pela Instituição, bem como serviços médicos.

§2º. Impedir, por todos os meios, que as crianças sejam pervertidas pelos hábitos da vadiagem, exercício de profissões nocivas ou criminosas e frequência a lugares suspeitos, por falta de moralidade.

§3º. Evitar, por todos os meios ao seu alcance, a ação maléfica proveniente da educação física ou moral, administrada pelos pais ou outros parentes que tenham as crianças em sua companhia.

§4º. Manter a sua ação tutelar até a época em que, a juízo de sua Diretoria, as crianças se encontrem em condições de aptidão a se dirigirem e granjearem, por si, honestamente a vida.

§5º. Inculcar no espírito das crianças o verdadeiro sentimento de amor a Deus, à Pátria e à Família, dando-lhes a noção exata dos direitos e deveres do homem na sociedade.

§6º. Habituá-las as crianças ao regime de sobriedade, temperança, trabalho, economia e previdência, inculcando-lhes no espírito a verdadeira concepção da vida.

§7º. Fundar escolas para o ensino primário elementar, oficinas para o ensino técnico ou profissional e preparar campos para o ensino dos trabalhos da agricultura.

§8º. Fundar uma biblioteca para os alunos de suas escolas e operários que se queiram instruir com a leitura de livros, revistas e jornais.

§9º. Promover conferências públicas e divertimentos educativos em sua sede, para distração e recreio das famílias proletárias e dos alunos de suas escolas.

§10. Estabelecer, como condição essencial, de seu sistema de educação e ensino e a prática dos preceitos da religião Católica Apostólica Romana, ficando a cargo de um sacerdote dessa religião a celebração da Santa Missa, a prática dos demais atos do culto e assistência religiosa.

Art.2º. O ensino ministrado às crianças de um e outro sexo será:

- a) Ensino primário elementar da língua portuguesa e contabilidade, em escolas criadas e mantidas pela Instituição:

- b) Ensino técnico, ou profissional, ministrado em oficinas convenientemente instaladas pela Instituição, onde as crianças, conforme o sexo, possam aprender a arte de carpintaria, marcenaria, ferraria, ourivesaria, serraria, alfaiataria, funilaria, agricultura (em campos previamente preparados), manufatura de roupas para os dois sexos, bordados à mão e à máquina, confecção de flores, lavanderia, arte culinárias e cerzadura de roupas e calçados, de modo que, atingindo a determinada idade, possa o aluno exercer, com conhecimento próprio, uma profissão honesta;
- c) Ensino da música e exercícios de ginástica.

Parágrafo único. O ensino primário elementar e o técnico, bem como o da música e exercícios de ginástica serão ministrados em aulas diurnas e noturnas.

Da Direção da Instituição

Art. 3º. A Instituição Abrigo dos Filhos do Povo será dirigida por uma Diretoria composta de dezesseis membros, escolhidos pelas pessoas que estiverem presentes no dia da aprovação dos presentes Estatutos, e as suas funções serão vitalícias.

§1º. A Diretoria compor-se-á de: um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros, um Consultor Jurídico, um Diretor do Culto, um Diretor Técnico, uma Comissão Fiscal composta de três membros e quatro suplentes dessa comissão.

§2º. Compete ao Presidente:

- a) Exercer a superintendência sobre tudo que diga respeito aos fins da Instituição;
- b) Nomear e demitir aqueles que tiverem a seu cargo a instrução primária elementar e técnica, ou profissional, ministrada nas escolas, oficinas e campos de agricultura pertencentes á Instituição, sujeitando os seus atos à aprovação da Diretoria, em sua primeira reunião.
- c) Presidir as sessões da Diretoria e dar conhecimento a mesma de todos os fatos de relevância que ocorrem entre uma e outra sessões;
- d) Ordenar os pagamentos das despesas da Instituição, bem como providenciar sobre a boa aplicação do seu patrimônio;
- e) Impor penas disciplinares aos empregados da Instituição, não podendo, porém, o prazo da pena exceder de sessenta dias;

- f) Mandar que o Primeiro Secretário, ou quem o substitua, convoque, nas épocas próprias os diretores para as sessões da Diretoria;
- g) Apresentar bienalmente um relatório minucioso de tudo que ocorrer durante o biênio. Este relatório deve ser sempre acompanhado de um balanço exato dos haveres da Instituição;
- h) Representar, ou, em seus impedimentos, designar quem deva representar a Instituição em solenidades públicas;
- i) Representar a Instituição nos contratos que a mesma celebrar, bem como perante os tribunais e poderes públicos da União, Estado e Município.

§3º. Incumbe ao Vice-presidente:

1º. Substituir o Presidente nos seus impedimentos;

2º. Comparecer às sessões da Diretoria;

3º. Assumir a Presidência, independente de audiência aos demais diretores, caso o presidente:

- a) Deixar de mandar convocar os diretores para as sessões da Diretoria;
- b) Deixar de comparecer a duas sessões, sem motivo justificado.

§4º. Ao Primeiro Secretário compete:

- a) Ter em boa guarda todos os livros de atas das sessões da Diretoria e do o arquivo da Instituição.
- b) Incumbir-se de toda a correspondência epistolar e telegráfica.
- c) Convocar os membros da Diretoria, por carta, ou pela imprensa, de ordem do Presidente, para as sessões ordinárias e extraordinárias;
- d) Escrever as atas das sessões da Diretoria, das quais deve constar tudo que ocorrer em cada sessão.
- e) Substituir o Presidente e o Vice-presidente, em seus impedimentos.

§5º. Incumbe ao Segundo Secretário:

1º. Auxiliar o primeiro, no caso de acúmulo de trabalho; Substituir o primeiro, em seus impedimentos.

§6º. Compete ao primeiro tesoureiro:

- a) Ter em boa guarda todos os haveres da Instituição, dando aplicação segura às quantias que existirem em caixa e não sejam necessárias para as despesas da Instituição;
- b) Não efetuar nenhum pagamento sem autorização expressa do Presidente da Diretoria, ou quem o substitua;

- c) Prestar ao Presidente da Diretoria, quando este julgar necessário, todas as informações sobre o estado do patrimônio da Instituição;
- d) Apresentar ao presidente, anualmente um balanço exato do patrimônio da Instituição.

7º Incumbe ao segundo Tesoureiro:

Substituir o primeiro em seus impedimentos:

§8º. Compete ao Consultor Jurídico:

- 1º. Dar parecer sobre qualquer assunto de ordem jurídica em que a Instituição interessada;
- 2º Defender a Instituição, perante os tribunais do País, em qualquer pleito em que a mesma tenha de figurar, em qualquer qualidade, exibindo procuração passada pelo presidente e primeiro secretário;
- 3º. Admitir auxiliares, sem serem remunerados, no caso de afluência de trabalhos.

§9º. Compete ao diretor técnico:

- a) Superintender o ensino primário, elementar, o técnico ou profissional, visitando com assiduidade as escolas, oficinas e campos de agricultura, devendo residir perto das mesmas escolas e oficinas, ou na sede;
- b) Levar, por escrito, ao conhecimento do presidente, qualquer falta cometida por quem estiver incumbido da regência das escolas, oficinas e campos agrícolas, e impor penas disciplinares que serão submetidas à aprovação do presidente.

§10. Ao diretor do culto católico compete:

- 1º. Fazer celebrar, pelo menos, uma vez por semana, uma missa que possa ser assistida pelos protegidos da Instituição;

Fazer cumprir todas as determinações constantes do art. 1º 10 dos presentes Estatutos.

§11. À Comissão Fiscal incumbe:

- a) Examinar anualmente o estado das finanças da Instituição, exigindo do tesoureiro todos os esclarecimentos e documentos que julgar necessários;
- b) Apresentar parecer escrito ao diretor-presidente, para que este submeta ao conhecimento da Diretoria, sobre o movimento financeiro da Instituição, em cada biênio;
- c) Levar ao conhecimento do Presidente qualquer falta cometida por quem estiver exercendo as funções de tesoureiro, dando também conhecimento à diretoria, nos casos de negligência do presidente.

Art. 4º. Perderá o lugar o Diretor que deixar de comparecer a três sessões da Diretoria, sem motivo justificado.

Art. 5º. A Diretoria se reunirá bimestralmente, mediante convite do primeiro secretário, de ordem do presidente. Este poderá, entretanto, convocar sessões extraordinárias da diretoria, em se tratando de casos urgentes que devem ser por ela resolvidos.

Art. 6º. Todos os assuntos submetidos ao conhecimento da Diretoria serão decididos pela maioria dos membros presentes à sessão, salvo os seguintes casos, que devem obter aprovação por dois terços da Diretoria:

- a) Quando se tratar de aquisição e alienação de imóveis;
- b) Quando se tratar de aumento de despesas com a criação de novas escolas, oficinas e campos agrícolas;
- c) Quando se tenha de resolver sobre a dissolução da Instituição.

Art 7º. A vaga de qualquer diretor será preenchida por eleição dos membros restantes da diretoria, bem como as de presidente, 1º secretário e 1º tesoureiro.

Art. 8º. O diretor que, uma vez eleito, deixar de tomar posse nas duas primeiras sessões da diretoria, depois de convidado, perderá o mandato.

Art. 9º. Em hipótese alguma a Instituição Abrigo dos Filhos do Povo ministrará o ensino a menores e adultos, bem como assistência médica mediante pagamento.

Do Patrimônio da Instituição

Art. 10. A Instituição Abrigo dos Filhos do Povo, para a fundação do seu patrimônio, a fim de que que possa preencher os seus fins, resolve criar sete série de subscritores, sob as letras A, B,C,D,E,F ,G. Art. 11. Pertencem a letra A os subscritores que fizerem a instituição um donativo de rs. 50\$000; a letra B os que fizerem um donativo de rs. 100\$000; a letra C, os que fizerem um donativo de rs. 200\$000; a letra D, os que fizerem um donativo de rs. 500\$000; a letra E, os que fizerem um donativo de rs. 2:500\$000 e a letra G, os que fizerem um donativo de rs. 5:000\$000.

Parágrafo único. Haverá também uma classe de protetores para aqueles que contribuirão anualmente com 100\$000, pagos semestralmente.

Art. 12. Além das quantias provenientes de donativos, farão parte do patrimônio da instituição, quaisquer bens que lhe sejam oferecidos, bem como o produto de subvenções que a Diretoria consiga obter dos poderes públicos.

Art. 13. Todos os bens que constituírem o patrimônio da Instituição devem constar de um livro próprio, com termo de abertura e encerramento, e rubricado pelo presidente.

Parágrafo único. Nesse livro devem ser relacionados todos bens móveis, imóveis, semoventes, títulos de crédito e dinheiro, especialmente, quanto aos primeiros, pela sua qualidade, quantidade e valor

Disposições Gerais

Art. 14. A Instituição Abrigo dos Filhos do Povo é completamente alheia a qualquer fim político, sendo expressamente vedado fazer-se propaganda política, a favor de qualquer partido, dentro da Instituição.

Atr. 15. Somente poderá exercer as funções de diretor técnico quem for casado e viva e viva em companhia de sua esposa.

Enviuvando o diretor técnico e não tendo em sua companhia, mãe ou alguma irmã de maior idade, deverá admitir, como sua auxiliar na fiscalização das escolas e oficinas, uma senhora idosa e de reconhecida boa conduta.

Art. 16. A nomeação de professores primários para ambos os sexos e de mestres para as oficinas e campos agrícolas deve ser feita mediante prévia indicação do diretor-técnico.

Art. 17. São gratuitos todos os serviços prestados pelos Membros da Diretoria.

Art. 18. Cada um dos diretores, técnico, jurídico, do culto e o tesoureiro é obrigado a organizar anualmente um relatório que ocorrer, que de referência às funções de cada um, remetendo-o ao presidente.

Art. 19. A Diretoria poderá conferir a pessoas eminentes, pela sua posição social, serviços prestados à Pátria e auxílios à Instituição títulos de Beneméritos, podendo também criar lugares de Presidentes de honra.

Parágrafo único. Nenhum desses títulos, porém, será concedido senão pela aprovação de dois terços dos membros da Diretoria, presentes à sessão.

Art. 20. Os presentes Estatutos entrarão em vigor logo que sejam publicados no Diário Oficial do Estado e só poderão ser reformados mediante deliberação de dois terços de todos os membros da Diretoria.

Lidos e aprovados em sessão de 31 de Julho de 1919.